

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA



VOLUME CXXXIX

COIMBRA — 1979



PORTE
PAGO

ÍNDICE

	Págs.
<i>Advertência</i>	5
<i>Evocação de José Régio</i> , por Orlando de Carvalho	9
<i>Para a História do Embargo à publicação da obra de D. Agostinho Manuel de Vasconcelos</i> , por António de Oliveira	17
<i>Exposições Industriais em Coimbra na segunda metade do séc. XIX</i> , por J. Amado Mendes	35
<i>Abordagem do «Problema Cerealífero» no dealbar da Revolução Liberal</i> , por Jaime A. C. Ferreira	57
<i>Quantificação de desequilíbrios regionais com recurso ao conceito matemático de distância</i> , por Bernardo Campos	91
<i>Sobre o Processo Histórico do Crédito e da Banca</i> , por Álvaro Ramos Pereira	99
<i>As novas ideias sobre a estrutura última da matéria</i> , por José N. P. Dias Urbano	173
<i>O Poema é uma cidade</i> , por Rui Namorado	191
<i>Séries de Fourier</i> , por P. de A. P. Martins	193
<i>Escadas de Quebra-Costas</i> , por Francisco Duarte Azevedo	209
<i>Convento de S. Marcos</i> , por José Pedro Adelino Esteves	215
<i>Documentos e factos</i>	243
<i>Vida do Instituto</i>	247

ESTE NÚMERO FOI SUBSIDIADO PELO INSTITUTO
PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL

O INSTITUTO



O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA



VOLUME C XXXIX

COIMBRA — 1979

INSTITUTO DE COIMBRA

DIRECÇÃO

PROF. DOUTOR ORLANDO ALVES PEREIRA DE CARVALHO	<i>Presidente</i>
PROF. DOUTOR JOSÉ NUNO PIRES DIAS URBANO	<i>Vice-Presidente</i>
PROF. DOUTOR LUÍS GUILHERME MENDONÇA DE ALBUQUERQUE	<i>Director da Classe de Ciências</i>
PROF. DOUTOR ANTÓNIO DE OLIVEIRA	<i>Director da Classe de Letras</i>
DR. JOAQUIM VITORINO NAMORADO	<i>Director da Classe de Artes</i>
DR. LUÍS CARLOS GAMA PEREIRA	<i>Secretário</i>
DR. JAIME ALBERTO DO COUTO FERREIRA .	<i>Tesoureiro</i>
DR. CARLOS SOUSA GUIMARÃES	<i>Vogal</i>
DR. CARLOS MANUEL LARANJEIRO SILVA .	<i>Vogal</i>

COMISSÃO DE REDACÇÃO

PROF. DOUTOR RUI BRAGA CARRINGTON DA COSTA	<i>Presidente</i>
PROF. DOUTOR LUÍS GUILHERME MENDONÇA DE ALBUQUERQUE	<i>Director da Classe de Ciências</i>
PROF. DOUTOR ANTÓNIO DE OLIVEIRA . .	<i>Director da Classe de Letras</i>
DR. JOAQUIM VITORINO NAMORADO	<i>Director da Classe de Artes</i>

ADVERTÊNCIA

Este volume de O INSTITUTO, relativo ao ano de 1979, é, por dificuldades de financiamento, publicado pela Direcção de 1982-84, tal como acontecerá, segundo esperamos, com os volumes de 1980 e 1981. O que não obsta a que a anterior Direcção do Instituto de Coimbra, que foi quem obteve para o efeito os necessários subsídios do Instituto Português do Património Cultural, tenha tido uma parte importante na elaboração desses volumes — sobretudo o seu Presidente e actual Director da Classe de Ciências, Prof. Doutor Luís de Albuquerque.

A complexidade do trabalho de organização da revista em termos não apenas de sair tempestivamente como com o nível de interesse e de dignidade de conteúdo exigidos por uma publicação deste género, levou também a presente Direcção a reconstituir a Comissão de Redacção de O INSTITUTO suspensa desde o n.º 127 (1965), confiando-se a sua Presidência ao Prof. Doutor Rui Carrington da Costa, Director da Classe de Ciências no triénio de 1979/81. Devidamente articulada com as Direcções das Classes e, obviamente, com a Direcção do Instituto de Coimbra, goza de uma autonomia de composição e de actuação que se julga vir a ser verdadeiramente profícua para a irradiação cultural do organismo. No intuito de levar ao grande público o dia-a-dia de nossa instituição, decidiu-se igualmente voltar a incluir na revista um sucinto balanço das nossas actividades, o qual, sob o nome de «Vida do Instituto», substituirá o antigo «Boletim do Instituto» suspenso desde o n.º 107 (1946).

Celebrou-se em 1979 o 1.º centenário do nascimento de Albert Einstein e cumpriram-se também dez anos sobre a morte do poeta José Régio. Desses sucessos de relevo para a Ciência e para a nossa Literatura, quer-se deixar algum registo nas páginas da

revista, para lá das iniciativas de que se dá conta na «Vida do Instituto». As novas ideias sobre a estrutura última da matéria é uma homenagem ao genial criador da teoria da relatividade, assim como Evocação de José Régio é uma modesta lembrança do lírico de «Poemas de Deus e do Diabo».

Órgão da segunda mais antiga Academia portuguesa, quer ainda O INSTITUTO recordar alguns nomes que se honraram e a honraram como sócios da mesma. Esta a razão do fac-simile da carta de Carolina Michaelis com que abrimos intencionalmente este volume.

A DIRECÇÃO DO INSTITUTO DE COIMBRA

Ill. Ex. S.

a singular homenagem que o Instituto de Coimbra se dignou conceder-me, parece-me premio que devo attribuir sobre tudo a benevolencia que os Consocios dispensam a quem, na sua nova patria, se dedica, como se nascera portuguezas ao estudo da sua lingua e litteratura, e ao engrandecimento dos nomes jaurelados que a illustram.

Fizo a V. Ex. queira receber do meu sincero reconhecimento e transmitti-lo aos Consocios

Deus Guarde a V. Ex.

Coimbra, 29 de Março de 1894

Ill. Ex. S. Presidente do Instituto de Coimbra

Carolina Michalits de Vasconcellos



EVOCAÇÃO DE JOSÉ RÉGIO *

Ao bom acaso de uma amizade juvenil devo a honra e o gosto de me encontrar entre vós, neste translúcido e equívoco Dezembro, a evocar o Poeta que há um ano nos deixou.

Equívoco este Dezembro translúcido, mas mais equívoca ainda a minha missão de evocação. Já por ser eu, nem letrado nem crítico, a incumbir-me de falar-vos de um exigentíssimo escritor. A outros, seus camaradas de letras ou, pelo menos, agudos estudiosos da matéria, caberia de direito este papel tão difícil de restituir, em breves linhas seguras, o rosto de um Poeta que enche o horizonte de um país. Só o acaso de uma amizade juvenil — a de João Maria dos Reis Pereira (1), meu contemporâneo de Coimbra e testemunha generosa de alguns escritos sobre Régio que dei a lume com a candura dos vinte anos (2) — só o acaso dessa amizade juvenil e a lembrança de duas cartas do Poeta (escrita, uma, num ensejo tão ímpar que daria como poucas a medida da sua alma: acabava de morrer a sua Mãe...), só isso me forçou a não trair um apelo que em boas contas deveria rejeitar. E eis-me aqui improvisado oficiante com a perfeita consciência de quem comete um sacrilégio.

Porém, bem mais ambíguo este ofício por querer recompor (ó velho crime de Orfeu!) a fisionomia de Alguém que tudo à

* Palavras proferidas em Vila do Conde, em Dezembro de 1970, no 1.º aniversário da morte do Escritor, na inauguração da biblioteca com o seu nome, instalada sob os auspícios da Câmara Municipal.

(1) O irmão mais novo do Poeta, licenciado em Geografia pela Universidade de Coimbra.

(2) *José Régio — Expressão actual da sua obra poética*, em «Estudos», ano XXIII (1946), p. 204 e segs., e «*El-Rei Sebastião*» — *poema espectacular de José Régio*, *ibid.*, ano XXVIII (1950), p. 82 e segs.

volta nos reflecte. Pois não são este rio, esta orla, esta luz — «Vila do Conde espraiada / entre pinhais, rio e mar...» — o próprio rosto do Poeta continuamente surgente? Decerto que ele conheceu outros rumos, e ninguém esquecerá nem o seu Porto de impúbere, nem a iniciação coimbrã, nem os seus ritos lisboetas, nem sobretudo a Portalegre da *Toada*, com o seu peso de desvãos e ventanias. Mas era aqui, à «velha casa» de sempre, que ele voltava em espírito como o Lelito colegial. Era aqui a raiz do «meu menino ino, ino», com o grande vulto da Mãe, estranhamente sóbria, estranhamente lúcida, como um íman silencioso. E aqui viria ultimamente a acolher-se — ao velho horto exíguo, sob a cornija pendente —, entre os seus santos, os seus papéis, as suas sombras... Não um destino à Goethe, epicamente centrífugo, um destino à Gustav Aschenbach, com a morte à espera nos labirintos de Veneza. Um destino caseiro, liricamente, à Novalis —, o destino de alguém que desmedidamente cresceu mas nunca pôde acomodar-se à ejeção do antigo útero. Por isso, esta paisagem envolvente o reflecte com uma limpidez tão perfeita que constitui desperdício como real profanação a tentativa de o impôr informemente em algumas frases.

Perdoareis que, todavia, eu o tente, com a certeza de quem faz uma das muitas coisas inúteis que o ritual da lembrança impõe ao jeito de ser homem. Uma mão-cheia de rosas breves e húmidas, vindas de um simples e comovido leitor que nunca pôde esquecer que, à roda dos seus quinze anos, sobre o ar morno da literatura oficial que se oferecia nos compêndios das escolas, caiu a pique, como uma luz dardejante, uma voz que marcou a sua inquieta adolescência.

Foi uma «história para crianças grandes», esse primeiro encontro com o Artista, nos velhos tempos do sexto ano do liceu. Algo com sabor clandestino, para a moralidade e a sensibilidade das selectas, pelo seu estilo irreverente, industrioso e mordaz, o seu apelo nocturno às transgressões misteriosas (um pouco do que, a seguir, me comoveria em «Les grands Maulnes») e, sobretudo, o seu drama de desnudamento sem quartel. A descoberta da mistificação e do embuste — e da coragem sacrílega

das nossas próprias orelhas. Viria o tempo em que, por mão de Gide, de Sartre e de Genêt, passariam, alguns, da coragem à glória, da desmitificação à rejeição, como hoje à sombra dos jovens «hyppies» em flor... Viria o tempo em que eu próprio entenderia que o drama era mais amplo, mais rico e menos facilmente resolúvel ao simples nível de uma coragem exemplar. Mas essa força de «O príncipe com orelhas de burro», a que sofregamente juntei «Poemas de Deus e do Diabo», «Biografia», «O jogo da cabra-cega» e «Davam grandes passeios ao domingo...», essa esplendorosa força desmitificante e desnudante, com um ímpeto livre e, ao mesmo tempo, «liberto», que não conhecia o sarcasmo *défroqué* de Junqueiro ou a má-consciência obscena do naturalismo de alcova; esse assumir da plenitude do homem sempre num estilo extremamente eficaz, desde o Ipiranga retórico do seu *Cântico Negro* às reedições mais profanas e mais blasfemas da Bíblia; esse grito de revolta e de recusa, sem receio ao solecismo, ao vulgarismo, ao barroquismo, tão apto à refacção mais erudita do soneto como às apóstrofes mais violentas do panfleto — essa herança subtil de todo o domínio das formas, mas livremente insubmissa em face dos cânones da «poética» (e sempre, quanto ao fundo, galhardamente «irrecuperável» para os ditames de qualquer cúpula ou igreja) —; essa força do Régio do meu encontro adolescente deu-me logo a certeza de uma presença criadora como raras conhece a literatura deste país. «As encruzilhadas de Deus», que também li avidamente, só confirmou esta espontânea convicção. Aí achei dos mais altos vãos da nossa lírica moderna, desde o *Meu menino ino, ino*, com a sua coda arrepiante («Acabaste? / Meu amor, acabei...»), à *Carta de amor* com a sua dialéctica terrível e o seu «tempo» sofregamente vertiginoso (um dos poucos exemplos de dialéctica amorosa, com algum Pessoa e, recentemente, algum Sena, que se aproximam da força da racionalização camoneana), e, sobretudo, ao final de «As encruzilhadas de Deus», que, aliás, já transcende a simples forma do lirismo: a oitava rima do poema *Sarça ardente*, com o seu fôlego épico e o seu «decalque» de Camões. Uma das obras mais perenes de toda a Poesia portuguesa e que, com algumas criações de Álvaro de Campos, mostra o equívoco de certa crítica moderna: o nosso treino-*tricot* para poetas de

élite, pobres roedores de palavras com a fobia do discurso. Das poucas obras que reencontram a respiração de um Maiakowski, de um Lorca, de um Claudel, de um Neruda, de um Jorge de Lima, de um Perse, de um Eliot, de um Berthold Brecht, de toda a grande poesia feita do Homem para o Homem e que de si pode dizer como nos versos de algum deles:

«Toi, au moins
répète en gémissant aux siècles que je brule!».

E isto sem quebra, como logo «Fado» salienta, de Régio ser um alto e profundíssimo elegíaco: desde a guitarra mais subtil de um Paredes aos acordes dolentes e inquietantes de Lisboa (e de permeio com o vento-suão do Alentejo e a ternura tão verde e humedecida destas lágrimas: «Vila do Conde espriada / entre pinhais, rio e mar...»). Mas, nem lembrado «da casinha e das mulheres», como diz noutras rimas igualmente incorruptíveis, tem Régio a ver com o lirismo dos benquistos: o próprio «Fado» tem essa côr clandestina que arrepiava a consciência dos tranquilos e devotos. No ar marítimo das suas velas mais lúgrubas, é uma Lisboa cruelmente desventrada que não surge nas crónicas das suas glórias de turismo. É uma Lisboa de marginais e de *outsiders* — de marinheiros, prostitutas, pederastas —, com uma dorida e discreta compaixão à António Nobre, mas com o escopro e a malícia de um Cesário sem mercê. Ora foi esta altiva contradição dos devotos, esta coragem da heresia intencionalmente mal-pensante numa atmosfera de súbito novamente dogmática, moralista e embusteira, como a dos longos anos trinta, que teve o brio e a nobreza de uma completa negação. Seja qual for o nosso juízo ideológico, impossível não ver no isolamento de Unamuno pelo menos o mérito de um grande e altivo *non possumus* às «aberturas ao terror» de todos os Heideggers de província. Numa sociedade subitamente bloqueada, também o mérito autêntico do individualismo da «Presença» — e do individualismo de Régio, que a dominou e ultrapassou — foi esse *não* resolutivo às «políticas do espírito». Não que, de resto, ele cumpriu tenazmente, e para além do romance como para além da poesia: na sua ostensiva defesa dos *malditos* da época — «António Botto e o amor», o prefácio a Florbela —, e no pleno risco

assumido em emergências menos teóricas. Ainda me lembro de um arrepio de lágrimas vendo o seu nome no M.U.D. em 1945!

E, não obstante, desde «As encruzilhadas de Deus», o que aparentemente lisonjeava o meu orgulho de crente — essa fusão de San Juan de la Cruz com um Voltaire sarcástico e cruelmente histriónico — de algum modo doía e confundia o meu espírito. O «mim» e o «outro» da tragédia Sá Carneiro (o poeta do «Orfeu» que confessadamente mais o toca) repõe-se em Régio com um ardor de catecúmeno que literariamente o religa à tradição anterioriana. Ao invés de Torga, que o mesmo diálogo aflige mas se recusa a qualquer possível conivência, José Régio trepida na ansiedade de um Encontro que facilmente se acredita verosímil. O problema é do *quando*, ou do *como*, não do *se*. «Diga o que diga, é só falar de Deus!»: como não concluir que está às portas de Damasco? Quase o supus em 1946, numa aproximação cautelosa do seu último livro — esse magnífico e dúplice «Mas Deus é grande!» —, que publiquei em Coimbra no 3.º ano de Direito (3). O ciúme herético dos «Poemas de Deus e do Diabo», que em «As encruzilhadas» é impiedoso *strip-tease* e já combate feroz em «Jacob e o Anjo»; a fina acústica das vozes «exteriores» que, ainda profana nas transgressões de Leonel, já será música — música mística — em Benilde; não prometiam realmente, esse ciúme e essa acústica, vir a «anular-se» numa autêntica *Aufhebung*, numa superação entre tese e antítese, que estimulava o desejo das anexações religiosas? Em carta que me escreveu nessa altura, ao mesmo tempo que rendia o seu louvor à compreensão da melhor crítica cristã, como o estudo de Miguel de Sá e Melo (4), prevenia-me honestamente José Régio contra o fácil engano da conversão definitiva. «Quanto mais perto me sinto de uma sensibilidade religiosa — dizia-me o Poeta, que cito apenas de lembrança —, tanto mais longe me sinto da integração nalguma igreja». Recordo, porém, que continuei a tremer — e secre-

(3) Cfr. o primeiro artigo cit. *supra* (nota 2).

(4) MIGUEL DE SÁ E MELO, *O aceno de Deus na poesia de José Régio*, em «Estudos», ano XIII (1936), p. 369 e segs.

tamente a temer essa possível emergência. Como explicar-se (perguntar-me-eis com razão) o paradoxo estranho desta atitude de um católico? Direi apenas que há «iluminações» claudelianas (mas *sans rancune* para o criador de *Violaine*) que têm o gosto sombrio das mortes ínvias da alma. Numa sociedade «decorativamente cristã», conforme alguém insuspeito em certa altura a crismou, e não longe dos «grands cimitières sous la lune»; num tempo em que a rapina dos abutres toma por seu (e obscenamente o explora) qualquer ceutil da contabilidade das consciências — como não ver que, se «o vento sopra onde quer», nunca o fará nos desertos da negação do próprio homem? Que para o homem e pelo homem se sobe ao Deus que humaniza, sendo sacrílega toda a inversão desse trajecto? Saber de Régio um comungante na Injúria, à mercê das fanfarras do «grand désordre établi», constituía para mim uma perspectiva dantesca. Não defendido, por seu orgulho de raiz, com os vigores de um compromisso na acção, era já presa, no seu isolamento de Poeta (apesar da distância de uma heterodoxia fulcral que o não deixava insensível, em cada opção mais solene, a uma escolha concreta fundamentalmente humanista), não defendido, por esse seu isolamento, era já presa de uma cortesia de epígonos que a cada canto tecia a sua teia de emboscadas. Como não vê-lo — tivesse algum desequilíbrio — na praça pública das adesões tonitruantes?

Esse Régio «suspenso» dos anos 50 e 60 foi o medo interior da minha exigente admiração. E eis que aqui o seu orgulho o salvou — ó ironia do grande vento do Espírito, que sopra sempre inviamente e autenticamente onde quer!... Se retomava em sucessivas edições o velho ciclo dos seus demónios e ternuras — a acústica das vozes no «El-Rei Sebastião», a luta entre mim e o outro na festa fellínica de «Mário», e, sobretudo, no seu interrompido romance, os doces monstros da velha casa incombustível —, ia ficando, porém, sempre fiel a si mesmo e à lição de um *non possumus* que continuou até ao Fim. Como no soneto final de «Biografia» — «Vou e venho, vou e venho, e é inútil / tentar vestir qualquer paragem fútil / que o tal aceno incógnito é mais forte!...» —, continuou a sentir a equivocidade de um consenso que fatalmente passaria sobre os escombros do

seu ser. Mas só orgulho nietzschiano («é preciso ter asas!») (5) ou justamente a surpresa e a sublimação do seu reverso? Esta pergunta, esta última pergunta, faço-a à teoria dos seus três últimos livros — «A chaga do lado», «Filho do Homem» e «Cântico Suspenso» —, que contêm o espólio da sua última poesia. Nesse «mau gosto» de um populismo prosaico que recorda o «mau gosto» do neo-realismo de 40; no novo ciúme intencionalmente bem-pensante da sua rebelde e insistente contestação do *engagement*; na subtil hagiologia do seu João Ben-saúde e nalguns versos de um puro e tão perfeito lirismo; nas suas rosas, nas breves rosas de um Maio que assim persiste em despedir-nos em silêncio — que grão azul secretamente floria neste Poeta que não cessou de surpreender-nos? Não receio sugerir que era uma extrema humildade, no sentido mais fundo e mais pungente da expressão. Uma «abertura», ainda raivosa, a esses *outros*, que não cessou de invejar no seu orgulho demiúrgico. E um ainda incompleto despojamento do ser, que só espera a palavra mais livre e pura do Amor:

*«Como um navio no mar
A meio da noite a casa,
E o vento e a chuva em redor.
Lá dentro, a um canto do lar
Onde um bom tronco se abrasa,
O homem sentado espera.
Se alguém chegar,
Terá luz, terá calor.
Batem à porta. Quem dera
Que fosse realidade!
Já teve tais decepções
O homem que há tanto espera!
Mas agora, alguém batera
Que chega da tempestade,*

(5) Da fase de NIETZSCHE que serve de pórtico a «Biografia»: «Quando se ama o abismo é preciso ter asas».

*Que percorreu solidões...
«Entre quem é!» Pode ser
Alguém que venha roubar,
Assassinar, ofender...
«Entre quem é!» Não importa.
Se alguém vem que bate à porta,
O homem só quer abrir.
Chegou, por fim, a saber
Que, venha lá quem vier,
Seja quem for,
Só um dos dois pode ser
Desde que não a fingir:
A Morte, o Amor.»*

ORLANDO DE CARVALHO

PARA A HISTÓRIA DO EMBARGO À PUBLICAÇÃO DA
OBRA DE D. AGOSTINHO MANUEL DE VASCONCELOS,
VIDA Y ACCIONES DEL REY DON JUAN EL SEGUNDO

1. A figura de D. João II, como arquétipo de prática política, foi muito divulgada na segunda década do século XVII (1). Se no mundo fossem criadas obrigatoriamente escolas gerais da arte de governar (2), como afirma Pedro Barbosa Homem, o «texto comum, canon, y regla general» dos estudantes de política seria o da vida e acções do Príncipe Perfeito (3). Este texto estaria para a Arte de Reinar como as Instituições de Justiniano para o Direito Civil, «en la Logica las Isagoges de Aristoteles,

(1) Sobre teoria e prática políticas do século XVII vide Luís Reis Torgal, *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1961, vol. 1, p. 193 *seqq.* e vol. II (*offset*), cap. IV, com bibliografia sobre a matéria. Uma síntese sobre as características da política do Barroco encontra-se nas primeiras páginas do artigo de Martim de Albuquerque, *Para a teoria política do Barroco em Portugal. A Summa Política de Sebastião César de Meneses (1649-1650)*, Porto, 1979, separata da *Revista de História*, vol. II.

(2) Sobre o ensino da ciência de governar, das relações do Estado com a Escola e tensões entre o Poder e os intelectuais há referências em José António Maravall, *Estado Moderno y mentalidad social (siglos XV a XVII)*, tomo II, Madrid, 1971, p. 259-260.

(3) Cf. Pedro Barbosa Homem, *Discursos de la juridica y verdadera razon de estado, formados sobre la vida, y acciones del Rey don Juan el II de buena memoria, Rey de Portugal, llamado vulgarmente el Principe Perfecto, contra Machavello, y Bodino, y los demas políticos de nuestros tiempos, y sus sequazes*, Coimbra, Nicolau Carvalho, 1627, fl. 66. A comissão do Conselho Geral do Santo Ofício para o livro ser apreciado tem a data de 1623. A dedicatória a D. Afonso Furtado de Mendonça é de 1626 (Agosto) e a ordem para que pudesse correr impresso foi dada em 27 de Março de 1627.

ó en la Geometria las proposiciones de Euclides» (4). Dom João II, na verdade, é considerado por Pedro Barbosa Homem a «suma autoridade» e no compêndio dos seus ditos e feitos encontrou a doutrina única da política bélica que expôs (5).

No momento em que redigia a sua *Razão de Estado* (6) outros autores estavam igualmente empenhados em tornarem vivas as acções dos reis portugueses (7), nomeadamente as de D. João II, «espejo verdaderamente de toda perfeccion» (8), cuja vida, como se exprime D. Agostinho Manuel de Vasconcelos, era a «lecion mas util y conveniente para instruir à los que nacen con la grã fortuna y señorío de reynos y coronas» (9).

Com efeito, em 1622, é publicada a quinta edição da *Crónica de D. João II*, de Garcia de Resende, sintomaticamente dedi-

(4) *Idem, ibidem*, fl. 66.

(5) *Idem, ibidem*, fl. 189v. e 327v.

(6) Para além de inculcar o autoritarismo como símbolo duma política cristã em tempo de crise, Pedro Barbosa Homem era também movido pelo amor da pátria: explicitar, em linguagem castelhana, a projecção cimeira de Portugal no tempo de D. João II. (Cf. *op. cit.*, fl. 66).

(7) Para o elenco dos historiógrafos deste período pode consultar-se Joaquim Veríssimo Serrão, *A historiografia portuguesa. Doutrina e crítica*, Lisboa, Editorial Verbo, 1973, 2.º vol., século XVII. Sobre a feição nacionalista desta literatura vide o trabalho já clássico de Hernâni Cidade, *A literatura autonomista sob os Filipes*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, s.d.

(8) Lope de Vega, *El Principe Perfecto (segunda parte)*, dedicatória. Com o título de *Principe Perfecto* o autor escreveu duas comédias (primeira e segunda parte), uma relativa ao Príncipe e outra ao Rei. (Cf. *Comedias escogidas de Frey Lope Félix de Vega Carpio*, tomo IV, Madrid, Biblioteca de Autores Españoles, 1860, p. 33-137).

Juízos semelhantes, a propósito de D. João II, não são difíceis de citar: «Principe a todas as luzes grande» denomina-o António Craesbeck de Melo, editor da *Europa Portuguesa*, de Manuel de Faria e Sousa, ao dirigi-la a um descendente, pela linha materna, de D. João Segundo, D. João da Silva, marquês de Gouveia. (Cf. Manuel de Faria e Sousa, *Europa portuguesa. Segunda edicion correcta, ilustrada, y añadida en tantos lugares, y con tales ventajas que es labor nueva [...]*, Lisboa, 1678, tomo I, dedicatória). Considere-se que se trata de um monarca da idade varonil de Portugal (Pedro de Mariz) e que a «idade de ouro» castelhana tendia a situar-se no tempo dos Reis Católicos (J. H. Elliott, H. Kamen).

(9) Como declara na dedicatória, ao príncipe herdeiro, da *Vida y acciones del Rey Don Juan el segundo*.

cada, pelo editor, à feliz memória deste monarca (10). Por esta altura, em 1624, D. Agostinho Manuel de Vasconcelos teria pronta, em manuscrito, a *Vida y acciones del Rey Don Juan el segundo* e, por exemplo, Cristóvão Ferreira e Sampaio, em 1626 (11), e Francisco Homem de Abreu, em 1628 (12), publicavam trabalhos sobre a mesma personalidade régia (13).

Escrever sobre D. João II, mesmo mais de um século após a morte, era ainda, no entanto, tarefa delicada (14). As vicis-

(10) Cf. Garcia de Resende, *Crónica de Dom João II e Miscelânea*, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1973, p. XLII da introdução da autoria de J. Veríssimo Serrão. A dedicatória do impressor António Álvares, para quem D. João II «em todas as virtudes reaes, vivendo, foy singular, e unico Mestre», está datada de 3 de Janeiro de 1622. (A impressão é de 1621. Em 1607 havia sido publicada a quarta edição e em 1596 a terceira).

(11) Cf. Cristóvão Ferreira e Sampaio, *Vida y hechos del Principe Perfecto Don Juan Rey de Portugal secundo deste nombre*, Madrid, viuda de Alonso Martin, 1626. (O autor indica como seus predecessores, em Portugal, Garcia de Resende, Rui de Pina, Damião de Góis, Duarte Nunes de Leão, P.^o António de Vasconcelos e Pedro de Mariz).

(12) Francisco Homem de Abreu, *Cholobulemanaction id est, praeceptum iudicium principum [...]*, Salmanticae apud Hyacinthum Taberniel, 1628. Trata-se da «Repetición de su cathedra de Prima de Latinidad deste ano» (1628). A obra foi também publicada, na mesma data e pelo mesmo impressor, em língua castelhana sob o título *Desacierto de Principes*, segundo Caetano de Sousa.

O «Juízo Precipitado dos Principes» apresenta, dentro dos exemplos modernos, a execução de D. Fernando, duque de Bragança. (Cf. *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. I p. 15).

(13) Dentro da problemática deve citar-se ainda Manuel Severim de Faria, *Regras de estado do perfeito Principe tiradas da vida delRey Dom João 2.^o de Portugal*, BNL, COD 917, fl. 104-107 v.

(14) A história de D. João II não pode dissociar-se, como é bem conhecido, de uma fase da Casa de Bragança que a corrente autonomista, sob o domínio filipino, enaltecia. Torna-se necessário, assim, ter em conta pelo menos mais duas obras da mesma época das já indicadas: a de Agostinho Manuel de Vasconcelos, *Vida de Don Duarte de Menezes, tercero conde de Viana, y sucessos notables de Portugal en su tiempo*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1627 e a de Gaspar Dias de Landim, *O infante D. Pedro — Chronica inedita por [...]*, Lisboa, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1892-1894, 3 vols.. O título do editor sintetiza uma longa e enunciativa epigrafe.

A redacção desta obra teria começado cerca de 1622-1625 e terminado depois de 1630. (Cf. Jean Colomés, «Hispanisants portugais du XVII^{ème} siè-

situdes da edição da obra de D. Agostinho Manuel de Vasconcelos assim o confirmam.

2. *A Vida y acciones del Rey Don Juan el segundo decimotercio de Portugal*, embora estivesse redigida em 1624, só foi publicada, em Madrid, em 1639 (15). Nenhum dos seus biógrafos, até hoje, apresentou razões seguras de tal atraso.

Francisco José Caeiro (16), que em 1971 procurou reabilitar a memória do implicado na conspiração de 1641, que lhe havia de custar a cabeça, sugere que a obra não foi editada em Portugal, em 1624, por embargo dos vigilantes «das aspirações e movimentos bragancistas». A censura política não teria, assim, permitido a divulgação de um trabalho onde era exaltada a casa

cle. D. Agostinho Manuel de Vasconcelos et la défense des Bragances», *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*, Lisboa, 1947, tomo XI, nova série, p. 198, nota 1.

Sobre o valor histórico da crónica de *O infante D. Pedro* vide Humberto Baquero Moreno, «Do valor histórico de Gaspar Dias de Landim», *A Historiografia Portuguesa anterior a Herculano. Actas do Colóquio*, Lisboa, Ac. Port. de História, 1977, p. 177-195. Cf. ainda, do mesmo autor, «A regência do Infante D. Pedro segundo a historiografia portuguesa contemporânea», *A Historiografia Portuguesa de Herculano a 1950. Actas do Colóquio*, Lisboa, Ac. Port. de História, 1978, p. 181-199.

As pressões a que se sujeita quem se dedica à história contemporânea, quando considerada como «fiscal de Príncipes», são bem conhecidas. Com exagero, no entanto, afirmou-se: «los escritores que escriven a la vista dellos, no se deve dar muito credito [y aun ninguno] a lo que escriven». (Manuel de Faria e Sousa, *op. cit.*, tomo III, p. 151).

(15) Na imprensa de Maria de Quiñones. A data de 1624 é indicada pelo prefaciador da obra, chantre de Córdova e capelão de honra de Filipe IV. D. Agostinho Manuel de Vasconcelos, por seu lado, na *Vida de D. Duarte de Menezes*, afirma já ter tratado longamente da «vida y acciones» de D. João II, o que pressupõe estar a obra composta (ou quase pronta) em 1627. (Cf. liv. III, p. 90). Alguns acrescentos, pelo menos, sofreu posteriormente. (Cf. *infra*, nota 37.)

(16) Cf. Francisco José Caeiro, «Reabilitação do Historiador D. Agostinho Manuel de Vasconcelos», *Anais da Ac. Port. de História*, vol. 21, Lisboa, 1972, p. 9-205. A comunicação à Academia foi feita em 12 de Novembro de 1971 e constitui o mais extenso estudo sobre D. Agostinho Manuel de Vasconcelos. Fica reabilitado como historiador, mas não provada a não participação na intentona.

de Bragança. Curiosamente, porém, considera a vigilância menos apertada em Madrid, onde já em 1629, como refere, a obra estava a ser impressa (17).

O alicerce desta hipótese encontra-a Francisco Caeiro nas tranquilizantes dedicatórias ao príncipe herdeiro, na *Vida y acciones del Rey don Juan el segundo*, e ao conde-duque de Olivares na *Sucession del señor Rey Don Filipe segundo en la corona de Portugal*, também de 1639. Nenhuma destas posições, no entanto, se nos afigura consistente.

Jean Colomès (18), que em 1947 apresentou o melhor estudo publicado até então sobre D. Agostinho Manuel, singelamente declara desconhecer as razões que levaram a protelar a edição do volume. Aventa, no entanto, conjecturas: a possibilidade do autor ter encontrado em Madrid protectores poderosos (o que parece ser incoerente com a demora) ou o desejo do autor de aperfeiçoar o manuscrito (19). Esta hipótese deve-a ter admitido como mais plausível dado que considera Ferreira e Sampaio gozar do privilégio da prioridade do tema. Sendo assim, D. Agostinho Manuel teria deixado «passer treize ans avant de publier sa biographie, complétant et modifiant sa première rédaction» (20).

Joaquim Veríssimo Serrão, por sua vez, em 1973, segue a opinião de Colomès, afirmando continuar-se a ignorar as razões do protelamento editorial (21) e Humberto Baquero Moreno,

(17) Cf. *idem, ibidem*, p. 71 *seqq.* Sobre a data da impressão cf. *infra*, nota 37.

(18) Cf. *op. cit.*, p. 186-237 e, no mesmo volume, «Hispanisants portugais du XVII^{ème} siècle. D. Agostinho Manuel de Vasconcelos. Notes additionnelles», p. 274-291. Nesta obra, e na de Francisco Caeiro, se indica bibliografia anterior sobre D. Agostinho Manuel de Vasconcelos.

(19) Cf. *idem, ibidem*, p. 202.

(20) Cf. *idem, ibidem*, p. 280. Tanto Jean Colomès como Francisco Caeiro não deixam de tecer outras hipóteses baseadas numa possível queda em desgraça de D. Agostinho Manuel de Vasconcelos em virtude da posição que nas suas obras tomou em favor de D. Pedro, duque de Coimbra, e na indiscrição cometida, a favor do futuro D. João IV, na redacção do testamento de D. Teodósio. Esta última apreciação encontra-se já abonada, por D. Francisco Manuel de Melo, mas necessita de ser documentada.

(21) Cf. *op. cit.*, p. 104. Na nota 1 da p. 106 declara conhecer a comu-

em 1977, limitou-se, quanto a este aspecto, a reproduzir, citando, Veríssimo Serrão (22).

3 — Uma linha de força da *Vida y acciones del Rey Don Juan el segundo* é a firme oposição do Príncipe Perfeito aos grandes, à autoridade absoluta dos senhores vivendo acima da lei (23). Não admira, por isso, que D. Afonso V, dentro da nova orientação antiaristocrática do poder, surja como as «delicias da nobreza portuguesa» (24) e a sua morte tivesse sido sentida por ela como «tristíssima» (25).

É esta luta contra a grande nobreza e a forma como foi realizada, o lado trágico do reinado. Ao heróico, às «acciones de prudencia y religion deste Rey» (26), opõem-se algumas atitudes «precipitadas y sangrientas, castigos y muertes hechas por suas proprias manos, y otras executadas a voz de pregorero de ultimo suplicio» (27).

D. Agostinho Manuel, prestando culto à verdade, vai expor, igualmente, umas e outras acções. A biografia de D. João II tem

nicação de Francisco Caeiro, acima citada, mas não a aproveitou por se encontrar no prelo.

(22) Cf. «Do Valor Histórico de Gaspar Dias de Landim», cit., p. 183, nota 4. A publicação tem a data de 1977, mas o colóquio realizou-se em 1976.

Em 1978, Luís Reis Torgal, *op. cit.*, vol. II, Apêndice, apresentou uma pequena síntese da vida e obra de D. Agostinho Manuel de Vasconcelos, mas seguindo apenas Francisco Caeiro.

(23) D. Agostinho Manuel de Vasconcelos, *Vida y acciones del Rey Don Juan el segundo*, p. 126. Outras referências: «[...] siempre fue opuesto a los Grandes: i quanto pudo se ocupò en les hazerlos, i hazer criaturas de menos grandeza, mas de igual calidad» (p. 65-66). «Aborrecia sumamente el seguio de los grandes, i quanto ellos mas estudiavam en tenerlo, con artificio impedia aver efeto su intercession, porque no se mostrasen poderosos, notando estas recomendaciones por mui dañosas» (p. 58).

(24) *Idem, ibidem*, p. 68.

(25) *Idem, ibidem*, p. 78. Outras expressões semelhantes: «a nobreza amou tiernamente al difunto [Afonso V] i la plebe al vivo [D. João II]» (p. 52). Os nobres temiam o filho e amavam o pai (p. 42). D. Afonso V, o melhor homem, fazia-se amar; D. João II, o melhor rei, fazia-se temer (p. 42).

(26) *Idem, ibidem*, palavras *Al lector*, de Hernando de Soria Galvarro.

(27) *Idem, ibidem*. Sobre a reacção política dos «grandes» de Castela perante a monarquia autoritária vide, por exemplo, Juan Ignacio Gutiérrez

de exprimir, ao mesmo tempo, «os sucesos validos e desiguales suyos» (28) «con lisura, sin la pasion, i silencio que otros actores» (29).

Uma das felicidades do seu tempo, como confessa, era precisamente «poder cualquier entender lo que quiere, i dezir lo que entiende» (30). E o seu entendimento, colocando a história ao serviço da «república», não a podia conceber «solamente escrita con la verdad de los acaecimientos» (31). Para que fosse útil tornava-se necessário ultrapassar a narrativa, passar à compreensão: «tiene sequedad» a história onde se não «descubran los consejos, i se haga examen dellos» (32). O que pressupõe discurso subjectivo, indicações autobiográficas. Por isso, entre as calamidades do reinado, procura «hazer juizio, como de acciones no ociosas, ni sucedidas acaso» (33).

Nieto, *Las comunidades como movimiento antiseñorial*, Barcelona, Editorial Planeta, 1973, p. 291 *sqq.*

(28) *Idem, ibidem*, p. 67.

(29) *Idem, ibidem*, p. 76. Na *Vida de D. Duarte*, p. 90, havia já afirmado que sobre a vida de D. João II tinha discorrido, em relação aos predecessores, «con menos adulacion, i màs certeza».

(30) *Idem, ibidem*, p. 4.

(31) *Idem, ibidem*, p. 5 para esta citação e as expressões seguintes entre aspas.

(32) A mesma opinião tinha D. Francisco Manuel de Melo, no *Hospital das letras*: «É bem verdade que a História se quer vestida e revestida de juízos, sentenças, secretos, malícias e discrições; porque, enfim, uma História nua, sobre desonesta, é desaproveitada». (Cf. Francisco Manuel de Melo, *Apólogos Dialogais*, Lisboa, Sá da Costa, 1959, II vol., p. 212). Agostinho Manuel de Vasconcelos teria seguido a melhor via de escrever história, dado que esta «não só consente, mas requer no historiador que entreponha seu juízo, quando refere as acções, e sobre ela levanta discursos, como não sejam alheios ou políticos». (*Idem, ibidem*, p. 246). Logo, condenação da história «seca e infrutuosa». (*Idem, ibidem*, p. 246).

(33) Ao historiador «não serve o discurso ao acaso; antes o caso serve ao discurso, sendo contado como acaso tudo o que se conta». (D. Francisco Manuel de Melo, *op. cit.*, p. 212). Atente-se que o autor procura explicar o sucesso político do *historiador* Tácito. Recorde-se que D. Agostinho Manuel de Vasconcelos ao considerar a história como mestra da vida entende que «ninguna parece mas justa de proponerse, que las de Principes excelentes,

O prefaciador da *Vida y acciones del Rey Don Juan el segundo* considera que D. Agostinho Manuel de Vasconcelos conseguiu realizar este desiderato de modo correcto: furtou-se, «algun tanto diestramente» a apresentar certos dados, quando a história não sofria com esta posição; quando, porém, lhe não podia fugir, quando não era lícito calar-se em virtude da «rigurosa ley con que es obligada la historia à la verdad» — verdade «que es alma y essencia de la historia (34) — os factos foram tratados «con mucho recato, y modestia» (35). Nem todos os censores, porém, eram da mesma opinião.

4. Em 1629, depois de ter obtido as licenças necessárias, nelas se incluindo o parecer do cronista régio, a *Vida y acciones del Rey Don Juan el segundo* estava a ser impressa em Madrid (36). Quando a obra ia já a meio, ou mais (37), o marquês de Gouveia,

para que los imiten los que alcançan la gran fortuna de reinar [...]. (*Op. cit.*, p. 4). Entre os excelentes, D. João II.

De «profissão chronista», D. Agostinho Manuel de Vasconcelos era também «estudioso político», como o qualifica o seu parente D. Francisco Manuel de Melo no *Tácito portuguez. Vida, e morte, dittos e feytos de El-Rei Dom João IV*, Rio de Janeiro, 1940, p. 20.

A política era feita de «imensos preceitos, com que [os estadistas] instruem ou destroem os governos do mundo (*Arte de Furtar*, cap. LX, início). Muitos deles eram colhidos na história sacra e profana. Uma «ordinaria lição de maximas, preceitos, & doutrinas, da mais rigurosa, & apurada política que ou pellos livros se ensina, ou nos reais conselhos se pratique» havia cursado Pedro Barbosa Homem junto de D. Afonso Furtado de Mendonça, a quem dedica os *Discursos de la juridica y verdadera razon de estado*[...]. (Citação da dedicatória). Uma forma corrente de aprender. De modo semelhante procedeu o conde-duque de Olivares, no dizer de D. Francisco Manuel de Melo: «Os livros politicos, & historicos ã professára, lhe havião deixado algũas maximas improporcionadas ao humor de nossos tempos[...]». (Cf. *Epanaphoras de varia historia portugueza*, Lisboa, 1660, p. 120).

(34) Transcrito em Francisco Caeiro, *op. cit.*, p. 48.

(35) D. Agostinho Manuel de Vasconcelos, *op. cit.*, *Al lector*.

(36) Como prova o documento número 1, *infra*. Para a mesma data remete o autor no início da obra: «trato de un Principe, que ha 134 anos que florecio[...]». (Cf. p. 4).

(37) Como se infere dos documentos publicados *infra*. Atente-se que os exemplares que consultámos, pertencentes à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e à Biblioteca Nacional de Madrid, parecem ser formados, no que diz respeito ao coser dos cadernos, por duas partes. A primeira ter-

casado com D. Maria de Lencastre, embargou no Conselho de Estado de Castela a sua publicação (38). Para o efeito apresentou um memorial donde deveriam constar as passagens impugnadas e, certamente, os motivos.

Foi encarregado de se pronunciar sobre os argumentos do embargo, depois de ouvir D. Agostinho Manuel, o predicador régio Frei Francisco de Jesus (39). A questão fundamental, segundo decorre do seu parecer, residia na competência da Casa de Aveiro com a de Bragança.

A Casa de Aveiro, como única descendente de D. João II, considerava-se menoscabada pela forma como D. Agostinho Manuel tratou o Príncipe Perfeito que, movido pelas conveniências de Estado, abateu com severidade a nobreza através da luta com a Casa de Bragança (40).

mina na página 158. Ora, na página 160, o autor refere que D. João, oitavo duque de Bragança, era casado «i tiene sucesores». Significa esta informação que a página foi impressa depois de 18 de Setembro de 1636. (Nesta data o duque de Bragança tinha dois filhos vivos. O segundo, nascido em 1635, viveu poucas horas). (Cf. Hipólito Raposo, *Dona Luísa de Gusmão*, Lisboa, 1947, p. 133).

Na mesma página D. Agostinho Manuel de Vasconcelos fez ainda referência a D. Duarte que «oi vive sirvimdo en las guerras de Alemania», o que permite atribuir-lhe data semelhante (entre 1634 e 1638). O privilégio de impressão da *Vida y acciones* [...] é de 10 de Outubro de 1638. No dia 20 chegou a Portugal D. Duarte.

Francisco Caeiro, *op. cit.*, p. 71, nota 61, refere que nas páginas 159-160 o autor informa que a obra estava a ser impressa em Madrid em 1629. Não localizámos a citação. Estaremos em presença de um exemplar com folha diferente ou de lapso de localização da referência?

(38) Cf. *infra*, documentos 1 e 2. O marquês de Gouveia, D. Henrique da Silva, casou em terceiras núpcias, em 28 de Abril de 1625, com D. Maria de Lencastre, filha de D. Álvaro e de D. Juliana de Lencastre, terceiros duques de Aveiro. (Cf. António Caetano de Sousa, *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, Lisboa, 1743, tomo X, p. 141).

(39) D. Agostinho Manuel teve acesso prévio ao libelo acusatório, por via particular, como suspeitou Frei Francisco de Jesus. (Cf. *infra*, doc. n.º 1).

(40) D. João II, «gran politico i sabio en el arte de Reinar» usou dos «medios que le ofreció la prudencia de estado, que no siempre elige lo mas justificado, sino lo mas conveniente» (D. Francisco Manuel de Vasconcelos, *Vida y acciones del Rey Don Juan el segundo*, p. 345). No abatimento da

Frei Francisco de Jesus considera, sob o ponto de vista histórico, improcedentes os argumentos do marquês de Gouveia: todos os historiadores, antigos e modernos, são concordantes nesta matéria (41). Os sucessos em questão eram de tal natureza que não seria possível a historiografia ignorá-los. Os interessados, porém, poderiam desejar, como se compreendia, que semelhantes feitos fossem colocados numa perspectiva que lhes não desse relevo. O marquês de Gouveia, poderia, assim, pretender que D. Agostinho Manuel tratasse com «mas dulcura y menos dureça que las que tiene [...] en el estylo con que los refiere». Mas a atitude de D. Agostinho Manuel — que para além da sua interpretação transcreve a dos outros autores (42) — leva-o a não calar nada, sem outro intento que a verdade do sucesso, dado que trata de um «caso de cuya justificacion dudan los prudentes, suspēde a los escrupulosos, i califican solamente los ignorantes» (43).

A posição assumida por D. Agostinho Manuel, em virtude da sua raridade, devia ser louvada, e não condenada. De resto, a narrativa dos sucessos, vista do lado de Castela, não tinha

nobreza procedeu como se tivesse conquistado o reino, a julgar pelo retrato que D. Agostinho Manuel de Vasconcelos fez de D. António, Prior do Crato. D. António «era mässo, afable, cortès, liberal, y clemente. Estas virtudes eron mejores para exercitalas despues de hecho Rey, que para hazerse Rey, porque le faltava la astucia, la dissimulaciã, el valor, la cautela, y la severidad, calidades muy proprias, de quien trata de introducir Imperios, siendo los medios suaves, mas para cõservalos que para adquirilos». (Cf. Agostinho Manuel de Vasconcelos, *Sucession del señor rey Don Filipe segundo en la corona de Portugal*, Madrid, Pedro Tazo, 1639, p. 21v.-22). Com a mesma imagem de virtuosidade política apresentou Damião de Góis a figura de D. João II, contraposta à de D. Manuel I. Sobre a problemática vide Joaquim Veríssimo Serrão, *A historiografia portuguesa. Doutrina e crítica. Vol. I. Séculos XII-XVI*, Lisboa, Editorial Verbo, 1972, p. 161 *seqq.* com bibliografia. *Idem*, *Damião de Góis, o historiador*, Lisboa, 1976, separata de Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, tomo XVII.

(41) «Con mui poca ò ninguna diferencia», como diz Frei Francisco de Jesus. (Cf. *infra*, doc. 1).

(42) Cf. Agostinho Manuel de Vasconcelos, *Vida y acciones [...]*, p. 126.

(43) *Idem, ibidem*, p. 76.

inconvenientes. O relator do parecer considerava, no entanto, que Portugal podia não ter o mesmo ponto de vista de Castela. As suspeitas dos inconvenientes podem ser de qualidade «que miradas alla se tubieran por grandes pareciendo aca ningunos». Por isso se admira Frei Francisco de Jesus que os embargos não fossem levantados perante a Coroa portuguesa, «quicá de intento, y aun por ventura con emulacion».

Para a apreciação dos embargos por parte de Portugal se inclinaria o relator se a impressão da obra não estivesse tão adiantada. Considerando tudo, porém, concluía ser de parecer que a *Vida y acciones del Rey Don Juan el segundo* acabasse de ser impressa, bastando para isso a licença ordinária que já tinha, «sin que se haga mençion de alguna otra maior diligencia».

O parecer foi assinado por Frei Francisco de Jesus em 19 de Dezembro de 1629. Em 31 de Janeiro do ano seguinte, no entanto, o Conselho de Estado, baseado na dúvida levantada pelo relator, emitia juízo de que se devia remeter a questão a Portugal, «por ser la historia tocante aaquella Coroa». Começou então um longo processo onde houve «mucha contradicion hecha con vanos fundamentos, que se fin bastaron a determinar, y hazerla passar por diversos y rigurosos examenes» (44).

Contra a oposição reagiu, naturalmente, D. Agostinho Manuel de Vasconcelos. Um momento dessa reacção encontramo-lo expresso, em tom dorido, na própria obra embargada. Se os descendentes de D. João II se importavam com a fama do monarca, melhor fora, por exemplo, que intensificassem as diligências junto da Igreja para averiguar se houve ou não milagre na incorrupção do corpo em vez de tanto se preocuparem «en afectar de que todas as acciones de su vida fueron inculpables, siendo assi, que en algunas obró como hombre, cuyas imperfecciones fueron mas defectos que vicios» (45). Ao concordar politicamente com as atitudes extremas que D. João II tomou, D. Agostinho Manuel de Vasconcelos absolveu o rei, condenando o

(44) *Idem, ibidem, Al lector*, palavras de Don Hernando de Soria Galvarro.

(45) *Idem, ibidem*, p. 344-345.

homem. A dupla absolvição, política e moral, deveria ser tentada através de um processo de beatificação, cujo accionamento caberia sobretudo aos descendentes, a quem se não considerava «ni obrigado ni ofendido» (46). A história que empreendeu não se destinava à apologia ou detracção da descendência: pretendia apenas mostrar aos portugueses, despertando-os, como os seus maiores actuaram no governo de um «Príncipe valeroso, governador sabio, i concertado padre de familias» (47). Teria sido esta uma forma de compromisso com os seus censores?

O embargo da edição não podia ter deixado de ecoar nos meios cultos, nomeadamente em Évora e Coimbra. Com efeito,

(46) Como afirmava antes do embargo de 1629, ao declarar que tratava de um Príncipe «cuya sucession legitima acabó aun en su vida, y aunque ai decendientes suyos, no los conozco por injuria ni beneficio: y assi ni obligado, ni ofendido emprendi esta accion: mas solamente por renovar el uso antigo, y despertar a los portugueses a la virtud, i valor de sus mayores, i mostrarles como se portaron en el gobierno de un Principe valeroso, governador sabio, i concertado padre de familias». (Cf. D. Agostinho Manuel de Vasconcelos, *Vida y acciones* [...], p. 5).

(47) A questão da bastardia de D. Jorge, fundador da Casa de Aveiro, estaria, pelo menos de modo implícito, no memorial apresentado pelo marquês de Gouveia?

Como se sabe, uma das censuras feitas à *Crónica do Príncipe D. João*, de Damião de Góis, refere-se à ilegitimidade do primeiro duque de Bragança e de um casamento a furto do seu primogénito. (Cf. Graça Almeida Rodrigues, *Crónica do Príncipe D. João de Damião de Góis. Edição crítica e comentada*, Lisboa, Universidade Nova, 1977, p. 46, nota). Considere-se, no entanto, que Agostinho Manuel de Vasconcelos usa de reverência quando nomeia o bastardo e a descendência, como sucede, por exemplo, nas p. 332-333.

Não será descabido recordar que uma das acusações feitas perante a Inquisição a Manuel de Faria e Sousa, a propósito dos seus comentários aos *Lusiadas*, na qual teria participado Agostinho Manuel de Vasconcelos, foi a de «que la ama del Rey Don Manuel es alli muy escandalosa». Outras acusações, dentro da directriz que nos importa: «que se ha de alabar a todos igualmente», «que dize mal de todo officio, i professor de Artes». (Cf. Manuel de Faria e Sousa, *Lusiadas de Luis de Camoens* [...] comentados por [...], Madrid, Juan Sanchez, 1639, col. 86 e 92 da «Informacion en favor de Manuel de Faria i Sousa». Elenco de críticas de homens mentalmente moldados pela censura oficial, como espelha o índice censório e expurgatório de 1624.

Sobre a intervenção de Agostinho Manuel de Vasconcelos na denúncia dos comentários de Faria e Sousa vide Francisco Caeiro, *op. cit.*, p. 60 *seqq.*

uma sátira localizada nesta última cidade, sob a forma das Festas da Rainha Santa, fez desfilar no cortejo a figura de D. Agostinho Manuel de Vasconcelos com este mote: «No governo, e mais no Paço / me embargarão sem tom, nem som / o meu livro, e o meu dom» (48). A legenda era encimada pela imagem de «hum governador e a meza do Paço».

O parecer do Desembargo do Paço deveria ter-lhe sido favorável, acabando as autoridades de Castela, uns nove anos depois do embargo, por autorizar a publicação. Com efeito, em 10 de Outubro de 1638, D. Agostinho Manuel obteve o direito de privilégio de impressão, a qual foi taxada em 15 de Abril de 1639, tendo finalmente saído a público, no mesmo ano em que difunde um manifesto político dos direitos da Casa de Bragança, sob a forma «mentirosa» de *Sucession del señor Rey D. Filipe segundo en la Corona de Portugal* (49). Em que medida esta obra teria

(48) ANTT, *Casa Fronteira*, m. VII-19, fl. 214 v. O autor do texto satírico não poupou D. Agostinho Manuel de Vasconcelos: «hia recendendo a vinho, e alho, porque levava o nariz en conserva, trovando sobre a invenção con que alcançara a filha do Polcã, vestido de muitas cores, e todas acabar, por se meter nellas sem proposito [...]». (*Idem, ibidem*). (Crítica pelo avesso, mas que mostra a animadversão pública a D. Agostinho Manuel de Vasconcelos, como igualmente se patenteia na sátira indicada na nota seguinte).

D. Agostinho Manuel de Vasconcelos casou a segunda vez com D. Margarida de Albuquerque, filha de D. Diogo Saldanha e de D. Ana Lobo. (Cf. António Caetano de Sousa, *op. cit.*, tomo IX, p. 218-219).

(49) Sobre a análise desta obra vide Francisco Caeiro, *op. cit.*, p. 81 *seqq.* e Jean Colomès, *op. cit.*, p. 220 *seqq.*, onde se chama a atenção para a crítica de Quevedo. O qualificativo de *mentirosa* é do autor do *Testamento de Miguel de Vasconcelos feito no Inferno*, publicado por Gastão de Melo de Matos em «Panfletos do século XVII», *Anais da Ac. Port. de História, Ciclo da Restauração*, X (Lisboa, 1944), p. 40. (Esta passagem, assim como algumas outras indicadas por nós, foi também utilizada por Jean Colomès e Francisco Caeiro, embora noutro contexto. Aproveito a oportunidade para chamar a atenção de que um manuscrito das *Cortes Políticas de Apolo*, atribuídas a D. Agostinho Manuel de Vasconcelos, se encontra no ANTT, Casa Fronteira).

Foi fácil a Quevedo, depois da Restauração, fazer a sua leitura da *Sucession* [...]: «Empezemos por el libro y por el fin de todo el libro, desde el principio al fin. Este es claro, y no disimulado de representar por claro y unico juridicamente el derecho, que el llama, en el duque de Berganza al reino

contribuído para desbloquear a *Vida y acciones del Rey Don Juan el segundo*, embargada pela Casa de Aveiro? Como foi encaminhada a decisão final? Continuamos a ignorar, embora saibamos, desde agora, a direcção que devem tomar as investigações tendentes a dilucidar a problemática.

ANTÓNIO DE OLIVEIRA

de Portugal». (Cf. *Obras de Don Francisco de Quevedo Villegas*, Madrid, M. Rivadeneyra impressor-editor, 1859, tomo I, p. 278). Mas a *Succion* [...] é mais do que uma argumentação de direitos: é um grito nacionalista, embora de um homem, como eufemisticamente disse Francisco Manuel de Melo, «de melhor entendimento que vontade». (Cf. Francisco Manuel de Melo, *Tácito Portuguez* [...], p. 20).

DOCUMENTOS

1

1629, Dezembro, 19 — Parecer de Frei Francisco de Jesus sobre o embargo da impressão da *Vida y acciones del Rey Don Juan el segundo*, de D. Agostinho Manuel de Vasconcelos.

+

Açerca de esta Historia del Rey de Portugal Don Juan el 2.º cujo autor es Don Agustin Manuel, é procurado entender los fundamentos de la contradiccion que se le haçe à la impression de ella que tiene yà començada, y por otra parte è oido las raçones con que el dicho auctor se defiende de todo, mostrandose tan sabedor de ello, como se se le ubiera dado traslado. De manera que el primer presupuesto con que yo admiti el juiçio de esta controversia, que fue el secreto, à faltado aqui, cosa que à otro pudiera ser de algun embaraço para la libertad que requieren semejantes resoluciones.

La parte declarada contrà esta Historia es la casa de Avero en compe-tençia de la de Vergança, pareçiendole que çede en menoscabo de su grandeça qualquiera nota que se pusiere en las acciones del Rey Don Juan, por ser ella su solo y unico descendente. Pero supuesta la verdad de los suçesos en que no puede alterar algo la historia, y la contestaçion de ellos que haçen casi todas las antiguas y modernas que an escrito de este Rey con mui poca ò ninguna diferençia, parece que vienen à ser vanos los fines de esta contradiccion, como naçidos de solo temor sin otras maiores pruebas que los rezelos que con este se suelen formar es asi que en algunos de los suçesos mas terribles y que por lo mismo le son menos evitables à esta História pudieran dessear los interesados en ellos mas dulcura y menos dureça que las que tiene este historiador en el estylo con que los refiere, pero esto es mas para dessearlo como raro que para pedido como deuda forçosa lo que mas me hiçiera reparar en esta Historia es, que siendo tån natural su recurso à la corona de Portugal, à quien sin duda tocava por muchos mas titulos que à esta el juzgar de sus conveniencias aja huído de esto y quiça de intento, y aun por ventura con emulacion. Porque lo menos que de aqui se infiere son sospechas de algunos inconvenientes de tal calidad que mirados alla se tubieran por grandes pareçiendo aca ningunos. Y assi confesso que esto con lo demas que la materia fuera dando de si me obligara à haçer de ella diferente juiçio à ser otro su estado del que yà tiene. Mas supuesto que este autor alcanço yà licencia de Vuestra Alteza con todos los requisitos que para esta suelen preçeder y que en virtud de ella està yà la impresion tån adelante, me parece, mirado el caso

à todas luzes que es de menor consequençia que passe asi por esta vez, saliendo la tal Historia con la aprovaçion ordinaria que yà tiene sin que se haga mençion de alguna otra maior diligençia.

Y obligado de esta ocasion, devo en ella representar à Vuestra Alteza quàm desacreditada se halla oy nuestra naçion açerca de las estrangeras por las historias que en ellas se escriben tàm defectuosas en todo respeto de las leies rigurosas que devieran guardar, que les sobra raçon para lo menos que haçen, que es el desestimarlas. Y dexando mucho que en esta conformidad se pudiera deçir, solo me valdrè de lo que agora està tan a los ojos, que es la 5.^a parte de la Historia Pontifical que à compuesto un frayle de my orden aragones llamado fray Marcos de Guadalaxara, el qual sin mas notiçias que las que puede alcançar de gaçetas y de otras relaçiones semejantes juzga en las maiores materias como le pareçe, y desvio con mui corto talento. Y en esta 5.^a parte solo por haçer maior volumen se mete à historiar lo que aqui passò con el Principe de Galles hasta tocar en los tratados mas secretos, siendo çiertas aqui dos cosas, la una que el lo ignora todo, no aviendo visto (como confiessa) los papeles de estado que lo contienen, y la otra que referido todo este suçeso con menos puntualidad ò con menos destreça de las que convienen, podria ser en mucho deserviçio de Su Magestad y de toda esta monarchia, y mas siendo esta la primera historia que dara notiçia de el tal suçeso. Creo que aun se està à tiempo para el remedio porque la impressiòn va corriendo, y aun no à llegado à este punto. Vuestra Alteza lo mandara ver y proveera lo que mas convenga. En el Carmen à 19 de Deçiembre de 1629

Fray Francisco de Jesus [Ass.]

(AGS, *Estado*, Portugal, leg. 2648, n.º 255)

2

1630, Janeiro, 30 — Parecer do Conselho de Estado sobre a impressãõ da obra de D. Agostinho Manuel de Vasconcelos, mandando remeter à coroa de Portugal a apreciaçãõ dos embargos.

+

Señor

Don Pedro Marmolejo en un papel para Don Juan de Villela de 19 de Diziembre del año passado representa que Don Agustin Manuel cavallero portugues pidio liçençia en el Conseejo para imprimir la historia del rey de Portugal Don Juan el segundo y aviendo passado por la censura de los mas peritos en historia y aprovados por coronistas de Vuestra Magestad se le dió liçençia en la forma acostumbrada y estando usando della y impreso ya la mitad de la historia se mando por el Consejo parase la impresiòn y assi no se imprime,

que la razon desta suspension fue que çierta persona (que cree hera el marques de Gobeia) dio un memorial al presidente Carvajal[?] con motibo y razones para impedir la prosecucion de la impresion y se dirigian a que era contra la cassa de Vergança (o de Avero sin saber el dicho Don Pedro qual de las dos). Ordeno el Consejo que sin embargo de la liçençia dada y estar comenzado a imprimir se cometiese de nuevo al padre Maestro Fray Francisco de Jesus predicador de Vuestra Magestad y que viese el memorial referido y sobre las notas del y lo de mas que le pareçiese le informasen las partes interesadas y el mismo autor. (Se ordeno esto por saber lo que se motibava) (1). Y porque estava ya cassi impresa y saliese la resolucion mas açertada lo tubo el dicho padre Fray Francisco de Jesus mas de dos meses y se le bolvio con la censura inclusa que aviendolo visto todo en el Consejo se le ordeno lo embiase al dicho Don Juan de Villela para que se viese en el Conssejo de Estado como Vuestra Magestad lo tiene mandado por su real decreto para que no se de liçençia para imprimir libro de historia sin que primero preçeda la censura del dicho Conssejo y no solo en los libros futuros sino de algunos que de un ano a esta parte se han permitido.

Y haviendolo visto el Conssejo le pareçe que Vuestra Magestad podria servirse de mandar que este negocio se remita al de Portugal por ser la historia tocante aaquella corona.

Su Magestad mandara lo que mas fuere servido. En Madrid a 31 de Enero 1630

[Três rubricas]

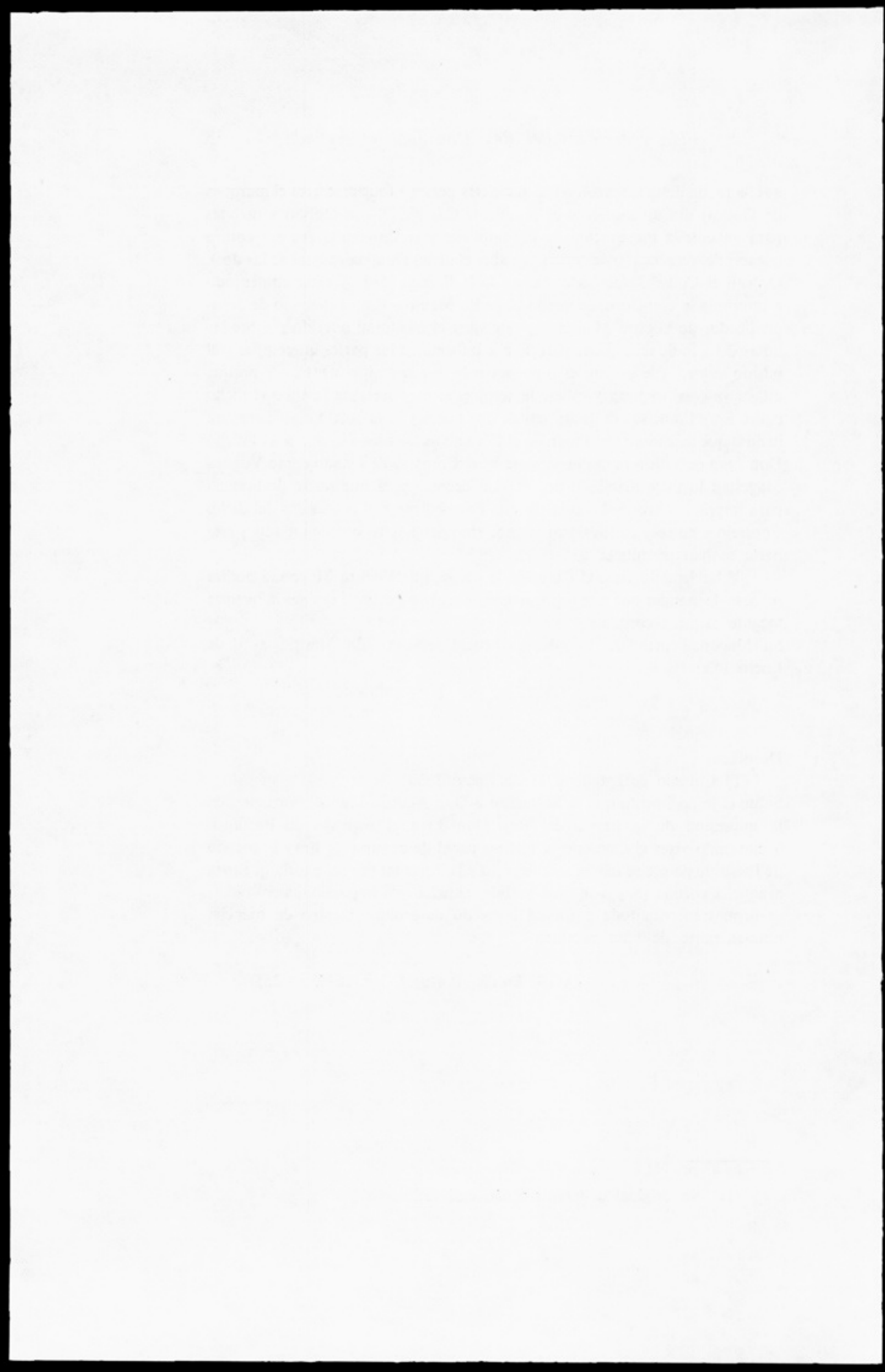
De officio

El Consejo de Estado a 31 de Enero 1630

Sobre el impedimento que se ha puesto a Don Agustin Manuel portugues en la impresion de la istoria del Rey Don Juan el segundo de Portugal. Y haviendo visto el Conssejo el incluso papel de censura de Fray Francisco de Ihesus le pareçe se remita este negocio a la Portugal por ser istoria que toca a aquella corona [Segue-se uma grande mancha que impossibilita averiguar se ficou transcrita toda a última linha do despacho. Dentro da mancha nota-se parte de uma rubrica].

(AGS, *Estado*, Portugal, leg. 2648, n.º 255)

(1) No original o parêntese não está fechado.



EXPOSIÇÕES INDUSTRIAIS EM COIMBRA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX (1)

1. *Contexto e importância das exposições industriais*

As exposições efectuadas em Coimbra nos anos de 1869, 1884 e 1894 merecem alguma atenção. Todavia, antes da sua abordagem afigura-se-nos pertinente fazer determinadas considerações de carácter geral sobre as exposições — ou exposições-feiras —, em virtude de se tratar de um tema pouco estudado e divulgado, tanto pela historiografia portuguesa como pela estrangeira.

De entre os diversos tipos de exposições — artísticas, agrícolas, pecuárias, industriais, etc. —, foram sem dúvida as exposições industriais que se revestiram de maior relevo na segunda metade do século passado. Mesmo nas exposições a que poderemos chamar «mistas», eram as secções relativas à indústria que patenteavam maior número de artigos e de inovações. Remontando as exposições industriais à segunda metade do século XVIII — as de Londres (1757), Praga (1791) e Paris (1798) terão sido as primeiras —, foi só a partir dos meados do século XIX que as exposições (universais, internacionais, nacionais, regionais ou locais) se sucederam com mais frequência. Londres, Paris, Viena, Filadélfia e Barcelona são apenas algumas das grandes cidades que levaram a cabo estas realizações. Mas, como explicar a «febre» dos referidos certames nos anos de 1850 a 1900?

De forma sucinta, diremos que factores de ordem económica, social, cultural e política favoreceram a sua realização. Econo-

(1) Ao texto, sobre o assunto em epígrafe, inicialmente publicado no *Diário de Coimbra* (de 28 e 30 de Junho e 1, 3, 4 e 8 de Julho de 1980), introduzimos algumas alterações e acrescentámos as notas.

micamente, atravessava-se um período de intensa industrialização (2), havendo da parte dos países tecnologicamente mais desenvolvidos — Grã-Bretanha, França, Bélgica, Alemanha e Estados Unidos da América do Norte — o máximo interesse e premente necessidade de publicitarem e venderem os seus produtos, para o que seria vantajoso estimular e universalizar o comércio. No programa da Exposição Universal de Viena (1873), menciona-se expressamente «a grande influência que na indústria nacional exerce o comércio universal, porque este, progredindo incessantemente, abrindo pelo próprio poder novos campos à sua actividade, prossegue na sua marcha irresistível... sem se deter em nenhuma fronteira política e considerando todos os países somente como pontos de produção ou de consumo» (3). Sob o ponto de vista social, o crescimento demográfico, por um lado, e a libertação de mão-de-obra agrícola, por outro, fizeram aumentar o número de braços disponíveis para a indústria, o que, cumulativamente com o dinamismo e o desejo de lucro da burguesia industrial, contribuía para que se procurasse desenvolver aquele sector. Quanto ao aspecto cultural, são conhecidos os rápidos progressos de várias ciências — Biologia, Química, Física, Matemática, etc. —, bem como da Filosofia e da Sociologia. O cientismo, o racionalismo e o positivismo (4) alcançam extraordinária difusão, contribuindo igualmente para a formação de um ambiente cultural receptivo às exposições (5). Por fim, do ponto de vista

(2) O que certos autores designam por «segunda revolução industrial», durante a qual a electricidade, as indústrias químicas, a metalurgia e o motor de combustão interna registaram um extraordinário progresso. Ver, entre outros, David S. Landes, *L'Europe technicienne. Révolution technique et libre essor industriel en Europe occidentale de 1750 à nos jours* (trad. do inglês), Paris, 1975, pp. 268-491.

(3) Como nas restantes citações, actualizámos a grafia. A destacada função do comércio externo para o desenvolvimento económico da Europa, no século passado, foi largamente salientada por Paul Bairoch (*Commerce extérieur et développement économique de l'Europe au XIX^e siècle*, Paris, 1976).

(4) Segundo o positivismo, era através das exposições que se realizava espontaneamente a «síntese activa» (cf. Teófilo Braga, *Systema de Sociologia*, Porto, 1908, p. 17).

(5) Além do mais, as exposições eram efectivamente «espectáculos da transformação sócio-cultural», usando a expressão de Werner Plum (*Expo-*

político, num período de tensões e disputas internacionais, a realização de certames constituía um meio de as nações mais industrializadas verem reforçado o seu prestígio na cena internacional. Por isso, já se chamou às exposições os «jogos olímpicos do trabalho».

Em Portugal, ainda que num contexto um tanto diferente daquele que acaba de resumir-se, não se ficava à margem do surto das exposições. Após a iniciativa do Marquês de Pombal — que promoveu uma exposição de manufacturas em Oeiras (1775-76) — e de outras na primeira metade de Oitocentos, foi essencialmente a partir da década de 1850 que o país começou não só a participar em exposições internacionais, como ainda a organizar certames de amplitude diversa (internacionais, nacionais, regionais e locais), as mais importantes das quais se encontram referenciadas (6).

A participação de Portugal em exposições internacionais era frequentemente aproveitada para observação e estudo dos progressos registados noutros países ou para a aquisição de bibliografia, como se comprova pelos relatórios e outros escritos — alguns ainda inéditos — de J. Andrade Corvo, J. Fradesso da Silveira, Jaime Batalha Reis e outros. Para a concretização de exposições dentro do país, sendo embora favoráveis alguns dos factores já analisados — ainda que esbatidos e à escala portuguesa —, concorria um outro elemento: a convicção de que, através das exposições, se poderia fomentar o consumo dos produtos nacionais, contrariando assim eficazmente a nociva concorrência estrangeira. Compreende-se essa perspectiva tendo presentes, quer a posição desvantajosa — por exemplo, em maté-

sições mundiais no século XIX: espectáculos da transformação sócio-cultural (trad. do alemão), «Cadernos do Instituto de Pesquisas da Fundação Friedrich-Ebert. Aspectos sociais e culturais da industrialização», Bona, 1979).

(6) Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, *Portugal. Dicionário histórico, chorográfico, biográfico, bibliográfico, heraldico, numismático e artístico*, vol. III, Lisboa, 1907, pp. 251-253; *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. II, Lisboa, 1965, pp. 165-167; José Silvestre Ribeiro, *História dos estabelecimentos científicos, litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*, t. XIII, Lisboa, 1885, pp. 95-105.

ria tecnológica — da indústria portuguesa perante a estrangeira, quer os gostos e hábitos de parte da população que, em alguns casos, preferia os artigos importados — embora de qualidade similar ou inferior aos nacionais —, o que levava certos fabricantes a colocar rótulos estrangeiros nos seus produtos. No caso das cidades de província como Coimbra, ao binómio indústria nacional-indústria estrangeira acrescentava-se o de indústria local-indústria dos grandes centros, especialmente Lisboa e Porto, situação de certo modo agravada, no que a alguns artigos dizia respeito, com a ligação das três cidades, por via férrea, a partir de 1864. Passados cinco anos, teve lugar em Coimbra a primeira exposição industrial.

2. *Exposição do distrito de Coimbra em 1869*

O estudo desta como das exposições conimbricenses que focaremos seguidamente está por fazer. É certo que, de acordo com as diligências efectuadas, supomos ser bastante escassa a documentação manuscrita que se lhes refere. Porém, as fontes impressas — livros, uma revista ilustrada (1884) e várias dezenas de artigos publicados na imprensa da época — permitem tirar algumas ilações acerca daqueles certames. Assim, as entidades promotoras e os auxílios recebidos, a adesão dos expositores e do público, a natureza, número e distribuição geográfica dos artigos expostos e premiados, algumas características das respectivas indústrias, bem como o confronto destes elementos relativos às três exposições permitem efectivamente lançar alguma luz sobre a indústria da região, ainda que não possibilitem o seu estudo exaustivo. A importância dos referidos dados sobressai também devido às conhecidas deficiências das nossas estatísticas, inclusivamente dos próprios inquéritos industriais, ao tempo realizados.

Nas ligeiras referências à Exposição de 1869, seguiremos de perto o livro intitulado *Exposição Districtal de Industria Agricola e Fabril e de Archeologia* (7) e as informações da imprensa local,

(7) Coimbra, 1869.

fundamentalmente *O Conimbricense* e *O Tribuno Popular*. A exposição foi promovida pela Associação dos Artistas de Coimbra, sendo então seu presidente Olímpio Nicolau Rui Fernandes. Realizou-se durante duas épocas (de 2 a 31 de Julho e de 16 a 31 de Outubro), em instalações do Mosteiro de Sta. Cruz (sala da Associação dos Artistas e dependências anexas). Não obstante esta ser frequentemente considerada, sobretudo em escritos posteriores, como a primeira exposição industrial do distrito de Coimbra, foram estabelecidas seis secções, das quais apenas três se referiam à indústria (extractiva e transformadora), enquanto as restantes eram de Agricultura, Arte e Arqueologia. No conjunto das duas épocas, os expositores das três primeiras totalizaram 227 (39%) e os das três últimas 351 (61%). Esta participação sugere, à primeira vista, encontrar-se a indústria no distrito ainda na infância, tendo um peso bastante secundário no respectivo contexto sócio-económico. Esse facto é comprovado por diversas outras fontes, não obstante dever reconhecer-se terem contribuído também para a distribuição indicada dois outros factores: a) o tratar-se da primeira iniciativa do género em Coimbra e o receio de alguns potenciais expositores se arriscarem, segundo boatos postos a circular, à actuação do fisco (8); b) a riqueza monumental e histórica da região, assim como a influência da própria Universidade na preparação das secções de Arte e Arqueologia. A afluência do público, mencionada pela imprensa, foi considerável, especialmente durante o mês de Julho. Coincidindo os primeiros dias da exposição com a realização das Festas da Rainha Santa Isabel, estas — como habitualmente — atraíram à cidade milhares de pessoas de diversas localidades, muitas das quais visitaram o certame. Passados os primeiros dias, foi a vez dos sócios da Associação dos Artistas e, nos últimos dias do mês, dos órfãos da Santa Casa da Misericórdia, dos alunos do Asilo da Infância Desvalida e de outros estabelecimentos citadinos, numa interessante iniciativa dos organizadores que, deste modo, ampliaram consideravelmente a função pedagógica da exposição. A promoção do certame era feita de diversos

(8) Cf. *O Tribuno Popular*, n.º 1397, de 26 de Maio de 1869.

modos, devendo destacar-se, além das cerimónias de abertura e encerramento e da publicidade em alguns periódicos, as iniciativas culturais e artísticas levadas a cabo, nomeadamente a actuação de filarmónicas e de vários artistas nas próprias instalações da exposição.

Atentemos, por último, nas secções relacionadas com a indústria (extractiva, fabril e de produtos químicos e farmacêuticos). Da extractiva, o maior número de amostras foi remetido pela Empresa do Cabo Mondego — carvão de pedra, cal hidráulica, etc. — e pela comissão do concelho de Soure — argila, gesso, lenhite e outras. A primeira demonstrava assim continuar uma já longa tradição de exploração mineira e fabril, enquanto no caso de Soure se ensaiavam as primeiras tentativas de exploração de gesso (Pinheiro) e lenhite (Alencarce), a qual se viria a revestir de certa importância alguns anos mais tarde. Quanto à indústria transformadora, verifica-se que, além de existir um reduzido número de fábricas, a esmagadora maioria era oficial e doméstica. Fizeram-se representar na exposição três fábricas de papel, respectivamente da Lousã, Serpins e Ribeira de Podentes, concelho de Penela. As duas primeiras vendiam papel para Coimbra, Lisboa e Porto. Ao sector das massas e bolachas pertenciam os artigos de duas fábricas de Coimbra, uma das quais dispunha de máquina a vapor. Uma grande oficina da Rua da Sofia, de carros de cavalos, que empregava de 12 a 14 operários, também expunha os seus artigos. A seralharia, por sua vez, estava representada, entre outros, por trabalhos das oficinas de José e António Bernardes Galinha, irmãos daquele (Manuel) que deixou o seu nome indissociavelmente ligado ao conhecido portão do Jardim Botânico (lado nascente). A cerâmica, de certa tradição em Coimbra, havia-se desenvolvido nas décadas de 50 e 60 do século passado, com o importante contributo de José Júlio César e de Joaquim Alberto Pessoa (9), que expuseram vastas colecções dos seus artigos.

(9) Ver José M. Amado Mendes, *Cerâmica em Coimbra nos finais do século XIX e inícios do século XX (Achegas para o seu estudo)*, comunicação apresentada às «Jornadas sobre cerâmica em Coimbra» (Janeiro de 1981), em vias de publicação.

A indústria do poleame estava presente através do expositor Júlio Brás de Lemos, da Figueira da Foz. Além dos artigos destes ramos, os mais desenvolvidos, muitos outros, executados em pequenas oficinas ou nos domicílios, se encontravam expostos: de sapataria, alfaiataria, funilaria, fotografia, vasilhame, tecelagem manual — com relevo para Castelo Viegas, Torre de Bera, Bera e Almalaguês —, produtos químicos e farmacêuticos, etc. Finalmente, uma referência para as tipografias representadas, com destaque para a Imprensa da Universidade, e a alguns casulos e fios de seda da Pocariça, concelho de Cantanhede, onde se teriam plantado mais de 10 000 amoreiras. Sobre a classificação, pelo júri, dos artigos expostos, pode ver-se uma lista em *O Conimbricense* (10).

Como se acaba de ver, está-se em face de uma indústria de estrutura essencialmente pré-capitalista, artesanal e ofical — na qual mal se faziam sentir ainda os efeitos da industrialização —, onde as unidades fabris (com mais de 10 operários) eram em número reduzido, a distinção entre o capital e o trabalho, em muitos casos, difícil de estabelecer e, naturalmente, onde a «questão social», ainda que presente, não conduziria a conflitos demasiado graves, devido, em última análise, ao reduzido número do operariado e à sua limitada autonomia (11). Trataremos, em seguida, da Exposição de Manufacturas de 1884, em relação à qual a de 1869 terá sido, segundo um dos promotores, «um feliz ensaio».

3. A Exposição distrital de Coimbra em 1884

3.1. A Exposição de Manufacturas do Distrito de Coimbra em 1884, como o próprio nome indica, foi um certame essencialmente industrial. A sua realização, ainda que de iniciativa local, coincidiu com outras diligências levadas a efeito pela mesma

(10) N.º 2333, de 4 de Dezembro de 1869.

(11) Detivemo-nos mais pormenorizadamente sobre esta questão em: *Para a história do movimento operário em Coimbra*, in «Análise Social», vol. XVII, n.ºs 67-68-69, 1981, pp. 603-614.

altura, o que revela estarem então as questões relacionadas com a indústria na ordem do dia. A título de exemplo, recordamos: a) a criação de uma escola industrial na Covilhã e de oito escolas de desenho industrial em diversas localidades, entre as quais Coimbra (12); o estágio de operários portugueses em fábricas estrangeiras (1884-85), a expensas do Governo, que estudámos noutra lugar (13); uma exposição industrial em Guimarães, também em 1884, da qual dispomos de um pormenorizado relatório (14).

Para o estudo desta exposição — a mais importante das três — as fontes que reputamos de maior interesse são: o livro *Exposição Districtal de Coimbra em 1884* (15); *A Revista Ilustrada da Exposição Districtal de Coimbra em 1884* (16) e os periódicos *O Conimbricense*, *O Tribuno Popular* e *A Officina*. Um dos aspectos frequentemente destacados nestes escritos é o da necessidade da efectivação do certame para se poder averiguar quais os progressos alcançados pela indústria, nos 14 1/2 anos decorridos entre a exposição precedente (1869) e esta. Uma ou outra vez também se alude à possibilidade de, por meio dela, se completarem os dados insertos no *Inquérito Industrial* (1881). Este, de facto, apresenta muitas lacunas no que concerne ao distrito de Coimbra.

Promovida pela Escola Livre das Artes do Desenho — cuja criação data de 1 de Outubro de 1878 (17) —, a exposição teve

(12) Pelo Decreto de 3 de Janeiro de 1884.

(13) J. M. Amado Mendes, *Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX*, in «Análise Social», vol. XVI, n.ºs 61-62, 1980, pp. 49-51.

(14) *Diário do Governo*, n.º 243, de 24 de Outubro de 1884. Sobre esta exposição escreveu Alberto Sampaio algumas reflexões, que ultrapassam o âmbito do certame e visam o próprio desenvolvimento industrial (Alberto Sampaio, *Resposta a uma pergunta: convirá promover uma exposição industrial em Guimarães?*, in «Revista de Guimarães», n.º 1, Janeiro de 1884, pp. 25-34).

(15) Coimbra, 1884.

(16) De que foram publicados quatro números, entre Janeiro e Abril de 1884.

(17) Sobre a meritória acção da Escola Livre das Artes do Desenho pode ver-se: Fernando Falcão Machado, *A Escola Livre das Artes do Desenho*, Coimbra, 1979. Sep. do «Arquivo Coimbrão», vol. XXVII-XXVIII. M. Cas-

como principais impulsionadores António Augusto Gonçalves (secretário da comissão organizadora) e Joaquim Martins de Carvalho (presidente). Este último, nas páginas de *O Conimbricense*, de que era director, não se cansou de elogiar a exposição e de apelar para que nela participasse o maior número possível de indivíduos, como expositores ou visitantes. O notável papel então desempenhado por estes dois homens — a quem a cidade e o distrito de Coimbra tanto ficaram a dever —, em nossa opinião, não tem sido devidamente realçado, como se pode verificar, por exemplo, relativamente ao primeiro, pelas ligeiras referências que lhe são feitas no volume de *O Instituto* (18), de homenagem a A. Augusto Gonçalves. A exposição de 1884, diferentemente das outras duas que evocamos — realizadas na altura das Festas da Rainha Santa —, teve lugar de 1 de Janeiro a 2 de Março, nas instalações do antigo Colégio do Carmo (Rua da Sofia), cedidas para o efeito pela Ordem Terceira. Considerando o espaço ocupado pelos produtos expostos e os relatos que nos ficaram, a participação de expositores foi satisfatória. Quanto aos visitantes, calculamos que o seu número não terá ficado muito aquém dos 6 000, visto terem-se vendido 5 414 bilhetes de entrada, além de muitas pessoas (alunos da Escola Livre das Artes do Desenho, órfãos e órfãs da Santa Casa da Misericórdia, alunos das escolas primárias da cidade, etc.), cujo número é impossível calcular, que a visitaram gratuitamente. Aquele número tornar-se-á mais significativo se nos lembrarmos, por um lado, que a cidade de Coimbra tinha, em 1878, 13 369 habitantes (19) e, por outro, que os bilhetes referidos, de 1 de Janeiro a 6 de Fevereiro, custavam 200 réis cada um (importância igual ao salário de alguns operários), preço demasiado elevado para grande número de pessoas, o que certamente terá levado a que, a partir da última daquelas datas, baixasse para 100 réis.

tro Hipólito, *Introdução de «Centenário da Escola Livre das Artes do Desenho 1878-1978» (Exposição artística, documental e bibliográfica, organização de Movimento Artístico de Coimbra)*, Coimbra, 1979.

(18) *O Instituto*, vol. 108.º, 1946, p. 8.

(19) *Censo no 1.º de Janeiro. 1878*, Lisboa, 1881, p. XII.

O programa recreativo e cultural da exposição constou essencialmente de duas partes: a actuação, em vários dias, das filarmónicas Boa-União e Conimbricense e a realização de cinco conferências. Estas estariam para a exposição conimbricense como os congressos estavam para as exposições universais. Recorde-se que, por exemplo, na Exposição Universal de Paris, em 1900, se realizaram 127 congressos internacionais, sobre os mais variados temas (20). Proferiram as mencionadas conferências: Augusto Filipe Simões (*A escultura em Coimbra no século XVI*), Joaquim de Vasconcellos (*Da architectura manuelina*), Alexandre da Conceição (*Caminhos-de-ferro*), Augusto Rocha (*O papel*) e António Cândido Ribeiro da Costa (*Relações da política com a indústria*). De todas elas, foi indubitavelmente a última (realizada a 1 de Março) que despertou maior interesse. Os dotes oratórios do conferencista e a pertinência do tema levaram a comissão promotora da exposição a solicitar à Câmara Municipal o empréstimo do salão nobre dos Paços do Concelho — recentemente acabado —, em virtude de as instalações do Carmo, onde as restantes haviam tido lugar, se revelarem exíguas. Concedida a respectiva autorização (21) e perante numerosa assistência, desenvolveu António Cândido o tema indicado, procurando defender ampla e brilhantemente a tese seguinte: «1.º — A liberdade cívica depende essencialmente do progresso industrial dos povos; 2.º — O Estado deve à indústria atenções e serviços de carácter positivo, ainda que de intensidade variável» (22). Segundo o orador, a própria política, embora em descrédito e um tanto aviltada, seria reabilitada no caso de se conduzirem adequadamente as relações da política com a indústria. Encontram-se resumos desta conferência no livro citado (23) e n' *O Tribuno Popular* (24).

Atente-se ainda num pormenor de natureza tecnológica

(20) *Revista das Obras Públicas e Minas*, t. XXXII, 1901, p. 28.

(21) Biblioteca e Arquivo Municipal de Coimbra (BAMC), *Vereações*, 99.º, fl. 67.

(22) *Exposição Districtal de Coimbra* [...], p. 159.

(23) *Idem*, pp. 157-167.

(24) N.º 2927, de 5 de Março de 1884.

— aliás elucidativo —, relacionado com a iluminação eléctrica nas salas do Carmo, onde a exposição estava patente. Com o intuito de electrificar as aludidas instalações, foram efectuadas diversas diligências, através das quais se conseguiu a vinda de uma máquina de Lisboa (da casa real) — em virtude de a que existia no Museu da Faculdade de Filosofia não ter potência para o efeito —, bem como a presença de um engenheiro belga, para dirigir os respectivos trabalhos do fornecimento de energia eléctrica. Contudo, a certa altura, dificuldades de ordem técnica impossibilitaram a continuação do fornecimento de energia eléctrica para iluminação, tendo-se por isso recorrido de novo à iluminação a gás. Tratava-se de uma das primeiras tentativas do género em Coimbra, sendo portanto compreensível o seu relativo fracasso. Passados 10 anos, mais uma iniciativa semelhante foi tentada, com vista à iluminação da Rua Ferreira Borges, durante as Festas da Rainha Santa Isabel, para o que foi pedido, por um grupo de industriais, um motor do depósito das águas (25). Teve, contudo, de se esperar pelo presente século, para que a energia eléctrica viesse a ter as múltiplas aplicações, hoje sobejamente conhecidas.

3.2. Dos artigos expostos em 1884 no edifício do Carmo, destacavam-se, pela quantidade e variedade, aqueles que genericamente designamos por industriais, embora estivessem também patentes alguns objectos dos sectores das Belas Artes, da educação e da agricultura. Focaremos somente os primeiros. Na impossibilidade de os enumerar e estudar na totalidade, distribuí-los-emos, de forma esquemática, por três grupos, fazendo algumas reflexões sobre cada um.

3.2.1. No primeiro grupo, que se apresenta com algumas das características da indústria moderna — utilização da força motriz a vapor, maior volume de capital fixo e certo grau de concentração —, englobamos as indústrias seguintes: papel, moagem, massas alimentícias e bolachas, serralharia e fundição, vidro, cerâmica e têxtil. À indústria do papel pertenciam então

(25) BAMC, *Vereações*, 105.º, fl. 130v.

5 unidades fabris, situadas nas localidades que se seguem: Lousã, Serpins, Ponte do Sótão — concelho de Góis (26) —, Ponte do Espinhal e proximidades de Penela. Nelas trabalhavam mais de 400 pessoas, incluindo homens, mulheres e crianças, e o seu produto bruto era calculado em 400 000\$000. O ramo da moagem, massas e bolachas — modalidades por vezes associadas — tinha em Coimbra 5 estabelecimentos importantes, num dos quais trabalhavam 50 operários (de ambos os sexos e crianças). O sector moageiro encontrava-se no início de uma fase de transformação, devido à utilização da energia a vapor e consequente desenvolvimento acelerado de um limitado número de empresas e ao progressivo atrofamento das formas tradicionais da moagem (aze-nhas e moinhos). Esse facto verificava-se, por exemplo, nas povoações de Alhadas, Maiorca, Brenha e Ferreira, do concelho da Figueira da Foz (27). Encontravam-se em reabilitação os trabalhos em ferro forjado, após o «ataque» que lhes havia sido feito pelo ferro fundido, prenunciando assim o período áureo que viria a atravessar nas primeiras décadas do século XX (28). Destacava-se em Coimbra uma fundição, com uma grande oficina de carros de transporte anexa, tendo-se este sector desenvolvido de forma considerável enquanto não foi construído o ramal de Coimbra B a Coimbra. A cerâmica estava presente através de diversas colecções, havendo ao tempo em Coimbra 15 «fábricas», onde trabalhavam 140 operários (média de 9 por unidade), e, na Figueira da Foz, 3. Várias outras localidades do distrito estavam representadas, pois a cerâmica exercia-se igualmente nos concelhos de Miranda do Corvo, Arganil, Cantanhede, Figueira da Foz, etc. Segundo os testemunhos que temos, a cerâmica do distrito de Coimbra chegava a diversos mercados do país, não propriamente pela qualidade mas sim pelo seu baixo preço (29). Entre os artigos que suscitaram maior admiração da parte do público, con-

(26) Sobre estas três unidades fabris — da Lousã, Serpins e Góis — ver *Inquerito Industrial de 1881. Inquerito directo*, II parte: *Visita as fabricas*, livro 3.º, Lisboa, 1881, pp. 220-223.

(27) *Exposição Districtal de Coimbra* [...], p. 94.

(28) Feliciano de Guimarães, *Ferros de Coimbra*, Coimbra, 1949.

(29) Cf. nota 9.

taram-se os produtos (vidraça, garrafas, frascos) da fábrica de vidros de Buarcos, pertencente à Companhia Mineira e Industrial do Cabo Mondego, arrendada a outra empresa, que começou a laborar em 1871 e na qual trabalhavam 80 indivíduos. A indústria têxtil (de lanifícios e algodoeira), «em grande», era ainda inexistente no distrito, efectuando-se o seu aparecimento apenas alguns anos depois. Fizeram-se representar algumas fábricas de certa envergadura, mas que se localizavam fora do distrito (Castanheira de Pêra e Moimenta da Beira).

3.2.2. Num segundo núcleo — e sem que entre eles se possa obviamente estabelecer uma nítida distinção —, incluímos o poleame, a tanoaria, as conservas de peixe, a indústria do sabão, a tipografia, a marcenaria e o fabrico de mós. Os dois primeiros sectores apresentavam artigos provenientes sobretudo da Figueira da Foz, revelando ainda algum alento. No entanto, tratava-se de ramos ameaçados: o primeiro, pelo rápido desenvolvimento da navegação a vapor; o segundo, pela progressiva decadência verificada na exportação de vinho pelo respectivo porto (30). As conservas de peixe, ligadas à pesca e à exploração do sal, já tinham então na Figueira da Foz um estabelecimento. Os restantes ramos não se mostravam muito progressivos, começando a marcenaria, por exemplo, a sofrer a concorrência de Lisboa e do Porto. A indústria de mós era então importante em Condeixa, que as vendia para múltiplos pontos do país.

3.2.3. Por último, um elevado número de actividades manufactureiras, com uma importância sócio-económica não negligenciável, eram exercidas por artífices vários: sapateiros, alfaiates, tecedeiras (por exemplo, de Castelo Viegas), funileiros, latoeiros, ourives, correeiros, esparteiros, etc. Como é bem sabido, estas tarefas vieram a ser progressivamente atrofiadas com o desenvolvimento da grande indústria. Em 1884 já são detectáveis alguns indícios de preocupação, quando se alude ao facto de a *Academia*, utilizando o comboio, já se ir «vestir» também a Lisboa e ao

(30) Como se constata pelo trabalho de Rui Cascão, *As vicissitudes do comércio marítimo de um porto secundário: o caso da Figueira da Foz (1850-1920)*, Coimbra, 1980. Sep. da «Revista Portuguesa de História», t. XVIII.

Porto, prejudicando os alfaiates locais, e de os ourives estarem transformados em comerciantes, por causa da concorrência que lhes faziam, na feira de S. Bartolomeu (31), os ourives do Porto, de Guimarães e de Ovar.

Que concluir sobre a evolução da indústria no distrito de Coimbra, de acordo com as fontes utilizadas? Na *Revista Ilustrada da Exposição* [...], pode ler-se: «Há poucos anos iniciou-se felizmente uma transformação benéfica no modo de ser económico e social de Coimbra, que gradualmente se desenvolve. É esta vida nova que saudamos com imenso júbilo» (32). É a apreciação de um contemporâneo, a qual, por isso mesmo, é reveladora. Se bem interpretamos os elementos atrás mencionadas, a vida económica e social da Cidade do Mondego ia-se transformando, talvez com algum atraso em relação a certos fenómenos ideológico-culturais — difusão do positivismo (33), a Geração de 70 e a sua acção, a Questão Coimbrã, etc. —, mas sem que, todavia, houvesse um completo e total desfasamento. Quanto aos restantes concelhos, nota-se um certo desenvolvimento nos da Figueira da Foz, Lousã e Góis, pelo menos no que se refere a algumas fábricas de certa importância, relativamente ao meio em que estavam instaladas. Voltando à capital do distrito e seus subúrbios, vejamos como uma só freguesia — a de St.^a Clara — organizou, também ela, a sua própria exposição (1894).

4. *Exposição da freguesia de Santa Clara em 1894*

A evolução de St.^a Clara, desde os tempos medievais até à actualidade, apresenta aspectos interessantes, alguns dos quais

(31) Importante feira anual que se realizava em Coimbra de 20 a 31 de Agosto, da qual a feira dos 23 do referido mês, que se efectua em nossos dias, não consegue dar mais que uma pálida imagem.

(32) *Revista Ilustrada da Exposição Districtal de Coimbra em 1884*, p. 70.

(33) Cf. Fernando de Almeida Catroga, *Os inícios do positivismo em Portugal. O seu significado político-social*, Coimbra, 1977, pp. 28-44. Sep. da «Revista de História das Ideias», vol. I.

já foram apontados por Santos Conceição, no artigo *Santa Clara através dos séculos* (34). Daremos aqui mais uma pequena achega, procurando reflectir um pouco sobre o facto de uma freguesia, na altura ainda suburbana — só em 1939 viria a ser integrada na área urbana de Coimbra —, se abalançar à realização de uma exposição, em boa parte industrial, cujos produtos deixavam «todos maravilhados» (35). A influência dos vários conventos, a proximidade da cidade — à qual esteve ligada através de uma ponte de pedra (manuelina), substituída, em 1875, por outra de ferro —, a realização de feiras na localidade desde, pelo menos, os inícios do século XVIII, a aprazibilidade do local e o facto de ser ponto de passagem da estrada Lisboa-Porto, foram alguns dos factores que condicionaram favoravelmente o seu desenvolvimento.

A Exposição industrial e agrícola da freguesia de St.^a Clara em 1894 encontra-se referenciada especialmente nos periódicos *O Conimbricense* e *O Commercio de Coimbra*. Como se tratou do certame de uma única freguesia, não é de estranhar que sobre ele tenhamos menos informações que sobre os de 1869 e de 1884. Porém, alguma coisa sabemos. A exposição foi promovida por uma comissão integrada por seis indivíduos, o mais dinâmico dos quais parece ter sido Eufrosino Alves Teixeira. Realizou-se nos claustros do antigo convento de S. Francisco, durante as Festas da Rainha Santa Isabel, de 5 a 8 de Julho. Foram expostos produtos industriais e agrícolas, cabendo no entanto a primazia aos primeiros, nas descrições da imprensa coeva, provavelmente em virtude de se verificarem nesse domínio progressos mais sensíveis. De acordo com *O Conimbricense* (36), estavam expostos artigos dos seguintes ramos: lanifícios, massas alimentícias, sabão e cerâmica, provenientes dos estabelecimentos de maiores dimensões. Além destes, podiam ver-se riscados, tecidos, artigos de cordoaria — vestígios da feitoria dos linhos, outrora instalada no Rossio de St.^a Clara —, serralharia, ferraria, carpintaria,

(34) *Arquivo Coimbrão*, vol. XI, 1952, pp. 179-189.

(35) Como se lê n' *O Conimbricense*, n.º 4 885, de 10 de Julho de 1894.

(36) N.º 4 884, de 7 de Julho de 1894.

alfaiataria, marcenaria, correaria, latoaria e ainda palitos, costura, bordados e «crochet». Estes produtos, sobre os quais temos poucos esclarecimentos, pertenciam à tradicional indústria manufactureira, dispondo nós dos nomes dos respectivos expositores. Pelo seu número, relativamente elevado, podemos deduzir que a freguesia de St.^a Clara estava munida de uma variedade de artífices que assegurariam muitas das actividades quotidianas, em geral relacionadas com a alimentação, o vestuário e o alojamento.

Quanto à indústria propriamente dita, temos mais alguns dados. Em primeiro lugar, distinguam-se os lanifícios da fábrica pertencente à firma Peig, Planas & C.^a, instalada no próprio convento de S. Francisco (da Ponte, nome herdado do seu antecessor, localizado junto ao rio) (37), onde teve lugar a exposição. Aqueles empresários mandaram fazer um tear que trabalhasse na presença do público, durante o certame. Fundada havia pouco tempo — principiara a sua actividade no final de 1888 —, a referida unidade fabril começou logo por se distinguir no meio citadino e distrital, tanto pelo equipamento utilizado, como pela qualidade dos artigos e pelo número de operários ocupados (200, em 1894). Estes residiam em S. Martinho do Bispo, Antanhol, St.^a Clara, Coselhas e na própria cidade de Coimbra. Os salários diários iam de 130 réis (as raparigas, que entravam para a fábrica) a 500 réis (os melhores operários). Os primeiros anos desta unidade fabril que, como se sabe, ainda se mantém em laboração, foram seguidos com particular desvelo pelo director de *O Conimbricense*, que nos deixou variada informação sobre o assunto. No mesmo edifício do antigo convento, havia-se ainda instalado uma fábrica de massas alimentícias, pertencente a José Vitorino de Miranda. A vida deste estabelecimento foi mais acidentada, pois, apesar de registar certos progressos em 1890, em 1907 já se encontrava encerrada. Enviou de igual modo os

(37) Contrariamente ao que alguns julgam saber («Diário de Coimbra», supl. à ed. n.º 17 058, de 19-11-1980), já não existe o Convento de S. Francisco, onde o então Mestre de Avis fora aclamado rei de Portugal (1385), o qual foi substituído, nos inícios do século XVII, pelo convento do mesmo nome — sito em local mais afastado do Mondego —, onde viria a ser instalada a referida fábrica de lanifícios, ainda em laboração.

seus produtos para a exposição a fábrica de sabão de Augusto Luiz Martha — que também se havia feito representar na exposição de 1884 —, instalada no Rossio de St.^a Clara. O progresso desta unidade fabril, de 1884 a 1893, segundo *O Conimbricense* (38), tinha sido considerável. Também neste caso se mantém a tradição desta indústria no local, por sinal exercida pelos sucessores do primitivo fundador. Havia ali outra fábrica de sabão, pertencente a Caetano Afonso Velado, mas sobre a qual temos menos informações. Finalmente, estiveram expostos objectos das fábricas de cerâmica de Serrano & Fonseca (louça branca) e de José Rodrigues (louça vermelha). A primeira situar-se-ia no local da antiga fábrica de Vandelli, embora na fonte que seguimos (39) se indique que estava nela «estabelecida» (40).

O panorama da indústria em St.^a Clara (41) permite-nos aludir à geografia industrial de Coimbra, numa perspectiva histórica. Embora não possamos desenvolver aqui o assunto — o que será feito em trabalho de maior fôlego que preparamos —, desde já nos parece poder avançar algo, pelo menos como hipótese de trabalho. Assim, numa primeira fase, a indústria concentrava-se essencialmente na baixa coimbrã, exceptuando algumas tipografias, marcenarias, etc., e uma fábrica de bolacha e biscoito (de José Francisco da Cruz, na Couraça de Lisboa, fundada em 1860). O seu posterior desenvolvimento, nos finais do século XIX e inícios do XX, levou-a a expandir-se, por um lado, para norte, área localizada entre as ruas da Sofia e Figueira da Foz e o rio Mondego, por outro, para sul, zona de St.^a Clara. Após tímidas iniciativas de alargamento para a Arregaça e o Calhabé — onde, na década de 20 deste século se fundaram duas unidades

(38) N.º 4 767, de 16 de Maio de 1893.

(39) *O Conimbricense*, n.º 5 122, de 11 de Novembro de 1896.

(40) Sobre a fábrica de Vandelli ver Lúcia Cruz, *Domingos Vandelli. Alguns aspectos da sua actividade em Coimbra*, Coimbra, 1976, pp. 28 e segs. Sep. do «Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra», vol. II.

(41) A que também dedicámos recentemente um pequeno artigo, intitulado *Para a história da indústria em Santa Clara*, in «Munda», n.º 2, Novembro 1981, pp. 61-67.

fabris (algodão e cerâmica), encontrando-se esta ainda em actividade —, a expansão industrial de Coimbra, nas últimas décadas, voltou a efectuar-se no sentido norte, mas agora de forma mais intensa, alargando assim progressivamente a conhecida zona industrial da Pedrulha. Para aprofundar em trabalho mais desenvolvido este e outros aspectos da indústria no distrito de Coimbra, nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, temos tido necessidade de recorrer a vários tipos de fontes e a múltiplos arquivos, entre os quais os das próprias empresas, a que faremos, para concluir, uma ligeira alusão.

5. *História e arquivos empresariais*

A História, como ciência (social) que é, está naturalmente sujeita a evolução e, conseqüentemente, a sofrer alterações de vária ordem. Sobretudo a partir dos anos 30 deste século, segundo o nosso ponto de vista, as transformações mais salientes que se têm verificado na historiografia repercutiram-se em três domínios: a) na *metodologia*, com a aplicação das Ciências Matemáticas e da Estatística e com o desenvolvimento de novas perspectivas, que tendem a privilegiar a análise do social, do colectivo, valorizando noções várias — como as de estrutura, conjuntura, movimentos, ciclos, etc. —, em vez do facto, do acontecimento e do indivíduo; b) na *temática*, que tem sido consideravelmente alargada a domínios do económico, do social e das mentalidades, focando-se mais frequentemente assuntos como preços, salários, níveis de vida, criminalidade, comportamento familiar e religioso, etc.; c) no *tempo*, com o desbravar de períodos cada vez mais próximos de nós, o que tem permitido a elaboração de estudos sobre temas recentes, como a crise de 1929, a 2.^a guerra mundial e tantos outros.

É neste contexto que a importância dos arquivos empresariais — e mesmo das repartições públicas — se torna cada vez mais relevante, não sendo possível ao historiador prescindir da sua consulta, como se tem vindo a verificar em vários outros países, entre os quais: Espanha, França, Alemanha e Inglaterra. Efectivamente, pode encontrar-se nos arquivos das empresas uma documentação variada (inventários, balanços, diários, copiadores,

guias de remessa, facturas de compra e venda, correspondência expedida e recebida, folhas de salários, etc.) e única, que permitirá esclarecer problemas diversos, não só referentes à própria empresa como à localidade, à região e ao próprio país (42). Quanto aos das repartições públicas — que não tratamos aqui —, apenas indicaremos dois tipos de fontes, que poderão ser de extrema utilidade: os pedidos e concessões de licenças para a instalação de unidades produtivas e os verbetes da contribuição industrial. Oliveira Martins, por exemplo, já no fim do séc. XIX reconhecia o interesse dos mencionados arquivos, ao escrever: «Considerarei sempre que um dos subsídios para a história geral do país consiste nas monografias locais, onde se estuda a arqueologia e a história, as biografias e as tradições, com os documentos à vista e à mão (n)os arquivos municipais e particulares» (43).

Reconhecemos, no entanto, tornar-se frequentemente difícil conciliar o crescente volume da produção e dos negócios e a exiguidade do espaço com a salvaguarda, por longo tempo, de certo tipo de documentação, de grande utilidade para o investigador. O legislador teve aqueles aspectos em consideração, ao reduzir de 20 para 10 anos a «obrigação do comerciante conservar em arquivo a correspondência, livros e demais documentos» (44). Para efeitos do fisco, a legislação é ainda mais permissiva — o que aliás se compreende, devido aos motivos já indicados —, ao estabelecer: «Os comerciantes ou industriais são obrigados a arquivar os livros da sua escrituração e os documentos com ela relacionados, devendo conservá-los em boa ordem durante os cinco anos civis subsequentes» (45).

(42) Ver Henri Morsel, *Histoire des entreprises*, in «Revue d'Histoire Économique et Sociale», t. 53, n.º 1, 1975, pp. 121-127; Rafael Castejón Montijano, *La Casa Carbonell de Cordoba, 1866-1918. Genesis y desarrollo de una Sociedad Mercantil e Industrial en Andalucía*, Córdoba, 1977.

(43) Carta-prefácio ao livro de Adelino de Abreu, *Oliveira do Hospital*, Coimbra, 1893.

(44) Decreto-Lei n.º 41/72, de 4 de Fevereiro, que alterou o estipulado no art. 40.º do *Código Comercial*.

(45) Art. 134.º do *Código da Contribuição Industrial* e art. 82.º do *Código do Imposto de Transacções*.

Em face das considerações feitas e da legislação sobre o assunto, que supomos ser a mais importante, ousamos fazer algumas sugestões — a título meramente pessoal — aos senhores empresários, gestores, chefes e empregados de escritório e, enfim, a todos quantos tenham à sua responsabilidade documentos das empresas:

1.^a — Que tentem preservar a documentação, inclusive a mais antiga, tanto tempo quanto possível.

2.^a — Que, se em caso de carência de espaço ou outro motivo de força maior forem obrigados a alienar ou destruir a documentação, antes de o fazer solicitem a colaboração dos responsáveis pelos arquivos públicos (municipais, distritais ou nacionais) ou mesmo dos Departamentos de História das Faculdades de Letras, a fim de, através de modalidade acordada entre os responsáveis pelas duas partes, a referida documentação poder neles ser guardada ou incorporada.

3.^o — Por último, que seja facilitada ao historiador, devidamente credenciado, a consulta dos documentos das próprias empresas, ainda que, obviamente, com restrições no que toca à documentação mais recente.

Antes de terminar, gostaríamos de fazer duas observações. A primeira é sobre a importância dos estudos históricos que, segundo a nossa convicção, permitem não só esclarecer o passado como também lançar alguma luz sobre a actualidade. Inclusivamente, alguns dos problemas com que a indústria se debate em nossos dias — escassez de capital e juros elevados, carestia dos transportes e concorrência internacional — poderão ser melhor equacionados à luz da experiência do passado, embora essa missão já não caiba propriamente ao historiador. Como escreveram Rondo Cameron e Hugh T. Patrick, «La historia es para la raza humana lo que la memoria para el individuo: es la *memoria colectiva* de la sociedad» (46). A segunda diz respeito à perspec-

(46) Rondo Cameron, *La banca en las primeras etapas de la industrialización. Um estudio de historia económica comparada* (trad. do inglês), Madrid, 1974, p. 19.

tiva que seguimos neste artigo, que consistiu em privilegiar o que se refere à indústria. Essa orientação não se deveu a qualquer preconceito para com os restantes domínios. A sua inter-relação, hoje como no passado, é manifesta e geralmente admitida. Como se lê n'*A Officina* (47), «enquanto os industriais fabricam os artefactos, os comerciantes permutam-nos». No período que abordámos, a relação apresentava-se ainda mais íntima, dado que muitos industriais eram simultaneamente comerciantes e, em muitos casos, haviam iniciado a sua actividade empresarial exactamente pelo comércio. Quanto à agricultura, apenas diremos que fornecia não só alimentos aos outros sectores como ainda grande parte das matérias-primas à indústria. A preferência que demos ao sector secundário apenas foi motivada pelo facto de ser a ele que, no presente, se dirigem essencialmente as nossas investigações, além de, devido ao âmbito deste artigo, termos logicamente que sacrificar alguns aspectos em favor de outros.

J. AMADO MENDES *

(47) N.º 63, de 14 de Março de 1884.

* Assistente da Faculdade de Letras. Bolseiro do INIC.

The first part of the paper discusses the general theory of the... the second part discusses the... the third part discusses the... the fourth part discusses the... the fifth part discusses the... the sixth part discusses the... the seventh part discusses the... the eighth part discusses the... the ninth part discusses the... the tenth part discusses the... the eleventh part discusses the... the twelfth part discusses the... the thirteenth part discusses the... the fourteenth part discusses the... the fifteenth part discusses the... the sixteenth part discusses the... the seventeenth part discusses the... the eighteenth part discusses the... the nineteenth part discusses the... the twentieth part discusses the... the twenty-first part discusses the... the twenty-second part discusses the... the twenty-third part discusses the... the twenty-fourth part discusses the... the twenty-fifth part discusses the... the twenty-sixth part discusses the... the twenty-seventh part discusses the... the twenty-eighth part discusses the... the twenty-ninth part discusses the... the thirtieth part discusses the... the thirty-first part discusses the... the thirty-second part discusses the... the thirty-third part discusses the... the thirty-fourth part discusses the... the thirty-fifth part discusses the... the thirty-sixth part discusses the... the thirty-seventh part discusses the... the thirty-eighth part discusses the... the thirty-ninth part discusses the... the fortieth part discusses the... the forty-first part discusses the... the forty-second part discusses the... the forty-third part discusses the... the forty-fourth part discusses the... the forty-fifth part discusses the... the forty-sixth part discusses the... the forty-seventh part discusses the... the forty-eighth part discusses the... the forty-ninth part discusses the... the fiftieth part discusses the... the fifty-first part discusses the... the fifty-second part discusses the... the fifty-third part discusses the... the fifty-fourth part discusses the... the fifty-fifth part discusses the... the fifty-sixth part discusses the... the fifty-seventh part discusses the... the fifty-eighth part discusses the... the fifty-ninth part discusses the... the sixtieth part discusses the... the sixty-first part discusses the... the sixty-second part discusses the... the sixty-third part discusses the... the sixty-fourth part discusses the... the sixty-fifth part discusses the... the sixty-sixth part discusses the... the sixty-seventh part discusses the... the sixty-eighth part discusses the... the sixty-ninth part discusses the... the seventieth part discusses the... the seventy-first part discusses the... the seventy-second part discusses the... the seventy-third part discusses the... the seventy-fourth part discusses the... the seventy-fifth part discusses the... the seventy-sixth part discusses the... the seventy-seventh part discusses the... the seventy-eighth part discusses the... the seventy-ninth part discusses the... the eightieth part discusses the... the eighty-first part discusses the... the eighty-second part discusses the... the eighty-third part discusses the... the eighty-fourth part discusses the... the eighty-fifth part discusses the... the eighty-sixth part discusses the... the eighty-seventh part discusses the... the eighty-eighth part discusses the... the eighty-ninth part discusses the... the ninetieth part discusses the... the ninety-first part discusses the... the ninety-second part discusses the... the ninety-third part discusses the... the ninety-fourth part discusses the... the ninety-fifth part discusses the... the ninety-sixth part discusses the... the ninety-seventh part discusses the... the ninety-eighth part discusses the... the ninety-ninth part discusses the... the hundredth part discusses the...

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

ABORDAGEM DO «PROBLEMA CEREALÍFERO» NO DEALBAR DA REVOLUÇÃO LIBERAL

Estudar o problema do pão em Portugal exige, pela pressão enorme da envolvência que o encerra, que se não aceitem modelos construídos apressadamente e com eles se procurem explicar, duma forma acabada, grandes lapsos de tempo. A imobilidade que se pode colher na descrição tradicionalmente feita de certos mecanismos, ou na elaborada a partir de um número restrito de dados, é geralmente aparente. Os homens e suas relações, os organismos e as políticas que elaboram, ligados à produção, mercado e consumo de cereais e pão, problema que constituiu durante séculos uma das preocupações maiores dos povos, são muito sensíveis não só às grandes, como a qualquer tipo de mudanças temporais ou espaciais. Mantendo-se certos equilíbrios e permanências, que terão de ser levados em conta quando se procuram medidas que neles intervenham, há contudo ao longo da nossa história, conjuntos específicos cuja problemática fica mais clara, se para esses momentos se conhecer o papel que a «questão dos cereais» teve.

Fruto de vários factores surgem em finais do séc. XVIII, um conjunto de «discursos» (1) e «memórias» que se irmanam no apelo às «luzes da razão», para que se faça despertar do «Somno» em que se encontraria mergulhada a agricultura portuguesa ou com mais propriedade, toda a nossa sociedade. Friza-se a abordagem global, que então se faz quando se trata do problema agrícola, porque na linha do pensamento fisiocrático, as soluções adequadas à resolução deste, seriam as adequadas à correcção de todo. Assim, a ausência duma vasta problemática, com a

(1) Como exemplo, veja-se José Luiz Mouta de Gouveia e Vasconcelos, *Discurso sobre o estado da lavoura e da agricultura*, Lisboa, MDCCLXXX.

redução a saídas demasiado específicas, não se encontra na generalidade das obras então publicadas. O problema dos cereais é sempre situado no seio dum vasto questionamento, sendo excepção algumas traduções que, pelo menos os casos conhecidos permitem afirmá-lo, se fazem sobretudo a partir do francês. Estão neste caso, a obra publicada pelo Padre Estevão Cabral; *Extracto da memória de Mrs. Parmentier sobre os trigos e outros grãos farináceos*; impressa em Lisboa no ano de 1800, onde se tratava da construção de moínhos e das várias operações relativas à moedura, do peneirar e do que competia ao padeiro e ao forneiro, e ainda uma outra obra, com a mesma data, de João Luís Moret, *Memória sobre a moagem dos grãos, e sobre outros objectos relativos*, traduzida por ordem de Sua Alteza Real o Príncipe Regente, nosso Senhor, por José Mariano Velloso. É interessante notar, que apesar do exemplo apontado como de seguir ser frequentemente o inglês, a influência francesa, sentida através de traduções ou comentários, é muito grande.

Só mais tarde, a partir de meados do século dezanove, quando o problema ganha novos matizes, é que surgirão estudos eminentemente técnicos. No campo dos trabalhos sobre o trigo, estamos em crer que o primeiro deste género que entre nós surgiu, foi o de João Ignácio Ferreira Lapa, publicado no *Archivo Rural* com o título de *Relatório do estudo industrial e chimico dos trigos portuguezes* que seguidamente, em 1865, se transformou numa *Memória* para ser apresentada à «Academia Real das Ciências».

Poder-se-ia crer que a *Revolução Liberal* abrigaria no seu seio forças que não deixariam de encarar o problema dos cereais sobre uma perspectiva económica igualmente liberal, com tudo o que isso implicava ao nível das transformações a introduzir na produção, mercado e consumo dos mesmos. Contudo, se confrontarmos muitas das posições defendidas e que se impuseram nas «Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa», em 1821, com as posições teóricas que fundam alguns trabalhos do período anterior, verificamos que há um afastamento entre elas, mostrando-se as primeiras bem mais liberais.

Tomemos o trabalho de José Acúrcio das Neves de 1800, *Liberdade do comércio dos grãos, com a sua aplicação às ilhas*

dos Açores. O seu estudo será importante, não pela influência que deveria ter tido, pois que se manteve inédito até 1941, mas porque põe a tónica em ideias que na altura não lhe deveriam ser exclusivas e sobretudo, porque é um exemplo de como a conjugação no seio da sociedade em transição de finais do séc. XVIII a meados de dezanove, de fenómenos como iluminismo, liberalismo político, liberalismo económico e liberdade de comércio, não se fez sem problemas. Aí defenderá Acúrcio das Neves que: — «A theórica da Liberdade do Commércio dos grãos não se compõe sòmente de princípios abstractos: ella he fundada na experiênciã e tem sido justificada por exemplos tam frequentes, como decisivos; se pois não tem sido univèrçalmente seguida, hé ouporque não tem havido o cuidado de se instruirem sobre os seus verdadeiros interesses aquellas classes do povo, que erradamente se persuadem ser-lhes prejudicial esta Liberdade de Commércio, e bastante vigor para se desprezarem os seus clamores indiscretos, ou porque os erros politicos de uma Nação influem no systema das Nações visinhas». Esta posição é suportada por toda uma argumentação que denuncia um bom conhecimento de economia política (2), onde em geral no campo aberto por Adam Smith se defendia a liberdade de comércio (3). Tal deverá significar que este homem, que viu a sua vida perturbada por uma transformação política com a qual se não identificou, foi nas suas posições de economista um defensor, entre nós precoce, do livre câmbio para o comércio de cereais?

(2) «Assim se vê como, em 1800, Acúrcio das Neves, estava perfeitamente actualizado em matéria de Economia Política. Já não era um simples estudioso de Economia; era economista, embora inédito. Pena é que esta memória não haja sido publicada no momento em que foi escrita. (In: Fernando Pinto Loureiro, *Vida e ideias económicas de José Acúrcio das Neves — Primeiro grande defensor da Indústria Moderna em Portugal (1766-1834)*, Lisboa, 1957, p. 43).

(3) «A maioria dos economistas políticos (com excepção importante de Malthus) seguiu David Ricardo na exigência dum livre comércio absoluto do trigo, como benéfico não apenas para o país como um todo, mas para todo o interesse excepto o dos latifundiários». (In: Asa Briggs, *The Age of Improvement*. Citado por Phyllis Deane, *A Revolução Industrial*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973, p. 221).

Creemos antes que, foi a estadia de A. das Neves nos Açores, o que sobretudo contou na feitura deste trabalho. Tinha sido nomeado em 1795, para o cargo de juiz de fora da cidade de Angra e seguidamente para corregedor da Ilha Terceira, onde viveu até 1807. Por consequência, o conhecimento que aí obteve dos problemas que se punham à cerealicultura de algumas ilhas açoreanas, resultante da posição por ela ocupada no conjunto nacional do problema dos grãos, não deixariam de o motivar.

As ilhas atlânticas, Madeira e Açores, desempenharam sucessivamente, um importante papel abastecedor do carenciado mercado continental (4). A Madeira cedo vai perder essa função, tornando-se, também ela, numa zona caracterizada como deficitária. Contudo, os Açores passarão a assumi-la e ao imporem-se como uma região exportadora de grãos, surgem-lhe problemas próprios, o que, Acúrsio das Neves, referencia ao afirmar: — «Há paizes onde o commercio, Suposto que padeça em hum ramo, tem outros, em que se Sustenta, mas não he assim nas Ilhas dos Açores: a Industria dos Seos Habitantes voltou-se toda para a agricultura, as manufacturas, as mercancias de luxo, e todas as que não são da Sua Produção vem de fora, e para equilibrarem as importações, estas mesmas Ilhas, à excepção daquellas, que produzem vinhos [§-XXIX] não tem mais do que o grão ou se dificultão com restrições, e constrangimentos, que golpe não sofre o commercio, e como serão os povos bem fornecidos do necessario para seo consumo? As duas Ilhas que fazem hum objecto mais consideravel, pelo seo commercio do grão, são a de S. Miguel, e a Terceira [...]».

É neste espaço, em que se articulam as duas ilhas com o conjunto de algumas regiões do continente, para a totalidade do qual existiam «restrições» e «constrangimentos» ao desenvolvimento do mercado interno que a posição de Acúrsio das Neves deve ser compreendida mesmo se, por vezes, pudesse desenvolver um raciocínio que nos levasse para além dela. O próprio

(4) Vitorino Magalhães Godinho, *Le problème du pain dans l'économie portugaise — XV-XVI siècles — Blé d'Europe et Blé des Iles*, «*Revista de Economia*», vol. XII, Set. 1959, fasc. III.

distingue bem os limites que se devem impôr aos «principios geraes» quando se chocam com «huma razão particular»: — «Estabeleceose, dis Montesquieu, que só a Metropole poderia negociar na sua Colonia; he pois huma ley fundamental da Europa, que todo o Commercio feito com colonia estrangeira he prohibido, e punivel pelas Leys, sem que os tractados de Commercio entre as Metropoles arrastem consigo o das Colonias, pois estas ficão sempre no estado de prohibição: [...] Persuadem pois os principios geraes, que deve ser illimitada nas Ilhas dos Açores a Liberdade do Commercio dos grãos, mas insta huma razão particular, para que ella seja restringida ao commercio com a Metropole». Ia-se tornando necessaria a criação de condições que levassem a um desenvolvimento de novo tipo das relações entre as várias regiões do país. É no âmbito dos laços que ligavam uma região, onde a falta de cereais era rarissima e de excedentes constantes, com um conjunto de regiões que lhos absorviam, que ele postula, fundamentando-a na defesa de uma maior liberdade geradora de equilíbrios que a todos beneficiariam, uma regulamentação diferente da tradicionalmente seguida.

O caso português de há muito que se caracterizava pela defesa duma política de atracção do «trigo exótico», quer vindo por mar quer por terra, concedendo-se liberdades e privilégios, que geralmente não se alargavam a outros produtos. É o reconhecimento desta constante carência que leva a que se grave em 1534, sobre a porta principal do antigo Terreira do Trigo, esta inscrição (5):

— «Porque todas as pessoas assim naturaes deste Reino e senhorios de Portugal como estrangeiros, sejam sabedores como esta Cidade tem liberdade, e dá franquia a todos aquelles que a ella trouxerem pão, e vier fora do Reino e senhorios de Portugal, e entrar pello, porto desta Cidade e for carregado em porto de mar estrangeiro, este tal não pagara dizimos, nem sisa, nem pagara alojamento

(5) Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, 1887, vol. I, p. 167.

das casas para o tal pão agasalhar, porque a Cidade lho dará assy no Terreiro como fora delle, quando no Terreiro não ouver, tudo á custa da Cidade.»

Ainda no concernente ao mercado externo, no tocante à importação, é interessante salientar que a fronteira política com Castela se atenuava quando se tratava do negócio do trigo, como múltiplos casos o poderiam atestar e as *Ordenações* do Reino o consagravam: — «Item havemos por bem que todas as pessoas destes Reinos ou de fora delles, que trouxerem de Castella pão, o possam livremente vender onde quizerem, trazendo certidões dos juizes do primeiro lugar por onde entrarem, assinados por elles, de como o trazem de Castella, sem embargo de qualquer posturas em contrario» (6).

Quanto ao mercado interno, como se detecta, já o problema se punha de outro modo. O isolamento das várias regiões (todas produtoras em maior ou menor grau dos diversos cereais), mergulhava-as num permanente medo de que algum desequilíbrio, accidental no caso das guerras, pestes ou maus anos agrícolas, (se é que no «antigo regime» se podem considerar estes fenómenos como accidentais), ou permanentes como a voragem das cidades, em que entre nós merece que se destaque Lisboa (7), ou como uma estrutura social que drenava para camadas da população não camponesas grande parte do que estas produziam, viesse provocar a carestia ou mesmo a fome. Por isso, cada

(6) *Collecção da Legislação Antiga e Moderna do Reino de Portugal*, Parte II, da legislação moderna. Tomo III. Quinto livro das Ordenações. Tit. LXXVI. Coimbra, Na Real Imprensa da Universidade, Anno de MDCCCVII, Por Resolução de S. Magestade de 2 de Setembro de 1876, p. 124.

(7) «Não sei se deva começar pelo imenso numero dos habitantes desta Capital, e huma quarta parte delles, pelo menos, inutil; de sorte que sobrecarrega a Capital, entretanto que nas Provincias faltão braços para a cultura; e diminuindo o consumo do pão, na mesma Capital, a necessidade delle seria muito menor. Já disse hum Politico que = Portugal era Lisboa e Lisboa Portugal». (In: António Moreira Dias, *Resumo das Memorias que fiz em 19-1-1815 e 15-3; e 29-8-1819, sobre as causas dos males da Lavoura, consequências desses males, e remedios aos sobreditos males*, Lisboa, 1821, p. 3).

região vai resistir quanto pode, a que o controlo da sua produção frumentaria lhe escape e caia nas mãos dos mercadores ou de outros interessados no comércio de cereais. O início do Título LXXVI das mesmas *Ordenações*, é também a este respeito claro: — «Defendemos que pessoa alguma não compre Trigo, Farinha, Centeo, Cevada, nem Milho para tornar a vender, assi no lugar onde o comprar, como para o tirar para fóra, salvo se o comprar para o levar a vender à Cidade de Lisboa, ou ao Reino do Algarve, ou Ilha da Madeira ou a algum nosso lugar de África, ou se obrigar em nossa fazenda vender-lhe por certo preço pão para os nossos fornos, ou para outros lugares, porque então o poderá comprar, havendo primeiro licença do juiz da terra, e dando fiança à valia do pão em dobro em que se contenha, que ao tempo que pelo juiz da terra onde o assi quer comprar lhe for assinado, trará certidão dos Officiaes da Camara de cada hum dos ditos lugares, de como o pão ahi foi vendido, e não a trazendo ao dito tempo, perderá a valia do pão em dobro», ou ainda: — «toda a pessoa que tiver pão seu, ou de suas rendas, o poderá levar livremente a onde quizer, deixando a terça parte no lugar donde o tirar, e a terça parte (8) poderá tirar com licença da Camara do dito lugar. E no termo da cidade de Lisboa, ou dez legoas ao redor della, o poderá tirar, e levar a ella, sem deixar parte alguma no lugar onde o tirar sem embargo de quaesquer posturas» (9).

Trata-se pois de um regulamento muito apertado, que condiciona a circulação dos produtos e em cujo cumprimento estariam interessadas as várias regiões, no seio do qual se dariam mal as forças ligadas à actividade mercantil interna que, ainda por cima, se viam concorrenciadas, usando para isso das regalias inerentes aos privilégios que lhes eram próprios, por nobres e

(8) José Acúrsio das Neves visa na Op. cit. em especial, esta medida: = (§ XXXII [...] seria de muito maior utilidade, se as não deixasse ainda sogeitar a algumas restrições: a da reserva das terças partes no Caso de necessidade, pelo abuso, que della se tem feito, tem sido mais damnoza ao commercio, do que se pença). Mais tarde, na segunda década do século, nas *Varietades*, especificará alguns desses abusos.

(9) *Ord. Liv. V. Tit. LXXVI. § 8, p. 124.*

religiosos que vendiam cereais em casa como sendo de suas colheitas. Entre duas realidades, uma que produz cereais e outra que os consome (Lisboa, Algarve e Madeira), a actividade que deveria satisfazer as necessidades daí surgidas via-se fortemente condicionada.

O «atravessador» nome dado a um grupo que a ela se dedicava, é frequentemente visado por medidas tendentes a descobri-lo e a reprimi-lo. Mas apesar do constante anátema que sobre ele pendia, a necessidade e a oportunidade de lucro são mais fortes e por isso a sua presença adivinha-se a cada instante, correndo embora, pelo menos se a lei fosse para ser cumprida, duros riscos: — «Mandamos que pessoa alguma não atravesse o pão, que de fóra destes Reinos vier, nem o vá atravessar ao mar, nem aos caminhos, nem entenda nelle com partido algum, e o deixem descarregar, e vender às proprias pessoas que o trouxerem. E quem o contrario fizer, perca o pão em dobro, amedate para nossa Camara, e a outra para quem o accusar, e vá degradado cinco anos para Africa» (10).

Quando mais tarde, numa outra memória (11), Acúrsio das Neves vai defender que se faça a revisão desta lei injusta contra os «atravessadores», sente que a sua «censura desagradará a muitos» e mais uma vez recorre às posições de Adam Smith, que punham a nu os «vícios desta lei», para reforçar as suas teses, mas estaremos já em 1820. Vemos, assim, que o seu trabalho se desenvolve em dois planos; um francamente defensor do liberalismo económico, que via nos entraves ancestrais à liberdade de circulação a razão de distorções e causa impeditiva da ultrapassagem da situação de permanente temor da fome, o outro, apoiado neste, procura apenas justificar transformações que permitam a quebra dos obstáculos postos no mercado interno. Os sacrifícios que faz de alguns princípios geraes não seriam signi-

(10) Ibid., p. 123.

(11) José Acúrsio das Neves, *Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa*, Centro de Estudos Fiscais da Direcção-Geral das Contribuições e impostos. Ministério das Finanças. Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal. Separata de Ciência e Técnica Fiscal N.º 59. Lisboa, 1963. p. 34.

ficativos pois que, o mercado externo de cereais portugueses não anda longe do modelo defendido, uma vez que a maior liberdade regia alguns dos seus aspectos.

Mas em 1820 a situação tinha mudado e então, apesar de continuar fiel a muitas das posições defendidas no início do século, vai contudo propôr agora que se tomem algumas medidas de pendor vincadamente proteccionista, assentes na por si reconhecida urgência de se tornar a agricultura lucrativa, de se encontrarem preços remuneradores para os seus géneros e de se promoverem internamente os mesmos. É sobretudo na segunda década do século que o todo nacional sofre fortes abalos. O que de forma agradável mais nos golpeia em Acúrcio das Neves é o facto de apesar de tudo indicar que seja um profundo conhecedor dos modelos com que aborda a nossa sociedade, não lhes ficar preso, sacrificando a necessidade de estudar essa realidade. Encontrando-lhe e respeitando-lhe especificidades articula-as com aqueles, de modo a procurar as medidas que julga poderem ser adequadas e recusa a via do exemplo ilustrativo de prejuízos inabaláveis. Por isso, defenderá então que se regule o comércio de cereais, «objecto de maior importância para o país, e dos mais espinhosos para o Governo». Demonstrando a necessidade de se imporem direitos sobre a importação do trigo, apontará o exemplo inglês como de seguir, uma vez que também aí se tinha adoptado o sistema de «escala móvel» para regular o montante a cobrar. Ao mesmo tempo, não se ficando a acreditar que o simples direito fosse a mezinha miraculosa para o problema, faz uma análise das nossas dificuldades económicas, da inadequação da agricultura que tinhamos face aos problemas que se punham, e será dentro desta globalidade que proporá as suas reformas.

Juntemos as suas posições às de outros autores da época e tentemos ver quais os «males» que com mais frequência eram referidos. Em quase todos se contrapõe a abundância outrora conhecida num Portugal (12) regido por leis sábias, como o fora

(12) Notável excepção constitui ainda a posição de Acúrcio das Neves quando afirma: — «Temos muitos testemunhos não equivocados do grande cuidado, com que os nossos primeiros Reis promoverão a povoação, e a cul-

na primeira dinastia, com o país das carências alimentares e de outras dificuldades, saído exangue de homens e de riquezas dum período de conquistas e de expansão, durante o qual os cabedais procuraram por excelência a actividade mercantil (13) e em que lamentavelmente se descuroou a agricultura. Agora, aponta-se para a urgência em corrigir essa situação, em generalizar a ideia de que a auto-suficiência continua a ser entre nós possível e de que se deve recusar a atitude enraizada que leva à aceitação sem reservas do recurso a constantes importações, à dependência, até dos árabes(!), permitindo que um permanente caudal monetário abandone o país para pagar géneros e que em parte não retorna.

Um dos lugares comuns dos ataques que então se desferem à situação difícil, é o que denuncia as guerras, os prejuízos causados pelas invasões francesas, que alguns tomam como período transformador, mas que mais vulgarmente são tidas como precipitadoras de toda uma série de antigos e novos desajustes (14).

tura das terras, e principalmente os Senhores D. Sancho I, e D. Diniz, que por isso forão designados pelos titulos, o primeiro de povoador, e o segundo de cultivador; mas temos nós iguais provas de que os seus esforços fossem coroados de tão avantajados sucessos, como nos pintão passados séculos alguns escriptores? Pelo contrario tenho para mim, que o muito que huns daquelles Soberanos achárão que repara, mostra o pouco que os seus antecessores tinham podido conseguir [...]». (*In: Variedades sobre os objectos relativos às Artes, Commércio e Manufacturas consideradas sobre os principios da Economia Política*, tomo I, Lisboa, 1814, p. 274).

(13) Félix de Avelar Brotero, *Reflexões sobre a Agricultura de Portugal, sobre o seu antigo e presente estado, e se por meio de escolas ruraes práticas, ou por outras ella pode melhorar-se, e tornar-se florente*, Lisboa, 1815. p. 84

(14) «A pasmosa revolução, que tão felizmente ainda ha pouco tempo terminou, influiu por hum modo muito sensivel nos nossos interesses agrarios, e nos Commerciaes, que lhe estão estreitamente ligados. Se por hum lado os principios liberaes hoje estabelecidos exigem uma perfeita reciprocidade nas nossas transacções mercantis, pelo outro he preciso que os nossos generos possão manter a concorrência com os estrangeiros nos mercados da Europa, ou ao menos nos de Portugal; de outro modo viremos dentro de poucos annos a ser de todo pobres, assim como já somos dependentes». (*In: Sebastião Francisco de Mendo Trigoso, Projecto de hum estabelecimento de Escolas de Agricultura Pratica, Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo IV, parte I, Lisboa, 1815, p. 72*).

Estes caracterizar-se-iam por uma estagnação mental e técnica, típica de todo um conjunto de atitudes dos nossos camponeses. Faltavam gados para os trabalhos agrícolas ou então existiam e eram criados em campos que poderiam ser aproveitados para a cultura de cereais. Tinham-se os terrenos cultivados dispersos por uma vasta área espacial, perdendo-se em deslocações tempo que seria bom poupar, como aliás também sucedia com o exigido pelas inúmeras feiras e dias santos. A falta de sementes, as deprações causadas pelos animais selvagens, a rotina no amanho das terras e no tipo de culturas e a ausência de instrução, são igualmente apontados.

Num terreno já mais perturbador, implicante com cimentados privilégios, que ao longo de todo um vasto tempo configuraram o perfil da sociedade de antigo regime, criticam-se os forais, complexos, confusos e em uso, as leis inadequadas que se impunham e as adequadas que se esqueciam, os pesados encargos que tão duramente fustigavam o agricultor, a insaciável cobiça dos donatários, os múltiplos obstáculos à realização de benfeitorias, a incorrecção do sistema de aluguer e sub-aluguer das propriedades, a exagerada extensão de terras em regime de mão-morta, o luxo, o absentismo, o excesso de criadagem, vagabundos e ociosos, as difíceis condições de vida de quem trabalhava os campos (15) e a persistência duma mentalidade que tinha como humilhante o trabalho rural e que

(15) «Segundo minha lembrança, e as informações, que tenho procurado, direi, sem fallar de mais exemplos, que em 1782, e em outros annos antecedentes, foi o verão tão fatal aos ceifões do Alentejo, que em Elvas houve dias de trazerem para a Cidade vinte, e mais ceifões mortos pelo campo no trabalho da ceifa sufocados pelo nimio calor, e ardor do sol. Em 1782 tenho tambem lembrança, de que na Comarca de Portalegre morrerão alguns ceifões pelos rostolhos; porém muito menos, que na Comarca de Elvas: e a razão de differença procede, sem duvida, de que a Comarca de Portalegre he muito povoada de arvoredo dos matos, e soutos, que tempera o ar, e dá sombra ao ceifão, para se poder abrigar do sol: ao mesmo tempo, que a Comarca de Elvas he campina raza, e quasi sem arvoredo. Há memoria em Elvas, de que num anno morreram naquella Comarca mais de 400 ceifões pelos restolhos sufocados com o valor». (In: Joaquim Pedro Fragoso de Siqueira, *Memória sobre a necessidade, utilidade, e meios de introduzir em Portugal o uso das gadanhas alemãs*, Lisboa, 1811, p. 7).

tinha por modelo uma nobreza que, se comparada com a de alguns países, muito seria criticada.

Aqui se encontravam sobejas razões para que se justifique o despovoamento dos campos, em especial os do Alentejo. Enquanto os braços faltavam na lavoura, Lisboa tornava-se uma cabeça demasiado grande para tão raquítico corpo, enchendo-se duma multidão variada de gentes, empregues em múltiplas actividades ou inactividades (16). Consumia-se nela uma grande quantidade de pão que numa grande parte vinha do estrangeiro. O facto de muitas das produções nacionais serem drenadas para Lisboa e aí vendidas sem que o numerário resultante da operação volte aos campos, onde havia manifesta falta de capitais para que se fizessem os urgentes investimentos, contribuía para a atrofia dos mesmos. Algumas soluções para o problema, inserem-se no quadro típico das medidas tomadas durante o antigo regime, quando as tensões entre o difícil binómio cidade-campo deflagravam. Defende-se a necessidade de recensear a capital e de se expulsarem por meios violentos ou políticos, aqui as posições divergem, os ociosos, plebeus ou nobres, que no seu seio se albergavam, indo-se ao ponto de se propôr a dispersão das suas indústrias pelo país e a liquidação das que não fossem necessárias (17).

(16) «[...] isto he importante pelo lado dos membros inuteis, occiosos, vadios, e criminosos; entretanto, que, occupados, não pezavão na Capital nem no Estado, e eram uteis nas Provincias, que em parte estão despovoadas.

A prodigiosa quantidade da mocidade empregada em lacaios, e criados de servir he outro mal, e não pequeno em prejuizo da lavoura, porque deverião estes ser supprimidos por homens de certa idade, que, não tendo já forças sufficientes para os trabalhos dos Campos, são obrigados a mendigar a sua subsistencia.

Immensos Bilhares, e mais de duas mil lojas de Caffé he prova desta verdade. Outro Politico tambem disse = Ai da Cidade em que abundão as lojas de Caffé, e de Bejotaria». (In: Antonio Moreira Dias, *Op. cit.*, p. 3-4).

(17) «Hum dos impedimentos destas providencias, posto que em si uteis, he a multiplicidade de Fabricas concentradas na Corte, que não prosperando (como a de papel pintado, e outras que taes) occupão braços que faltão nos Campos; quando em todas as Nações civilizadas estão as Fabricas espalhadas pelo Reino, e até os Officiaes dellas propagão as Provincias e não sobrecarregão a Corte com gente, que lhe he estranha». (In: A. Moreira Dias, *Op. cit.*, p. 15-16).

Já a outro nível, é igualmente frequente o ataque, às complexidades e morosidades do aparelho e acção judicial, à falta duma polícia rural que fosse garante da propriedade e segurança na circulação de bens e gentes, aos entraves à liberdade para as transacções, para as terras e seus produtos, para o agricultor agir e cultivar o que desejasse.

Tudo isto constitui uma extensa lista, sistematizada de diversas formas pelos vários autores e que apresentamos, porque sendo elaborada num período anterior à revolução liberal, por homens que em alguns casos não se puderam enquadrar nela e nas transformações que a partir dessa revolução se deram, vai ser retomada e transformada em programa político, nas suas linhas gerais, logo a seguir à revolução de 1820, embora em seguida, a efectivação das suas propostas vá sofrer sérios obstáculos, avanços e recuos, afastamento de uns pontos e sobrevalorização de outros, num debate e num retomar de posições que muitas vezes, apesar de serem vulgarmente apresentadas como o «nec plus ultra» dos homens de momento, se inserem nesta velha necessidade, já sentida no alvorecer do séc. XIX.

Contudo, esta multiplicidade de atitudes, embora ricas em consequências, não ultrapassam na generalidade, o que se pode referenciar como sendo as grandes linhas duma reflexão de tipo fisiocrático, valorizante da agricultura e que procura só nela a possibilidade de fazer reentrar o todo nacional na «idade d'ouro» que a sociedade mercantil nos fez abandonar. Mesmo nas notas mais ousadas, como sucede na defesa da necessidade de conseguir uma maior liberdade de circulação para os produtos, não se deve esquecer que esta tónica se pode enquadrar perfeitamente no mesmo pensamento (18). Normalmente, o que nos surge como mais comum no campo das medidas a tomar são: a urgência em rever algumas das tradicionais formas de propriedade então já manifestamente absurdas, o ataque aos incultos e às condi-

(18) «Qu'on maintienne l'entière liberté du commerce; car la police du commerce intérieur et extérieur la plus sûre, la plus exacte, la plus profitable à la nation et à l'État consiste dans la pleine liberté de la concurrence». (In: *François Quesnay et la Physiocratie*, Paris, I.N.E.D., 1958, t. II. pp, 949-955.

ções injustificadas que originam alguns (19), a defesa de que se obrigue ao cumprimento das antigas leis agrárias e se dêm prémios aos que mais cultivem (20). Pede-se, ainda, que se reforme todo um sistema de impostos e gravames que carregam exageradamente o agricultor e confia-se que a acção de certos organismos, como a Academia Real das Ciências, divulgue experiências e conhecimentos que cortem com toda uma maneira tradicional de encarar o problema agrícola. Neste sentido e apontando sempre o exemplo do que melhor se faz no estrangeiro, (Inglaterra, Suíça e França, entre outros), vai-se frisando a necessidade de se ministrar o ensino da economia política e da rural e ainda de se criarem Sociedades Agrícolas e Escolas Rurais, como via pacífica de recuperar o atraso que nos caracterizava (21). Toda esta acção para ser eficiente, deveria assentar num conhecimento mais seguro da realidade nacional. Para tanto, vão surgir propostas da criação dum «Ministério Agrário que trate privativamente

(19) Quando em meados do século dezanove, o problema cerealífero se põe abertamente, degladiando-se agora o bloco proteccionista-proibicionista como não menos heterogéneo grupo dos livre-câmbistas, Rodrigo Moraes Soares dá a conhecer, através do *Archivo Rural* que dirigia, um relatório até então inédito de Alberto Carlos Menezes: — «Estadística da Agricultura ao Norte e Sul do Tejo». É um trabalho que se insere nesta problemática dos incultos e onde estes são estudados duma forma muito atenta, na sua descrição, origem, funções e remédios para alguns. O interesse desta obra, levou R. M. Soares a escrever: — «Este trabalho é digno de atenção por muitas considerações, e mormente porque manifestado o zelo, e cuidado, que naquelles tempos, chamados de obscurantismo, se empregavam pelo Governo, para dar impulso aos melhoramentos agrícolas [...]». (In: *Archivo Rural*, Tomo III, 1860, pág. 13 e seg.).

(20) Esta será uma das persistências que de tempos a tempos se manifesta, surgindo com novas problemáticas durante o nosso século.

(21) Sebastião Francisco de Mendo Trigoso, *op. cit.*, pág. 72: — «Muitas cousas são necessarias, como já notamos no principio, para a nossa agricultura prosperar; mas a maior parte dellas cabem sòmente na jurisdição do Legislador, e sempre encontram difficuldades, por hirem atacar abusos inveterados, ou interesses de pessoas poderosas. Esta que agora se propõe he de outra natureza; e posto que não remedeie senão huma parte desses males servirá ao menos de criar homens capazes de desempenhar as obrigações de que forem incumbidos [...]».

dos negócios rurais» (22) e dum organismo para estudar o estado da agricultura e da economia rural e capaz de elaborar um mapa estatístico agrário. A Academia Real das Ciências publica então nesta linha, uma diversidade de monografias regionais e locais, que hoje sabemos ter coberto uma área bastante extensa do país; fonte importante para os estudiosos desta época, e onde o dado qualitativo se encontra já lado a lado com o quantitativo, sem dúvida com falhas, mas obedecendo ao anseio de melhor fundamentar as reformas que se pretendiam (23). A resolução dos óbices à criação dum mercado interno, a reforma dum complexo corpo de leis que consagravam autonomias e privilégios, e a construção dum sistema viário capaz, são referidos com uma insistência cada vez maior. O mau estado dos caminhos permitia que se afirmasse, ser «mais barata a condução de, hum alqueire de trigo vindo da Russia, do que da Provincia do Alentejo» (24).

(22) Alberto Carlos de Menezes, *op. cit.*, p. 243 e seg.. Nela apresenta um plano intitulado: — «Modelo do mappa estadístico agrario, que cada um dos superintendentes provinciaes da agricultura, deve apresentar no triennio».

(23) «Todo o homem que deve observar miudamente a importancia d'hum Estatística, trazendo á memoria os resultados de utilidade que dela tira a Republica, bem conhecerá quão relevantes são os serviços estatísticos. O Monarcha, que conhece as forças dos seus Dominios, e os recursos que nelles tem, pôde com certeza decidir os pontos politicos de maior interesse; na discordia e disputa com qualquer Nação poderá sempre ter hum equilibrio infallivel na sua balança; he então que o politico trabalha com certeza no gabinete, e o General na campanha.

Se tanto se deve à Estatística, que fado nos tem prohibido este conhecimento de primeira ponderação, e esta trabalhosa collecção, que faz ver a grandeza ou a decadencia Nacional? Se hum pequeno golpe de reflexão faz conhecer, que a enfermidade não pôde ser curada sem o seu previo conhecimento, e das suas causas, ?quão importante será este golpe levado em grande ao nosso objecto?

He a Estatística, que tem o privilegio exclusivo de apresentar todas as faces de grandeza e abatimento de huma Nação, suas causas, e resultados; logo só por esta via poderá o legislador dar o conveniente remedio ao mal, que em ponto claro e visivel se lhe apresenta no grande mappa dos conteúdos dos seus Dominios». (Joaquim José Varella, «Memória estatística ácerca da notável Villa de Monte Mor o Novo», *In: História e Memórias da Academia Real das Sciências de Lisboa*, Tomo V, parte I, Lisboa, 1817, pp. 4,5.

(24) A. Moreira Dias, *op. cit.*, pág. 3-4.

Estradas, canais, pontes, limpeza de rios e valas e ainda a criação de uma polícia rural que, como já se disse, deveria garantir a segurança das colheitas e a circulação de bens e pessoas, tornam-se cada vez mais uma exigência.

Já em 1814-17 e mais tarde em 1820, Acúrsio das Neves, abordará o problema agrícola, não como a única via possível, de resolução dos problemas económicos portugueses, mas articulando-o (25) num conjunto mais vasto, do qual será um dos aspectos, ao lado do problema comercial e sobretudo do industrial. Esta visão global e mais alargada que a tradicional, deixa-nos adivinhar alguns dos conflitos que então agitariam a nossa sociedade. Ela põe, com uma argúcia minuciosa, o problema dos preços das subsistências, chave para compreensão de muitas polémicas futuras, mostrando que as posições diferem, se se é agrário, se é industrial ou se é um mero consumidor (26).

À medida que os anos vinte se aproximam, cresce a insistência para que se auxilie a agricultura, em especial a cultura dos cereais, para ver se esta se torna lucrativa, procurando-se atingir a auto-suficiência e aguentar a concorrência que no plano externo nos faziam os grãos estrangeiros. A decadência da agricultura é agora, em parte, imputada à grande importação

(25) Também aqui, como em Espanha, esse período de dificuldades levou a que se preconizassem soluções que, segundo Josep Fontana, levassem a um «desenvolvimento económico integrado, comercial, agrario e industrial». Tendo já sido teorizado nas suas grandes linhas, e tendo-se mesmo tomado certas medidas que apontavam nesse sentido, chocava-se ainda, contudo, com grandes resistências. A obra citada trata-se de: Josep Fontana, *da Quiebra de la monarquia absoluta, 1814-1820*, Ariel, Barcelona, 1974, pág. 268 e seg.

(26) «Os proprietarios de terras, e a classe dos lavradores, que pela sua importância merece grande contemplação, quereriam sempre o pão caro, e que se pusessem obstáculos à sua importação; pelo contrário os consumidores, isto é, o grande corpo da nação, entrando a numerosa classe dos indigentes sempre o querem barato, e que se facilite a sua introdução [...]. A sua influência se faria sentir muito particularmente nas fábricas, porque sendo o preço do pão o principal regulador dos preços dos géneros, subiriam todos, e subiria também a mão-de-obra». (In: José Acúrsio das Neves, *Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa*, Lisboa, 1820, pág. 37).

que se estaria a fazer de cereais. Este factor é mesmo realçado em detrimento de muitos outros. Antes, a referência à entrada de grãos estrangeiros como consequência das dificuldades sentidas, é que era posição vulgar. Acúrsio das Neves liga-a ao «grande aumento, que teve a agricultura nas provincias Russianas do Mar Negro desde o ano de 1817», que teria motivado as «grandes exportações de Odessa para as provincias meridionais de França e Espanha», e igualmente «inundou o porto de Lisboa de trigo barato e de tão superior qualidade, que o nosso não pode competir com ele; o que deu causa a passar em provérbio entre os nossos proprietários e lavradores, que depois de nos livrarmos da invasão dos franceses, tivemos a invasão Grega» (27).

Contudo, não teria sido apenas o trigo do Mar Negro a causar-nos problemas. As colheitas tinham sido geralmente férteis nos últimos três anos. A França que estava a braços com boas produções e com idênticos problemas ao nível do escoamento e dos preços, ter-nos-ia, também, vendido cereais. Detectou-o Acúrsio das Neves ao afirmar que desta forma ela fez «nova guerra aos nossos lavradores». Em Inglaterra (28) os anos de 1795-6 e de 1799-1801, foram fracos, com fomes e motins. Com a ambiência criada pela Revolução Francesa, estes são agora focados por um ângulo mais subversivo, colocando-os os latifundiários em pé de igualdade, na atitude defensiva a tomar, com Napoleão. O aumento crescente dos que trabalhavam nas indústrias, foi acompanhado pela tomada de consciência de que os seus interesses diferiam dos interesses daqueles e por isso, segundo alguns autores, o ponto de encontro onde agora as linhas deste conflito se cruzam, são as leis dos cereais que deste modo ganham um carácter social melindroso. Em 1815 reformam-se essas leis no sentido de proteger a produção interna da concorrência estrangeira e dificulta-se o acesso ao mercado consumidor.

(27) José Acúrsio das Neves, *op. cit.*, pág. 37.

(28) Wilhelm Abel, *Crises agraires en Europe (XIII^e-XX^e siècle)*, Paris, Flammarin, 1973, pp. 304 e seg.

É nesta ambiência, vincada por ofertas, possivelmente reforçadas (29), que se chocam com mercados que se acolhem atrás de medidas proteccionistas, a França toma-as em 1819, que todo o problema cerealífero português de então, tem de ser visto.

O que nos poderá admirar é o facto de nós, importadores tradicionais, termo-nos com tanta facilidade inserido neste movimento global de sentido proteccionista, pois era claro que Portugal não podia, só com a sua produção, fazer face aos consumos de certas populações.

O «problema das subsistências» surgia entre nós porque, sendo o pão a base da alimentação das camadas populares, para a sua aquisição se dirigia uma grande parte do orçamento familiar e ainda porque as nossas colheitas eram e seriam na generalidade insuficientes; daí o constante convite à importação sentido nalgumas áreas. A cultura do trigo, por exemplo, fazia-se extensivamente, procurando-se obter maiores colheitas apenas pelo alargamento da área cultivada, mantendo-se os fracos rendimentos por semente. Continuava-se a usar o sistema de folhas que ficavam em pousio de um ou de vários anos. As inconstâncias do nosso clima, com invernos borrascosos e verões cálidos em excesso, não eram de molde a satisfazer o que esta gramínea pede. As terras com culturas mais lucrativas, como a do vinho, havia muito que se vinham alargando e a criação de gado contribuía de igual modo para que, assim se fossem perdendo zonas onde a cereali-cultura se poderia fazer. É ainda importante o facto da estrutura da propriedade e da sociedade, não serem de molde a facilitar a fixação do camponês, sobrecarregando-o e obrigando-o a optar por outras actividades ou inactividades, ou lançando-o na emigração. Está aqui uma grande quota de responsabilidade pelo fenómeno expansionista e quiçá pelo mercantil.

Estes factores de estrangulamento não seriam suficientes para que, normalmente, em finais de antigo regime e sobretudo depois da divulgação do milho, o perigo da fome se fizesse sentir com

(29) Encontram-se já frequentes documentos que atestam, que a América do Norte deveria ter aqui desempenhado um certo papel, pois que ela teria visto aumentar a sua área cultivada, de cereais durante a segunda metade do séc. XVIII, fazendo sentir o peso desse fenómeno, nos mercados europeus.

grande permência. Nos campos, se o acidente vincado não surgisse, sempre se arranjará que comer, talvez mal, mas vivia-se. Nas cidades já o problema se punha com outras cores, pois uma aglomeração populacional que ultrapassasse certos limites, ficava imediatamente com problemas de abastecimento.

Lisboa situa-se neste quadrante. Populosa e de múltiplas actividades, torna-se uma grande consumidora dos diversos tipos de pão, necessitando, como será típico de muitas outras cidades, de criar organismos e legislação capazes de lhe garantirem o abastecimento e de lhe permitirem uma ramificação dos seus interesses por um conjunto cada vez mais vasto de regiões e sectores. Uma parte importante do seu abastecimento, satisfá-lo a cidade com o que se encontra nas regiões que a rodeiam (30), activando para tal todo um sistema de vias aquáticas e terrestres e de acções económicas e sociais que a têm como centro. Mas como as produções desta zona não chegam, este sistema vai-se estender progressivamente a outras zonas e outras actividades. À sua porta ficam os campos do Ribatejo que são descritos no início do século dezanove (31), como tendo as lezírias mais ricas em «vinhas, azeite, grãos e gado», destinados pelo local onde são produzidos, «para a abundancia da capital do reino, [...]. É o pais mais fértil, e rico de todo o reino, o ar, o mar, o Tejo, e seus companheiros; a natureza do terreno; a capital para onde manda os seus frutos, tudo concorre para sua produção, e riqueza; tudo é abundância nas afortunadas campinas do Riba-Tejo; as vinhas, olivae, montados, mattos, pomares, searas, e criação de gado, e outra margem do Tejo, produzem a abundancia de Lisboa». A mesma ideia é corroborada pelo Corregedor da Comarca de Avis, em Agosto de 1818: — «Os campos de Coruche e Benavente são os mais fecundos deste Reyno na producção de trigo, e outros

(30) Dentro do termo da cidade ou de dez léguas em seu redor, quem tivesse cereais pode-los-ia tirar livremente, sem estar sujeito a todos os impedimentos que pesavam sobre a extracção deles de outras regiões do país. (Ordenações, Quinto livro, tit. LXXVI, pág. 124 da edição citada).

(31) Alberto Carlos de Menezes, *op. cit.*, p. 4-5.

cereais; as inundações do tejo, e mais ainda da Ribeira que os atravessa, os fazem excessivamente productores».

Com a outra parte contribui normalmente o Alentejo. Contribuir significa, realcemo-lo, o afastamento da ideia cantada em verso e prosa, de Camões à actualidade, de que ele seja o «celeiro de Portugal». Então sê-lo-ia e apenas em parte, de Lisboa e algumas de suas ramificações e duma quota do que se consumia no Algarve. O Alentejo é a zona onde «grosso modo» os trigos durázios predominam; são óptimos para bolachas e massas, mas não os mais preferidos para a feitura de pão, para a qual os trigos moles são os mais procurados e sobretudo são importados para satisfação dos gostos das camadas elevadas lisboetas. Será do ponto de vista da produção de trigos duros que o Alentejo poderá ser considerado uma zona importante. De qualquer modo Ribatejo e Alentejo são zonas que, do ponto de vista da produção de trigos, apresentam entre nós os números mais altos. Este facto não será de todo estranho à pujança de Lisboa. Como frisou Fernand Braudel (32), as cidades cresciam à sombra dos celeiros que estavam às suas portas e frequentemente tomavam o tamanho que estas fontes de sustento lhes permitiam.

Já se viu que os factores que contribuía para certas deficiências produtivas, quer naturais quer humanos, eram abundantes. Além do mais, os cereais são uma mercadoria que suporta mal os custos de transporte. Volumosa e pesada faz com que os gastos para a deslocar, venham onerar fortemente o seu preço de venda que se desejaria barato, uma vez que a pressão social assim o exige. Se tivermos em conta as nossas más vias de comunicação, o rudimentarismo das técnicas de transporte e o numeroso pessoal que esta tarefa envolveria vemos que, no antigo regime, a distância entre as zonas produtoras e as consumidoras constituía um pesado problema. Deste modo, para fugir aos custos que o transporte em carretas, bestas e outras despesas, como as dispendidas em autorizações para se poder circular ou drenar géneros, havia muito que a via aquática,

(32) Fernand Braudel, *El Mediterraneo y el Mundo Mediterraneo en la época de Felipe II*, México — Buenos-Aires, Fondo de Cultura Económica, 1953, p. 484.

fluvial ou marítima, era a mais usada. Assim, não será para admirar que sejam as cidades com melhores portos a desenvolverem-se mais facilmente e que, oferecendo um mercado atraente, uma vez que há muito a quem alimentar, sejam as mais procuradas, na mira de um bom e certo lucro, pelo mercador exótico.

Há muitos mecanismos que fazem da capital portuguesa, um grande centro importador de cereais. Cedo aí existe um

QUANTIDADES DE CEREAIS ENTRADOS EM PORTUGAL
(a partir de 1800 as fontes distinguem entre os cereais das nações estrangeiras e dos domínios ultramarinos) (33)

Anos	Quantidades	Anos	Quantidades	Anos	Quantidades
1778	56 154 Moios	1792	89 439 Moios	1806	98 823 Moios
1779	67 084 »	1793	67 797 »	1807	112 861 »
1780	102 270 »	1794	79 275 »	1808	14 059 »
1781	77 244 »	1795	63 017 »	1809	74 791 »
1782	46 656 »	1796	84 194 »	1810	82 080 »
1783	20 194 »	1797	159 661 »	1811	366 149 »
1784	29 333 »	1798	111 937 »	1812	254 802 »
1785	105 165 »	1799	88 875 »	1813	123 530 »
1786	109 193 »	1800	69 311 »	1814	90 529 »
1787	92 574 »	1801	145 053 »	1815	202 641 »
1788	84 814 »	1802	109 683 »	1816	84 177 »
1789	64 377 »	1803	95 763 »	1817	68 680 »
1790	61 739 »	1804	178 891 »	1818	239 935 »
1791	76 471 »	1805	186 926 »	1819	162 959 »
				1820	41 470 »

Quadro I

(33) De 1778 a 1795 os dados são os que foram recentemente apresentados pelo Dr. David Justino num artigo da *Revista de História Económica e Social*, de Jan.-Junho 1981, n.º 7, intitulado: — «Decadência da economia cerealífera Alentejana». Encontram-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Collecção Ministério do Reino*, Maço 571. A partir de 1796 a 1819, foram colhidos em Adriano Balbi, no *Ensaio estatístico*. Aliás eles serão frequentemente repetidos, como sucederá quando na *Revolução de Setembro* se trava polémica entre J.M.N. e Cláudio Adriano Costa, sobre o contrabando de cereais, ou ainda quando Fontes Pereira de Melo necessita de melhor fundamentar o seu projecto de lei, em 4 de Fevereiro de 1856, para regular o comércio dos mesmos. Neste último caso a lista é alargada até ao ano de 1838.

organismo, o famoso Terreiro do Trigo, cuja história acompanha de perto a da cidade, pois por lá passava uma importante parte do que ela consumia ou do que, em períodos de crise mais vasta, daí saía para ir acudir a outras zonas do país. É pena que, ainda hoje se não tivesse reunido a vasta documentação que pertenceu ao Terreiro, que se encontra dispersa por vários arquivos, e não se tenha feito um estudo sistemático a partir dela. Tal permitir-nos-ia um melhor conhecimento das pulsações da nossa vida económica e social, como se foram desenvolvendo certos mecanismos de dependência tão mal conhecidos, e qual o papel que Lisboa teria na dinâmica da nossa sociedade.

Os escassos números que possuímos, não entrando em linha de conta com os preços, têm para esta época origem nos papéis do Terreiro. Nada há que se lhe compare a nível do todo nacional pois que importações se as houve, faziam-se não só por mar como por terra, seguindo práticas arreigadas em velhas relações entre povos cujos limites não coincidiam com os das fronteiras políticas. Pesem pois estas limitações, veja-se, contudo, se a partir destes escassos dados, se podem ou não tirar conclusões que permitam uma melhor compreensão da problemática frumentária em vésperas da Revolução Liberal. Quadro I.

O Prof. Albert Silbert (34), calcula que para os dezasseis anos que vão de 1778 a 1795 se teriam vendido no Terreiro, 515 328 moios e 41 alqueires e $\frac{3}{4}$ de cereais referidos como nacionais e 1 313 625 moios e 56 alqueires e $\frac{1}{4}$ como estrangeiros. Este número, (há uma diferença para mais em cerca de 83 mil moios em relação aos valores que aqui se dão), representa 71% do cereal consumido em Lisboa. Para uma época anterior, um trabalho do Dr. David Justino (35), dá para o ano de 1729 uma percentagem de 55% para o trigo estrangeiro vendido no Terreiro. Entre 1778 e 1787 inclusive teríamos, segundo os dados indicados, um valor da ordem dos 67,7%.

(34) Albert Silvert, «Contribution à l'étude du mouvement des prix des céréales a Lisbonne (du milieu du 18ème au 19ème siècle)», *Revista de Economia*, vol. VI, fasc. II, p. 65.

(35) David Justino, Artigo cit.

Verifica-se que no segundo quinquénio os valores apresentam uma tendência para serem mais elevados do que no primeiro, onde só em mil setecentos e oitenta a importação se apresenta muito alta. Pena é, que por agora se não conheçam dados que nos permitam avaliar esta relação para os anos seguintes.

EXTRACÇÃO QUE TIVERAM DO TERREIRO PÚBLICO DE LISBOA, OS TRIGOS, CEVADAS, MILHOS E CENTEIOS DO REINO DE PORTUGAL E ILHAS E DOS REINOS ESTRANGEIROS (36)

Anos	Exóticos		Indígenas		Totais			
	Moios	%	Moios	%	Moios			
1778	56 154	1/20	66,1	28 847	7/10	33,9	85 001	7/10
1779	67 084	—	70,1	28 657	7/10	29,9	95 741	7/10
1780	102 270	1/5	85,7	16 984	4/5	14,3	119 255	1/20
1781	77 244	4/5	77,3	22 601	5/10	22,7	99 846	3/10
1782	46 656	4/5	52,2	42 569	4/5	47,8	89 226	3/5
1783	20 194	9/10	22,8	68 335	9/10	77,2	88 530	4/5
1784	29 333	3/5	40,6	42 782	1/5	59,4	72 115	4/5
1785	105 165	1/5	88,8	13 187	2/5	11,2	118 352	3/5
1786	109 193	3/10	92,6	8 694	3/10	7,4	117 887	6/10
1787	92 574	9/10	85,8	15 216	6/10	14,2	107 792	5/10

Quadro II

Acúrsio das Neves apresenta um série (37) que vai de 1800 a 1820, mas só refere os cereais importados e os que vinham dos «domínios ultramarinos», provavelmente dos Açores. Contudo, parece-nos que se pode aceitar que a parcela da produção nacional estaria, como já se vinha notando, numa acentuada dificuldade. Se verificarmos a média dos cereais importados nos vários decénios temos:

Anos	Moios	% em relação ao período anterior
1780 a 1789	73 182	—
1790 a 1799	88 240	+ 20,5%
1800 a 1809	108 616	+ 18,7%
1810 a 1819	167 548	+ 54,2%

Quadro III

(36) David Justino, Artigo cit.

(37) Acúrsio das Neves, *op. cit.*, p. 39.

Parece-nos ser de excluir a hipótese de que este aumento da quota da importação pode ser igualmente acompanhada por um fenómeno, que arrastasse consigo um maior consumo dos cereais nacionais, pois que, dados quantitativos dispersos e toda uma vasta gama de informações qualitativas, não nos permitem afirmar tal. Levam-nos, sim, a concluir que a partir das invasões se iniciou um período em que alimentar Lisboa exigia uma maior importação, como aliás vários textos referem: — «[...] a importação destes generos para Portugal desde aquella época fatal de 1808 foi do valor de 192 milhões de cruzados: quantia enorme, e que sempre nos deverá assustar, ainda quando consideremos que entrará nesse período a Guerra da Península, e houvera a consequente necessidade de sustentar os exércitos aliados, que recebiam grande parte dos seus fornecimentos por nossos portos» (38). As invasões francesas precipitariam toda uma série de equilíbrios difíceis num período de perturbações económicas, sociais e políticas, a quem a paz geral de 1814 trouxe acalmia mas não estabilidade, pois que a partir de 1818, os queixumes da cerealicultura aumentam, tornando-se em 1819 a situação crítica. Um mapa desse ano dá-nos quantidades, para algumas semanas dos meses de Agosto e Outubro, do trigo nacional e estrangeiro vendido no Terreiro (39).

(38) Relatório da Comissão de Agricultura, in *Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, sessão n.º 7, de 5 de Fevereiro de 1821, p. 33. «Antes do descobrimento d'America Portugal fornecia trigo aos Estrangeiros ha muitos annos, e actualmente apenas produz metade do que precisa para o seu consumo. A Invazão de Junot demonstrou esta tristissima verdade: seis mezes depois Lisboa apresentava os symphomas da mais horivel fome. Calcula-se em 192 milhões de cruzados o valor da importação dos generos cereaes em Portugal dos Portos do Baltico, Barberia, e Sicilia desde 1808 athé 1819!!!» (In: José Sebastião de Saldanha Oliveira Daun, *Diorama de Portugal nos 33 mezes constitucionaes au Golpe de Vista sobre a Revolução de 1820 — A Constituição de 1822 — A Restauração de 1823, e acontecimentos posteriores até ao fim de Outubro do mesmo anno*, Lisboa, Imprensa Régia, 1823, p. 217.

(39) Relatório da Comissão de Agricultura de 12 de Março de 1821, in: *Diário das Cortes [...]*, sessão n.º 34, de 14 de Março de 1821, p. 253.

Dia	Mês	Ano	Total		Trigo do reino e ilhas			Trigo estrangeiro		
			Moios	alq.	Moios	alq.	%	Moios	alq.	%
9	8	1819	988	6	12	6	1,2	976	—	98,8
16	»	»	1 061	46	23	42	2,2	1 038	4	97,8
23	»	»	1 304	13	30	2	2,3	1 274	11	97,7
30	»	»	1 036	7	29	16	2,9	1 006	55	97,1
4	10	»	991	8	20	30	2	970	42	98.
11	»	»	904	41	22	12	2,4	882	29	97,6
18	»	»	865	38	20	12	2,3	845	26	97,7

Quadro IV

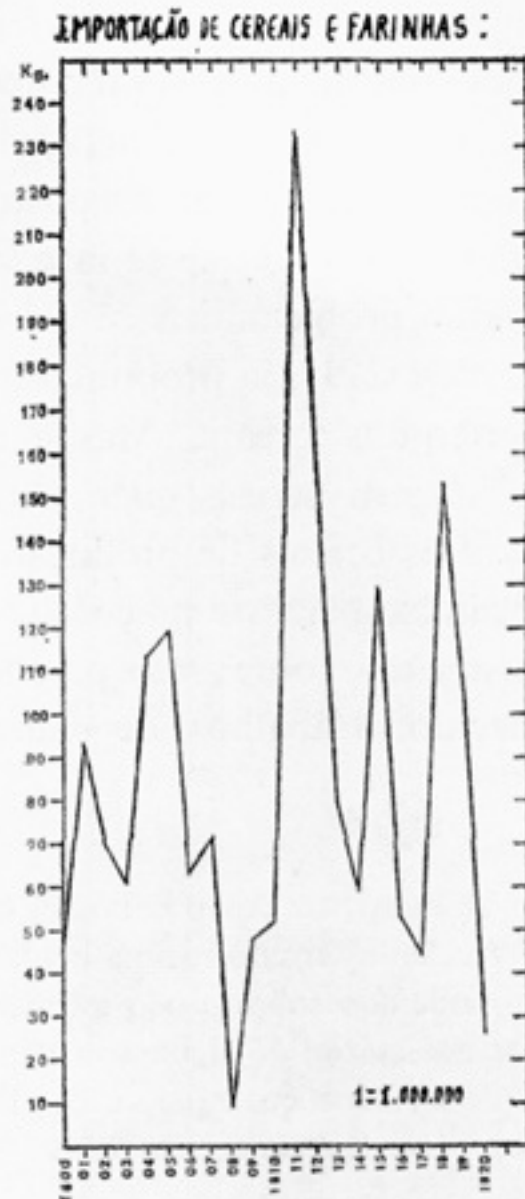


Fig. V (40)

(40) Gráfico elaborado a partir dos dados apresentados na p. 12, depois de reduzirmos moios a quilos.

Estamos pois, perante uma aguda crise, que não poderá ser explicada apenas pelo facto dos contingentes importados terem aumentado, uma vez que, inclusivamente na história próxima a este facto, havia exemplos de grandes importações, como os números conhecidos o provam.

Contudo, os desequilíbrios então provocados eram frequentemente atenuados pelo conjunto da actividade económica, sobretudo se havia possibilidade de aumentar os preços, ou estes já se caracterizavam por um movimento no sentido da alta, ou ainda se no cômputo geral, a actividade mercantil não conhecesse embaraços de maior.

Tudo indica que agora não sucederia assim, encontrando-nos perante uma crise algo atípica, em que os celeiros nacionais estão cheios, as importações continuam e os preços a que se vendem os poucos cereais nacionais não são remuneradores. É quase certo que este problema só agora se deveria ter posto pois que, Acúrsio das Neves, sempre tão atento ao que se ia passando, não o trata de maneira a que esta problemática se adivinhe, embora nas *Variedades* (41) em 1914 e 1917, já proponha medidas moderadas, reguladoras do comércio dos cereais. Mas só em 1820, na *Memória* (42), é que nos surgem séries, quer para os quantitativos importados, quer para os cereais de produção nacional vendidos no terreiro e quer ainda, para os preços de uns e outros (43).

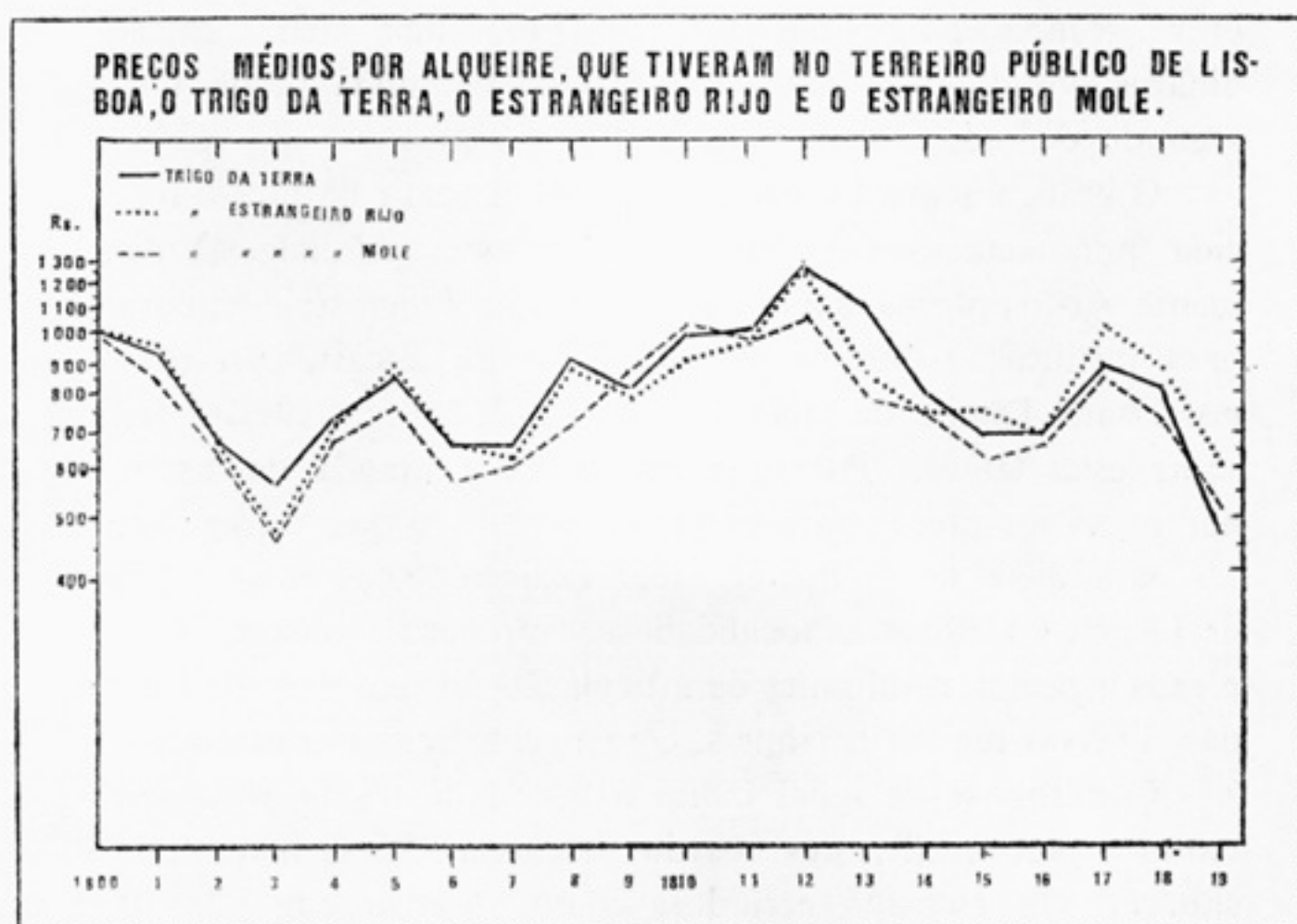
A reflexão histórica sobre os preços já conta entre nós, como é conhecido, trabalhos de vulto. O Prof. Vito-

(41) «[...] Mas se hum paiz como o nosso, onde se achão incultos os dous terços do seu excelente terreno, e muito gravada a agricultura, se estabelecer hum direito moderado sobre o pão estrangeiro, que sem impedir a importação do que for necessario, dê alguma vantagem ao nacional, o seu effeito não póde deixar de ser benefico, e parece de absoluta necessidade nas presentes circumstancias». (In: J. Acúrsio das Neves, *Variedades* [...], tomo I, Lisboa, 1814, p. 283).

(42) J. Acúrsio das Neves, *Memórias* [...], p. 40.

(43) Esta distinção entre os preços dos vários tipos de cereais parece-nos importante pois que, normalmente o que se dá são as quantias gastas na aquisição dos cereais nacionais e estrangeiros. A partir delas poucas conclusões se poderão tirar, se não tivermos em conta as diferenças de preços dos cereais nacionais e estrangeiros.

rino Magalhães Godinho (44), estudou cuidadosamente alguns aspectos relacionados com esta problemática e para este período. Segundo este autor, um movimento no sentido da alta de preços, ter-se-ia desenvolvido ao longo do último quartel do séc. XVIII;



Quadro VI

para o Porto a partir de 1778, para Lisboa a partir de 1784 e para Setúbal, Évora e S. Miguel a partir de 1791. Esta expansão dos preços deveria ter acompanhado, como sucede em vários pontos da Europa (45), certos progressos na agricultura, que Acúrsio das Neves faz questão em denunciar (46), e nos quais

(44) Vitorino Magalhães Godinho, «*Prix et Monnaies au Portugal*», Paris, Librairie Armand Colin, 1955.

(45) Wilhelm Abel, *op. cit.*, p. 275 e seg.

(46) «[...]». Desde esta época [do reinado de D. José] a agricultura não tem cessado de receber melhoramentos; e embora se comprazão outros em representalla mais decadente do que nunca, eu desde a minha infancia sempre a vi crescer nas terras do meu conhecimento; e posto que não possa negar-se, que se acha ainda mui longe do ponto de perfeição, a que a tem

se deverá enquadrar a pujança que, igualmente entre nós, teve a reflexão e acção dos fisiocratas.

Este optimismo vai no entanto ser quebrado por uma depressão em 1810-11-12, conforme as regiões, encontrando-se finalmente um *terminus* para essa longa ascensão. Depois duma breve recuperação ir-se-á cair, em 1819, numa «baixa extraordinária como ainda não tinha havido nenhuma desde 1792», segundo defende o Prof. Silbert (47).

O gráfico acima exposto, elaborado a partir da tabela fornecida por Acúrsio das Neves traduz essa realidade. Vulgarmente são os preços médios, constantes na longa série elaborada para justificação dum projecto de lei sobre cereais, apresentado por Fontes Pereira de Melo, que servem de base às reflexões feitas sobre estes temas. Para nós, esta tem a vantagem de discriminar os vários preços para os vários cereais, o que é importante se, para além de se querer saber quais os laços entre a praça de Lisboa e as diversas localidades, se procura conhecer os complexos aspectos resultantes da articulação no seio daquele fulcro, das diversas regiões nacionais, com o comércio estrangeiro.

Confirma-se de igual modo a venda de trigos estrangeiros moles a preços inferiores aos dos nacionais, só se invertendo a situação em escassos períodos, como sucedeu em 1809-10 e em 1819; possivelmente, neste segundo caso, quando o efeito das medidas proteccionistas e proibicionistas já se fazia sentir. Não será de estranhar, que sendo os preços mais vantajosos e a qualidade melhor para o pão, àqueles fosse fácil bater os nossos no mercado. Ao mesmo tempo, verifica-se que também os rijos estrangeiros seguem de perto o preço dos nacionais e se tivermos em conta que estamos perante preços do Terreiro, conhecendo nós que grandes quantidades importadas lhe escapariam, não será ousado pensar que no exterior se praticariam preços ainda mais baixos.

levado as principais nações da Europa, por maior que seja o nosso atrasamento, considero-a muito mais florescente do que em nenhuma das épocas passadas. (In: J. Acúrsio das Neves, *Variedades* [...], tomo II, Lisboa, 1817, p. 300).

(47) Albert Silbert, *op. cit.*, p. 79.

É esta depressão acentuada, companheira duma forte contracção na procura e duma alta nos salários dos jornaleiros, motivada pelo levantamento de muitos braços dos campos para os exércitos, sem possibilidade de recurso às antigas leis que taxavam salários, que desencadeia a série de queixumes de proprietários, arrendatários e o conseqüente abandono dos campos por parte de quem tão dificilmente os cultivava.

A situação é referida, em 1818, como tendo sido perdida «a esperança que sempre tiverão os Portugueses de que estes males (per si só recomendáveis para os mais indifferentes egoístas) fossem remediados pelo Governo» (48), e conseqüentemente fosse «insupportavel». Deste modo, «Proprietarios, Fidalgos, Corporações, Camaras, Lavradores e Rendeiros em numero de mais de trezentas assignaturas», fazem uma «representação» aos Governadores do Reino, em que se queixavam da «extraordinaria e illimitada» importação que embaraçava a venda dos trigos nacionais, «com ruina proxima da sua Agricultura, [...] tendo já ficado algumas terras este ano por semear, e tendo-se despedido alguns Rendeiros de outras».

O Rei estava longe (49), os governadores do reino mostram uma attitude hesitante. Depois de «consultas e demoras que mais perpetuam o mal», o governo publica o Aviso de 11 de Maio de 1819, pelo qual os trigos e milhos estrangeiros pagariam como direitos de vandagem, ao entrarem no Terreiro Público, 80 réis por um alqueire aqueles e 100 estes, em vez dos 20 réis que até então pagavam.

Esta alteração, deveria ter chocado com posições vivas e contraditórias, que iriam da procura duma solução limitada ao milagroso direito aduaneiro, até às críticas mais agudas e profundas que punham em causa, como vimos, toda uma multiplicidade de factores (50) que não eram de modo algum pacíficos. Para

(48) *In*: Aviso de 11 de Maio de 1819.

(49) A ausência do monarca no Brasil é referida por vários autores, entre eles Acúrsio das Neves e Trigo de Aragão Morato, como fruto de dificuldades, pois ela levava a que se protelassem medidas que eram consideradas urgentes.

(50) Entre estes factores, o do tipo da propriedade e dos impedimentos que ela trazia para a criação de riqueza, não era dos menores e dos que iam

dar um pouco de satisfação a estas pressões, decidiu-se ainda que fossem aplicadas as verbas assim conseguidas a «bem da lavoura para estradas, e pontes que facilitem os transportes de grãos, entrando no cofre do augmento das farinhas que tem a mesma aplicação».

Esta medida é importante, porque constitui o primeiro ponto que marca uma inversão numa política secular de captação do pão exótico, para uma outra, inicialmente mais ou menos pro-teccionista, em que se manobrarão as taxas a pagar nas alfândegas pelos cereais importados, a fim de que no mercado interno os nacionais ou como tal comercializados, possam dar a quem os vende preços satisfatórios. Esta posição, tão contrária a uma tradição assente numa longa reivindicação dos povos citadinos que exigem, como já se viu, o pão barato, e mesmo dos povos das diversas regiões tementes da fome, não se nos afigura como tendo sido fácil de tomar. Foi denunciada a sua demora, e o facto de se estar em Maio, portanto ainda sem a garantia de uma boa colheita, teria contribuído para que ela seja relativamente moderada, traduzindo, possivelmente, o desejo de se não provocar artificialmente uma carestia, motivada pelo afastamento das nossas costas dos habituais navios abastecedores.

ter menos futuro. O regime liberal vai sentir enormes dificuldades quando procura agir neste campo e o problema será, como se sabe, dos de maior urgência, mas igualmente de maior dificuldade de resolução. Já, então, ele era por vezes posto com uma extrema acutilância, como por exemplo o faz Joaquim José Varela quando se refere aos proprietários de Montemor-o-Novo, na obra já citada: — «A população de Monte mor o Novo acha-se em hum grão muito abaixo daquelle, a que poderia ser elevado.

Huma das causas que mais consideravelmente concorre para diminuir a população de Monte mor o Novo, he a desigualdade, que se encontra entre os proprietarios e não proprietarios. Huma grande parte dos predios de Monte mor o Novo, mui principalmente as herdades que são as mais importantes, pertencem a ricos Morgados, que vivem na Corte, ou nesta Villa, os quaes, não cultivando um só palmo de terra, utilizão tudo quanto a mesma produz; da qui vem que esses grandes proprietarios cobrem de miseria huma imensidade de homens, que pela sua situação deixam o estado conjugal. [...] Estes oito Morgados, residentes nesta Villa, tem avultadas rendas, exceptuando hum, que apenas recebe annualmente 1:000\$000 réis; os rendimentos dos mais chegam a 6, 8, 10, 12 até mil cruzados». *In: Joaquim José Varela. Op. cit., p. 13 e 19.*

Conhecem-se, a nível europeu, como excepcionalmente fartas, as colheitas de 1819, 1820 e 1821. Entre nós, em Junho, há a previsão de que «o bom estado das searas» (51) permitiriam «huma colheita muito abundante». Apesar disso, de Maio a Junho, há notícia de que os cereais continuam a entrar, facto que motiva o pedido de medidas mais duras que as já decididas, pois tinha «mostrado a experiencia que não bastava o augmento da vendagem [...] para equilibrar o preço daquelle trigo». Publica-se então o Aviso de 10 de Junho de 1810 em que se determina que se passe a pagar por aqueles direitos 200 réis, em vez dos 80 de havia pouco.

Feita a colheita, que tudo indica ter sido copiosa, pelo menos como tal é referenciada, verifica-se que o seu campo, em termos de concorrência, continua muito acidentado, pois a sua venda torna-se difícil. Os protestos aumentam de tom, alargando-se e provavelmente organizando-se, reclamando «Proprietarios, Comarcas de Norte e Sul do Tejo, como Representantes do Clero, Nobreza e Povo dos seus distritos, Junta das Fabricas das Lezirias, Lavradores, e Rendeiros das terras de Lavoura das Commendas, e Almojarifados Reaes, contra a continuada entrada de cereaes» (52). Uma consulta do Conselho da Fazenda de 23 de Julho, reforça esta posição e assim, surge entre nós e pela primeira vez, uma medida proibicionista. O Aviso de 14 de Setembro de 1819, determina que a partir de quarenta dias da sua publicação, prazo durante o qual a importação é ainda possível pagando os antigos direitos, ficará «prohibida por 4 mezes a importação do trigo estrangeiro e permittida a do molle» com o pagamento de 80 rs. / alq. de direitos de vendagem.

A desigualdade de tratamento para o trigo rijo, face ao mole, compreende-se se se levar em conta que o primeiro era o que sobretudo se produzia entre nós. O mole, só em certos meios abastados, era o mais procurado para o fabrico de pão.

As tensões entre vários grupos, transpareciam agora já claramente. Os avanços e recuos de cada um dos oponentes obedecem

(51) Aviso de 10 de Junho de 1819.

(52) Aviso de 14 de Setembro de 1819.

além do mais, às épocas do ano em que se dão os ataques, escolhendo cada um o período favorável, conforme se está na expectativa duma colheita que de todo não pareça catastrófica, ou se está na época do enceleiramento, da retenção no anseio duma alta de preços, e logicamente de possíveis tensões sociais. Estes ataques e contra-ataques sazonais, hão-de ser detectados de futuro, quando e sempre que o problema surgir, provocando oposições nos grupos a ele ligados.

Francisco Manuel Trigoso refere nas suas memórias (53) o facto que brota da análise destes avisos, quando escreve: — «não se punham em pratica arbitrio algum dos que então se mandaram propor para alivio d'estes males; ao contrario, os Ministros de El-Rei, ou por estarem divididos de opiniões, ou por serem pouco numerosos, [...] não podiam dar a attenção necessaria aos complicados negocios de tão vasta Monarchia, e menos d'um Reino tão distante como estava Portugal». Em seguida culpava-os de serem responsáveis por «deixarem inundar Lisboa e as provincias de trigo e outros cereaes estrangeiros, que fizeram abaixar a um infimo preço os nacionais, o que reduzia os lavradores e proprietarios à ultima consternação». Há aqui uma clara simplificação e até exagero na crítica tecida, pois algumas medidas se tomaram e outras se preparavam, como veremos quando se prantar o problema da «escala móvel». Mas no que respeita ao testemunho de certas oscilações ao sabor das forças em presença, parece-nos justa.

Em Janeiro de 1820, já os proprietários acusam os Governadores (54) de terem sido «mal informados por pessoas só interessadas na admissão dos géneros estrangeiros» e de permitirem de novo a entrada de cereais, (entretanto, os quatro meses durante a qual esteve proibida tinham-se esgotado), pagando somente os anteriores direitos. Em Março estavam ainda «cheios os celleiros das Provincias, sem que bastassem os mercados territoriaes para dar consumo aos restos da colheita passada».

(53) Francisco Manuel Trigoso Aragão Morato, *Memórias começadas a escrever por ele mesmo em princípios de Janeiro de 1824 e terminadas em Julho de 1835*. Revistas e coordenadas por Ernesto de Campos de Andrada. (1777-1826). Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933. p. 98.

(54) Aviso de 29 de Janeiro de 1820.

Tudo indica ter havido já um aumento no tom da reivindicação, vincando-a com as cores da ameaça política, pois se afirma que rendeiros e lavradores de lavoura estavam arruinados e se aponta para a importância em que deve ser tida a classe dos proprietários: — «[...] esta grande classe, cuja importância se fez visível pelo acontecimento memorável do dia 7 de Março em Madrid» (55). Não se pode ser mais claro; ou protecção, ou então algo semelhante ao que se ia passando em Espanha, onde a 7 de Março (56), Fernando VII tem de jurar a Constituição de Cádiz. Também aí, se tinha insistentemente pedido a supressão da importação dos cereais estrangeiros que inundavam as cidades da periferia, agora sem oportunidade para exportar farinhas para os mercados de além-mar, e provocando a ruína das zonas produtoras do interior. O Aviso de 18 de Março, marca uma nova cedência face a esta pressão, voltando-se a proibir, depois de outros quarenta dias contados, a entrada de trigo rijo e milho estrangeiro, por mar e terra, enquanto se não ordenasse o contrário. Contudo o Alvará de 30 de Maio de 1820 vem, pelo seu § 4.º, determinar que o «trigo estrangeiro, assim como o milho, cevada, semente, e farinha estrangeira, que entrar pela Fóz nos Portos de Portugal e Algarve, pague como Direito de entrada a Dizima em especies ...»; o que denota que a entrada continuava e que de novo se teria deixado a porta aberta para que houvesse «huma influência nociva sobre o bem publico» (57) e possivelmente, que algo se tivesse ganho para o campo dos que em Agosto iriam agir.

Os adeptos da nova ordem que se iria tentar estabelecer, não necessitavam assim duma ruptura brutal com certas camadas ligadas à terra, mais tradicionais, podendo mesmo contar com certas franjas delas, insatisfeitas com as tibiezas das medidas propostas ou adoptadas por aqueles que, no seio do absolutismo,

(55) In: *Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, sessão n.º 34 de 14 de Março de 1821, p. 257.

(56) Veja-se: *História de Espana — VII — Centralismo, ilustración y agonía del antigo régimen, (1715-1833)*. Labor, 1980, p. 291. Agradecemos ao Dr. Romero de Magalhães, a ajuda prestada na procura de bibliografia que respondesse aos paralelismos possíveis, entre estes fenómenos e os espanhóis.

(57) In: Portaria de 6 de Outubro de 1820.

viam num reformismo iluminado a via de impedir maiores concessões. Por seu lado, uns e outros, não se dividiriam enquanto as medidas que se tomassem, visassem apenas uma adequada integração da renda ou do lucro agrícola na circulação capitalista, prometendo afastar dela os embaraços então sentidos. Mas conseguir-se-ia elevar de novo os preços sem se ir mais além?

De fora, parece-nos que ficaram vastas camadas populares, que não viam nas propostas transformadoras nada que lhes conviesse, quer no que toca ao estabelecimento de formas de propriedade que lhes fossem mais favoráveis, quer no que lhes minorasse as condições de trabalho e lhes resolvesse o problema das subsistências, que para elas tanto contaria. O grito de «Pão barato» tinha-se claramente feito ouvir durante as convulsões porque tinha passado a sociedade francesa a tal ponto, que ainda em 1802 Napoleão escrevia: — «Dos mil problemas que dividem a opinião e o interesse entre o proletário e o proprietário, o valor do trigo é aquele em que eles estão em maior oposição de interesses. É também aquele, e talvez o único, em que o governo deve favorecer os proletários contra os proprietários. Sem isso haverá tirania da parte dos proprietários e revolta da parte do povo.

Qual é, portanto, o efeito da lei que propõem? É, sem dúvida, agradar aos proprietários, mas acarreta para o Estado o golpe mais perigoso, abalando a confiança dos povos» (58).

Entre nós, em Agosto, grito se é que o houve, não soava nas ruas, mas onde se ouvia, pedia: — «Pão caro». Os liberais ao guindarem-se ao poder num período em que medidas proteccionistas, tão fora duma larga tradição, iam ser tomadas, podiam arriscar-se a dificuldades, se outros aspectos do seu projecto não mobilizassem as camadas que naquelas não estavam interessadas (59).

JAIME A. C. FERREIRA

(Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra)

(58) *Carta ao cidadão Melzi, Vice-Présidente da República italiana*, Paris, 19, Messidor do ano X (8 de Julho de 1802).

(59) A análise da acção das Cortes Gerais. Tencionamos, em breve, apresentá-la, pois estamos, neste momento, a trabalhar sobre ela.

«QUANTIFICAÇÃO DE DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS
COM RECURSO AO CONCEITO MATEMÁTICO
DE DISTÂNCIA»

«Dum lado independência, bravura, um gosto pronunciado pela franquia que, se me permitem, chamarei direito espacial,...»

AQUILINO RIBEIRO

1. A nossa formação de economistas leva-nos, normalmente, a pensar as coisas em termos de dados agregados e a partir deles tirar conclusões, assumidas como válidas. Esqueçemo-nos que os dados macro (a produção, o consumo, o investimento, etc.) são o resultado duma agregação, que é necessário conhecer, para se saber o que tais dados dizem (ou o que escondem).

É gritante, por exemplo, o que se passa com o indicador pnb/hab. De facto, é normalmente erigido como indicador (se não absoluto, quase) de desenvolvimento. Todavia, nada de mais enganador, porque, a ser assim, teríamos alguns países do Golfo Pérsico (Koweit, por exemplo) entre os mais desenvolvidos, o que não é verdade.

Aliás, por razões do tipo citado, o conceito de pnb (produto nacional bruto) passou a não ser aceite pacificamente como indicador da riqueza, do bem-estar, maior ou menor, de um país. De facto, a sua crítica já começou a ser feita (e de que maneira!). Primeiro timidamente (década de 60, de crescimento económico rápido), mas depois com força cada vez maior, de tal forma que o mais famoso manual de economia (a «Economia» de Samuelson) já refere a possibilidade (se não mesmo a necessidade) de construir outros indicadores — o BEEL (Bem-Estar Económico Líquido).

Não se resiste a transcrever o que, acerca do assunto, escreveu Sauvy: «O PNB tem os defeitos de ser *bruto* e de ser *produto*

(e não produção), isto é, de esquecer a usura e de contar duas vezes determinadas actividades (certos bens públicos)» (Sauvy, 1974. Sublinhado no original) e não contar outras, por exemplo o trabalho desenvolvido pelas donas de casa (1). Aliás, na hipótese *tudo o resto constante*, basta que haja um aumento do número de acidentes de automóveis para que haja um incremento do pnb (aumenta a actividade das oficinas de reparação de automóveis, aumentam as despesas hospitalares, etc.), sem que isso acarrete uma alteração na forma (para melhor) como as pessoas vivem. Ou seja, só é considerado produto aquilo que for trocável por dinheiro, erigido este em valor absoluto (ver Schumacher em «Small is Beautiful...»).

O indicador pnb/hab tem ainda outras limitações: esconde os processos de distribuição, quer pessoal, quer funcional, do rendimento (2) (originado este a partir do produto); é que se não vive necessariamente melhor numa sociedade onde, embora com o indicador pnb/hab elevado (e haveria que questionar elevado em relação a quê, pois algum padrão é necessário adoptar), o índice de concentração do rendimento também o seja; do mesmo modo, não será necessariamente mais desenvolvida uma sociedade onde, embora o mesmo indicador seja elevado, a distribuição do rendimento se faça em detrimento do factor trabalho.

(1) Os três grandes problemas que o conceito de Produto Nacional Bruto enfrenta são os seguintes:

— imputação do valor, por exemplo, no caso de pessoas que vivem em casa própria;

— tratamento de certos intangíveis, nomeadamente certos serviços públicos: não é possível avaliar correctamente a contribuição para o pnb das despesas com a defesa nacional, etc.;

— provisões para depreciação. De facto, levantam-se problemas ao nível do período de reposição do capital e, por outro lado, nem sequer se consideram questões ligadas à reposição de certos recursos naturais, não acautelando o período de renovação dos recursos renováveis, e utilizando de modo irracional aqueles que nem sequer são renováveis.

(2) Utiliza-se indiferentemente produto nacional e rendimento nacional. Na verdade há que especificar de que produto se trata, para que se possa utilizá-lo indiferentemente do rendimento. Assim, o produto nacional líquido é o rendimento nacional, avaliado a preços de mercado. A relação entre o pnb e o pnl é a seguinte: $PNB = PNL + DEPRECIAÇÕES$

Quer-se com isto dizer que pensar as coisas em termos só globais é enganador, o que é grave quando se pretende enganar os outros, mas igualmente grave quando nos enganamos a nós mesmos. Então, há sempre necessidade de tentar ver que realidade se esconde (ou se revela) por detrás dos grandes números.

2. A realidade portuguesa não deve assim ser pensada só em termos dos grandes agregados da contabilidade nacional. Na verdade, fazer-se a caracterização do país em termos de o classificar como «país de rendimento médio, ramo superior» (terminologia da OCDE) *, só porque em 1977 cada português teve um rendimento médio de 1910 dólares, pode servir para os tecnocratas da CEE e Portugal (e outros), mais interessados em saber *quanto* dos seus produtos têm mercado assegurado, sejam, ou não, esses produtos adequados à satisfação das necessidades básicas dos portugueses. Mas não pode, *não deve*, servir para daí se inferir sobre a boa (ou má) situação de bem-estar das pessoas. A tradução espacial da realidade portuguesa é, a maioria das vezes, extremamente desigualitária, no sentido de que certas zonas do território aparecem mais favorecidas do que outras. E esta desigualdade manifesta-se logo nos níveis relativamente mais baixos de agregação espacial (os concelhos, por exemplo. E fala-se nos concelhos porque é este o nível mais baixo a que surgem informações estatísticas).

Poderá argumentar-se que estas desigualdades tenderão a esbater-se à medida que o processo de integração económica, social e cultural avançar. Não se dá conta, todavia, que a distância, mesmo em termos físicos, é um elemento de fricção e que os custos de transporte terão um papel a desempenhar, fundamentalmente numa altura em que a energia é um factor cada vez mais caro, de tal forma que já hoje a avaliação de projectos de investimento (público) se faz recorrendo a métodos, que já não o tradicional Análise Custo/Benefício, mas designados por Análise de Energia (Energy Analysis. Veja-se McAllister, 1980).

* Também chamado, na terminologia da mesma organização, «país em vias de industrialização» (PVI).

A questão das desigualdades entre concelhos, de que se falava acima, não é só uma questão de princípio. De facto, basta atender ao seguinte quadro:

<i>variáveis</i> <i>conc</i>	<i>taxa de</i> <i>mort inf.</i> <i>(tmi)</i> <i>(Permi-</i> <i>lagem)</i>	<i>pib transf /</i> <i>pib total</i> <i>%</i>	
Arganil	20,7	16,7	
Cantanhede	37,6	3,9	
Coimbra	45,2	31,0	
Condeixa	53,2	6,6	
F. Foz	43,0	83,0	
Góis	34,9	46,6	
Lousã	37,8	55,5	
Mira	53,5	3,2	
Mir. Corvo	21,3	14,7	
M.-o-Velho	14,5	3,6	
Oliv. Hosp.	53,8	30,3	
P. Serra	44,4	1,2	
Penacova	29,6	9,9	
Penela	20,6	1,9	
Soure	24,6	21,8	
VN Poiares	16,9	11,4	
Tábua	75,1	9,9	

Fonte: valores obtidos com base em:
 — Estatísticas Demográficas, INE, 1971
 — Caramona, M. H. e outros; «Repartição Regional do Produto. Ensaio para 1970», INE, 1972
 — Conceição, M. M. L., «Considerações...», Estudos 48, INE, 1975

Consideram-se nele, para o distrito de Coimbra, as variáveis seguintes 1) percentagem do produto interno bruto (pib) das indústrias transformadoras no pib total e 2) taxa de mortalidade infantil (tmi) referentes, respectivamente, a 1970 e 1971 (não se faz aqui observação alguma sobre o grau de confiança destes dados, nem sobre o porquê destes elementos e não de outros (3)).

(3) Apesar disto a escolha não é arbitrária. De facto, a escolha do elemento «contribuição das indústrias transformadoras para o pib total», tem por detrás a ideia, que normalmente se transmite às pessoas, de que o crescimento da economia dum país é arrastado pelo crescimento das actividades

Estas distribuições de frequência são (internamente) extremamente diferentes, de tal modo que caracterizar o distrito afirmando que nele a tmi é de 42,1‰ e a % do pib das indústrias transformadoras no pib total é de 33,3% não pode ser considerada uma caracterização completa. Basta a simples análise dos dados, pois com ela já se observa que a tmi conhece uma variação (diferença entre o maior valor e o menor) de 60 e a % do pib das transformadoras no pib total conhece uma variação de 81,8.

Aqui a possibilidade de recorrer a algumas noções oriundas da Matemática. A noção de *distância* é uma delas. De facto, R^n (4) é um espaço métrico, ou seja, nele é possível definir o conceito de distância entre dois pontos através de:

— dados dois pontos

$$a \equiv (a_1, \dots, a_n)$$

$$b \equiv (b_1, \dots, b_n)$$

a distância entre eles [cujas propriedades são:

$$d(a,b) \geq 0$$

$$d(a,b) = d(b,a)$$

$$d(a,b) = 0 \iff a = b$$

$$d(a,b) + d(b,c) \geq d(a,c)]$$

define-se como sendo igual a:

$$d = \sqrt{(a_1 - b_1)^2 + \dots + (a_n - b_n)^2}$$

É isto que permitirá «quantificar» o modo diferente como os concelhos do distrito de Coimbra se comportam uns em relação

industriais. Mais, o facto de se concentrarem as actividades industriais em certas zonas (pólos de crescimento, pólos industriais), para que as economias de escala e externas actuem, leva a que o crescimento se difunda pelas restantes zonas; ou, noutra linguagem, os efeitos de dispersão são superiores aos efeitos de polarização — o que não sucede necessariamente.

A «tmi» é escolhida, porque nada melhor para espelhar o modo como são postos à disposição das pessoas os cuidados alimentares, de saúde, de educação, minimamente necessários ao são desenvolvimento da pessoa humana.

(4) Em que R é o conjunto dos números reais.

aos outros (é óbvio que esta quantificação é feita de modo relativo. Trata-se da diferenciação entre concelhos do distrito de Coimbra, tendo presente estas variáveis e não outras. Mais, o processo de construção das «distâncias» entre as unidades administrativas consideradas exige que se tomem cuidados operativos prévios, que é necessário acaute!ar sob pena de se enviesarem os resultados (5). Por outro lado, a metodologia empregue é passível de críticas acerbas, a menor das quais não será certamente o querer-se, de alguma forma, que o mundo social se possa «medir» usando os mesmos instrumentos que as ciências exactas).

3. Assim, é possível construir o seguinte quadro de dupla entrada (dito matriz das distâncias):

	1	2	3	4	5	...	9	...	16	17	
1	0	1,38	2,63	4,13	10,45	...	0,009	...	0,11	11,1	1. ARGANIL
2		0	1,66	0,92	12,36	...	1,22	...	1,70	5,30	2. CANTANHEDE
3			0	1,40	5,30	...	2,64	...	3,73	4,20	3. COIMBRA
4				0	11,82	...	3,91	...	4,95	1,80	4. CONDEIXA
5					0	...	10,88	...	12,58	14,30	5. F. FOZ
...					
9							0	...	0,09	10,8	9. MIRANDA DO CORVO
...						
16									0	13,0	16. VN POIARES
17										0	17. TÁBUA

(5) Esses cuidados operativos passam por aquilo que se costuma designar por *normalização*, ou seja, na medida em que as distribuições de frequência originais são caracterizadas por determinados valores médios (medida de posição) e por determinados desvios padrões (medida de dispersão), isto pode originar enviesamentos quando se utiliza a fórmula da distância enunciada acima. Assim, há necessidade de transformar (normalizar) as distribuições de frequência originais noutras, cujas características são:

- média nula
- desvio padrão unitário

o que se consegue centrando as variáveis e dividindo o resultado pelo respectivo desvio padrão. Em fórmula

$$Z_i = \frac{X_i - \bar{X}}{\sigma} \text{ em que } Z_i \text{ — variável transformada (observação de ordem } i)$$

X_i — variável original

\bar{X} — média

σ — desvio padrão

Ele permitiria (6) concluir o seguinte (por exemplo): em relação às variáveis % pib das transformadoras no pib total e tmi a estrutura do concelho de Arganil será semelhante à estrutura do concelho de Miranda do Corvo e será já relativamente diferente em relação à estrutura dos concelhos de Condeixa e F. Foz, só que em situações diversas — mais favorável, em termos de modo de vida das pessoas, a estrutura do concelho de Arganil do que a de Condeixa; menos favorável a estrutura do concelho de Arganil do que a de F. Foz. O caso mais interessante é o da F. Foz. De facto, é um concelho cujo comportamento o diferencia nitidamente dos outros, pois não só tem uma tmi relativamente baixa, como também é o concelho em que as indústrias transformadoras contribuem de modo mais acentuado para a formação do produto originado internamente.

Tem-se, no entanto, consciência das limitações inerentes ao quadro teórico que está por detrás. Nem sequer se tem intenção de chegar a resultados importantes. O que se pretende é mostrar que a análise em grandes números é enganadora e que se terá uma melhor percepção de realidade se porventura se conseguir uma desagregação espacial das variáveis que se pretende introduzir na análise, conseguindo assim uma maior validação para ela. E isto para que as medidas de política económica a tomar, a seguir a esta fase de análise (e é necessário haver vontade *política*, em sentido estrito, para as tomar e as implementar), sejam integradas e coerentes entre si.

BERNARDO CAMPOS *

(6) E o condicional justifica-se porque haveria que introduzir outros elementos para que as conclusões fossem mais seguras. Mais, entre os anos setenta, a que se reportam os dados utilizados, e os anos oitenta, muita coisa se alterou na estrutura das unidades administrativas consideradas (o que remete para a análise dinâmica).

* Assistente da Cadeira de Economia Regional da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

BIBLIOGRAFIA

- LOPES, A. S. — «Desenvolvimento Regional», ed. F. Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1980.
- MCALLISTER, D. M. — «Evaluation in Environmental Planning», ed. MIT, 1980.
- PAELINCK, J. H. e P. NIJKAMP — «Operational Theory and Method in Regional Economics», ed. Saxon House, 1975.
- SAMUELSON, P. A. — «Economia», ed. F. Calouste Gulbenkian, Lisboa (4.^a edição).
- SAUVY, A. — «Crescimento zero?», ed. Publicações Europa-América, 1974.
- SCHUMACHER, E. F. — «Small is Beautiful. ...», ed. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1980.

SOBRE O PROCESSO HISTÓRICO DO CRÉDITO E DA BANCA

1. INTRODUÇÃO

1. Quando iniciámos os nossos estudos das estruturas institucionais e técnicas operacionais da Banca, como os de outros domínios da economia monetária e financeira, bem cedo nos convencemos da conveniência, senão necessidade, de considerar atentamente o correspondente processo histórico, posto que utilizando fundamentalmente as contribuições dos especialistas da história económica. É que, se tais estruturas e técnicas, prevalecentes nos dias de hoje, mais não são, na sua maior parte, do que aperfeiçoamentos das que se «descobriram» no passado, enquanto outras se criaram para colmatar insuficiências sentidas, por certo elas serão melhor compreendidas, nas suas características e no seu alcance, se se tiverem em devida conta os processos respectivos e, bem assim, o processo económico mais geral em que estes se inserem. Simultaneamente comprova-se, por essa via, que não haverá processos, simplesmente operacionais ou doutra natureza, definitivamente acabados, que os modos da actividade das instituições se modificam, se desenvolvem, ou adquirem aspectos particulares, em correlação com as transformações estruturais, impliquem estas ou não mudanças dos regimes económicos dominantes nas várias economias.

De notar, ainda, que o aludido processo constitui, afinal, um capítulo da história geral das técnicas económicas (de produção e outras), cujo conhecimento é, cremos, singularmente importante para a compreensão da dinâmica *nos* diversos regimes sócio-económicos e da dinâmica *dos* mesmos regimes.

2. Impossível seria proceder aqui a uma análise, suficientemente completa e pormenorizada, do processo histórico do crédito e das instituições e operações de Banca, embora considerando

apenas a generalidade dos sistemas monetário-financeiros do Ocidente. Aliás, por falta de dados ou por outros motivos, as obras especializadas sobre a aludida matéria apresentam ainda muitas lacunas.

Nestas circunstâncias, limitar-nos-emos a considerar, de acordo com elementos disponíveis, certos períodos mais relevantes do mencionado processo e, no concernente a esses períodos, a apontar os aspectos em nosso entender mais ponderosos.

2. OS PRIMÓRDIOS DO CRÉDITO E DA BANCA. DA ANTIGUIDADE ORIENTAL AOS FINAIS DO IMPÉRIO ROMANO DO OCIDENTE

3. Segundo os arqueólogos, existem provas suficientes de que, já no período paleolítico europeu, seriam frequentes os actos de troca, principalmente de trocas directas de alguns bens, em particular devido à insuficiência, em várias regiões, de matérias-primas adequadas (silex, obsidiana) ao fabrico de utensílios. E haveria mesmo casos impressionantes de *comércio de longa distância*: na Europa Setentrional surgem conchas originárias das costas do Mediterrâneo e utilizadas para objectos de adorno (talvez até como forma de riqueza, de reserva de valor).

Nos começos do Neolítico, com a multiplicação das comunidades de caçadores e pescadores e o aparecimento das primeiras comunidades agrárias e/ou pastoris, as trocas ter-se-ão grandemente desenvolvido, sendo os principais objectos desse comércio, na Europa, as conchas e o sal, as peles e cereais entre povos caçadores e agricultores, as achas e outros utensílios de pedra (em particular, de obsidiana em certas regiões da Europa Central e Sud-Oriental e de ardósia verde nas zonas limítrofes do Báltico). E não nos repugna admitir que já então, no contexto de alguns grupos e entre elementos familiares, se começasse a operar a cedência, por empréstimo e certo tempo, de ferramentas e/ou sementes (empréstimos em espécie).

Segundo J. G. D. CLARK [in *L'Europe préhistorique. Les fondements de son économie*, ed. Payot, Paris 1955], os principais factores dessa expansão das trocas teriam sido: (a) a coexistência de comunidades agrárias com povos caçadores e pescadores em espaços muito

próximos; (b) o desenvolvimento da alimentação vegetal exigindo maior consumo de sal; (c) a necessidade de pedras mais resistentes e trabalháveis, em relação com o abate de árvores nas florestas e o arroteamento de terras para sementeiras.

Reconhece-se a existência, por essa época, de comunidades especializadas na extracção do sílex e outras pedras e no seu primeiro afeiçoamento para fabrico de diversa utensilagem, bem com a extensão de um comércio de achas de pedra levado a cabo por autênticos mercadores. E o aparecimento, em vários locais afastados daquelas comunidades, de avultados stocks de utensílios leva J. G. D. CLARK, por exemplo, a opinar que eles serviriam, em vastas áreas, como *meio de troca* e/ou *instrumento de reserva de valor* (que eles exerceriam funções imputadas à moeda).

Mas é no quadro das *grandes revoluções sócio-económicas* dos finais do Neolítico e começos da Idade do Bronze no Médio Oriente — a *revolução agrícola* e a *revolução urbana* — que se acrisolam as tendências sobre a multiplicação das trocas e a criação de instrumentos monetários, condição do desenvolvimento do crédito.

Àcerca das mencionadas «revoluções», vd. GORDON CHILDE, in *O homem faz-se a si próprio*, ed. Cosmos, Lisboa 1947, e *L'aube de la civilisation européenne*, ed. Payot, Paris 1949. Note-se que grandes civilizações agrárias, com formação de extensos agregados populacionais, surgirão na Índia Ocidental (bacia do rio Indo) e na China Oriental (bacias do Huang-Ho e Yang-Tse-Tiang).

De facto, com a exploração dos solos, em especial nas regiões irrigadas do Médio Oriente, acentua-se a divisão de trabalho e as trocas directas e indirectas desenvolvem-se grandemente não só dentro de cada comunidade como entre as comunidades vizinhas. Concomitantemente, em tais comunidades bem cedo se sentiram as dificuldades operacionais das trocas directas e indirectas em mercados que se formavam e as da remuneração em espécie dos serviços prestados. Por outro lado, conforme nos parece comprovado na ordem dos factos, as relações decorrentes da multiplicação das trocas (da conversão dos bens económicos em verdadeiras «mercadorias») e das formações

dos excedentes que se acumulam constituem as bases e os meios para o crescimento do crédito e o aparecimento das primeiras instituições bancárias.

4. É certo que, tanto pela predominância das actividades agrárias na formação do excedente económico, como pela multiplicação progressiva das artes industriais, o alargamento do comércio e a diferenciação do grupo social em classes, as civilizações que então se desenrolaram na Mesopotâmia se assemelham grandemente à do Vale do Nilo. Contudo, ao que se julga, o comércio externo na Mesopotâmia teria atingido, e bastante cedo, bem maior importância do que na civilização egípcia.

Vd. G. CONTENAU, *La civilisation d'Assur et de Babylone* (ed. Payot, Paris 1951). Cf., relativamente ao comércio: K. POLANYI e outros, *Trade and market in the early empires* [ed. Free Press, Glencoe 1957] e W. CULICAN, *The first merchant venturers The ancient Levant in history and commerce* (ed. Thames & Hudson, Londres 1966). De notar, também, que as culturas mesopotâmicas iriam exercer notável influência na Ásia Menor, onde se estabeleceriam os principais contactos com os povos helénicos, vindos da península dos Balcans.

Sem dúvida que, nas relações comerciais, teriam prevalecido, durante muito tempo, as trocas directas e indirectas, posto que, a partir de certa época, já com base em determinados estalões de valor (como a cevada ou o trigo). Ter-se-ia tornado corrente um *sistema de unidades de peso*, compreendendo o *she* (ou grão), o *shiklu* (ou siclo, correspondendo a um pouco mais de 8,4 grs.), a *manu* (ou mina, equivalente a 60 shiklu) e o *biltu* (ou talento, equivalente a 60 manu). No entanto, a prata, quando não outros metais, haverá servido, desde épocas assaz recuadas, como instrumento de trocas e meio de reserva de valor.

Assim, WILLIAM CULICAN (in obra cit.) refere o uso, no séc. XIII a.C., de lingotes de metal com a forma de peles de boi e marcas impressas.

Segundo SIR LEONARD WOOLEY (in *La préhistoire et les débuts de la civilisation*, ed. UNESCO, Paris 1967), quanto à prata:

«Este metal era apreciado a um ponto tal que já na época de Manishturu, rei de Kish [cerca de 2400 a.C.],

se tinha feito dele um valor de troca, uma mina de prata valendo 60 gur de cereal. *Na III Dinastia de Ur, somas de prata eram emprestadas a diferentes taxas de juro e objectos deste mesmo metal, tais como brincos e vasos, eram regularmente levados aos palácios para acrescer os erários públicos.»*

Posteriormente, ainda no dizer daquele Autor:

«[...] em Troia II (na Ásia Menor) descobriram-se 6 lingotes de prata muito pura, pesando cada um, exactamente, os «40 siclos correspondentes à mina de um sistema forte; manifestamente, tratava-se de um meio de troca. Descobriram-se, também, plaquetas de prata marcadas com um H, as maiores, e com um I, as outras [que eram metade das primeiras] [...] em Creta; datam do período Minoico final e sugeriu-se que se trataria de verdadeiras peças de moeda».

De lembrar, a este respeito, que foi encontrada uma barra de prata pesando precisamente uma mina, na Ásia Menor e datando do séc. VIII a.C., época em que, parece, se haveria generalizado a prática, em diversas cidades, de *apor marcas nas barras de prata para atestar o seu peso e a sua pureza.*

Por seu turno, RALPH TURVER (in *Las grandes culturas de la Humanidad*, ed. Fondo de Cultura, México 1963) refere que, depois de 1400 a.C., se usariam pedaços de chumbo, com aposição de um cunho, como instrumento de troca; e cita um documento em que o rei Senaqueribe [séc. VII a.C.] se vangloriava de haver feito um molde de argila para fabrico de «moedas» de bronze (pedaços de metal com certo peso e aposição de um cunho para atestar esse peso e a qualidade da liga metálica), bem como menciona que no reinado de Nabucodonosor [séc. VI a.C.] circulariam «moedas» de prata daquele tipo, denominadas «cabeças de Ishtar» e «cabeças de Shamash» [nomes dos deuses que se representavam nos cunhos empregados].

Não obstante a antiguidade, portanto, do uso dos aludidos «instrumentos de troca» — segundo WOOLEY, «o lingote com cunho respondia bem às necessidades dos comerciantes» —, os valores económicos continuavam, como regra, expressos em termos de peso [não em unidade de moeda]. Não se chegara

ainda a operar, de maneira clara e como prática corrente, a conjugação do «termo geral de comparação de valores» com o «instrumento geral das trocas». E, sendo assim, parece-nos fundamentada a proposição de que a economia mesopotâmica, nesses períodos recuados, era, quando muito, uma *economia pré-monetária*, muito embora nela houvessem florescido, por forma e em extensão muito impressionantes como veremos, o crédito e as instituições bancárias.

Com efeito, ao que se conhece presentemente sobre as mais antigas civilizações, julga-se lícito admitir que *as primeiras operações bancárias se realizaram no âmbito económico da Mesopotâmia*. E tal facto — a que não teriam sido estranhas a expansão das trocas comerciais com outros povos, a crescente divisão de trabalho com a proliferação de actividades artesanais e a própria política adoptada pelos monarcas caldeus e a classe sacerdotal — apresenta-se-nos ainda mais notável por haver ocorrido numa «economia pré-monetária».

5. Possuindo extensos domínios territoriais, frequentemente aumentados pelas dádivas de monarcas e cortesãos agradecidos ou desejosos de obter as graças dos deuses, *muito cedo os templos caldeus começaram a receber depósitos e a conceder empréstimos em espécie, constituindo, assim, a protoforma das complexas instituições bancárias do mundo moderno*.

Conforme refere ALFRED COLLING [in *Banques et banquiers, de Babylône à Wall Street*, ed. Plon, Paris 1962]:

«Os deuses eram muito ricos. À força de receberem oferendas e doações, de retirarem a sua parte dos despojos de guerra, eles acumulavam, nas câmaras do tesouro, objectos preciosos, lingotes de metal, barras de sal e constituíram imensos domínios imobiliários nos quais se praticava a agricultura e se criavam gados. Daí, escravos, celeiros, edifícios de todas as espécies.

Era esta opulência que permitia aos sacerdotes serem banqueiros. Recebiam depósitos, provocados pela confiança que inspiravam o poder do deus e o carácter inviolável do templo. Outorgavam empréstimos, tornados possíveis pelos múltiplos haveres de Anu, de Enbil ou de Shamash».

Note-se que, *mais de 30 séculos antes da era cristã, já os sacerdotes do templo de Uruk actuavam como autênticos banqueiros em nome do Deus-Sol.* Isto é: no quadro de uma «economia pré-monetária», com predominância das actividades agro-pecuárias, o génio caldeu soube compreender a utilidade do crédito e algumas das suas funções económico-financeiras.

Não existindo ainda, como anotámos, a moeda na acepção própria do termo, prevalecendo nos mercados as trocas directas e indirectas dos produtos, o objecto fundamental das operações de depósito e empréstimo era formado pelos cereais e outras sementes e pelos metais. E desde que, nessas operações, os cereais e outras sementes se destinavam mais à cultura do que ao consumo imediato, bem como os metais mais ao comércio do que ao trabalho nas oficinas dos artífices, apreendeu-se muito depressa a alta reprodutividade dos empréstimos feitos e, daqui, os templos passaram a exigir, além da devolução dos valores cedidos, o *sibtu* ou juro, de taxa variável com a natureza dos empréstimos. Em, contrapartida, os depósitos efectuados nos templos não implicavam qualquer remuneração, quando não venciam comissões de guarda.

Tudo isto exigiria, naturalmente, a criação de adequadas técnicas de registo dos valores e das operações efectuadas, uma forma de «escrituração», primórdio da contabilidade, nomeadamente da contabilidade bancária.

Vd. R. BROWN, *A history of accounting and accounts*, Edinburgo 1905; L. GOMBERG, *Histoire critique de la théorie des comptes*, Genebra 1929; A. DAUPHIN-MEUNIER, *La Banque à travers les âges*, Paris 1937/8 [2 vols.]; R. ROOVER, *La formation et l'expansion de la comptabilité à partie double* [in *Annales d'histoire économique et sociale*, Janeiro 1937]; e J. H. VLAEMINCK, *Histoire et doctrines de la comptabilité*, Bruxelas 1956.

Na verdade, documentos do tempo do imperador caldeu HAMMURABI [1955-1913 a.C.] comprovam o aperfeiçoamento, entretanto alcançado, nessas técnicas de registo [de donativos e depósitos recebidos nos templos, de empréstimos concedidos, de juros cobrados, de transferências de valores, etc.]. Ao mesmo tempo, a frequência da celebração de contratos de comissão,

que já então se observava, indicia a constituição e a movimentação de genuínas *contas*, com regular apuramento dos respectivos saldos.

Segundo alguns autores (DAUPHIN-MEUNIER e VLAEMINCK, por exemplo), até antes do reinado daquele monarca tornara-se bastante usual o registo em contas individualizadas, tal como o recurso a contas recapitulativas, modo de apurar resultados de operações e posições recíprocas de débito e crédito. Como quer que seja, parece comprovado, pelo menos, que na Caldeia do final do 3.º milénio a.C., já se distinguíam, claramente, elementos característicos de uma conta, a saber:

- a natureza e a importância dos valores transaccionados,
- a identificação dos intervenientes nas operações
- e — os saldos (devedores ou credores) que se formavam.

E DAUPHIN-MEUNIER vai ao ponto de admitir que se empregariam processos de controlo, por via de apropriados registos, para verificação regular das posições dos agentes dos banqueiros.

Repare-se, a este propósito, que também no Egipto se precisavam técnicas de registos adequados, em relação com a administração dos domínios reais e eclesiásticos: alguns papiros, datando dos sécs. XVIII a XVI a.C., mostram que tais técnicas eram ensinadas nas escolas de formação dos escribas. Contudo, não parece que os processos escriturais usados pelos egípcios fossem mais aperfeiçoados que os dos caldeus.

6. À medida que o volume das trocas se alargava e se verificava a acumulação de elevados lucros mediante a conjugação, particularmente, de depósitos e empréstimos, as fortunas privadas começaram a concorrer com os templos no negócio bancário. Assim, na III Dinastia de Ur [2294-2187 a.C.], o desenvolvimento e a extensão das operações eram verdadeiramente notáveis.

RÉVILLOUT demonstrou cabalmente que, por esse tempo, já se efectuavam empréstimos sobre penhor [de escravos, de metais, de sementes várias] e sobre hipoteca [de terrenos e casas], bem como a anticrese [empréstimos sobre a consignação de rendimentos]. CUQ [*Études sur le droit babylonien, les lois*

assyriennes et les lois hittites, ed. Geuthner, Paris 1929] aponta que os banqueiros babilónios se serviam dos valores recebidos em depósito para os emprestar a terceiros e, baseando-se em DARESTE, que os recibos de depósitos foram usados, pelos seus detentores, no cancelamento de dívidas próprias. Ora, a ser aceite tal proposição, ter-se-ia de considerar que os ditos recibos de depósitos nos institutos bancários caldeus constituíram uma protoforma de papel-moeda.

Ainda RÉVILLOUT menciona uma operação de venda de um imóvel, em que um banqueiro intervém tomando a responsabilidade pelo pagamento de metade do valor da transacção, isto sem dúvida porque o comprador era cliente seu. E o documento passado pelo banqueiro apresentava, assim, características próximas do que seria o aceite bancário.

Pelo especial interesse que nos parece assumir, vejamos, por último, o seguinte contrato de empréstimo:

«Warad-Ilisch, filho de Tabirum, recebeu de Itami, filha de Ibbatum, sacerdotisa do Deus-Sol, um siclo de prata pesado na balança do Deus-Sol. Esta soma é destinada a permitir-lhe comprar sésamo. Quando chegar o tempo de recolher o sésamo, ele reembolsará em sésamo, ao preço corrente, o portador do presente documento.»

Ao contrário de outros títulos, este admite a hipótese de o beneficiário do crédito vir a liquidar a um *portador do título* (pessoa, portanto, indeterminada) o montante do empréstimo, o que equivale a supor que o templo poderia eventualmente trespassar o documento [genuíno título de crédito], obviamente contra o reembolso antecipado do capital mutuado e o pagamento, talvez, de algum juro. Mas o principal e inquestionável interesse do documento afigura-se-nos estar em que, considerada lógica a hipótese expendida sobre a transmissibilidade do título, ele constituirá uma protoforma da livrança, como tipo de promessa de pagamento ao portador.

7. No reinado de HAMMURABI, os abusos da usura corriam a par da extensão ganha pelas operações de depósito e de empréstimo. Não nos deve surpreender, por isso, que no Código

desse monarca caldeu, redigido sob a égide de Shamash, o deus da justiça e o mais poderoso dos deuses-banqueiros, se incluíam numerosas disposições reguladoras do comércio bancário. Delas destacaremos as seguintes:

a) Fixa-se em $\frac{1}{3}$ do capital o juro anual dos empréstimos de grãos e frutos e em $\frac{1}{5}$ a $\frac{1}{8}$ o dos empréstimos de prata;

b) Estabelece-se que os contratos de empréstimo ficavam sujeitos ao visto de funcionários imperiais, para o reconhecimento perfeito dos inerentes direitos e obrigações, e que os certificados de depósito deveriam conter, expressamente, uma cláusula sobre se o depositário ficava obrigado a entregar ao depositante, e a seu pedido, a coisa depositada, ou uma outra de valor equivalente ao da que fora depositada (destrinça entre depósitos «regulares» e «irregulares», como no moderno direito comercial);

c) Consigna-se, também, que o depositário de metais preciosos, quando deles fizesse uso no seu negócio, incorreria na pena de indemnização ao depositante, fixada no quántuplo do valor que estivesse em causa.

É ainda no Código de HAMMURABI que deparamos com informações pormenorizadas sobre o contrato de comissão.

Com efeito, tudo leva a crer que os templos e os banqueiros particulares, por esse tempo, costumavam adiantar valores a certos indivíduos, para que estes os fizessem render. Numa conta especial, eles registavam os adiantamentos feitos e os reembolsos, constituindo-se o comissário apenas responsável pela montante do saldo em dívida. E, em caso de litígio, as duas partes interessadas deviam comparecer perante um tribunal, de cujas sentenças não havia recurso, sendo as penas previstas do triplo do valor litigado, para o comissário, e do sêxtuplo do dito valor, para o comitente, consoante fosse um ou o outro o julgado de acção culposa.

Apesar de todas as disposições do referido Código, indubitavelmente relevantes, não se nos afigura — de acordo, aliás, com a opinião de HAMEL — que os caldeus houvessem chegado a definir, para o exercício da actividade bancária na época, um enquadramento jurídico suficientemente lato na sua extensão e razoavelmente preciso nos seus termos.

8. Nos sécs. VII e VI a.C. (1), eram os grandes bancos privados que dominavam inquestionavelmente as vias comerciais do vasto Império caldeu, aproveitando, o melhor que lhes era possível, as circunstâncias criadas pelo uso bastante generalizado da «moeda pesada» (pedaços de metais, preciosos ou não, servindo de instrumento de troca). Salientavam-se, entre essas instituições, o BANCO EGGIBI em Sippar, o BANCO NEBOAHIDDAN em Babilónia, o BANCO EANASIR em Ur e o BANCO MURASHU em Nippur; mas, numa prática que se prolongaria por muitos séculos, os banqueiros eram normalmente também comerciantes.

Concomitantemente, depara-se-nos um complexo mais diversificado de operações bancárias e um maior refinamento técnico. De facto, tais bancos praticavam regularmente as seguintes operações:

a) Recepção de valores para colocação em diversos mercados, contra pagamento de juros segundo a natureza e o prazo de cedência de tais valores;

b) Aceitação de depósitos de mercadorias e objectos valiosos, mediante uma comissão de guarda a pagar pelos depositantes;

c) Concessão de empréstimos sobre penhor, hipoteca ou anticrese;

d) Realização de recebimentos e pagamentos por conta e ordem de clientes, bem como a de transferências de fundos entre várias praças, por conta própria ou alheia;

e) Aceitação de responsabilidade solidária, como intervenientes na celebração de contratos de compra-venda de bens imobiliários.

Ficavam lançados, assim, os cimentos da evolução subsequente das estruturas bancárias e dos sistemas de crédito.

(1) Por esta época, também na Índia seriam correntes os empréstimos contra pagamento de um juro (urddhi), reputando-se o empréstimo a juros uma actividade tão digna como a da agricultura ou do comércio.

Não julgamos, contudo, que seja de subscrever a seguinte opinião de HAMEL [in *Banques et opérations de banque*, Paris 1933]:

«Parece que, nos sécs. VII e VI a.C., os banqueiros babilónios praticavam já a maior parte das operações de banco que serão correntes na Antiguidade Clássica; na verdade, os métodos poderão aperfeiçoar-se, mas será preciso esperar pela Idade Média, com o nascimento da letra de câmbio, para ver surgir um novo enriquecimento da actividade bancária, fundado na mobilização dos créditos comerciais».

Efectivamente, não julgamos que tivesse havido apenas, durante os séculos clássicos e até meados do período medieval, um simples acrisolamento de processos técnicos, ideia esta que adiante procuraremos fundamentar através da análise das instituições de Banca entre os gregos e romanos. Em todo o caso, não aceitaremos a tese de CAILLEMER de que foram os helénicos os criadores da letra de câmbio, ou a de GUILLARD sobre o início em Roma das operações de crédito documentário (por ex., aberturas de crédito utilizáveis contra documentos de embarque de mercadorias).

9. De referir ainda, quanto ao Médio Oriente, a civilização fenícia. É que este povo semita, não deixando de proceder ao aproveitamento intensivo do solo pela agricultura e silvicultura, veio assentar principalmente nas artes industriais e no comércio a larga distância [por terra e pelo mar] as bases do seu progresso económico; e a sua expansão ao longo das costas do Mediterrâneo, através sobretudo da criação de feitorias [não de colónias], teve um carácter fundamentalmente comercial. Além dos cereais e de diversas matérias-primas (estanho, cobre, metais preciosos, madeiras, betume, etc.), o seu tráfego abrangia, em especial, artigos de luxo, de produção própria ou doutros povos (frutas conservadas, vinhos, tecidos e bordados, coiros, perfumes, joalharia, faianças, estatuetas, vidros, púrpura, etc.), bem como escravos.

Também entre os hititas e hurritas [da Anatólia e Alta Síria], o comércio teria constituído uma actividade económica de superior relevância. As denominadas «tábuas da Capadócia» [à volta do II milénio a.C.] constituem disso um notável testemunho.

Como diz G. COTENAU [in *La civilisation des hittites et des hurrites du Mitani*, ed. Payot, Paris 1948]:

«As tábuas são os arquivos, actas ou cartas, emanando de grandes centros comerciais, análogos a bancos de negócios e traficando com tudo; grandes comerciantes formam caravanas que vão para oeste, na Ásia Menor, mas também até à Assíria, e possuem-se os recibos, as ordens, as reclamações a que essas transacções davam lugar; vendas e compras de terrenos ou de casas, de tecidos, empréstimos de metais e de mercadorias, são habituais; e estes empréstimos eram, por vezes, garantidos por penhores. Conhece-se a existência de uma espécie de câmara de comércio ou Bazar, o Karum [palavra significando originariamente o lugar onde se armazenavam as mercadorias] que fixa os preços e regula certas contestações comerciais».

Repare-se que, em grande parte, as sobreditas «tábuas» representam correspondência de um grande comerciante-banqueiro, PUSUKIN.

Essas e outras tábuas [já de épocas posteriores ao II milénio a.C.] comprovam o desenvolvimento atingido pelas operações de crédito, em continuação das práticas dos caldeus. E o chamado *Código Hitita* [anterior ao séc. XII a.C.], além de outros documentos de épocas precedentes, inclui tabelas de equivalência dos valores de vários produtos, a denunciar uma preocupação pelas variações dos preços desses produtos e suas repercussões nos contratos de compra e venda e nos de empréstimos.

10. Na Grécia, após as primeiras invasões dos povos helénicos, verifica-se o predomínio das actividades agrárias e pastoris, num regime de «economia dominial fechada». Mas nas trocas, directas e indirectas que se efectuavam, tomava-se a cabeça de gado — a chamada *moeda viva* — como termo geral de comparação dos valores. Cresceu depois o uso de objectos de metal [tripeças, discos, machados, caldeiros, etc.] — a *moeda-utensílio* —, quer como instrumento de troca, quer como meio de reserva de valor. Daqui, a formação de «tábuas de troca»,

protoforma das tabelas de preços (como a seguinte: 1 escrava = 4 a 20 bois; 1 tripeça = 12 bois; e 1 armadura = 9 a 100 bois).

Cf. G. GLOTZ, *História económica da Grécia* [ed. Cosmos, Lisboa 1946]; P. LÉVÊQUE, *A aventura grega* [ed. Cosmos, Lisboa 1967]; J. TOUTAIN, *La economía antigua* [ed. UTEHA, México 1959].

Mas quando as trocas progridem e mostram os inconvenientes e dificuldades das formas directas e indirectas, é o recurso cada vez maior à *moeda pesada*, a lingotes ou barras de metal, com cunhos apostos pelos comerciantes. Entretanto, os templos gregos, reproduzindo a experiência dos seus homólogos caldeus, realizavam as primeiras operações bancárias, de depósitos e empréstimos.

Aparece, por fim, a *moeda cunhada* — servindo de termo de comparação de valores, de instrumento geral de troca e de meio de acumulação de valor — nas cidades gregas do litoral da Ásia Menor, durante as últimas décadas do séc. VII a.C. (1), sendo as primeiras cidades a cunhar moeda: de prata, as de Quios e Samos; de electron [liga de prata e ouro, com cerca de $\frac{1}{3}$ do metal amarelo], as de Mileto, Efeso e Focea. E das cunhagens dessas moedas resultavam as seguintes relações ponderais: ouro/prata 1 : 13 $\frac{1}{3}$; ouro/electron 1 : 1 $\frac{1}{3}$; e electron/prata 1 : 10.

Entretanto, na Grécia europeia, mantinha-se o ferro como padrão: 6 obulos (fios de ferro reunidos em feixe) = 1 dracma.

Espalha-se rapidamente, porém, a cunhagem de moedas pelas cidades-Estados da Grécia, acabando por se distinguirem dois *padrões* ou *sistemas monetários*:

a) O *sistema eginético*, adoptado por Egina e pela maior parte das cidades do Peloponeso, da Beócia e da Grécia setentrional;

b) O *sistema euboico*, seguido por Atenas (2), Samos, e as cidades da Eubeia.

(1) Na Índia, as primeiras moedas remontam ao séc. VI a.C.

(2) Depois da reforma de Solon; antes seguira o padrão eginético.

Em valores aproximados, as unidades dos dois sistemas definiam-se como segue:

<i>Unidades</i>	<i>Eginético</i>	<i>Euboico</i>
1 talento = 60 minas	37,7 kgs.	26,2 kgs.
1 mina = 50 estateras = 100 dracmas	628 grs.	436 grs.
1 estatera = 1 didracma	12,57 grs.	8,73 grs.
1 dracma = 6 óbulos	6,28 grs.	4,36 grs.
1 óbulo	1,04 grs.	0,73 grs.

Daqui, as *relações paritárias* (aproximadas) entre diversas moedas cunhadas, segundo CH. SELTMAN [in *Greek Coins*]

- 100 dracmas euboicas = 425 grs. de prata
- = 70 dracmas de Egina [de 6,07 grs. cada]
- = 60 dracmas da Lídia [de 7,08 grs. cada]
- = 26 dracmas da Foceia [de 16,35 grs. cada]
- = 54 didracmas de Quios [de 7,87 grs. cada].

Repare-se, a este respeito, nas seguintes considerações de P. LÉVÊQUE:

«Graças à moeda, negociantes audazes vão juntar grandes fortunas, as quais, pela primeira vez, são fortunas constituídas por bens móveis e não por terras, Alguns deles são nobres, mas muitos são simples plebeus, cujo enriquecimento virá pôr, tanto no plano político como no social, problemas difíceis.»

Ora, a generalização do uso da moeda cunhada dilatava o domínio da *economia monetária*, sobretudo nos finais do séc. v a.C. quando novas minas de metais preciosos são descobertas e entram em exploração intensiva. Mas já então foram frequentes as *quebras de moeda* — por adulteração das ligas metálicas de que eram feitas, por diminuição do peso da moeda com manutenção do seu valor facial, etc. —, quebras facilitadas pela determinação do *curso forçado* das moedas adentro de determinadas regiões (as das cidades que recorriam a tal política) e posto que implicando o afastamento dessas moedas do comércio internacional.

De facto, nos pagamentos entre as cidades-Estados eram as moedas como o tetradracma ateniense que circulavam, compreendendo-se perfeitamente que assim sucedesse: esta moeda tinha normalmente o toque de 985^o/_{oo} de prata e, quando este toque descia a 966^o/_{oo} de prata, a moeda continha 2^o/_{oo} de ouro, o que lhe dava um valor intrínseco um pouco acima do facial (dada a relação fixada entre o ouro e a prata). *O tetradracma de Atenas, pela sua estabilidade, constituiu a primeira moeda com carácter verdadeiramente internacional, o que é especialmente de salientar.*

Mas o incremento da emissão de moedas (não acompanhada pelo acréscimo da produção de bens) e as manipulações antes referidas reflectiram-se sobre os preços: se durante o séc. VI, a subida fora já da ordem dos 50%, eles duplicavam entre 480 e 404 a.C. e novamente duplicavam até 330 a.C. Registava-se, portanto, um longo período de alta dos preços, *uma inflação lenta mas continuada*, que apenas as repercussões económicas das conquistas de Alexandre Magno iriam coarctar por algum tempo.

E no quadro da nova «economia monetária», rompida a «economia dominial fechada», *a banca privada ia progredir de maneira extraordinária.*

11. Herdeiros de caldeus, fenícios e egeo-cretenses, os gregos souberam engrandecer o cabedal dos conhecimentos recebidos, *edificando, em nossa opinião, os travejamentos fundamentais e decisivos da instituição de Banca e da economia monetária e de crédito.*

Antes até da criação da moeda cunhada, como notámos, já os templos gregos costumavam receber depósitos e conceder empréstimos. E depois que os povos helénicos se lançaram afoitamente na aventura marítima e que o seu domínio comercial se alargou ao longo de toda a orla mediterrânica e do Mar Negro, começaram a aparecer nos portos os *trapezitas* que, nas suas bancas, se dedicavam à troca das moedas emitidas pelas várias cidades (realizando, por diferenças de câmbio, lucros relativamente avultados).

Em breve, esses trapezitas juntavam às operações de câmbio das moedas (o chamado «câmbio manual») as de depósitos e empréstimos, convertendo-se em banqueiros.

No dizer de G. GLOTZ (in obra cit.):

«Em menos de um século, ampliou, de maneira notável, a extensão de todas as suas operações. Consente empréstimos sobre garantia pessoal, sobre penhores, sobre hipotecas, sobre a venda de carregamentos. Corresponde-se com praças estrangeiras e ocupa-se do pagamento à distância, emitindo letras de crédito a curto prazo, ordens de pagamento e cheques, sem todavia chegar ainda à concepção da verdadeira letra de câmbio e da transferência de créditos.»

O primeiro desses grandes banqueiros helénicos terá sido PHILOSTEPHANOS, mas a sua reputação veio a ser obscurecida pela do genial PASION, o escravo liberto que sucedeu a Antístenes e Arquestrato na direcção de uma casa em Atenas que ele transformaria na maior organização bancária do mundo antigo.

A este respeito, cf. R. BOGAERT, *Banques et banquiers dans les cités grecques*, ed. Sijthoff, Leyden 1968. Este autor, porém, não dá a PASION, ao que nos parece, o relevo que efectivamente merece.

Possuía ele quantiosos capitais aplicados em minas e indústrias diversas; adquirira numerosos prédios de rendimento; desempenhava as funções de banqueiro do Estado ateniense, tendo assumido a categoria de um dos maiores, senão a do maior, dos prestanistas do erário público. Uma eficiente e extensíssima rede de agentes seus trabalhava por sua conta nos grandes centros comerciais do Mediterrâneo Oriental e do Mar Negro, facilitando, além do mais, a acumulação de valores em depósito e as transferências de fundos.

Quando da morte de PASION [370 a.C.], a gerência do banco passou às mãos de um outro escravo liberto, FORMION, o que ocasionaria um processo célebre, no qual DEMÓSTENES defenderia o banqueiro contra as pretensões e as aleivosias de Apolodoro, filho mais velho de PASION. Este processo merece, quanto a nós, atenção especial, não só por motivo do seu objecto e da qualidade dos intervenientes, mas também, e sobretudo, porque,

no seu desenrolar, o mais insigne orador da época pôde mostrar que FORMION — seguindo na esteira do seu antecessor e de alguns outros banqueiros de nomeada — conseguia manter uma extraordinária organização com um capital próprio relativamente pequeno, mobilizando, por forma notável, os fundos entregues pelos depositantes e evidenciando, assim, uma compreensão superior da capacidade operacional da Banca e dos seus princípios funcionais.

Aliás, já em tempo de PASION, um advogado, ISÓCRATES, movera um processo ao banqueiro em nome de um cliente. E o discurso do ISÓCRATES, denominado «Trapezítica», tem o valor, para a teoria monetária e creditícia, de constituir a primeira tentativa de análise sistemática das operações bancárias.

12. Como era de esperar, a técnica operacional da Banca progrediu e aperfeiçoou-se impressivamente, o que foi facilitado e estimulado, de resto, pelo uso da moeda cunhada. O quadro das operações bancárias abrangia então:

- a) A realização de câmbios de moedas;
- b) A abertura e movimentação de contas de depósitos à vista e a prazo, com vencimento de juros variáveis consoante os tipos de depósitos;
- c) A concessão de empréstimos por prazos os mais diversos e sob os mais variados tipos de cauções, desde o penhor de mercadorias à anticrese e à hipoteca de imóveis;
- d) A prestação do serviço de guarda de valores mobiliários, mediante uma comissão;
- e) Os pagamentos e cobranças, bem como transferências de fundos, por conta e ordem de clientes.

Desenvolve-se, também, o uso do *cheque*, instrumento tão útil para os pagamentos e as transferências de fundos e realmente inventado pelos gregos, conforme se depreende da mencionada «Trapezítica» de ISÓCRATES.

Mas estes progressos da técnica bancária e o crescimento do volume das transacções requeriam processos de escrituração mais perfeitos, claros e expeditos do que os seguidos pelos caldeus.

Recorria-se, então, à escrituração de duas espécies de livros:

1) *Ephemerides* (ou Diário), no qual as operações iam sendo descritas à medida que se realizavam;

e 2) *Trapezitica grammata* (o livro de contas correntes), com uma conta para cada cliente, compreendendo duas folhas, sendo uma para o assentamento pormenorizado dos débitos e a outra para o dos créditos.

Tais livros podiam servir de prova em casos de litígio com banqueiros, se bem que a sua força como elemento de prova continuasse a ser considerada com categoria inferior à dos testemunhos. Em todo o caso, não se chegou a um sistema contabilístico por partidas dobradas, porquanto no justo dizer de J. H. VLAEMINCK [in obra cit.], em oposição à tese defendida por alguns autores,

«Nem o facto de escriturar os livros em dupla coluna, nem mesmo a existência de livros-mestres ou livros de contas, são elementos constitutivos fundamentais da contabilidade por partidas dobradas».

13. No séc. IV a.C., registam-se as primeiras grandes *crises bancárias*, com falências de bancos, motivadas por excessos na concessão de créditos com base nos depósitos recebidos e/ou por insolvência de devedores dos banqueiros.

Nos finais desse século, assiste-se na Grécia à constituição de numerosos *bancos públicos*, situando-se os mais antigos nas cidades de Sínope, Abdera e Lâmpsaco. Os governos das cidades-Estados procuravam, dessa maneira, libertar-se do jugo, por vezes extremamente pesado, que lhes impunham os bancos privados, tanto os laicos como os religiosos, em particular no que respeitava às condições de amortização dos empréstimos concedidos e às taxas de juro aplicadas.

Foi à frente de um desses bancos públicos, o de Sínope, que HICÉSIOS e seu filho DIÓGENES procederam à emissão de uma primeira forma de genuína *moeda fiduciária* [meio legal de pagamento com valor facial muito superior ao intrínseco], pensando os dois banqueiros em provocar, por tal via, uma expansão rápida das actividades económicas da cidade: ao acréscimo

dos meios de pagamento em circulação, determinante de sensível elevação da procura de bens e serviços, deveria naturalmente seguir-se a aceleração da actividade produtiva e, portanto, uma subida proporcionada da oferta. Mas, pela rigidez dessa oferta no curto prazo, o que ocorreu foi uma alta brusca e acentuada dos preços, acarretando para os dois banqueiros o ódio das massas populares; e a experiência saldou-se pela condenação ao ostracismo de HICÉSIOS e seu filho.

DIÓGENES, não obstante o desaire sofrido, manteve as suas convicções sobre as vantagens de fazer substituir as moedas correntes de prata e ouro por outros instrumentos sem valor intrínseco apreciável, cujas emissão e circulação seriam determinadas, directa e estreitamente, pelas necessidades reais da produção e do consumo. DIÓGENES *esboçava, assim, os princípios fundamentais dos modernos bancos emissores*, mas jamais conseguiu que os governos de Atenas e de Corinto [as cidades onde viveu mais tempo] fizessem qualquer tentativa para pôr em prática as suas ideias, demasiado revolucionárias para a época; aliás, dificilmente se poderiam esquecer os desastrosos efeitos da experiência de Sínope.

Entretanto, os bancos públicos foram proliferando, sem chegar, contudo, a eliminar a banca privada e servindo de modelo, posteriormente, à organização dos bancos imperiais do Egipto ptolomaico — os *basilikè trapeza* — que, de conta do Estado, realizavam as operações de depósitos e empréstimos.

De notar, ainda, que até ao séc. v a.C. se foi acentuando a escassez de metais preciosos na Grécia, dificultando a cunhagem de moedas. Mas a descoberta das jazidas de prata do Laurion [483 a.C.] e a exploração das minas de Estrímon e do monte Pangeu permitiram um caudaloso afluxo de prata amoedada; por outro lado, dava-se o prático desaparecimento do ouro da circulação por efeito de entesouramentos [primeira verificação clara da chamada «lei de GRESHAM» — «a má moeda expulsa a boa»], donde a subida da relação ouro/prata [1 : 14 em 438 a.C.].

Com as Guerras do Peloponeso, opera-se a inversão do movimento: a mobilização do ouro acumulado, especialmente nos templos, e a conseqüente descida da relação ouro/prata para 1 : 12 nos princípios do séc. iv. E pela *reforma monetária*

de FILIPE IV da Macedónia, procura-se manter o *bimetalismo* na cunhagem de moeda e a estabilização da relação ouro/prata em 1 : 12 $\frac{1}{3}$; contudo, esta relação já se situava, em 336 a.C., efectivamente a 1 : 10. Note-se, ainda, que a expansão da circulação monetária nos sécs. v e iv a.C. provoca a intensificação do movimento de alta dos preços, subindo, por outro lado, as taxas de juro que, no séc. iv, chegam a atingir, em muitos casos, os 30% ao ano.

Porém, uma vez unificada a Grécia sob o domínio da Macedónia, ALEXANDRE MAGNO, numa campanha espantosa, vai conquistar o Médio Oriente, indo até ao Indo e criando o maior império até então conhecido no Ocidente. É o «mundo helenístico» que surge, se bem que a unidade imperial desaparecesse após a morte do monarca.

Com as conquistas, os tesouros de metais preciosos acumulados nas regiões submetidas, desde o Egipto à Pérsia, permitem uma amoedação de extraordinárias proporções e os «alexandrinós» de ouro relegam praticamente a moeda de prata para a categoria de simples moeda de troco. Provoca-se, naturalmente, um rápido movimento ascensional dos preços: a produção não acompanha imediatamente o incremento da circulação monetária, não obstante o extraordinário alargamento do espaço económico.

Mas, como anotou G. GLOTZ [in obra cit.],

«[...] graças à extensão do mercado, a massa das mercadorias postas em circulação não tarda a opor-se à dos metais preciosos; influi nas cotações pesadamente. Do fim do séc. iv a meados do séc. iii, uma baixa forte e contínua compensa aproximadamente a enorme alta dos anos 330-320 e restaura, num mercado bastante ampliado, o equilíbrio dos valores. Uma vez que os países de forte produção e os países detentores de metal precioso efectuaram as trocas necessárias e que assim a economia monetária prevalece por toda a parte, em meados do séc. iii a baixa cessa espontaneamente, visto que já não há que unificar e aperfeiçoar o mercado».

É a progressão rápida da *economia monetária e de crédito* por todo o Médio Oriente, com a multiplicação de bancos públicos

e privados e o aperfeiçoamento das técnicas de operações creditícias. A este respeito, anotou claramente J. TOUTAIN [in obra citada]:

«Essa supremacia cada vez mais marcada da economia monetária sobre a economia natural foi favorecida por diversas causas, das quais as duas mais importantes foram o aumento considerável das quantidades de metais preciosos destinados à cunhagem e a instituição, se não de um sistema monetário único, pelo menos de sistemas muito próximos, cujas analogias eram tão marcadas que a passagem de um para outro não apresentava graves inconvenientes.»

Relativamente ao crédito e à Banca no período helenístico, cabe referir, em especial:

a) A elevada concentração de capitais nos bancos públicos e privados, sobretudo através de depósitos, o que se reflecte — dada a consequente oferta de fundos — nas taxas de juro [as quais decaem de 12 para 10% no séc. III a.C. e para 7% nas princípios do séc. II];

b) O desenvolvimento das operações de empréstimos, nomeadamente sobre penhores e a hipoteca de imóveis;

c) A expansão das transferências de fundos entre diversas praças e dos pagamentos por simples lançamentos em contas;

d) A multiplicação de bancos públicos, particularmente no Egipto, tendo frequentemente o privilégio das operações de câmbio das moedas ou da cunhagem.

Sobre o papel desempenhado então pela praça de Alexandria, vd. S. J. DE LAET, *Alexandrie et l'organisation du crédit*, in *Revue de la Banque* 1943.

14. Em Roma, até ao séc. VI a.C., teria predominado a «economia natural», servindo a cabeça de gado como termo geral de comparação de valores. Mas, no séc. V, já se utilizaria o bronze em bocados [«aes rude»] e, depois, em lingotes, barras ou blocos oblongos, vindo a «lei Júlia Papíria», em 430 a.C., a estabelecer a equivalência seguinte:

1 boi = 10 carneiros = 100 libras de bronze.

No séc. III, recorria-se a pedaços de bronze com marcas especiais [«aes signatum»] e, depois, a rodelas de metal [«aes grave»]; contudo, foi em meados desse século que se procedeu à cunhagem da primeira moeda de prata, o *denarius*, com o peso de $\frac{1}{6}$ de onça, ou seja $\frac{1}{72}$ da libra romana [aproximadamente 4,55 grs.], estabelecendo-se a equivalência de

$$1 \text{ aes} = \frac{1}{10} \text{ denarii,}$$

donde a relação ponderal entre a prata e o cobre de 1 : 720.

São numerosas e elucidativas as vicissitudes por que passará a moeda em Roma, por todo o período da República. Em 250 a.C., o peso do aes era reduzido para $\frac{1}{6}$ da libra, ou seja para 2 onças, enquanto se mantinha inalterado o do denarius, pelo que a relação entre a prata e o cobre passava para 1 : 120. Em 216 a.C., o peso do aes descia novamente, agora para $\frac{1}{12}$ da libra, e o do denarius para $\frac{1}{7}$ de onça, fixando-se a equivalência de 1 denarius = 16 aeses, correspondendo à relação de 1 : 112 entre os dois metais e demonstrando a continuidade da valorização relativa do cobre. Em 207 a.C., cunhava-se o *scripulum* de ouro, na base de

$$1 \text{ scripulum} = 20 \text{ sestércios} = 5 \text{ denarii,}$$

e como o scripulum tinha o peso de cerca de 18,23 grãos, a relação entre o ouro e a prata cifrava-se em 1 : 17,2.

De salientar que esta emissão do scripulum de ouro correspondia a uma *reforma monetária*, dado que, durante a II Guerra Púnica, Roma emitira «notas» estampadas em cobre e decretara [lei Flamínia] o curso forçado dessa «moeda fiduciária». E, no dizer de NORMAN ANGELL [*The story of money*],

«[...] a indisputada supremacia da prata como moeda-padrão em Roma foi de curta duração. O período do bimetalismo que tornou possível a transição do cobre para a prata terminou antes de principiar um segundo período de bimetalismo, que preparou o caminho para a segunda transição, a da prata para o ouro».

Mas não se deteve aí o processo de desvalorização da moeda romana. Em 130 a.C., a lei Papirius fixava o aes em $\frac{1}{24}$ da libra [$\frac{1}{2}$ onça], sem alteração do denarius, pelo que a relação entre a prata e o cobre passava para 1 : 56. Com JÚLIO CÉSAR [segundo metade do séc. I a.C.], emitia-se o *aureus*, moeda de ouro com o peso de $\frac{1}{40}$ da libra, fixando-se a equivalência de

$$1 \text{ aureus} = 25 \text{ denarii,}$$

conduzindo a uma relação entre o ouro e a prata de, aproximadamente, 1 : 12. Depois, foi a depreciação continuada do toque da moeda de prata, num processo que se alongaria até à queda do Império do Ocidente, apesar das diversas reformas monetárias decretadas.

15. Ao que parece, segundo MITTEIS, já no séc. V a.C. existiriam banqueiros instalados no Lácio, os quais se dedicariam fundamentalmente ao câmbio de moedas, facto este admissível atendendo a que o comércio com os gregos deveria trazer para a Itália avultados quantitativos de moedas cunhadas pelas cidades helénicas. E a tomarem-se por correctas as informações de TITO LÍVIO, poderá concluir-se que, no séc. IV, o comércio bancário, concentrado no Forum romano, entrava em fase de franco progresso.

Observou HAMEL [in obra citada]:

«Logo que a lei Fábria-Ogúlnia, em 269 a.C., organizou a moeda romana, pela criação do dinheiro de prata, o comércio progrediu rapidamente na Itália latina, as relações com os outros povos mediterrânicos tornaram-se mais regulares e as trocas comerciais multiplicaram-se.»

Entretanto, o domínio político de Roma foi estendendo-se por forma irresistível. E a «economia natural» cedeu o passo, a pouco e pouco, à «economia monetária», o regime das trocas directas e indirectas de produtos ao sistema de compra e venda de mercadorias contra dinheiro.

Conhecidos sob diversas designações — «trapezitae», «argentarii», «mensarii», «nummularii», etc. — consoante as funções

que exerciam, os banqueiros romanos, no dizer de VLAEMINCK [in obra cit.],

«[...] desenvolveram muito a prática dos documentos de crédito e de pagamento. Eles deram, nomeadamente, um grande impulso aos cheques (à vista e de viagem), semelhantes aos que circulam em nossos dias. O particular que tinha dinheiro depositado num banqueiro ou uma conta aberta por ele, remetia aos seus credores um cheque (*prescriptio*) sobre o seu banqueiro. Por vezes, quando se tratava de grandes importâncias, este, em lugar de pagar à vista, exigia um pré-aviso e fixava o dia para o pagamento. Tal prática, o *constitut*, tinha sido introduzida em Roma pelos banqueiros gregos e egípcios.»

Contudo, durante a República, a importância económica e social dos banqueiros nunca pôde comparar-se à da classe dos cavaleiros, os *equites*, «também chamados publicanos» [CÍCERO], que foram adjudicando os contratos de execução das grandes obras públicas (estradas, pontes, aquedutos, etc.), bem como a cobrança de impostos, o fornecimento de equipamentos e víveres às forças armadas, etc., realizando vultosos lucros que os converteram, bem cedo, na primeira potência financeira do mundo romano.

Cf. M. ROSTOVITZ, *Historia social y económica del imperio romano*, ed. Espasa-Calpe, Madrid 1962; R. BLOCH e J. COUSIN, *Roma e o seu destino*, ed. Cosmos, Lisboa 1964; J. GAGÉ, *Les classes sociales dans l'empire romain*, ed. Payot, Paris 1964; L. HOMO, *Les institutions politiques romaines, de la cité à l'État*, ed. A. Michel, Paris 1950.

Autorizados pelo Estado a formarem associações, os cavaleiros idearam as primeiras sociedades por acções, sociedades de capitais com objecto essencialmente financeiro, cujo processo corrente era bastante simples:

1) Um adjudicatário para a constituição da sociedade, o *manceps*, procurava a colaboração de outros cavaleiros, os *socii*. Uma vez a associação acordada, e para a formação do capital necessário, eram emitidas as *partes*, transmissíveis entre

vivos e por herança e conferindo a sua posse não só o direito a receber uma fracção proporcional dos lucros líquidos da empresa, mas também o poder de voto para a eleição do *magister* e dos *decumani*, isto é, o presidente e os administradores da sociedade. Naturalmente, um grande número dos referidos títulos [a maioria, talvez] pertencia àqueles sócios fundadores; mas o restante, em consequência dos vultosos fundos que deviam mobilizar-se, acabaria por se difundir certamente por outras camadas da sociedade romana, até porque o valor de cada um dos ditos títulos não seria excessivamente elevado.

2) Por outro lado, quando se necessitava de fundos para suprir insuficiências dos capitais próprios das sociedades, eram emitidos empréstimos representados por *particulae*, ou obrigações, que venciam um juro fixo pela tempo de duração do empréstimo.

Repare-se que os banqueiros efectuavam frequentes operações sobre os títulos das sociedades em causa, de tal modo que *poderá talvez falar-se de um «mercado» de tais títulos, protoforma das modernas bolsas de valores.*

Essas sociedades de publicanos — mais institutos de investimento do que bancos comerciais na acepção corrente do termo — tiveram o seu período áureo desde os Gracos ao tempo de Cícero. E, consoante as referências de DAUPHIN-MEUNIER [in *Histoire de la Banque*, ed. P.U.F., Paris, em que o autor resume a sua obra notável *La Banque à travers les âges*, já citada], são tais sociedades que

«[...] outorgam empréstimos ao Estado e às colectividades públicas, que financiam o desenvolvimento das instalações portuárias, a construção de estradas e pontes, o transporte da Ásia e da África dos cereais e do azeite indispensáveis ao aprovisionamento de Roma; são elas que asseguram a transferência dos soldos das tropas acantonadas por todo o mundo mediterrânico e que adiantam ao Tesouro os fundos necessários ao pagamento destes soldos; são elas que sustentam o esforço pelo qual Roma se cobre de edifícios úteis e sumptuosos».

Por sua vez, anotou justamente LÉON HOMO [*Les institutions politiques romaines de la cité à l'État*, ed. A. Michel, Paris 1950]:

«Os progressos do poderio romano no fim do séc. III e na primeira metade do séc. II a.C. e a introdução do grande capitalismo que a isso se liga tiveram por resultado um desenvolvimento considerável no papel e na influência social da classe dos cavaleiros».

«Este desenvolvimento social traduziu-se bem cedo, e a coisa era fatal, por um progresso paralelo do ponto de vista político». «Ora, precisamente no momento em que a classe dos cavaleiros começa a reclamar mais [em termos da posição política], a classe senatorial, em plena marcha para um regime de oligarquia, fecha-se gradualmente e faz prova de um exclusivismo ao mesmo tempo político e social sempre mais ciumento. Desde a época da segunda guerra púnica, a cisão das duas classes, a senatorial e a dos cavaleiros, prepara-se.»

Alguns factos marcantes, em meados do séc. II a.C., tornaram tal cisão decisiva, designadamente a recusa de adjudicação aos cavaleiros da exploração das minas da Macedónia e a apropriação pela classe senatorial do poder judicial. E com o advento do Império, sob Augusto, o poderio financeiro dos publicanos decaía irremissivelmente.

Pode-se justamente falar de um *capitalismo financeiro* nesse período, realizado pela classe dos cavaleiros; a riqueza mobiliária cresce-se notavelmente mas concentra-se. Num comentário muito ajustado às circunstâncias da época, escreveu J. TOU-
TAIN [in obra cit.]:

«No final da República, a economia romana encontrou-se dominada pelos progressos e a influência da riqueza mobiliária do capital. Esta evolução deveu-se menos a um desenvolvimento considerável da indústria e do comércio propriamente ditos que aos êxitos da política externa do Estado e às consequências das vitórias de Roma. As origens do capitalismo romano devem buscar-se nos imensos despojos de que foram vítimas os povos vencidos [...], nas

exacções sem freio nem escrúpulos dos publicanos e dos agentes de negócios, nos lucros das operações financeiras realizadas por banqueiros, etc.»

Comparativamente, os *argentarii* — os sucessores dos trapezistas gregos que se alojavam nas *tabernae* do forum e que, mais tarde, vieram a multiplicar-se nos grandes centros urbanos das províncias (1) — nunca disfrutaram de tão grande relevância no período do Império, como os publicanos na República, além do mais porque nunca lhes foi concedido o direito de formarem sociedades (2). Certo é que o Estado recorria com frequência aos seus serviços, tanto para a contrastação de moedas de toque duvidoso como para a emissão de novas espécies monetárias ou recolha de outras, e que essa confiança, como observou VOIGT, fundamentava uma autoridade moral; mas não é menos certo o facto, apontado por DELOUME, de que estes banqueiros jamais puderam concentrar nas suas mãos os capitais bastantes para dominarem as vias dos grandes empreendimentos financeiros.

Parece que, com o decorrer dos tempos, se foi operando uma diferenciação funcional nítida entre os *nummularii*, ou cambistas, e os *argentarii*, ou banqueiros. Todavia, ao passo que VOIGT afirma que elles constituíram «corporações» distintas durante o Baixo Império, GUILLARD e MITTEIS indicam que ambas as categorias profissionais faziam parte da mesma «corporação», opinião esta baseada, se bem compreendemos, na circunstância de uns e outros realizarem tipos idênticos de operações, posto que as de câmbio manual fossem mais frequentes na actividade dos *nummularii* e as de depósitos e empréstimos na dos *argentarii*.

Por seu turno, DELOUME provou — fundando-se, para tanto, em textos do jurisconsulto ULPIANO — que os ditos *argentarii* não foram funcionários do Estado, muito embora seja de admitir,

(1) Ao desenvolvimento do comércio e da banca nas províncias romanas, especialmente no Oriente, refere-se, por ex.^o, ROSTOVITZEFF, in obra cit.

(2) Todavia foi frequente a formação, durante o Império, de sociedades, comerciais e de transportes. Vd. J. ROUGÉ, *Recherches sur l'organisation du commerce maritime en Méditerranée sous l'empire romain*, ed. SEVPEN, Paris 1966.

em conformidade com certas passagens dos escritos de CAIO, que as funções desses banqueiros assumiam, muitas vezes, o carácter de «publica causa». Além disto, cabe notar que *nummularii* e *argentarii* estiveram sujeitos à mesma disciplina jurídica e que, segundo HUVELIN e REHME, acabaram por se congregar, no tempo de Constantino Magno, na «corporação» dos *collectarii*.

16. Observemos, agora, que os banqueiros romanos, se não conseguiram criar novas classes de operações bancárias, deram às comumente praticadas, pelo menos, um enquadramento jurídico mais adequado ao reconhecimento dos inerentes complexos de direitos e obrigações, designadamente no domínio da compensação entre débitos e créditos recíprocos, verdadeira base operacional do contrato de conta corrente.

Por outro lado, os banqueiros de Roma aperfeiçoaram, de maneira notável, o processo de escrituração das operações, que passou a fazer-se nos seguintes livros principais:

1) *Codex accepti et depensi* (ou Caixa), com uma parte destinada ao registo das entradas de numerário e a outra aos pagamentos realizados;

VOIGT combateu a identificação deste registo com o «Livro de Caixa», na acepção moderna, argumentando com o facto de os pagamentos a efectuar — como, por ex.^o: os derivados de contratos consensuais — não serem ali inscritos. Todavia, parece-nos ter ficado cabalmente provado por RICCARDI aquele carácter fundamental do *Codex*, o que igualmente é apontado por VLAEMINCK. Este último [in obra cit.] refere: «O *Codex* dos romanos, ainda em uso no tempo de Justiniano, tinha um valor probatório superior aos nossos livros de comércio actuais. Uma inscrição feita com o consentimento do devedor era considerada como causa de obrigação», princípio este que se retomaria no Baixa Idade Média.

2) *Adversarium* (ou Diário), no qual se descreviam todas as operações no momento da respectiva realização, sendo, por conseguinte, semelhante ao «Ephemerides» dos banqueiros gregos;

3) *Kalendarium*, que era um registo indicativo, por datas, dos pagamentos e recebimentos a realizar pelos banqueiros [assemelhando-se, por conseguinte, aos actuais registos de «Letras a receber» ou de «Letras a pagar»].

Sustentou VOIGT, contra as opiniões de SENN e GIRARD, que teria existido um quarto livro, o *Codex rationum*, ou livro de contas com os clientes. Ora, se é verdade que, à luz dos textos e documentos coevos hoje conhecidos, se não mostra possível demonstrar a existência desse livro, ela afigura-se-nos bastante verosímil. Desde que se operava a compensação entre os débitos e os créditos dos clientes para com os banqueiros e estes tinham a obrigação de fornecer-lhes, quando o solicitassem, um extracto das respectivas contas (*editio rationum*), o processo seria indubitavelmente muito facilitado pela escrituração sistemática de um livro como o sobredito *Codex*; e, para mais, os banqueiros romanos não teriam ignorado o modelo que lhes oferecia a «Trapezitica grammata» dos gregos. O que se julga inteiramente indefensável é a tese de NIEBUHR de que os banqueiros romanos haveriam descoberto o sistema de contabilização por partidas dobradas.

3. O CRÉDITO E A BANCA NA IDADE MÉDIA; A CLASSE BURGUESA E AS PRIMEIRAS FORMAS DO CAPITALISMO COMERCIAL

17. Após as invasões dos povos bárbaros e a queda do Império Romano do Ocidente, assiste-se ao reforço progressivo das formas de «economia dominial fechada» — a *economia feudal* — com retrocesso generalizado à «economia natural» em detrimento da economia monetária e de crédito. O comércio inter-regional e inter-nacional contrai-se nitidamente e a amoeção de metais preciosos reduz-se a valores pouco significativos: a cunhagem do ouro desaparece praticamente nos finais do séc. VII, ao mesmo tempo que diminui fortemente a de prata; os pequenos volumes de metais preciosos que se obtêm são, na sua quase totalidade, entesourados [em bruto e na forma de artefactos como joias e objectos de culto religioso] (1). O cré-

(1) MARC BLOCH (in *La société féodale*) refere, impressivamente: «A penúria de espécies era ainda agravada pela anarquia das cunhagens, resultado, ela própria, ao mesmo tempo do parcelamento político e das dificuldades das comunicações; porque, a cada mercado importante, era neces-

dito decaí e o comércio bancário quase desaparece, por efeito também, em certa medida, da proibição canónica da cobrança de juros.

Sobre a economia do Ocidente europeu ao longo do período que se estende até ao séc. XI, permitimo-nos salientar a seguintes obras: G. HUBY, *L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'occident médiéval* [ed. Aubier, Paris 1962]; M. BLOCH, *La Société féodale* [ed. A. Michel, Paris 1949]; R. LATOUCHE, *Les origines de l'économie occidentale, IV^e-XI^e siècles* [ed. A. Michel, Paris 1956]; G. FOURQUIN, *Histoire économique de l'Occident médiéval* [ed. A. Collin, Paris 1969]; H. PIRENNE, *Histoire économique de l'occident médiéval* [ed. De Brouwer, Bruxelas 1951]; G. DUBY, *Guerriers et paysans, VII^e-XII^e siècle premier éssor de l'économie européenne* [ed. Gallimard, Paris 1973]; R. H. BAUTIER, *A economia na Europa Medieval* [ed. Verbo, Lisboa 1973]; CAMBRIDGE ECONOMIC HISTORY OF EUROPE, vol. I *The agrarian life of the Middle Ages* [ed. Univ. Press, Cambridge 1966]; ROBERTO S. LOPEZ, *Nascimento da Europa* [ed. Cosmos, Lisboa 1965]; HISTOIRE DE L'HUMANITÉ, vol. III *Les grandes civilisations du Moyen Age* [ed. UNESCO, Paris].

Mas a partir do séc. XI assiste-se na Europa Ocidental a uma nova «revolução urbana», com a ruptura dos liames da economia feudal, o incremento das actividades artesanais (com

sária, sob pena de penúria, a sua oficina local. Excepção feita da imitação das amoedações exóticas e de algumas ínfimas peçazitas, não se fabricavam mais do que dinheiros que eram peças de prata, de teor assaz fraco. O ouro não circulava senão sob forma de moedas árabes e bizantinas ou das suas cópias. A libra e o soldo mais não eram do que múltiplos aritméticos do dinheiro, sem suporte material que lhes fosse próprio. Mas os diversos dinheiros, sob um mesmo nome, tinham, segundo a sua proveniência, um valor metálico diferente. Pior ainda, num mesmo lugar, cada emissão, ou quase, implicava variações no peso e na liga. [...] a moeda circulava demasiado lentamente e demasiado irregularmente para que se pudesse estar seguro de a obter em caso de necessidade. Isto, por falta de trocas suficientemente frequentes».

Cf. do mesmo Autor, *Esquisse d'une histoire monétaire de l'Europe*, Paris 1954. Vd. G. FOURQUIN, in obra citada, e R. BOUTROUCHE, in *Seigneurie et Féodalité*, ed. Aubier, Paris 1966. Note-se, entretanto, que ainda no séc. VIII, quer na Itália lombarda, quer nas possessões bizantinas, prosseguiu a cunhagem de ouro: os *solidi* e *tremisses* de Pavia, Milão, Luca, Mântua, etc., aproximados do *aureus* bizantino. E com CARLOS MAGNO, no império franco, operava-se nos finais do séc. VIII e começos do séc. IX uma reforma monetária, com instituição do monometalismo prata, mas cujos efeitos não seriam de longa duração do ponto de vista da expansão econo-

a instituição da «corporações de artes e ofícios»), a melhoria das condições da agricultura e a expansão progressiva do comércio.

Cf., por ex.: LYNN WHITE, *Medieval technology and social change* [ed. Clarendon Press, Oxford 1962]; D. FURIA e P.-CH. SERRE, *Techniques et sociétés, liaisons et évolutions* [ed. A. Collin, Paris 1970].

18. Consoante refere H. E. BARNES [in *Historia de la economia del mundo occidental*, ed. UTEHA, México 1955],

«Entre os sécs. XI e XIV as forças económicas e sociais então dominantes determinaram a aparecimento de uma nova civilização urbana».

Por sua vez, escreveu R. LATOUCHE [in obra cit.]:

«O facto novo a assinalar quando se aborda o séc. XI não é, de facto, a ressurreição da vida urbana, que, graças à Igreja, nunca havia cessado, mas um tipo inédito de cidade em que o comércio e o artesanato aportam uma nota desconhecida dos Antigos, cidade que não é mais a cidade antiga».

E H. SÉE [in *Les origines du capitalisme moderne*, ed. A. Collin, Paris 1951] indica que a nova forma de vida urbana «vai permitir as primeiras manifestações de capitalismo na Idade Média, pelo menos sob a sua forma puramente comercial». É na «cidade nova» que a classe burguesa vai combater os privilégios feudais, lançando os cimentos de uma forma diferente de economia monetária e de crédito.

Cf. por ex.º, R. PÉROUD, *Les origines de la bourgeoisie* [ed. PUF, Paris 1956]; J. LE GOFF, *Marchands et banquiers du Moyen Âge* [ed., PUF, Paris 1962]. De notar, neste contexto, que a expansão das novas formas económicas abrange o próprio mundo islâmico. Vd. M. LOMBARD, *L'Islam dans sa première grandeur (VIII^e-XI^e siècle)* [ed. Flammarion, Paris 1971] e A. L. UDOVITCH, *Partnership and profit in medieval Islam* [ed. Princeton Univ. Press, Princeton 1970] que, entre outros, mostram o extraordinário desenvolvimento comercial e monetário-financeiro no mundo mussulmano, especialmente depois do séc. IX.

mica; aliás, em diversas capitulares (a «Admonitio generalis» de 789 e a de Nimègue em 806, entre outras), o monarca proíbe a usura, a prática de empréstimos com juros, retomando a orientação dos Concílios de Elvira (300 d.C.) e Niceia (325).

Até ao séc. x, como se depreende do que antes resumidamente se indicou, os vários reinos cristãos do Ocidente europeu assistem ao enquistamento, por assim dizer, daquelas forças económicas e sociais que tinham impellido as sociedades da época clássica para uma fase de economia monetária e creditícia, na qual a Banca mostrara, em primeiro esboço, as suas enormes potencialidades funcionais. Apenas os mosteiros, nos campos, e os sírios e judeus, nos centros urbanos, mantinham acesa a lâmpada do crédito.

Mas sírios e judeus incorriam, frequentemente, nos ódios da população e caíam, de vez em quando, sob a alçada da lei, em virtude dos exageros nas taxas de juro praticadas e não obstante os empréstimos feitos a erários régios. E quanto aos mosteiros, eles desempenhavam no domínio do crédito, apesar de todas as limitações, uma acção singularmente relevante, em especial no financiamento do arroteamento e exploração de terrenos por agricultores fugidos à «servidão da gleba» nos feudos laicos.

É nas cidades italianas do séc. xi — em conjugação com o desenvolvimento das trocas comerciais e a expansão da amoeção de metais preciosas — que surgem os *campsores*, ou cambistas, a encarregarem-se da troca das moedas trazidas pelos comerciantes, como fruto das suas viagens de negócios pelo Ocidente e pelo Médio Oriente. Em breve, também, aparecem os *banchieri*, alguns dos quais judeus e lombardos, que, se bem que não fazendo desaparecer por completo aqueles, vão ganhando uma importância relativa cada vez mais sensível (1).

(1) Vd., in obra ed. por F. C. LANE, *Enterprise and secular change, Readings in Economic History* [ed. Allen & Unwin, Londres 1953], especialmente os seguintes estudos: W. SOMBART, *Medieval and modern commercial enterprise*, G. LUZZATA, *Small and great merchants in the Italian cities of the Renaissance*; R. de ROOVER, *The commercial revolution of the Thirteenth Century*; e A. P. USHER, *The origins of banking: the primitive bank of deposit, 1200-1600*. Segundo este último Autor, verdadeiros bancos de depósito teriam surgido em fins do séc. xii e começos do séc. xiii. Existem documentos notariais de Génova, datando do séc. xii, em que são mencionados nomes de diversos comerciantes-banqueiros; e já no séc. xiii diversos mercadores italianos eram expressamente autorizados a abrir «Tables de prêt».

Repare-se que na China, entre os sécs. xi e xii, assiste-se à criação e expansão de verdadeiras notas de banco (*kiao tseu*), garantidas ou não

Em Siena, nos princípios do séc. XIII (1), os BUONSIGNORI adquirem a relevante categoria de *campsores domini papae*, tendo por actividade principal a realização de operações de transferências de fundos por conta e ordem da cúria romana (2). Mas depois que esses banqueiros perderam a confiança do Papado e sofreram a oposição dos monarcas franceses [por volta de 1260], chegou a vez de os BARDI, PERUZZI e ACCIAIOLI transformarem Florença na maior praça bancária do mundo ocidental.

Ora, as referidas instituições desses comerciantes-banqueiros (3) seguiram uma política de larga concessão de créditos a longo prazo. Foi-se-lhes minando, assim, a sua situação monetário-financeira, factor fundamental da sua ruína.

De facto, como referiu SAPORI [*Le crisi delle compagnie mercantili dei Bardi e dei Peruzzi*, Florença 1926], os BARDI e PERUZZI acumularam créditos sobre o rei da Inglaterra que atingiam 1355 milhares de florins-ouro no ano de 1339, além de outros sobre o rei da Sicília que somavam 200 milhares. Nestas circunstâncias, quando os devedores reais se recusaram a liquidar, no todo ou em parte, as suas dívidas, os mencionados banqueiros

por reservas de ouro e de prata, ao mesmo tempo que se desenvolviam as operações de crédito. Vd., a este respeito, UNESCO, *Les grandes civilisations du Moyen Age*, ed. R. Laffont, Paris 1969.

(1) Logo nos começos deste séc., multiplicam-se as cunhagens de prata, procurando alguns monarcas — como Filipe Augusto e S. Luís em França e Henrique II Plantageneta na Inglaterra — proceder a reformas monetárias, procurando impor a circulação das moedas «reais» e, em particular, reduzir os direitos de cunhagem dos senhores feudais.

Quanto ao ouro, apenas em 1231 o Imperador Frederico II emite no reino da Sicília os «augustais». Mas é em meados do século que Florença emite os seus primeiros «fiorini d'oro» e Génova os seus «genovesi», enquanto Veneza só em 1284 lança na circulação os primeiros «ducados» ou «sequins» de ouro. Note-se que em França apenas em 1266 S. Luís manda cunhar os seus «escudos» ou «dinheiros» de ouro.

(2) Ao que se julga, terão sido os Templários que iniciaram o uso regular de contas correntes, em que se escrituravam os recebimentos e transferências ou pagamentos que efectuavam de conta alheia.

(3) Sobre os banqueiros italianos da época, cf., por ex., A. SAPORI, *Compagnie e mercanti di Firenze Antica*, ed. G. Barbera, Florença; e R. de ROOVER, *Le rôle des Italiens dans la formation de la banque moderne*, in *Revue de la Banque* 1952.

florentinos, sob a pressão dos respectivos credores, viram-se forçados a abrir falência. E nas concordatas de 1347, os PERUZZI não puderam pagar mais do que 4 soldos por cada libra que deviam, os BARDI mais do que 6 e os ACCIAIOLI mais do que 10 soldos (quando cada soldo, segundo o sistema monetário da época, equivalia a $\frac{1}{20}$ da libra]; isto é, os credores dos PERUZZI receberam apenas 20% dos valores que lhes haviam cedido por depósito ou empréstimo, os dos BARDI 30% e os dos ACCIAIOLI 50%.

Foram estas as primeiras falências estrondosas de instituições bancárias, causadas pela concessão extensa de créditos a longo prazo, não à custa de capitais próprios ou de fundos obtidos em condições apropriadas àquele fim, mas de valores depositados ou emprestados mas, na sua maior parte, exigíveis à vista ou a prazo curto. *Uma das consequências directas e imediatas destas falências foi a promulgação das primeiras normas legais reguladoras da profissão de banqueiro, até aí completamente livre; mas nessa regulamentação medieva não se chegou à fixação de quaisquer taxas de cobertura, por disponibilidades de caixa, dos depósitos e outras responsabilidades bancárias a curto prazo, ou, pelo menos, ao estabelecimento de limites determinados para as operações de crédito a longo prazo.*

As sobreditas falências terão contribuído, também, para que a preferência de grande número de depositantes, sobretudo dos pequenos depositantes, se desviasse para os bancos públicos ou *montes* que, por essa época, começavam a progredir.

Dentre estas novas instituições, a mais importante veio a ser, sem sombra de dúvida, a CASA DE SAN GIORGIO, fundada em Génova em 1408 e cujo capital, no total de 3 milhões de libras, foi tomado pelos *compere*, ou sejam os portadores de títulos da dívida especial do Estado genovês, resultantes da conversão de outros títulos representativos de anteriores empréstimos públicos [operando-se, por conseguinte e afinal, uma conversão de títulos de obrigação em títulos de participação no capital]. E graças à íntima ligação com os negócios financeiros da cidade, a CASA DE SAN GIORGIO ganhou, muito rapidamente, a confiança do público; em resultado, as poupanças privadas afluíram em continuado e vultoso caudal às caixas da instituição,

proporcionando-lhe um potencial financeiro de tal grandeza que fez dela o maior estabelecimento medieval de crédito do seu tempo.

Ainda no grupo dos aludidos bancos públicos, cabe mencionar a TAULA DEI CAMBI, instituída em Barcelona no ano de 1401 e que, apenas 30 anos depois, já contava valores activos, sob a forma de investimentos públicos, no montante global de 252 milhares de libras, contra um passivo, por depósitos diversos, no valor de 258 milhares.

Importa, neste contexto, fazer ainda menção da actividade da ORDEM DOS TEMPLÁRIOS, nascida quando das Cruzadas do Oriente e que, nas ajustadas palavras de VLAEMINCK, «foi o primeiro banco internacional de todos os tempos».

Protegidos pelos Papas e recebendo dos monarcas do Ocidente extensos domínios, *os Templários adquiriram rapidamente uma excepcional importância como instituição financeira*, acumulando depósitos das mais variadas origens e sob as mais diversas formas e, por outro lado, concedendo quantiosos créditos aos erários régios, à cúria romana e a particulares, do mesmo passo que se encarregavam de transferências de fundos por toda a Cristandade. O volume e a multiplicidade das operações estimularam um aperfeiçoamento notável dos processos contabilísticos, admitindo alguns autores — com base no fragmento do Diário do Templo de Paris, respeitante ao período de 26 de Junho a 4 de Julho de 1295 e conservado na Biblioteca nacional francesa — que *se teria já aplicado o princípio da contabilidade por partidas dobradas*.

Mas, no começo do séc. XIV, FILIPE IV de França desencadeou um ataque cerrado à ORDEM DOS TEMPLÁRIOS, movendo um processo célebre que ainda hoje suscita a atenção dos estudiosos. E a 3 de Agosto de 1312, no Concílio de Viena, decretava-se a extinção da Ordem, o que permitiu ao monarca francês não só apropriar-se dos bens dos Templários, como também liquidar os seus débitos para com ela.

Noutros países, os bens dos Templários eram transferidos para outras ordens religiosas [em Portugal para a ORDEM DE CRISTO que viria a ter um primordial papel nos Descobrimentos], do mesmo passo que o desaparecimento dessa admirável potência

financeira constituia um facto favorável para os banqueiros florentinos, venezianos e genoveses.

Sobre as características financeiras da Ordem dos Templários, vd., por ex., J. PICQUET, *Les banquiers au Moyen Âge, Les Templiers*, [ed. Hachette, Paris 1939].

19. Nos começos do séc. XIV, as operações usuais dos banqueiros (1), revivendo na generalidade as efectuadas na época clássica, compreendiam:

a) Guarda de valores mobiliários, contra o pagamento de uma comissão pelos depositantes e a obrigação para o depositário de devolver o valor confiado e não um outro qualquer, se bem que monetariamente equivalente;

b) Operações cambiais, ou por trocas directas de moedas ou por letras;

c) Depósitos de dinheiro, à vista ou a prazo (2), cujos recibos — os *contadi di banco* — foram utilizados pelos depositantes, com frequência, para a liquidação de dívidas próprias, muito embora se tratasse de títulos nominativos;

d) Operações de saques e ordens de pagamento;

e) Empréstimos sobre penhores e sobre hipoteca.

Notemos que, se parece certo não terem os banqueiros medievos atingido, no capítulo das operações de empréstimos, a diversidade dos seus congéneres gregos e romanos — por força de circunstâncias de vária ordem, entre as quais sobressaíram as condenações canónicas de juro e da usura —, não é menos indiscutível que em outros domínios, em particular no do crédito comercial a curto prazo, eles souberam congregar meios conducentes a apoiar e fomentar o ressurgimento económico do Ocidente, abrindo o caminho para novos progressos.

Entretanto, processa-se o aperfeiçoamento das técnicas de escrituração, mas sem qualquer ligação directa com os métodos

(1) Cf. M. M. POSTAN, *Medieval Trade and Finance*, [Cambridge Univ. Press 1973].

(2) Chamados, segundo alguns Autores, de depósitos gerais e depósitos condicionais.

que os gregos e romanos haviam antes empregado. Nesta evolução, distinguem-se algumas fases, mais ou menos nítidas:

1) A melhoria progressiva dos *memoriais*, dos registos cronológicos e pormenorizados das operações, a avaliar por um confronto entre memoriais de comerciantes dos princípios do séc. XIII com outros dos primeiros anos do séc. XIV;

2) A criação, a partir dos aludidos memoriais, de vários livros para registo de operações por pessoas e por classes de valores, que são a base da chamada *escrituração por partidas simples* ou *unigrafia* e de que exemplares conhecidos de livros escriturados são testemunho suficiente: livros de contas de clientes da ORDEM DOS TEMPLÁRIOS [séc. XIII]; livros de caixa, de registo de facturas de entradas e saídas de mercadorias, de receitas de vendas, de contas de clientes, etc. da casa comercial dos BENE; livros da casa bancária dos PERUZZI [primeira metade do séc. XIV] nos quais já claramente se diferenciam os movimentos de débito e crédito; ou os livros dos comerciantes COLLARD DE MARKE ou GUILHERME RUYELLE da praça de Bruges;

3) Finalmente, depois do séc. XIV, o assentamento definitivo e a generalização crescente do uso do *sistema de partidas dobradas* ou *digrafia*.

Por outro lado, e a partir do séc. XIII, multiplicam-se as obras sobre as técnicas das operações comerciais e bancárias e os livros de aritmética; e substituiu-se, a pouco e pouco, a numeração romana pelos algarismos árabes — dados a conhecer no Ocidente europeu pelo *Liber Abaci* do comerciante pisano LEONARDO FIBONACI [1202], o que ia simplificar extraordinariamente a escrituração das operações. No entanto, ao que se sabe, o primeiro livro de escrituração comercial inteiramente com algarismos — o do comerciante veneziano JACOB BADOER — refere-se aos anos de 1436 a 1439.

Afirma-se que o caminho para a Contabilidade moderna foi aberta pela monumental obra do toscano LUCA PACIOLI — a *Summa di arithmetica, geometrica, proportioni et proportionalita*, particularmente no *Tractatus XI particularis de computis et scripturis* —, que foi editada pela primeira vez em Veneza no ano de 1494 e na qual se explica o sistema de partidas dobradas

[durante muito tempo conhecido por sistema italiano ou veneziano] mediante a escrituração de três livros fundamentais:

a) o *Memorial*, registo cronológico e descritivo de todas as transacções efectuadas pelos comerciantes;

b) o *Diário*, livro para inscrição cronológico das mesmas transacções mas por lançamentos a débito e crédito de contas de pessoas e valores;

e c) o *Razão*, livro recapitulativo do precedente, para determinação, nomeadamente, dos saldos concernentes às várias contas criadas.

Ora, ainda que PACIOLI haja sido o primeiro a publicar um «tratado de contabilidade», não nos parece que deva legitimamente atribuir-se-lhe a criação do sistema digráfico. Com efeito, tendo em consideração obras como a do italiano BENEDETO COTRUGLI [escrita em 1458 mas somente editada em 1573] e a do flamengo J. YMPYN [embora já posterior], pensamos que todos esses autores «teorizavam», afinal, as práticas que iam sendo adoptadas nos escritórios de comerciantes e banqueiros [o que em nada, quanto a nós, diminui o significado e o alcance do trabalho por eles feito]. Note-se, de resto, que o ensino da escrituração era já obrigatório, no séc. xv, em escolas da cidade de Ragusa.

20. Constituiria imperdoável lacuna se não fizéssemos uma referência, relativamente circunstanciada, ao papel que as *feiras* tiveram no ressurgimento e expansão do comércio bancário nos últimos séculos do período medievo. Aliás, muitas delas, a partir do séc. xii, deixavam de ter um simples carácter regional ou mesmo nacional, para se converterem em centros de encontro de comerciantes e banqueiros (ou seus agentes) provindos dos mais diversos e distanciados lugares do Ocidente europeu.

Cf. especialmente C. ALLENGRY, *Les foires de Champagne* [Paris 1915]; F. BOURQUELOT, *Études sur les foires de Champagne, sur la nature, l'étendue et les règles du commerce qui s'y faisait aux XII^e, XIII^e et XIV^e siècles* [ed. Le Portulan, Paris].

No dizer de A. COLLING [in obra cit.],

«Se não devemos conceder às feiras da Idade Média a importância exclusiva que lhes atribuíram certos autores, pelo menos importa reconhecer que a sua existência e o seu funcionamento contribuíram poderosamente para a expansão do comércio e levantaram numerosos problemas financeiros que foram resolvidos para maior benefício da banca». «A feira medieval apresenta um carácter específico. Impossível confundi-la com qualquer mercado regional. O seu internacionalismo, a sua superior organização, os seus privilégios, as ligações de uma com outras feiras, fazem dela uma entidade nova, sem análoga no passado.»

Quanto a R. H. BAUTIER [in obra cit.] anota:

«As feiras da Champagne, a expansão dos tecidos franco-flamengos e o sistema bancário italiano são os agentes mais poderosos do progresso económico da Idade Média».

E o mesmo autor, depois de uma observação sobre o volume dos negócios realizados nessas feiras, acrescenta:

«Mais importante ainda era o facto de os contratos feitos nas feiras [ou, como depois se disse, «sobre os corpos das feiras» — *supra corpus nundinarum*] serem válidos em qualquer parte, sem contestação nem prazo».

Ora, pela sua posição geográfica, pela volume das operações e pelo complexo de direitos e facilidades de que os participantes beneficiavam, as FEIRAS DA CHAMPAGNE, em França, merecem inquestionavelmente uma atenção especial. Aí acorriam os mercadores italianos que então monopolizavam, praticamente, o comércio com o Médio Oriente, e os mercadores franceses, alemães, flamengos, ingleses, etc. que, por seu lado, aportavam os vinhos, peles, faianças, vidros, metais e outros produtos originários do litoral báltico, da Espanha, da Inglaterra, da Alemanha e, até, da longínqua planície russa.

Em tais mercados, realmente internacionais, os banqueiros começaram as suas actividades como simples cambistas, o que é

perfeitamente compreensível. Mais tarde, como diz HAMEL [in obra cit.],

«[...] as feiras ganharam uma tal importância na vida comercial da Idade Média que elas não só eram o centro de numerosas trocas de mercadorias, mas também serviam, correntemente, de termo e domicílio para os pagamentos. Acontecia, com frequência, que, mesmo para operações concluídas fora das feiras, uma feira próxima era tomada para termo do pagamento e a obrigação era aí domiciliada».

Segundo GOLDSCHMIDT, as feiras representavam «o domicílio de câmbio de toda a Europa». Por outras palavras, mais precisas, elas funcionavam como a *clearing house* da Europa medieval. E as múltiplas operações de câmbio de moedas, requeridas obviamente pelas liquidações das transacções comerciais nas feiras, foram muito facilitadas a partir do momento crucial em que se criou a *moeda de feira*, espécie de *estalão internacional de valores no qual se convertiam, a taxas mais ou menos fixas, as moedas trazidas pelos mercadores*.

A princípio, como no caso da *libra pruvinensis* de tão larga circulação até finais do séc. XIII, o estalão de valores escolhido era directamente utilizado nas operações de câmbio. Depois, pelo desejo de economia dos instrumentos monetários, o estalão passou a servir somente como *unidade de conta*, para cálculo das compensações e liquidações cambiais; foi este o papel, tão relevante e significativo, do *scudo di marche*. E, assim, *estavam criados os mecanismos elementares em que assentariam, de futuro, todos os sistemas de pagamentos internacionais*, particularmente aqueles que, mais complexos, se instituiriam depois da II Guerra Mundial, quer na Europa Ocidental, quer entre os países de «economia de direcção central».

A mencionada prática de fixar as feiras como termo e domicílio dos pagamentos relativos às transacções mercantis terá sido um dos factores fundamentais da criação de um novo instrumento de crédito bancário — a *letra de câmbio* [Vd. R. DE ROOVER, *L'évolution de la lettre de change, XIV^e-XVIII^e siècles*, ed. A. Collin, Paris 1953].

Veamos, exemplificando e em síntese, o processo seguido.

Quando um comerciante italiano recebia tecidos de um exportador flamengo, contratava com o seu banqueiro a liquidação do débito correspondente, ou directamente ao mercador flamengo ou ao seu representante em determinada feira. Para tanto, entregava ao banqueiro, em moeda italiana, o contravalor da mercadoria adquirida, emitindo o banqueiro, por sua vez, um título em que acusava a recepção da importância em causa; era a operação designada por *cambium*.

Este contrato não representa, de acordo com a opinião expendida, entre outros autores, por HUVELIN e GOLDSCHMIDT, a origem imediata da letra de câmbio, porquanto o que dele resultava, efectivamente, era um título, que ficava na posse do importador italiano, justificativo de que este havia entregue a importância do seu débito e transferido conseqüentemente para o banqueiro a responsabilidade pelo pagamento final ao exportador. Ora, o banqueiro emitia, simultaneamente, a *lettera di pagamento*, pela qual determinava, ao seu agente na feira escolhida, a entrega da importância em questão; com tal título, o comerciante italiano apresentava-se na feira, confiando em que o agente bancário liquidaria a ordem quando para isso fosse solicitado; mas, em caso de recusa do correspondente, não era a «*lettera*» que poderia servir de instrumento para recurso e, sim, o título representativo do aludido contrato de «*cambium*».

Em face destas circunstâncias peculiares, afigura-se-nos evidente que a origem da letra de câmbio está na referida «*lettera di pagamento*», posto que esta não fosse, inicialmente, susceptível de endosso. É certo que GOLDSCHMIDT mostrou que a «*lettera di pagamento*» se encontrava estritamente ligada ao contrato de «*cambium*» e, assim, se deveria ter verificado, praticamente, nos primeiros tempos; todavia, FREUNDT comprovou que *o título em causa assumiu, em pouco tempo, características que o colocaram fora do âmbito específico daquela relação, porquanto ora se revestia da natureza de uma ordem de pagar, uma vez efectuada determinada entrega de fundos, ora da de um saque sobre disponibilidades antes constituídas*. Com efeito, na letra passada em 1297 por Filipe IV de França sobre o seu bailio de Caux, ou nas letras emitidas pelos banqueiros italianos, operando por conta

da cúria romana, sobre os bispos franceses ou ingleses devedores desta, os títulos tinham o carácter evidente de um saque, ao passo que eram puras ordens de pagar quando se relacionavam com a execução do sobredito contrato de «cambium».

Importa reconhecer, ainda, que a «lettera di pagamento» só atingiu a sua maior extensão funcional em correlação com os mencionados contratos de «cambium»; demais, consoante observou HUVELIN [*Essai historique sur le droit des marchés e des foires*, Paris 1897] foram esses títulos que formaram o objecto essencial das compensações entre as várias praças representadas numa feira, surgindo novas letras em representação das importâncias não compensadas. Mas, além dessas letras de câmbio e dos «contadi di banco» já referidos, outros títulos de crédito se desenvolveram, especialmente no séc. XIII, entre os quais as *livranças*, cuja característica fundamental é a de serem promessas de pagar certa importância em determinado prazo.

No Boletim da Academia das Ciências de Lisboa, Maio/Julho de 1964, o Prof. MOSES AMZALAK [*As livranças na Idade Média*] deu conhecimento de uma livrança, ou *prazo*, emitida na cidade do Porto a 6 de Fevereiro de 1301 por um comerciante de nome Miguel João.

Outros títulos de crédito — que no séc. XVI adquiririam notável expansão — teriam surgido no séc. XII e mais perfeitamente definidos no séc. XIII, constituindo base de importantes transações: os títulos de *rendas* de propriedades rústicas (títulos resultantes de empréstimos concedidos e dando direito à cobrança dos réditos dessas propriedades).

Cf. B. SCHNAPER, *Les rentes au XVI^e siècle. Histoire d'un instrument de crédit* [ed. SEVPEN, Paris 1957]. Um sistema análogo já se encontraria desenvolvido no nosso País durante o séc. XIII, segundo M. J. DE ALMEIDA COSTA, *Raízes do censo consignativo. Para a história do crédito medieval português* [ed. Atlântida, Coimbra 1961]: Mediante acordo, expresso na chamada *carta de obrigação perpétua*, uma pessoa recebia determinada quantia em dinheiro — o *pretium* — e ficava obrigada a satisfazer à outra parte uma prestação anual — uma renda, a *res empti* —, consignando o encargo num imóvel determinado. As taxas destes censos, em relação ao capital entregue, oscilavam de 4 a 6%.

Notemos, ainda, que nos começos do séc. XVI já seriam usuais, em diversas praças, letras de câmbio e promissórias pagáveis ao portador, bem como os cheques (*polissa*).

Por último, cabe referir o aparecimento, ainda na Idade Média e além das associações de comerciantes (como as guildas ou hansas que acabaram por abranger diversas cidades), de genuínas sociedades em que um dos associados entrava apenas com capitais. Dois tipos principais de sociedades se apontam (1):

a) a *commenda*, na qual o chamado *stans* entrava com os capitais necessários e o *tractator* assumia o risco do empreendimento, competindo $\frac{3}{4}$ dos lucros obtidos ao primeiro e $\frac{1}{4}$ ao segundo;

e b) a *societas maris* ou *collegantia*, em que o *stans* participava com $\frac{2}{3}$ do capital e o *tractator* com $\frac{1}{3}$, repartindo-se os lucros alcançados em partes iguais.

21. O final da Idade Média — nomeadamente a segunda metade do séc. XIV com prolongamento pela maior parte da primeira metade do séc. XV — é um período de extensas e profundas perturbações económicas, sociais e políticas. O Ocidente europeu, com oscilações várias, debate-se com uma crise profunda, mas em que se desenvolvem condições favoráveis à recuperação económica na segunda metade do séc. XV e ao reforço do capitalismo comercial-financeiro levado a cabo pela burguesia.

Sobre esta época conturbada, vd., além de obras gerais de história económica já citadas: G. DUBY, *L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'occident médiéval (France, Angleterre, Empire IX^e-XV^e siècles)* [ed. Aubier, Paris 1962]; J. HEERS, *L'Occident aux XIV^e et XV^e siècles. Aspects économiques et sociaux* [ed. Presses Universitaires, Paris 1966]; F. BRAUDEL, *Civilização material e capitalismo (sécs. XV-XVIII)* [ed. Cosmos, Lisboa 1970]; R. H. BAUTIER, *A economia da Europa Medieval* [ed. Verbo, Lisboa 1973]; W. ABEL, *Crises agraires en Europe (XIII^e-XX^e siècle)* [ed. Flammarion, Paris 1973]; M. MOLLAT e P. WOLFF, *Ongles bleus, Jacques et Ciompi. Les révolutions populaires en Europe aux XIV^e et XV^e siècles* [ed. Calman Lévy, Paris 1970].

(1) Vd. vol. III da Cambridge Economic History, *Economic organization and policies in the Middle Ages* [ed. Cambridge Univ. Press, 1965].

Como disse ROBERT S. LOPEZ (in obra já cit.),

«Começada numa crise, é noutra que termina a Idade Média. Uma vez mais, todo um hemisfério se mostra atingido.»
E, por seu lado, J. HEERS [in obra cit.] refere, mais pormenorizadamente:

«As dificuldades económicas do séc. XIV, particularmente sensíveis no mundo aldeão, são acompanhadas de verdadeiras catástrofes, de uma forte contracção demográfica, de perturbações políticas e sociais. Elas estão na origem de importantes migrações de populações rurais; em diversos países, elas provocaram uma transformação por vezes espectacular das actividades agrícolas, do regime da propriedade, dos laços do homem a homem, das próprias paisagens».

Realizam-se numerosas desvalorizações monetárias e dão-se diversas falências bancárias, mas o mundo dos negócios comerciais e financeiros não terá sido grandemente afectado. Às quebras da produção agrícola em várias regiões sucedem-se períodos de fome (como a Grande Fome de 1315/7, que assolou quase toda a Europa, e a de 1346/50), que facilitam a expansão das epidemias, em especial a da Peste Negra de 1341/50 (iniciada na Crimeia e alastrando pelo litoral mediterrânico, passando depois para a Europa Central e Setentrional); em consequência, registam-se vultosas migrações das populações rurais, afectadas também pelos conflitos bélicos entre Estados e pela proliferação do banditismo. A população europeia decai para cerca de $\frac{1}{3}$ da calculada como existindo em 1300 e no período de 1378/1385 registam-se numerosas revoltas populares, alimentadas pela acentuação das diferenças de classes e concorrendo para a decadência dos senhorios feudais (quebra das rendas senhoriais, redução considerável dos «servos da gleba»).

Na parte final do período em referência, enquanto se desbravam novos solos em diversas regiões, se alarga o sistema de policultura e se desenvolve a pecuária (particularmente de ovinos em Espanha (1), Inglaterra e Itália), nas cidades — aonde afluíam

(1) Os rebanhos de merinos da célebre *Hermandad de la Mesta* elevavam-se de 1,5 milhões de cabeças em 1350 para quase 3 milhões em 1467.

trabalhadores que abandonavam os campos — progrediam variadas indústrias. Era o início de nova fase de expansão económica.

4. OS DESCOBRIMENTOS MARÍTIMOS E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO COMERCIAL-FINANCEIRO; O PAPEL DO CRÉDITO E DA BANCA

22. Com o séc. xv desenrola-se uma nova «revolução económica», no sentido extenso mas exacto que GORDON CHILDE deu ao termo, como processo histórico de longa duração. Certo é que os primórdios dessa revolução já se anunciavam na revivescência da economia monetária, na expansão do tráfego comercial a longa distância e na ascensão da classe burguesa que se observaram nos sécs. XII a XIV e a que a Banca deu, sem dúvida, um decisivo apoio. Mas quando os povos ibéricos se lançaram na maior aventura marítima da Humanidade, deslocando o eixo do comércio mundial do Mediterrâneo para o Atlântico e carreando para a Europa um caudal enorme de bens de consumo e metais preciosos, acelerou-se a transformação económica do Ocidente, depois da recessão antes mencionada.

Vd. S. CLOUGH, *The economic development of Western civilization* [ed. McGraw Hill, Nova Iorque]; CH. VERLINDEN, *Les origines de la civilisation atlantique* [ed. A. Michel, Paris 1966]; J. HEERS, *L'Occident aux XIV^e et XV^e siècles — aspects économiques et sociaux* [ed. P.U.F., Paris 1966]; F. MAURO, *Le XVI^e siècle européen — aspects économiques* [ed. P.U.F., Paris 1966]; F. BRAUDEL, *Civilização material e capitalismo, sécs. XV-XVIII* [ed. Cosmos, Lisboa 1970]; HISTOIRE DE L'HUMANITÉ, vol. IV (Tomo I), ed. UNESCO.

A circulação do dinheiro cresce fortemente e as pressões do consumo sobre uma oferta que não conseguia aumentar proporcionadamente com o incremento dos réditos monetários determinam movimentos ascensionais dos preços da maioria dos produtos fundamentais, por um lado afectando, especialmente, as classes que viviam de rendas certas em espécie e fomentando a alta dos salários dos artífices, por outro lado estimulando o espírito do lucro, a acumulação de capitais mobiliários e a expansão do crédito e da Banca. Um acréscimo impressionante

da dívida pública começou a verificar-se e a produzir os seus efeitos nos mercados do dinheiro, forçados como foram os monarcas — pela exiguidade das suas receitas correntes em face das necessidades cada vez mais largas dos erários — a recorrer a sucessivos empréstimos. Os juristas acabavam por destruir os argumentos basilares da proibição canónica do juro, aplanando o caminho para a dilatação do campo das operações de crédito. A classe burguesa reforçava as suas posições, ganhando, com base no poder económico-financeiro, uma capacidade de pressão política cada vez mais sensível.

Generalizava-se, entretanto, o sistema de produção de artefactos por contratos de encomenda entre comerciantes-capitalistas e artesãos independentes, fornecendo aqueles as matérias-primas e, por vezes, as próprias máquinas e ferramentas. Simultaneamente, assiste-se a profundas modificações no sector agrícola [cf. AUGÉ-LARIBÉ, *La révolution agricole*, ed. A. Michel, Paris 1955], em virtude da conjugação de diversos factores [introdução de novas culturas, aperfeiçoamento dos processos de rotação dos cultivos, etc.].

Era o *capitalismo comercial-financeiro* que surgia, precursor imediato, afinal, dos regimes económicos prevalecentes, mais tarde, no mundo ocidental.

As repúblicas italianas decaíam como centros comerciais [após a perda do monopólio do tráfego com os mercados orientais], posto que algumas cidades se mantivessem como importantes praças financeiras. Eram as cidades alemãs e flamengas, particularmente, que se tornavam os principais veículos, para a distribuição por toda a Europa, dos produtos transportados pelos navios de Portugal e Espanha e os maiores fornecedores das mercadorias de que estes países careciam, enquanto os banqueiros das mesmas cidades aplicavam vultosos capitais, quer sob a forma de empréstimos directos aos erários hispânicos, quer sob a de participação nas despesas de apetrechamento das armadas.

A casa bancária dos FUGGER — justamente famosa pelos enormes volumes e pela diversidade dos seus interesses financeiros — foi o principal prestamista dos monarcas espanhóis, de Carlos V a Filipe II [Cf. R. EHRENBERG, *Le siècle des Fugger*, ed. SEVPEN, Paris 1955]. E a casa dos WELSER manteve estreitas

e continuadas relações mercantis-financeiras com a Casa da Índia e a feitoria portuguesa da Flandres.

Mas muitas outras casas bancárias — mais instituições financeiras do que bancos comerciais, e com grandes ligações com actividades de comércio internacional e de indústrias [minas, têxteis, material de guerra, etc.] — floresceram nesta época, como os HOCHSTETTER de Augsburg, os HALLER VON HALLERSTEIN de Nuremberga, os MEDICIS e os STROZZI de Florença, os CHIGI de Siena, os AFFAITADI de Cremona, os GRIMALDI de Génova, os SCHETZ da Flandres. Igualmente em Portugal e na Espanha surgiram comerciantes-banqueiros com actividades semelhantes às das aludidas «casas» e que, nomeadamente, desenvolviam regulares relações financeiras com as mais variadas praças; aliás, nas principais praças portuguesas e espanholas estabelecem-se comerciantes e financeiros alemães, italianos e flamengos principalmente.

Cf., por ex., M. NUNES DIAS, *O capitalismo monárquico português, 1415-1549* [ed. Univ. Coimbra 1963]; GENTIL DA SILVA, *Stratégie des affaires à Lisbonne entre 1595 et 1607, Lettres marchandes des Rodrigues d'Évora et Veiga* [ed. A. Collin, Paris 1956]; MARIA V. COTTA DO AMARAL, *Privilégios dos mercadores estrangeiros no reinado de D. João III* [ed. Inst. Alta Cultura, Lisboa 1965]; F. MAURO, *Études économiques sur l'expansion portugaise* [ed. Gulbenkian, Paris 1970]; CAMBRIDGE ECONOMIC HISTORY, *The economy of expanding Europe in the sixteenth and seventeenth centuries*, [ed. Cambridge Univ. Press 1967]; V. MAGALHÃES GODINHO, *História económica e social da Expansão Portuguesa*, [ed. Terra, Lisboa 1947]; VIRGÍNIA RAU, *Estudos de História*, [ed. Verbo, Lisboa 1968].

23. Nos finais do séc. xv restaurava-se a tradição das feiras, recrudescia a importância destes mercados, mas agora mais como *feiras de câmbio* do que feiras de mercadorias.

Vd. D. GIOFFRÈ, *Gênes et les foires de change* [ed. SEVPEN, Paris 1960] e J. F. BERGIER, *Genève et l'économie européenne de la Renaissance* [ed. SEVPEN, Paris 1963].

O dinheiro e as letras de câmbio e promissórias são o principal objecto das transacções nessas feiras, onde ocorrem mais os banqueiros e seus agentes do que os mercadores. E Lyon

— especialmente depois da minuciosa regulamentação promulgada por Luís XI — adquire com Besançon, de início, uma supremacia incontestada nesse sector nevrálgico das relações cambiais inter-europeias.

As liquidações dos títulos relativos a transacções entre as várias praças realizavam-se, agora, através de quatro operações fundamentais, num aperfeiçoamento técnico das práticas seguidas nas feiras medievas. Eram elas: (a) o aceite; (b) a fixação do câmbio; (c) o saque; e (d) a compensação.

Reunidos em lugar especial [como a «loge des Florentins» em Lyon], os banqueiros conferiam, pelos *scatarfaccios* (ou registos), as letras que lhes eram apresentadas para pagamento, apondo a sua assinatura, o *aceite*, naquelas de que assumiam a responsabilidade. Por acordo dos mesmos banqueiros, era depois fixado o *conto* ou câmbio que se tornava oficial para todas as transacções bancárias até à próxima feira; e com esta fixação do câmbio das diferentes moedas em termos do *marco lionês* — escolhido para unidade de conta e servindo, por isso, de estalão internacional de valores — tinha-se por finalidade, além do mais, impedir os movimentos puramente especulativos das cotações, segundo EHRENBURG.

Nos dias seguintes da feira, procedia-se à emissão dos saques necessários à compensação dos débitos e créditos bilaterais dos banqueiros interessados; esta operação estendia-se, também, às diversas praças representadas na feira, com vista a apurar os saldos das balanças de contas recíprocas — o *avantium*, ou excedente, e o *mancamentium*, ou saldo devedor —, a liquidar por meio de entregas directas de numerário ou por encontro. Assim, por exemplo, se após os saques para a regularização das contas particulares entre os banqueiros, a praça de Paris [conjunto dos banqueiros domiciliados nesta cidade] se mostrava credora da de Hamburgo mas devedora de Florença, podia delegar naquela o pagamento proporcionado do seu débito para com a praça italiana. Por outras palavras: procedia-se ao *scontration*, compensação entre conjuntos de banqueiros, por virtude da qual, na hipótese entemplada, os banqueiros parisienses entregavam aos de Florença saques sobre Hamburgo, em que apunham a sua assinatura a título de aval.

Mas levados a cabo todos os encontros possíveis, era normal restarem valores não compensados, que a princípio se liquidavam pelas remessas directas de numerário, ou de metais preciosos em barra, dos devedores aos credores. Com o decorrer do tempo, esta forma de regularização dos saldos não compensados foi sendo substituída pela da operação do *cambium de reditu nundinarum*, que consistia, inicialmente, na emissão de letras com vencimento na feira seguinte, o que lhes dava o carácter de um título de crédito a curto prazo; mais tarde, porém, passaram a emitir-se letras descontáveis na própria praça dos devedores, ou em praça escolhida pelos credores, que permitiam a estes virem a beneficiar, eventualmente, de diferenças de câmbio. Desta forma, as operações de capitais a curto prazo [correspondentes a créditos comerciais] passavam a entrar regularmente nas balanças de contas entre as várias praças (1).

As vicissitudes políticas provocaram a decadência inelutável de Lyon como centro das operações cambiais inter-europeias; outras praças lhe sucederam, com destaque para Genebra, Anvers e Génova. Em particular, na segunda metade do séc. XVI, a cidade de Génova, cujas feiras continuavam a ser, sobretudo, feiras de câmbio e não de mercadorias, assumiu grande relevância. Aliás, os banqueiros genoveses — negociando, nomeadamente, com títulos emitidos pelo Estado espanhol, os *asientos* — aperfeiçoaram bastante as técnicas de arbitragens cambiais, efectuando vultosas operações especulativas apesar dos encargos fiscais que sobre elas incidiam.

Em que consistiam esses *asientos*, tão frequentemente necessários à Espanha de Filipe II para obtenção de fundos em várias praças estrangeiras? Segundo H. LAPEYRE [in *Simon Ruiz et les asientos de Philippe II*, ed. SEVPEN, Paris 1953], não se tratava de simples títulos de dívida pública:

«Eles são, em geral, de uma natureza mais complexa [que os empréstimos] e comportam, ao mesmo tempo, uma

(1) Todas estas operações eram facilitadas pelo uso da escrituração por partidas dobradas. De resto, segundo alguns Autores, foi o desenvolvimento desta contabilidade que tornou possível aos bancos irem além de simples bancos de depósitos.

operação de crédito e uma operação de transferência com a conversão de uma moeda noutra. Devemos, pois, compará-los mais a um contrato de câmbio [*cambium*]. A melhor prova está em que se emprega, por vezes, este termo [*cambio* em espanhol] como sinónimo de *asiento*. Uma nítida diferença, porém, relativamente ao câmbio entre particulares: a taxa é fixada, muito frequentemente, na independência da cotação oficial e resulta de um acordo exterior ao mercado. Mas este ponto, aliás importante, não modifica a natureza do contrato», além de facilitar grandemente as operações de arbitragem.

Vejamos, um pouco mais pormenorizadamente, a técnica das operações de *asientos*, distinguindo, como o faz LAPEYRE, entre os emitidos em Madrid e os da Flandres.

No primeiro caso, os tomadores dos «*asientos*» assumiam a responsabilidade de colocar à disposição do Governo espanhol determinadas importâncias em certas praças estrangeiras, recebendo por troca parte em dinheiro espanhol, consoante as disponibilidades do erário, e o resto sob a forma de *libranzas*, verdadeiros títulos de crédito (garantidos por certas receitas do erário público, ou pela prata a chegar da América), com vencimento a prazo mais ou menos longo. Quanto aos «*asientos*» da Flandres, em regra os prestamistas só liquidavam uma fracção dos valores tomados, comprometendo-se a pagar o restante [sempre em moedas estrangeiras] uma vez avisados de que o contravalor em moeda espanhola fora regularizado; por seu turno, os representantes do monarca espanhol na Flandres passavam letras de câmbio sobre o erário régio. E porque os montantes em causa eram, usualmente, bastante avultados, constituíam-se então verdadeiros *consórcios financeiros* que, com frequência também, negociavam nas principais praças os títulos representativos dos haveres de que dispunham em Espanha. Razão tem, pois, LAPEYRE quando anota:

«Vê-se que os *asientos* estavam em estreita relação com o mercado de câmbios e que efectivamente, pelos movimentos de fundos a que davam lugar, determinavam oscilações muito importantes das cotações das moedas».

Segundo assinalou EHRENBURG, as arbitragens sobre letras de câmbio, não somente sobre as relacionadas com os «asientos», já eram quantiosos na praça de ANVERS por volta de 1540. Aliás, *ANVERS convertera-se na primeira das grandes bolsas europeias*, misto de bolsa de mercadorias e de bolsa de títulos e câmbios, onde actuou um dos maiores génios financeiros do seu tempo, o banqueiro inglês GRESHAM, a quem se deveria, depois, a criação da Bolsa de Londres [1571].

Na segunda metade do séc. XVI, eram já muito numerosos os títulos que se negociavam em ANVERS — letras de câmbio emitidas pelo governo dos Países Baixos, obrigações da coroa inglesa (garantidas pela cidade de Londres, pela guilda dos «Merchant Adventurers», etc.), obrigações do rei de Portugal (1), etc. —, além de carregamentos das mais variadas mercadorias. A outra das grandes bolsas europeias de então era ainda a de LYON.

Mas, como justamente acentua EHRENBURG, na formação destas grandes bolsas de títulos, «o impulso não veio da oferta de capitais e sim da procura dos monarcas», para satisfação dos erários. Não surpreende, assim, que tais mercados acusassem, ainda no final do séc. XVI, situações de crise grave, reflexo da conjuntura das relações políticas entre os grandes Estados do Ocidente europeu (v.g., crises de 1557 e 1566). E isto mesmo permitiu uma recuperação nítida da importância de GÉNOVA, então exclusivamente um grande mercado monetário-financeiro internacional [cf., por ex.º, G. MANDICH, *Le pacte de ricorso et le marché italien des changes au XVII^e siècle*, ed. A. Collin, Paris 1953].

Claro é que o desenvolvimento das operações e tipos de títulos não poderia deixar de exigir técnicas escriturais mais aperfeiçoadas. Repare-se que, na esteira do tratado de PACIOLI, surgem ao longo do séc. XVI numerosas obras sobre contabilidade, mas que, na sua generalidade, se limitam à explicação do método digráfico, apresentando, quase sempre, diversos exemplos de lançamentos [quando não um modelo completo de «escrita»

(1) Fundamentalmente sob as formas de letras de câmbio ou livranças.

comercial]. Em todo o caso, julgamos de destacar alguns autores dessa época, a saber:

a) O italiano ANGELO PIETRA, em cuja obra [datada de 1586] se formula, pela primeira vez, uma distinção entre a contabilidade comercial, a contabilidade bancária e a contabilidade patrimonial, esta última referente a certos domínios como os dos mosteiros e abadias;

b) O flamengo JEHAN YMPYN, sobre o qual notou VLAEMINCK [in obra cit.]:

«Salvo no que respeita à técnica do registo dos custos, respeitante a uma contabilidade industrial que quase todos os autores até ao séc. XIX desprezaram, a obra de YMPYN prefigura singularmente a técnica moderna, tornando de alguma maneira sensível o clima de um grande comércio na primeira metade do século XVI»;

c) O alemão MATTHALEUS SCHWARZ, que foi «guarda-livros» da casa bancária dos FUGGER e cujo obra R. ROOVER justamente salientou por ele utilizar, para exemplificação de processos escriturais, transacções realmente efectuadas e não operações imaginadas;

e d) O flamengo SIMON STEVIN, cuja obra magistral iria dominar a literatura contabilística do séc. XVII, tendo sido o primeiro Autor a expor uma teoria das contas e uma concepção de contabilidade pública, por ele denominada «contabilidade do Príncipe» e seguindo as regras da escrituração por partidas dobradas.

Já no séc. XVII, outras contribuições notáveis são de assinalar:

a) O francês MATTHIEU DE LA PORTE que, no dizer de VLAEMINCK, «deu à contabilidade a forma clássica que nós lhe atribuímos hoje» e foi um dos primeiros não só a procurar estabelecer uma classificação das diversas contas, mas também a acentuar a necessidade de distinguir entre a empresa e os seus proprietários;

b) O italiano GIOVANNI MOSCHETTI que terá sido o primeiro autor a proceder a um tratamento extenso e sistemático dos

problemas próprios da contabilidade industrial e da contabilidade de seguros;

c) O italiano BASTIANO VENTURI que ultrapassa o campo tradicional da escrituração para frisar a utilidade da contabilidade para a administração patrimonial, sendo, assim, um dos precursores da orientação moderna.

Importa mencionar por outro lado — além das obras relevantes do ponto de vista da história das teorias e doutrinas monetárias (DAVANZATI, JEAN BODIN, etc.) — o aparecimento de muitas outras com particular interesse no tocante, nomeadamente, às operações cambiais. Em Portugal, são de destacar os estudos de FERNÃO REBELO (cujo «Tractatus de Cambio» data de 1590) e do P.^e MANUEL RODRIGUES. Na vizinha Espanha, MARTIN DE AZPILCUETA, que fora professor na Universidade de Coimbra de 1538 a 1555 e precedeu J. BODIN na exposição da teoria quantitativa da moeda, publicava em 1556 o «Comentario Resolutorio de Cambios (1)». E LEON POLIAKOV (in *Les banchieri juifs et le Saint-Siège, du XIII^e au XVII^e siècle*, ed. SEVPEN, Paris 1965) dá notícia do «Livro do prestamista e do devedor, de autor judaico e que constitui uma obra, notável para a época, sobre administração bancária.

24. A fundação de diversos *bancos públicos*, dispondo de volumosos capitais e podendo realizar toda a gama das operações bancárias conhecidas, terá concorrido, particularmente em Itália e segundo vários autores, quer para a decadência de «feiras de pagamento», quer para assentar nova fase da evolução formal e funcional das instituições de Banca em linhas claramente modernas.

Assim, Veneza instituía em 1587 o BANCO DI RIALTO que, em 1619, era absorvido pelo BANCO DEL GIRO, passando para esta instituição o monopólio das operações bancárias dentro do território da República de que aquele banco disfrutava.

(1) Vd. G. CAZENAVE, *Finances et Inflation: L'apport des «docteurs de Salamanque»* [in *Revue de Science financière*, Abril/Junho de 1972]; MICHÈLE e BERNARD GAZIER, *Or et monnaie chez Martin de Azpilcueta* [ed. Economica, Paris 1978].

Em 1586, reabria em Génova a CASA DI SAN GIORGIO; em 1593 surgia em Milão o BANCO DI SANT'AMBROGIO e em 1622 constituía-se o MONTE DEI PASCHI em Siena (ainda hoje existente).

A época em referência marca também o aparecimento de *grandes companhias* com o objecto de explorar o tráfego com o Oriente e as Américas, até aí praticamente monopolizado por portugueses e espanhóis, e que constituiriam os antecessores imediatos das sociedades que, nos séculos subsequentes, iriam desempenhar um papel decisivo na «revolução industrial» e no desenvolvimento dos sistemas monetário-financeiros. Dessas companhias importa destacar a COMPANHIA DAS ÍNDIAS ORIENTAIS (1), sobre a qual escreveu EHRENBERG [in obra cit.]:

«A primeira autêntica companhia por acções, a East India Company, fundada em 1600, apresenta muitas semelhanças com as Regulated Companies. As suas acções eram emitidas para uma única viagem e o seu capital renovado de cada vez por subscrição pública. Os subscritores ou *Adventurers* recebiam como prova dos seus direitos *bills of adventure*, comportando a promessa de que as contas seriam prestadas e o ganho partilhado no final do empreendimento.»

E na praça de Amesterdão — aproveitando-se da decadência de Anvers e dos banqueiros alemães, provocada, sobretudo, pelo declínio económico-político das reinos ibéricos — convertia-se numa poderosa praça financeira, impulsionada, além do mais, pelo êxito da Companhia das Índias (cujo primeiro balanço, em 1623, mostrava um lucro líquido de 29 milhões de florins para um capital de 6,6 milhões e despesas que não chegavam a 2 milhões). E em 1609 constituía-se o AMSTERDAMSCHER WISSELBANK, com o objecto de opor um dique à vaga de anarquia monetária que afectava ao tempo os Países Baixos, como, aliás, quase toda a Europa Ocidental, [cf. A. SAYOUS, *Le rôle d'Ams-*

(1) O modelo desta Companhia terá sido a Companhia Van Verre, fundada em 1594 por 10 mercadores da praça de Amesterdão. Sobre essas sociedades por acções no séc. XVII, vd. por ex. FRÉDÉRIC MAURO, *L'expansion européenne (1600-1870)* [ed. Presses Universitaires, Paris 1964].

terdam dans l'histoire du capitalisme commercial et financier, Paris 1939; e VIOLET BARBOUR, *Capitalism in Amsterdam in the 17th century*, ed. Univ. Michigan Press, 1963].

Sobre essa instituição bancária, escreveu DAUPHIN-MEUNIER [in obra cit.]:

«Banco de depósitos, não só dos comerciantes holandeses, mas também de todos os grandes capitalistas europeus [ele nunca teve menos de 2000 titulares de contas], mesmo pelo facto de que não admitia receber senão espécies metálicas, converteu-se rapidamente no maior operador europeu de metais preciosos».

Por sua vez, HAMEL [in obra cit.] acentuou:

«No final do séc. xvii, o Banco ganha uma nova celebridade quando adopta para as suas contas o *florim-banco*, moeda de conta análoga à que tinha sido o escudo das feiras de Lyon, mas beneficiando da permanência da instituição; e o florim-banco, em oposição ao florim corrente, assegurou a estabilidade das operações bancárias realizadas em Amsterdão».

Instituição essencialmente monetária, recebendo depósitos e assegurando pagamentos por transferências de contas, concedendo apenas alguns créditos a muito curto prazo, foi uma rainha na Europa do séc. xvii. Repare-se que os depósitos recebidos pelo Banco se elevavam de 3.659 milhares de florins em 1626 para 16.751 milhares em 1698 [aparecendo-nos, sob muitos aspectos, como um antecessor do moderno BANQUE DES RÈGLEMENTS INTERNATIONAUX, criado depois da I Grande Guerra com sede em Bâle].

Entretanto, na Grã-Bretanha, a atitude de Carlos I, ao apropriar-se em 1640 dos valores depositados por comerciantes na Torre de Londres, levava estes a confiarem os seus outros haveres disponíveis à guarda dos ourives. Todavia, a verificação de que uma boa parte desses depósitos se mantinha inerte por períodos mais ou menos longos sugeriu, de novo, a ideia de mobilizar tais disponibilidades em empréstimos a curto prazo; isto é, os ourives passaram a emitir certificados de depósito

— as *goldsmith's notes* — por valor até superior ao dos seus encaixes metálicos, criando, desta maneira, os fundamentos operacionais dos *bancos de emissão*. É claro que a massa dos depositantes e os próprios ourives-banqueiros só se aperceberam dos riscos incursos nessas operações — riscos relacionados com a circunstância de aquelas notas serem simplesmente representativas de moeda metálica [«nota convertível»] — quando Carlos II recusou o pagamento aos credores do erário régio, entre os quais figuravam os ditos ourives-banqueiros com 1300 milhares de libras-ouro.

Preparou-se, em virtude destes sucessos singulares e altamente significativos, um clima favorável à instituição de um banco de características especiais. E, efectivamente, pelo «Tonnage Act» de 1694 acabava-se por constituir o BANK OF ENGLAND, seguindo-se o plano concebido por WILLIAM PATTERSON e contra a oposição de vários grupos influentes, designadamente dos ourives-banqueiros.

Vd. A. ANDREADES, *Essai sur la fondation et l'histoire de la Banque d'Angleterre*, Paris 1901; CH. DUNBAR, *The theory and history of banking*, Londres 1926; R. D. RICHARDS, *The early history of banking in England*, Londres 1929; ELLIS T. POWELL, *The evolution of the money market 1385-1915* [ed. A. M. Kelley, Reprints of Economic Classics, Nova Iorque 1966].

Cabe notar, a este propósito, que, muito embora PALMS-TRUCH, o fundador do BANCO DE ESTOCOLMO, houvesse sido o primeiro a definir perfeitamente a transformação dos certificados de depósitos de metais amoedados em genuínos títulos ao portador, em *notas de banco*, é o BANCO DE INGLATERRA que, no dizer de DAUPHIN-MEUNIER, «merece ser considerado como o primeiro banco de emissão moderno, porque foi o primeiro a emitir autênticas notas de banco e a ligar a emissão delas ao desconto de efeitos comerciais». Na verdade, não se tratava de um banco de depósitos como a generalidade dos que então existiam: a nova instituição bancária ia enfrentar o problema da concessão de crédito, não na linha tradicional, e tantas vezes desastrosa, dos empréstimos directos aos erários régios, mas antes na dos créditos a curto prazo aos homens de negócios e às empresas.

E o modelo não tardou em ser seguido: em 1695, JOHN HOLLAND criava em Edinburgo o BANCO DA ESCÓCIA, que, não obstante ser uma instituição privada, obteve o privilégio de emissão de notas.

No nosso país, o projecto de criação de um banco, apresentado pelo irlandês DIOGO PRESTON e aprovado por D. João IV (alvarás de 31 de Dezembro de 1653 e 26 de Junho de 1655), não chegou a ter seguimento.

25. Em França, as últimas três décadas do séc. XVII e os primeiros anos do séc. XVIII constituem uma época em que as circunstâncias político-económicas facilitaram o florescimento de grandes financeiros, como NICOLAU FOUQUET, os irmãos CROZAT e SAMUEL BERNARD, os quais não se limitaram à outorga de vultosos créditos aos monarcas, especulando, frequentemente, sobre as principais bolsas de valores já então existentes.

SAMUEL BERNARD merece, quanto a nós, uma atenção especial, mas não pela habilidade que evidenciou e lhe permitiu formar um património superior a 45 milhões de libras. É que se lhe deve a criação da primeira *Escola de Banca* e haver exposto e defendido a ideia de instituição de um banco emissor, cujas notas não seriam simples «moeda representativa». Contudo, o projecto de BERNARD não foi aceite; seria o escocês JOHN LAW que levaria a cabo, em França, a fundação de uma instituição desse tipo.

Com efeito, por decreto de 2 de Maio de 1716, JOHN LAW era autorizado a formar a BANQUE GÉNÉRALE: o autor das «*Considérations sur le commerce et le numéraire*» — tão duramente criticado, depois, por CHARLES RIST [in *Historia de las doctrinas relativas al crédito y a la moneda desde John Law hasta la actualidad*, ed. Bosch, Barcelona 1945] — ia tentar provar a sua ideia, altamente revolucionária para a época, de que *a nota de banco poderia substituir, com vantagens, a circulação da moeda metálica*.

Uma audaciosa política de aplicações de capitais levada a efeito pelo Banco, a par de uma desenfreada especulação na bolsa de Paris — na qual R. CANTILLON, o hábil banqueiro e celebrado autor do «*Essai sur la nature du commerce en général*»,

foi uma das figuras de maior relevo e um dos que mais elevados lucros soube amassar — forçou, porém, o ritmo de crescimento da circulação fiduciária: só no ano de 1719, a circulação de notas elevava-se de 660%, cifrando-se no fim do período em cerca de 1130 milhões de libras. Em consequência, por decreto de 20 de Janeiro de 1720, determinava-se o *curso forçado das notas emitidas* pela BANQUE GÉNÉRALE — as notas passavam a ter poder liberatório ilimitado, sem convertibilidade em espécies metálicas —, o que, conjugado com as quantiosas perdas sofridas pelas empresas devedoras do Banco, gerou a desconfiança do público, primeiro sintoma do pânico. E, em 20 de Outubro desse ano de 1720, o sistema de LAW ruía, numa falência de estrondosas repercussões; a montanha da *moeda de papel* ascendia, então, a 2746 milhões de libras, que, ainda assim, viria a ser ultrapassada, anos mais tarde, pela dos *assignats* da Revolução Francesa.

De maneira semelhante, o BANCO DE ESTOCOLMO mostrava-se em 1745 incapaz de proceder ao reembolso por ouro ou prata das notas que emitira, o mesmo sucedendo ao BANCO DA DINAMARCA E NORUEGA em 1757, ambas as instituições conduzidas a essa situação de cessação de pagamento pelo peso desmesurado dos créditos concedidos aos respectivos Tesouros públicos.

Em face das circunstâncias aludidas, pode compreender-se o fraco conceito geral em que, no continente europeu, se tiveram os bancos emissores durante a segunda metade do séc. XVIII. No entanto, o certo é que tais instituições continham virtualidades de primeira importância e ofereciam perspectivas funcionais que não podiam menosprezar-se. E a subsequente evolução das estruturas económicas e sociais iria soerguer e enraizar um conjunto de problemas que conduziria não só a generalizar a aplicação do sistema da nota de banco, mas também a passar das formas, relativamente simples, dos *bancos emissores* para as, bem mais complexas, dos *bancos centrais* e a criar, até, instituições monetárias e financeiras de carácter internacional.

Quanto, por último, ao domínio da contabilidade das operações e se bem que sem relação directa com a problemática específica da Banca, é de notar que o séc. XVIII constituiu o período

do grande desenvolvimento da chamada «escola francesa», com destaque para alguns tratadistas, como BERTRAND-FRANÇOIS BARRÊME, que defende a aplicação do método digráfico na Contabilidade pública e cuja classificação de contas seria adotada por muitos autores até meados do séc. XIX, e EDMOND DEGRANGES SENIOR, ao qual se deverá — segundo as provas aduzidas pelo historiador checo C. P. KHEIL — a criação do «sistema de Diário-Razão», impropriamente designado por «sistema americano».

5. A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NOS SÉCS. XVIII E XIX. A EXPANSÃO DO CRÉDITO E AS NOVAS FORMAS DOS SISTEMAS BANCÁRIOS

26. Se, como vimos, os sécs. XII a XV representam a ruptura do regime feudal e a gestação do *capitalismo mercantil* (com o desenvolvimento das oficinas dos «mestres de artes e ofícios») e se os sécs. XVI e XVII e primeira parte do séc. XVIII correspondem à consolidação e expansão do *capitalismo comercial-financeiro* (com a progressão de várias indústrias a marcar a decadência da «economia artesanal»), as últimas décadas do séc. XVIII marcam o começo de uma revolução que culminaria no *capitalismo industrial* da primeira metade do séc. XIX. Escreveu P. MANTOUX [in *La révolution industrielle au XVIII.^e siècle*, ed. Génin, Paris 1959]:

«Foi na Inglaterra, no último terço do séc. XVIII, que nasceu a grande indústria. Desde o princípio foi tão veloz o seu desenvolvimento e teve tais consequências que se tem podido compará-la com uma revolução: com toda a segurança, muitas revoluções políticas foram menos profundas.»

É neste período da chamada *primeira revolução industrial* que se afirma o triunfo da classe burguesa e que a Europa atinge o ponto mais alto da sua grandeza político-económica.

As máquinas substituem as ferramentas, as oficinas convertem-se em fábricas e os artífices independentes passam a ope-

rários assalariados (1). E com isto uma nova «revolução urbana» se opera: surgem as cidades industriais, fulcros de atracção de mão-de-obra e verdadeiros «polos de desenvolvimento», num processo cumulativo de surpreendente grandeza.

A indústria têxtil (lã, algodão, etc.), com os teares mecânicos, seria a primeira a transformar-se, mas a máquina a vapor revolucionaria, concomitantemente, os transportes terrestres e marítimos (caminhos de ferro, navegação a vapor). E as indústrias metalúrgicas, impulsionadas pela procura de máquinas e pela aplicação dos novos processos tecnológicos manifestam uma expansão muito rápida.

A divisão de trabalho nas fábricas — procurando reduzir a maioria das tarefas à repetição de gestos simples ao longo das cadeias de produção — acresce a produtividade da mão-de-obra assalariada, em que se colocam grandes massas de mulheres e adolescentes. Mas como os salários se mantêm geralmente muito baixos, ao mesmo tempo que os períodos de trabalho individual são impressionantemente longos — tudo conduzindo à tão justamente comentada exploração desenfreada dos trabalhadores, característica do capitalismo liberal —, os custos de produção assim conseguidos e os preços de venda praticados permitem a constituição de largas margens de lucro na maioria das actividades económicas. Os rendimentos crescem, mas concentram-se, em impressiva percentagem, em grupos minoritários, donde uma acumulação formidanda de capital nas mãos desses grupos e a sua correspondente canalização para novos investimentos.

27. A «revolução industrial» irradiava, depois, da Inglaterra para o continente europeu e para a América do Norte, acabando por afectar mais ou menos extensa e intensivamente as economias desde a América do Sul até à Ásia, ora pela procura de matérias-primas e outros produtos, ora pela criação de novos focos de

(1) Obviamente, não se quer dizer, assim, que o artesanato desaparecesse em todos os ramos industriais; o que ele então perdeu foi a importância de que antes disfrutara.

industrialização. Entretanto, as suas repercussões sobre a agricultura europeia (melhoria nas técnicas de cultivos, introdução de novas alfaias e máquinas, etc.), conjugadas com as decorrentes do desenvolvimento de uma agricultura extensiva em diversas regiões «coloniais», ao mesmo tempo que libertava grandes massas de trabalhadores que acorriam às fábricas, fomentava, por outro lado, enormes fluxos emigratórios em direcção das terras promissoras do continente americano, da África meridional e da Austrália. A expansão do capitalismo industrial, guiada pela ideologia liberalista e a partir dos focos primários da Europa Ocidental, tendia a converter todo o espaço à economia de mercado, mas onde naturalmente, por detrás da unidade dos objectivos, se faziam sentir os conflitos de interesses político-económicos das grandes potências.

Mas todo o processo em referência requereu um desenvolvimento proporcionado da *economia monetária e creditícia*. E, de facto: criam-se por todo o lado bancos emissores e multiplicam-se os bancos comerciais e outras instituições monetárias e financeiras; os movimentos internacionais de capitais avolumam-se; as bolsas de valores ganham maior importância, com a proliferação das sociedades anónimas e o recurso crescente de vários Estados à emissão de títulos de obrigação; o padrão-ouro (especialmente sob formas do chamado «gold exchange standard») torna-se dominante, mas a circulação de notas como «moeda representativa» e os montantes de depósitos à vista e a prazo nos bancos expandem-se consideravelmente; formam-se verdadeiros «mercados do dinheiro», que se querem livres de quaisquer entraves mas onde as euforias especulativas conduzem, não poucas vezes, a gravosas situações de crise.

Como justamente acentuou DAUPHIN-MEUNIER [in obra cit.]:

«No começo do séc. XIX, a técnica bancária moderna estava constituída (1). Os bancos têm à sua disposição instrumentos de uma superior perfeição: a letra de câmbio endossável, a nota de banco, o cheque e os títulos de crédito. Graças a estes instrumentos, eles vão poder associar-se, mais

(1) Mas não terminada, como se verá.

estritamente ainda do que no passado, à actividade económica geral e mesmo, numa grande medida, dirigir essa actividade».

Poderá até dizer-se, ao que pensamos, que os sistemas monetário-financeiros modernos, na generalidade dos países do Ocidente, estavam definidos, nos seus aspectos essenciais, em meados do séc. XIX.

Cf., a este respeito, RONDO CAMERON e outros, *Banking in the early stages of industrialization. A study in comparative economic history* [ed. Oxford Univ. Press, Londres 1967]. Nesta obra, se consideram os processos de constituição e desenvolvimento dos sistemas bancários na Inglaterra (1750-1844), na Escócia (1750-1845), em França (1800-1870), na Bélgica (1800-1875), na Alemanha (1815-1870), na Rússia (1860-1914) e no Japão (1868-1914).

Quanto ao nosso país, vd. A. RAMOS PEREIRA, *O sistema de crédito e a estrutura bancária em Portugal*, tomo I [ed. Gabinete de Investigação Económicas do I.S.C.E.F., Lisboa 1969].

28. As reacções contra o capitalismo liberal, nomeadamente quanto às condições sócio-económicas criadas à mão-de-obra, foram entretanto acentuando-se. As reivindicações basilares do operariado (salários mais altos, menor número de horas de trabalho, etc.) vão sendo a pouco e pouco satisfeitas, por virtude não só da força crescente dos sindicatos e da acção exercida pelas ideologias de tipo socialista, mas também das pressões do Estado e da compreensão progressiva, por parte do patronato, do facto de que, sendo (ou podendo ser) os trabalhadores os principais consumidores de numerosos produtos, o crescimento continuado dos consumos (isto é, o alargamento dos mercados) exige, como condição necessária, que os rendimentos desses agentes económicos se elevem.

As revoluções dos meados do séc. XIX na Europa culminaram esta fase do processo histórico-económico, abalando o regime do capitalismo liberal nos seus próprios alicerces. Em todo o lado, contudo, o capitalismo como sistema conseguia suportar os abalos, mediante ajustamentos de diversas estruturas e novos impulsos expansionistas.

Por assim dizer, fechava-se uma fase e abria-se outra — a da chamada *segunda revolução industrial* — que se estenderia até

à II Grande Guerra e durante a qual o sistema económico dominante sofreria várias transformações, expressão afinal do processo que JOSEPH SCHUMPETER [in *Capitalisme, socialisme et démocratie*, ed. Payot, Paris 1951] denominou de *destruição criadora* e considerou o «dado fundamental» do mesmo capitalismo.

A maior parte do período em referência (segunda metade do séc. XIX e primeira década do séc. XX) poderá caracterizar-se, em termos económicos gerais, como segue:

a) Aceleração notável do progresso tecnológico: fomento sistematizado da investigação fundamental e aplicada, utilização crescente da energia eléctrica, emprego de maquinaria mais automatizada e complexa, aparecimento de novos instrumentos e máquinas de precisão, etc.;

b) Crescimento da produção industrial, com desenvolvimento especial de certos ramos (indústrias químicas, indústrias metalomecânicas), e melhoria dos transportes e comunicações e dos processos de comercialização dos produtos acabados;

c) Aperfeiçoamento da organização industrial, diferenciação crescente entre os proprietários do capital e a administração directa das empresas, alargamento dos chamados «quadros técnicos»;

d) Concentração progressiva das actividades industriais em determinadas zonas e aumento das dimensões das unidades empresariais, do mesmo passo que se multiplicam os casos de grandes combinações de interesses (carteis, trusts, etc.) tendo em vista, particularmente, facilitar o domínio de determinados mercados;

e) Melhoria, ainda que lenta, das condições económicas e sociais oferecidas à mão-de-obra nos mercados de trabalho dos principais países capitalistas.

Além disto, criam-se novas formas de relação entre instituições de crédito, financeiros e as indústrias ou outras empresas, formas essas características do que, para alguns, seria o *capitalismo financeiro* como nova fase da evolução do sistema capitalista: os grandes financeiros (J. P. Morgan, J. D. Rockefeller, etc.) a substituírem os industriais nas alavancas de comando da actividade económica. Principalmente nos Estados Unidos,

com base em poderosas instituições financeiras, dominam-se indústrias extractivas e manufactureiras, companhias de caminho de ferro e marítimas, empresas seguradoras, etc., formando autênticos «impérios», muitas vezes ultrapassando o espaço nacional, o que sem dúvida se facilitou pelo alastramento das sociedades anónimas: é que para «dominar» uma destas sociedades não se mostrava necessário em regra (nem o será ainda hoje) possuir a maioria do respectivo capital social. E, assim, um só indivíduo (ou um pequeno grupo) podia chegar ao controlo efectivo de um conjunto enorme de empresas, mediante participações encadeadas e com fulcro originário, mais frequentemente, numa instituição financeira.

A este propósito parecem-nos perfeitamente elucidativas as seguintes observações de LAIDLER e RAUSENBUSH [in *Power control*, ed. New Republic, Nova Iorque 1928]:

«Os iniciadores de uma combinação de negócios preferem seguramente a companhia controladora a qualquer outra forma de consolidação; em primeiro lugar, porque, mediante ela, podem apoderar-se com mais facilidade dos necessários votos dos accionistas e do financiamento correspondente; em segundo lugar, porque, por seu intermédio, podem efectuar combinações que doutro modo seriam ilegais, ou evitar a subsequente regulamentação a que estaria sujeita uma agregação ou combinações de companhias».

Compreende-se, neste contexto, que as linhas de desenvolvimento dos sistemas bancários, vindos do período anterior, se precisassem mais ainda na época em causa, nomeadamente com os chamados bancos de depósito e de negócios a actuarem mais frequente e extensamente nos mercados de capitais e a estenderem as suas redes de agências às principais praças dos respectivos países (quando não do estrangeiro). De notar, também, que, em coordenação com a referida evolução da economia das empresas, se davam passos decisivos, como disse VLAEMINCK [in obra cit.], na sentido de «elevar a contabilidade à altura de uma técnica efectivamente científica, de dilucidar os seus princípios, formular as regras basilares, melhorar os processos e simplificar os métodos».

29. Depois da I Grande Guerra, regista-se um período de quebra acentuada na maior parte das economias capitalistas, posto que sem pôr em causa a capacidade de resistência do sistema. A recuperação europeia dos efeitos da guerra é demasiado lenta, sucedendo-se crises monetário-financeiras profundas num grande número de países (Alemanha, Hungria, Grécia, Polónia, Portugal, etc.). E quando a prosperidade parecia de novo ao alcance dos principais Estados europeus e nos Estados Unidos — a que a decadência económica das antigas grandes potências abria novas possibilidades de expansão — se vivia numa situação de quase euforia, estala a Grande Crise de 1929/1934, que sacode todo o mundo capitalista e se caracteriza, no dizer de F. STERNBERG [in *Le conflit du siècle, capitalisme et socialisme à l'épreuve de l'histoire*, ed. Seuil, Paris 1951], «por uma quebra geral da produção, a mais forte que se terá registado em toda a história do capitalismo, pelo abaixamento catastrófico das trocas internacionais e por um desemprego particularmente elevado», além de que ela «veio afectar, com a sua extraordinária gravidade, uma economia e uma sociedade que, na Europa como na América, não estavam absolutamente preparadas para afrontar um tal desastre, nem para descobrir rapidamente os meios de o combater e de o ultrapassar».

STERNBERG anota ainda:

«A crise de 1929 marca bem a transição entre a antiga e a nova linha de desenvolvimento do capitalismo. A expansão e adaptação puramente automática não poderiam mais desempenhar o seu papel regulador, e o Estado, por seu lado, durante o período que precedeu a crise, não tinha ainda começado a assumir as suas novas funções. A transformação do papel do Estado não devia começar senão durante a própria crise.»

Nos poucos anos que decorreram até à II Grande Guerra, o intervencionismo estadual na actividade económica foi-se alargando, o liberalismo das trocas internacionais de bens e serviços quase desapareceu (substituído, em numerosas economias, por princípios de protecção) e os mercados monetários e financeiros fecharam-se progressivamente; aliás, em muitos

lados, tratou-se de um período de preparação da guerra em tempo de paz.

Note-se, por último, que, ao longo do quarto de século que medeou entre as duas referidas Guerras, bem pouco significativos foram os resultados que se atingiram em termos de cooperação económica e/ou monetário-financeira internacional, não obstante os esforços feitos sob a égide da Sociedade das Nações. Das diversas conferências realizadas ressaltam, fundamentalmente, as definições dos objectivos a atingir e as de linhas de acção a adoptar, as grandes declarações de princípios e as recomendações a seguir.

Cf. UNESCO, *Histoire de l'Humanité — XX^e siècle* [ed. Laffont, Paris 1968 (em especial o tomo II)]; ANDRÉ PIETTRE, *Monnaie et économie internationale du XIX^e siècle à nos jours* [ed. Cujas, Paris 1967]; ARMANDO MARQUES GUEDES, *Para uma nova economia. As experiências da política económica internacional da Paz de Versailles (1919-1939)* [ed. Bertrand, Lisboa].

Sobre a Grande Crise, vd., por ex., R. LEWINSOHN, *Histoire de la crise 1929-1934* [ed. Payot, Paris 1934]; e L. ROBBINS, *La grande dépression 1929-1934* [ed. Payot, Paris 1935].

Em todo o caso, é de referir o movimento que se seguiu às recomendações da Conferência Financeira Internacional de Bruxelas (1920), levando à constituição em numerosos países de *bancos centrais* (denominados muitas vezes «bancos de reserva» e «bancos nacionais»), com atribuições bastante mais extensas que as dos antigos bancos emissores. E muitos desses bancos centrais resultavam da transformação de outras instituições de crédito já então existentes (na generalidade bancos emissores), como se infere da análise feita, entre outros, por M. H. de Kock [in *Central banking*, ed. Crosby Lockwood Staples, Londres 1976]. Aliás, tal movimento iria prosseguir depois da II Grande Guerra, vindo os bancos centrais, em todo o lado, a converter-se nas super-estruturas dos sistemas monetário-financeiros nacionais.

6. O CRÉDITO E A BANCA NA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

30. Depois da II Grande Guerra, começou uma nova fase do processo histórico-económico que, mesmo não considerando o período de recuperação das economias mais afectadas pelo conflito, se não pode caracterizar apenas pelos aspectos e efeitos, em termos do progresso económico-social, do que já se designa por *terceira revolução industrial*, a revolução decorrente da utilização da energia nuclear, da electrónica, etc., daquilo que alguns chamam, e talvez justamente, a «Tecnologia de ponta», base de actividades a formarem um novo sector (a acrescentar aos enunciados, entre outros, por COLIN CLARK), o sector *quaternário*. É que se não está perante, apenas, uma nova forma de expansão das «economias de mercado», com algumas alterações estruturais do sistema de «capitalismo intervencionista», conseqüente, em grande parte, do alargamento do sector público e dos esforços feitos, por muitas dessas economias, para levarem a cabo uma integração progressiva das mesmas economias.

Na verdade, parece-nos de acentuar a relevância do facto de, após a II Guerra Mundial, ao conjunto de *economias de mercado*, de cariz substancialmente capitalista, se contrapor um outro de *economias de direcção central*, visando a realização, em prazo mais ou menos longo, de uma sociedade comunista, mas sem se chegar, até agora e pelo menos, a criar um procedimento regular, sistemático, de «coexistência pacífica» entre os dois grupos. E, neste contexto, reveste-se de maior significado ainda do que em períodos anteriores a existência do *Terceiro Mundo* das economias subdesenvolvidas (da América Latina, da África e da Ásia), não só pelo peso da sua extensão geográfica e a das suas populações e pela enormidade dos seus problemas sócio-económicos, mas também pela acessão à independência da generalidade dos territórios coloniais (fazendo, nomeadamente, crescer a sua «força de pressão» nas organizações internacionais) e pela consciência cada vez mais clara, nos povos em causa,

do seu direito a melhores níveis de bem-estar e, por conseguinte, de se criarem as condições necessárias à realização desse objectivo.

Sobre a problemática geral, antes sumariada, vd., por ex., FRANÇOIS PERROUX, *L'économie du XX.^e siècle* [ed. Presses Universitaires, Paris 1964], além da obra de F. STERNBERG já referida. Mas para uma apreciação mais profunda das principais questões, estruturais e outras, da evolução recente dos aludidos conjuntos de economias, importaria recorrer a obras especializadas, felizmente já hoje abundantes.

31. No que concerne ao processo histórico do crédito e da Banca, objectivo fundamental do presente estudo, parece-nos legítimo afirmar que o aludido período subsequente à II Guerra Mundial corresponde ao do refinamento, maior precisão de contornos, completamento, etc. dos principais parâmetros de tal processo, das grandes linhas evolutivas que se foram assentando e reforçando ao longo dos séculos (1).

Quanto a tais parâmetros evolutivos e relativamente às economias de mercado mais evoluídas, julgamos de referir:

1) *A «desmaterialização» crescente dos instrumentos monetários fundamentais, com predomínio cada vez maior da nota de curso forçado e poder liberatório ilimitado e dos depósitos bancários à vista, relegando as moedas metálicas para a condição de moedas divisionárias e de trocos e imprimindo muito maior flexibilidade funcional aos regimes monetários, do mesmo passo que se criam meios de pagamento àqueles ligados mas permitindo a economia de notas e moedas (cartões de crédito, etc.) e se criam diversos tipos paramonetários, formas de quase-moeda (meios de reserva de valor facilmente liquidáveis, como alguns títulos de crédito e depósitos de poupanças);*

2) *A multiplicação de unidades de conta internacionais, como base de sistemas de pagamento (por ex., a unidade de*

(1) Por assim dizer, como vimos, o grande «passo» anterior do processo teria sido a segunda metade do séc. XIX, em que, no entender de alguns autores, se haveriam constituído as estruturas fundamentais dos sistemas monetário-financeiros modernos. E não são poucos ainda os especialistas que desejariam ver reconstituídos os mecanismos «liberais» dos mercados do dinheiro desse tempo.

«direitos de saque especiais» do Fundo Monetário Internacional ou a «unidade monetária europeia» do Sistema Monetário Europeu da CEE), ou como «moeda» de emissão de empréstimos internacionais;

3) *A expansão e diferenciação dos sistemas monetário-financeiros nacionais*, ultrapassando as características dos antigos sistemas bancários, devido à *multiplicação dos tipos de instituições monetárias e financeiras* (tipicamente bancárias como bancos de desenvolvimento, de crédito agrícola, de crédito industrial, de crédito hipotecário, de comércio externo, etc., ou de natureza parabancária como fundos de desenvolvimento, sociedades de investimento, sociedades de desenvolvimento regional, sociedades «holding», sociedades de «factoring», sociedades de «leasing», etc.);

4) *A criação de numerosas instituições monetárias e financeiras internacionais*, de capacidade operacional e âmbito geoeconómico mais ou menos extensos (Fundo Monetário Internacional, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, Banco Europeu de Investimentos, etc.).

5) *A criação de novos bancos centrais e o desenvolvimento das funções que lhes são atribuídas*, nos domínios das políticas monetária, financeira e cambial, fazendo-se desses bancos autênticas super-estruturas bancárias, cúpulas dos sistemas monetário-financeiros nacionais;

6) *A diferenciação progressiva das operações bancárias* (segundo as formas, finalidades, titulação, etc.), ou seja a multiplicação das modalidades de operações de obtenção e aplicação de recursos monetário-financeiros, e *o intercorrente desenvolvimento das técnicas operacionais*, aproveitando as condições de base proporcionadas pela generalização da economia monetária e creditícia;

7) *A criação de verdadeiros mercados do dinheiro* (monetários, financeiros, cambiais) e *o aperfeiçoamento orgânico e funcional de tais mercados*, ao mesmo tempo que, pela multiplicação dos tipos de activos monetários e financeiros, se opera *maior diversificação estrutural nas grandes categorias dos ditos*

mercados, originando a institucionalização de mercados de objecto específico dentro dessas categorias (por ex., no mercado monetário o mercado de bilhetes do Tesouro ou o de desconto de efeitos comerciais, e no mercado financeiro o mercado hipotecário ou as bolsas de valores);

8) *O crescente intervencionismo do Estado nos aludidos mercados*, por intervenção directa e/ou condicionamentos diversos à actuação das instituições de crédito e outros agentes económicos nesses mercados, bem como *o estabelecimento de disposições várias quanto à constituição, objecto, quadros operacionais, etc. das diferentes classes de instituições bancárias e parabancárias*;

9) *A interpenetração crescente dos mercados do dinheiro dos vários países, por efeito, nomeadamente, das políticas de cooperação e de integração económicas entre os mesmos países e da decorrente liberalização crescente das operações*, enquanto, por outro lado, *se desenvolvem típicos mercados internacionais*, alguns de características novas (como os chamados mercados de euro-divisas e os de euro-emissões).

Quanto às «economias de direcção central», julgamos poder referir, como características mais relevantes dos respectivos processos:

a) *A manutenção, quando não reforço, das formas de economia monetária e creditícia*, particularmente em consequência da relativa liberdade de utilização dos réditos monetários formados e, bem assim, dos requisitos da planificação financeira na sua ligação orgânica com a planificação económica;

b) *O recurso a técnicas operacionais análogas às usadas nas «economias de mercado»*, posto que formalmente muito mais simples e em obediência a objectivos diversos;

c) *A diversificação dos tipos de instituições bancárias, mas com predomínio absoluto dos bancos centrais* nos respectivos sistemas monetário-financeiros.

Mas afigura-se-nos de admitir que a aplicação de «modelos descentralizados» na condução do processo económico dos sobreditos países implicará novos e ponderosos problemas monetários

e financeiros, com os seus reflexos nos quadros das instituições de Banca e nas técnicas das operações.

Por seu lado, as economias do Terceiro Mundo procuram aproveitar as experiências dos processos seguidos nos países mais evoluídos, designadamente tentando adaptar formas institucionais e técnicas operacionais.

32. A comprovar, entretanto, o dinamismo do processo cujos parâmetros fundamentais procurámos concretizar, já nos últimos anos novas linhas evolutivas tendem claramente, ao que se nos afigura, a precisar-se. Assim, pode referir-se uma crescente *internacionalização da Banca*, consubstanciada principalmente pela criação, por parte de grandes instituições bancárias de vários países (e não apenas de economia de mercado), de sucursais, filiais, etc. nas praças mais relevantes de outros países; e essas instituições assumem, em consequência, os caracteres de verdadeiras *instituições bancárias multinacionais*, suscitando problemas de controlo e outros talvez até mais ponderosos que os levantados por muitas outras «multinacionais».

Mais recentemente ainda, sucedem-se casos sintomáticos de progressão de novas formas de um *capitalismo financeiro*, salientando-se os de formação do que poderemos chamar *conglomerados financeiros*, em que uma instituição bancária, de certo tipo mas em regra de grandes dimensões, vai obtendo o domínio de outras classes de instituições, abrindo assim campos vários de actuação que doutra maneira lhe estariam vedados (1).

33. Os desenvolvimentos orgânicos e operacionais atrás apontados exigiram naturalmente aperfeiçoamentos dos processos básicos de registo e dos técnicas de obtenção de informações, adaptações várias da contabilidade bancária (além do mais, nas suas relações com a contabilidade monetário-financeira e

(1) Outras modalidades se referem, como os de concentração no mesmo grupo de empresas dos mais variados ramos de actividade, mas em que o nexa dominante é representado pelo capital financeiro. Apontam-se como exemplos característicos os grupos japoneses Mitsui e Mitsubishi, nas suas estruturas actuais.

a de balança de pagamentos internacionais), refinamentos da análise de situações e resultados, aplicação das técnicas mais evoluídas de «organização e métodos», melhoria das técnicas de gestão, etc., etc. (2). Por outras palavras, as transformações dos sistemas monetário-financeiros obrigaram a desenvolvimentos sensíveis em diversos domínios: da economia bancária e análise financeira às técnicas operacionais, à contabilidade bancária, às técnicas de organização, etc. E, em consequência, cada vez mais se fundamenta a proposição de J. W. GILBART de que a Banca não é uma actividade rotineira e de tal modo que não requer nem ciência nem técnica.

ÁLVARO RAMOS PEREIRA (*)

(2) Esperamos poder abordar esta problemática em ulteriores estudos.

(*) Presentemente, é consultor económico no Banco de Portugal e professor na Universidade Livre (Lisboa). Foi professor no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

AS NOVAS IDEIAS SOBRE A ESTRUTURA ÚLTIMA DA MATÉRIA

1. INTRODUÇÃO

As ideias sobre a estrutura última da matéria sofreram recentemente alterações profundas como consequência dos progressos extraordinários que se têm vindo a realizar no domínio da Física das Altas Energias. Em particular, chegou-se à conclusão que as partículas constituintes dos núcleos atômicos, isto é, os prótons e os neutrões, são elas próprias sistemas com estrutura, sendo constituídas, segundo se julga, por partículas ainda mais pequenas, chamadas quarks. Além disso, produziram-se no laboratório, embora em quantidades diminutas e por intervalos de tempo extremamente curtos, espécies de matéria diferentes daquela que nos é familiar. Não são de esperar, destas descobertas, modificações espectaculares do conhecimento que temos actualmente sobre as propriedades macroscópicas da matéria que constitui a nossa região do universo. Mas elas contribuirão, indubitavelmente, para uma melhor compreensão da origem e evolução do universo como um todo.

A descoberta dos quarks transcende o mero quadro científico em que se insere. Com efeito, ela veio ajudar a clarificar uma situação extremamente confusa que se viveu durante os anos sessenta, em que os cientistas se viram na necessidade de negar a existência de qualquer hierarquia entre as partículas, tendo chegado ao ponto de banir dos textos o qualificativo de 'elementar', por o julgarem enganador. A descoberta da estrutura dos prótons e neutrões significou assim, de certo modo, um regresso aos trilhos do atomismo, abertos pelos filósofos gregos, há vinte e quatro séculos.

Todavia, não se conseguiu ainda isolar um quark. Há mesmo quem julgue, baseando-se em complicados argumentos de natureza teórica, que essa separação final não será realizável na prática. A ser assim, o esquema estrutural dos atomistas gregos, que tem estado subjacente em todas as etapas do desenvolvimento do atomismo científico, teria de sofrer uma segunda modificação de carácter essencial. A primeira ocorreu no início do segundo quartel do presente século, como consequência da aplicação conjunta, ao estudo do electrão, das duas grandes teorias físicas do nosso tempo, a saber, a Teoria da Relatividade e a Mecânica Quântica. Referimo-nos, evidentemente, à descoberta da antimatéria, com a criação de pares de partícula e antipartícula, e à sua subsequente aniquilação, da qual resultou um novo entendimento para dois dos conceitos básicos do atomismo, concretamente, o da indestrutibilidade dos 'átomos' e o do vazio 'interatómico'.

2. A FÍSICA DAS ALTAS ENERGIAS

A Física das Altas Energias é um domínio da actividade científica especificamente devotado ao estudo da estrutura última da matéria. Os progressos extraordinários realizados neste domínio têm sido fruto das mais grandiosas investigações, jamais levadas a efeito, com objectivos não directamente ligados com a produção de bens de consumo ou de engenhos de destruição. De facto, desde há três décadas a esta parte, os países mais desenvolvidos industrialmente, com especial relevo para os Estados Unidos da América do Norte, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os doze países europeus associados no CERN — Centro Europeu de Pesquisa Nuclear —, têm vindo a investir em grande escala no estudo dos fenómenos físicos à escala nuclear e subnuclear. Para esse efeito construíram laboratórios imensos, apetrechados com máquinas aceleradoras gigantescas, progressivamente mais energéticas, e com aparelhos de detecção, sucessivamente mais aperfeiçoados, que têm possibilitado aos cientistas o exame da matéria com um detalhe cada vez mais fino. As verbas dispendidas com estes estudos tem sido anormalmente

elevadas, se as compararmos com os habituais magros orçamentos destinados à pesquisa fundamental. Contudo, os resultados obtidos tem sido tão aliciantes que investigações ainda mais ambiciosas estão já programadas, para esta e a próxima década.

A grande complexidade das experiências da Física das Altas Energias é uma consequência directa dos objectivos das mesmas. De facto, não é uma tarefa simples estudar objectos que não tem mais do que 0,000 000 000 000 1 centímetros de diâmetro! De acordo com o Princípio de Incerteza de Heisenberg, quanto mais fino for o detalhe pretendido sobre a localização da matéria, maior terá de ser a frequência da radiação usada na observação. Este facto é bem conhecido dos citologistas, que passam do microscópio óptico ao electrónico quando pretendem obter uma visão mais pormenorizada da morfologia celular. Os físicos das altas energias pretendem 'ver' porções de matéria mais pequenas do que o átomo e do que o próprio núcleo atómico. Por isso vêm-se obrigados a recorrer a máquinas aceleradoras que forneçam feixes de electrões e protões com as mais elevadas energias possíveis. Para se fazer uma ideia do gigantismo que estas máquinas podem atingir, basta dizer que o Super Síncrotron de Protões (SPS) do CERN contém um tunel em forma de anel, situado a 40 metros de profundidade, com 2 Km de diâmetro, que demorou sete anos a construir e custou 1.150 milhões de francos suíços. Todavia os responsáveis do CERN pretendem um acelerador ainda maior para a década de 90, que tenha pelo menos 9 km de diâmetro!

Depois de aceleradas, as partículas do feixe são dirigidas contra as do alvo e, da região de impacto, podem emergir, não só partículas semelhantes às originais, como outras completamente diferentes, criadas durante os violentos processos de colisão. É necessário detectar e identificar todas as partículas emergentes, tarefa esta que oferece grandes dificuldades porque nem todas são carregadas e algumas são altamente instáveis, vivendo apenas durante períodos de tempo incrivelmente curtos (algumas possuem vidas médias da ordem de 0,000 000 000 000 000 1 segundos!). Tem de se recorrer por isso a detectores e analisadores com características muito especiais. Para se fazer uma

ideia da sua grande complexidade tecnológica, o último detector a entrar em funcionamento no CERN, de nome de código UA1, tem 10 metros de comprimento, por 5 de largura, pesa, no total, 2.000 toneladas e resultou da colaboração de mais de 100 físicos de 11 instituições europeias! Pode dizer-se, com verdade, que os progressos da Física das Altas Energias têm sido fruto duma escalada na potência das máquinas aceleradoras e na subtileza dos detectores e analisadores.

Contudo, a complexidade das experiências não se limita aos dispositivos experimentais: envolve também o formalismo necessário para a interpretação dos resultados. Procura-se reconstruir o que se passa na região de colisão relacionado os dados obtidos experimentalmente sobre as partículas emergentes, não só entre si, mas também com os elementos relativos às partículas originais. Ora, como o processo de colisão se desenrola numa região com dimensões extremamente reduzidas (da ordem de 10^{-13} cm!), só é possível descrevê-lo na linguagem da Física Quântica. Por outro lado, algumas das partículas intervenientes nesses processos viajam com velocidades próximas da da luz, o que requer também a utilização da linguagem da Teoria da Relatividade Restrita. É em termos da Física Quântica Relativista que se pode compreender, por exemplo, a criação de novas formas de matéria à custa das enormes quantidades de energia envolvidas nas colisões, processo este que desempenha um papel de capital importância neste domínio da Física. Aqui, como em muitos outros casos, o trabalho pioneiro de Einstein revelou-se extremamente fecundo. Mas os requisitos quânticos e relativistas não são, só por si, suficientes para determinar o resultado duma experiência específica. Fica ainda uma grande margem de possibilidades, que foi necessário preencher com novas teorias sobre as interações das partículas. As experiências abriram assim um vasto campo à imaginação dos físicos teóricos, que não se mostraram rogados em sugestões. Mas, a atestar a grande infamiliaridade das situações que se criam na região de colisão, as novas teorias desenvolveram-se com um grau de abstracção nunca antes atingido em teorias físicas, não havendo nenhuma relação entre os seus conceitos básicos,

tais como o de simetrias unitárias e espaço das cores, por exemplo, e os conceitos físicos que se nos tornaram familiares em virtude da nossa experiência diária.

3. O MISTÉRIO DAS FORÇAS NUCLEARES

O estudo dos fenómenos subnucleares iniciou-se em meados da década de trinta, e foi motivado pelo desejo de se conhecerem as forças responsáveis pela estabilidade dos núcleos atômicos, cuja composição tinha ficado estabelecida com a descoberta do neutrão, por Chadwick, em 1932. Era evidente à priori que não se tratava de forças de natureza electromagnética ou gravitacional, pois tanto umas como as outras são demasiadamente fracas para explicar a estabilidade extraordinariamente grande dos edifícios nucleares. Além disso, as forças eléctricas coulombianas não actuam sobre os neutrões, que não possuem carga, e produzem sobre os protões um efeito de repulsão que é, portanto, contrário ao pretendido. A essas forças desconhecidas deu-se o nome de forças nucleares. Hoje sabe-se que as forças nucleares são uma manifestação das interacções fortes, as quais, conjuntamente com as interacções electromagnéticas, as interacções fracas e as interacções gravitacionais, constituem um dos quatro tipos de interacções entre partículas conhecidas na natureza. Contudo, quando foram descobertas, as forças nucleares eram um autêntico mistério, que desafiava a imaginação dos melhores especialistas.

Para se determinarem as propriedades das forças nucleares seguiram-se, essencialmente, três vias distintas, embora complementares. A primeira, de natureza experimental, consistiu em alargar o conhecimento sobre os sistemas nucleares, sujeitando os núcleos e os seus constituintes a situações criadas no laboratório. Este método tornou-se possível graças aos trabalhos pioneiros de Cockcroft e Walton, Lawrence e Van de Graaff (1929-1932) que construíram as primeiras máquinas aceleradoras capazes de conferir aos protões as energias necessárias para desencadear reacções nucleares.

A segunda, consistiu em aventar formas para a energia potencial de interacção entre as partículas nucleares, procurando determinar aquela que, inserida na equação de movimento da Mecânica Quântica, reproduzia melhor as propriedades dos núcleos atómicos e o comportamento dos prótons e dos neutrões quando sujeitos a processos de colisão mútua. Os primeiros trabalhos do género foram assinados, entre outros, por Heisenberg, Wigner e Majorana (1932-1933).

Finalmente, a terceira, também de natureza teórica, mas mais fundamental, consistiu em postular equações para o campo de forças nucleares e, a partir das suas soluções, calcular a energia potencial da interacção entre as partículas nucleares. Este método foi iniciado pelo físico japonês Yukawa, em 1935.

As forças nucleares revelaram-se muito mais complexas do que as outras forças conhecidas. Não foi possível, por exemplo, encontrar para elas uma fórmula simples, do género da lei da atracção universal de Newton, ou da lei de Coulomb para a interacção das cargas eléctricas. No entanto, tornaram-se patentes, logo de início, duas propriedades genéricas muito importantes, a saber: as forças nucleares possuem um alcance extremamente reduzido, sendo efectivas apenas até distâncias da ordem de grandeza das próprias dimensões dos núcleos atómicos; mas, como que em jeito de compensação, dentro do seu domínio de actuação são intensíssimas, sendo, na verdade, as forças mais fortes conhecidas na natureza. Verificou-se também que, ao contrário do que se passa com as interacções electromagnéticas, elas não distinguem um próton dum neutrão, pelo que ambas as partículas se designam, indistintamente, por nucleões.

4. INTERACÇÕES E CAMPOS

No seu trabalho pioneiro de 1935 sobre a interacção das partículas elementares, Yukawa foi guiado pela analogia com o campo electromagnético. As leis que regem o campo electromagnético foram estabelecidas por Maxwell, no terceiro quartel do séc. XIX, como parte duma importante teoria destinada a descrever os fenómenos entre cargas e correntes. O conceito

de campo, agente de interacções, tinha sido proposto, muito antes, por Newton, a respeito da atracção universal entre as massas. Contudo, foi Maxwell quem primeiro clarificou o mecanismo da interacção, introduzindo, em particular, a noção de velocidade de propagação das perturbações do campo, a qual serviu, mais tarde, a Einstein, para fundamentar a sua Teoria da Relatividade.

Diz-se que há um campo físico numa certa região do espaço, quando a cada ponto dessa região se associa um valor duma grandeza física. O campo pode ter um suporte material, tal como o campo da pressão atmosférica de que os meteorologistas se servem para prever o estado do tempo. Mas há campos que não precisam de suporte material, podendo existir no vazio. É este o caso do campo electromagnético. Um campo de pressões é caracterizado por uma função de campo que assume em cada ponto e em cada instante o valor da pressão nesse ponto e nesse instante. Há outros campos mais complicados que precisam de mais do que uma função de campo para os caracterizar. O número de funções de campo depende da natureza da grandeza física a que o campo diz respeito. Por exemplo, para se estudar o escoamento dum fluido é necessário recorrer ao campo de velocidades do fluido, associando a cada ponto do espaço, em cada instante, o vector velocidade da porção elementar de fluido que passa por esse ponto, nesse instante. O campo de velocidades é caracterizado por três funções de campo diferentes, reactivas a cada uma das componentes dos vectores velocidade. O campo da teoria electromagnética de Maxwell é descrito por quatro funções de campo. Trata-se também dum campo vectorial, não de trivectores usuais, mas de tetravectores no contexto da Teoria da Relatividade.

Maxwell faleceu em 1879, precisamente no ano em que Einstein nasceu, e, portanto, nada sabia sobre Relatividade. Todavia as equações que propôs para reger o campo electromagnético, e que são conhecidas pelo seu nome, satisfazem os requisitos relativistas, postulados mais tarde, por Einstein. Este facto não nos deve surpreender, porque foi precisamente ao verificar a incompatibilidade entre as equações de Maxwell, por uma lado, e a equação da dinâmica de Newton, pelo outro,

que Einstein optou pelas primeiras, estabelecendo as bases da Relatividade. Na verdade, estas deduzem-se a partir da hipótese que as equações de Maxwell possuem a mesma forma em todos os referenciais de inércia. Foi assim que a velocidade de propagação das perturbações do campo electromagnético no vácuo se guindou à categoria de constante universal, posição da qual não foi ainda destronada, nem pelas experiências mais rigorosas.

De acordo com a Teoria de Maxwell, a interacção entre duas fontes resulta da acção sobre uma delas do campo criado pela outra. O campo estende-se, em princípio, a todas as regiões do espaço, decrescendo à medida que a distância às fontes aumenta. Por esta razão a interacção electromagnética tem um alcance infinito, embora decresça quadraticamente com a distância entre as fontes.

Yukawa, guiado por esta imagem, supôs que as acções fortes entre dois nucleões eram o resultado da actuação dum campo de forças nucleares, caracterizado por funções de campo que satisfaziam uma equação de campo relativista. Tal como no caso da interacção electromagnética, o campo criado por um nucleão actuava sobre o outro, dando origem a uma força entre ambos. Todavia Yukawa apercebeu-se que devia haver uma diferença importante nos mecanismos que criam os dois tipos de interacção porque, enquanto as forças electromagnéticas estendem a sua acção até ao infinito, as nucleares não alcançam mais do que 2 fermis! O fermi, em homenagem ao físico italiano com o mesmo nome, é a unidade de comprimento apropriada para descrever os fenómenos à escala nuclear. 1 fermi vale 10^{-13} cm, o que é, de facto, uma distância inconcebivelmente pequena. Foi em consideração do reduzidíssimo alcance das forças nucleares que Yukawa previu que deviam existir certas partículas, até então desconhecidas, que desempenhavam o papel de mediadoras dessas interacções, hipótese essa que abriu o caminho para a Física das Altas Energias e, conseqüentemente, para todas as surpresas que este fascinante domínio da pesquisa científica nos reservava.

5. FOTÕES

A variação do estado de movimento da fonte dum campo causa uma perturbação do próprio campo. Esta perturbação começa por se manifestar nos pontos vizinhos da fonte e vai-se propagando, gradualmente, aos pontos mais afastados. As variações periódicas das fontes do campo electromagnético causam perturbações que se propagam ondulatoriamente. A essas perturbações dá-se o nome de radiação electromagnética. A radiação electromagnética transporta energia e quantidade de movimento, que podem ser avaliadas pelos efeitos da radiação sobre um dispositivo material interposto no seu percurso.

De acordo com a Teoria de Maxwell, a transferência de energia e quantidade de movimento da radiação para a matéria faz-se de modo contínuo, tanto no espaço como no tempo. Descobriu-se, no entanto, um fenómeno que obrigou a rever esta imagem, radicalmente. Referimo-nos ao efeito fotoeléctrico, descoberto ironicamente, durante as experiências, realizadas na década de oitenta do século passado, que provaram a veracidade da Teoria do Electromagnetismo de Maxwell, em particular no que dizia respeito à existência de ondas electromagnéticas e à natureza electromagnética dos fenómenos luminosos.

O efeito fotoeléctrico consiste na libertação de electrões dos metais por meio da luz. Segundo a teoria do electromagnetismo, os electrões não começam a libertar-se mal o feixe incide, porque necessitam, primeiro, de captar uma certa quantidade mínima de energia. Se não fosse assim eles abandonariam o metal espontaneamente, e este não seria estável. Dum modo geral, chama-se energia de ligação dum sistema à energia mínima que é necessário fornecer, de algum modo, à partícula para que esta possa abandonar o sistema. A energia de ligação dos electrões nos metais é, tipicamente, da ordem do electrão-volt. O electrão-volt é a unidade de energia apropriada para descrever os fenómenos à escala atómica. Designa-se pelo símbolo eV e vale $1,60 \times 10^{-12}$ ergs, que é a energia adquirida por um electrão quando acelerado por uma diferença de

potencial de 1 Volt. Ora, como a transferência de energia da radiação para a matéria se faz continuamente, tanto no espaço como no tempo, o electrão só pode receber, por unidade de tempo, quanto muito, a energia correspondente ao fluxo que cai dentro da sua secção eficaz para captação. Pode pois estimar-se o tempo que é necessário esperar desde que o feixe incide até que o primeiro electrão se liberta, em função dos valores daquele fluxo e daquela secção. Supondo que o electrão capta todo o fluxo que cai dentro da secção dum átomo, que é da ordem de 10^{-16} cm², e que o metal está a ser iluminado por uma fonte de 1 Watt de potência, colocada a 1 metro de distância e irradiando igualmente em todas as direcções, uns cálculos não mais complicados de que os da regra de três simples permitem prever uma valor da ordem de 10^2 segundos. Este tempo pode ser diminuído aumentando a potência da fonte, isto é, a intensidade do feixe incidente. Por outro lado, a frequência da radiação utilizada não deve ter qualquer influência sobre o resultado final.

Ora nada disto se verifica experimentalmente! Na verdade, não é necessário esperar tempo algum para que os electrões principiem a abandonar o metal, pois que, ou eles começam a libertar-se dentro de cerca de 10^{-9} segundos (!), ou nunca mais se libertam. Além disso o dar-se ou não o efeito depende só do valor da frequência da radiação usada, verificando-se que existe uma frequência limiar (cujo valor é directamente proporcional à energia de ligação do electrão no metal) abaixo do qual o efeito nunca se dá. Por outro lado, a intensidade do feixe apenas tem influência sobre o número de electrões libertados por unidade de tempo, o qual, para um feixe monocromático, lhe é proporcional.

A explicação do efeito fotoeléctrico deve-se a Einstein, e data de 1905, um período excepcionalmente produtivo do genial cientista. Einstein ressuscitou uma velha ideia de Newton àcerca da natureza corpuscular da luz, adaptando-a aos conceitos quânticos que haviam sido introduzidos, cinco anos antes, por Planck. A noção de quantum de energia surgiu a propósito da distribuição, pelas diversas frequências, da densidade de energia da radiação electromagnética em equilíbrio térmico com as paredes duma cavidade. A fim de obter o acordo das previsões teóricas com

os factos experimentais, Planck viu-se obrigado, embora muito a contragosto, a supor que as trocas de energia entre o campo e a matéria se processavam, não de forma contínua, como se supunha, mas por quantidades discretas ou quanta, cujo valor estava relacionado com a frequência da radiação pela fórmula

$$E = h\nu .$$

Nesta expressão E designa a energia dum quantum, ν a frequência da radiação e h uma constante universal, hoje conhecida pelo nome de Planck. O acordo era obtido fazendo

$$h = 6,63 \times 10^{-27} \text{ ergs segundo} .$$

As dimensões de h são as da grandeza física acção, pelo que se lhe chama também o quantum de acção de Planck.

Einstein foi ainda mais longe do que Planck no domínio das hipóteses arrojadas, admitindo que a quantificação descoberta por este último não era mais do que uma manifestação da natureza corpuscular da luz, que seria constituída por fotões, partículas sem massa em repouso, viajando à velocidade da luz e transportando cada uma a energia $E = h\nu$. Admitiu também que nas suas colisões com os electrões da matéria, os fotões são absorvidos por estes, desaparecendo e transmitindo-lhes toda a energia que transportavam consigo. De acordo com estas hipóteses é muito simples perceber-se a existência duma frequência limiar no efeito fotoeléctrico. De facto, para as intensidade dos feixes usuais a probabilidade de dois fotões serem absorvidos pelo mesmo electrão é tão pequena que se pode desprezar. Sendo assim, para que o efeito se passa dar cada fotão deve transportar por si só uma energia pelo menos igual à energia de ligação. Este argumento permite também calcular muito facilmente o valor da constante de Planck a partir duma experiência em que se medem as maiores energias dos electrões libertados por um feixe monocromático, em função da frequência da radiação. Os electrões que abandonam o metal com maior energia são os da superfície, pois estes, uma vez captado o fotão, não têm de perder energia pelo caminho. A energia E_{max} com que os electrões mais energéticos abandonam o metal deve ser

portanto igual à diferença entre a energia $h\nu$ do fóton absorvido e a energia de ligação W do electrão no metal:

$$E_{\max} = h\nu - W$$

Nesta expressão, a constante de Planck desempenha o papel de coeficiente angular da recta que representa E_{\max} em função de ν . O valor obtido pela primeira vez por este método concordou com o valor obtido por Planck com uma aproximação de 0,5%! Por outro lado, também se percebe bem por que razão a intensidade do feixe incidente só tem influência sobre o número de electrões libertados por unidade de tempo, porque, de acordo com as hipóteses de Einstein, dois feixes da mesma frequência e com intensidades diferentes diferem apenas pelo fluxo de fótons que cada um transporta.

6. ONDAS E CORPUSCULOS

A hipótese de Einstein sobre a natureza da luz marcou profundamente o desenvolvimento da Física Moderna. A existência real dos fótons foi definitivamente comprovada com a descoberta do chamado efeito Compton: ao lançar-se um feixe de raios X com comprimento de onda bem definido sobre uma folha metálica observa-se que a radiação se difunde em todas as direcções e que a radiação difundida numa certa direcção, além do comprimento de onda original, contém também um comprimento de onda superior a este, o valor do qual depende do ângulo de difusão, mas não da natureza do metal. Compton mostrou, em 1923, que a dependência do valor do novo comprimento de onda em função do ângulo de difusão se traduz por uma expressão matemática que é facilmente explicável supondo que os fótons dos raios X colidem com os electrões do metal como se fossem bolas de bilhar que possuíssem uma energia e uma quantidade de movimento dadas pelas fórmulas de Einstein, isto é

$$E = h\nu, \quad p = h/\lambda,$$

em que h representa a constante universal de Planck, ν designa a frequência da radiação e λ o seu comprimento de onda. Estas

duas últimas grandezas estão relacionadas entre si pela expressão $\lambda = c/\nu$ que deriva do facto da luz percorrer, durante o período $T = 1/\nu$, a distância λ , à velocidade c .

Todavia, a natureza corpuscular da luz, claramente posta em evidência pelos efeitos fotoeléctrico e de Compton, é de difícil compreensão no quadro dos conceitos da Física Clássica. Na verdade a luz possui, indubitavelmente, natureza ondulatória, como se comprova com um exemplo simples do bem conhecido fenómeno de interferências: dois feixes de luz coerente, incidindo conjuntamente sobre um alvo, produzem escuro em zonas que são iluminadas por cada um dos feixes separadamente. Ora, supondo que a luz é constituída por corpúsculos, este fenómeno é tão difícil de entender como admitir que a vítima dum acto de fusilamento possa tornar-se inatingível ao passar a ser visada por dois atiradores, em vez de um só. Mas, sob o ponto de vista ondulatório a explicação é muito simples, pois um barco, ondulando calmamente à superfície dum lago, pode ficar em repouso se uma outra onda, proveniente doutra direcção, vier anular os efeitos da primeira, no lugar onde o barco se encontra.

A necessidade de se recorrer a conceitos tão contraditórios entre si como os de onda e corpúsculo para explicar o comportamento da luz traduz a inadaquabilidade da linguagem corrente para descrever fenómenos que se situam fora do ambito da nossa experiência diária, dentro do qual foi moldada. Para se ultrapassar esta dificuldade foi necessário inventar uma linguagem nova, assente em conceitos diferentes dos habituais. Referimo-nos à Mecânica Quântica, teoria que serve de suporte ao nosso entendimento actual dos mundos atómico e sub-atómico.

A Mecânica Quântica é uma criação da ciência europeia do período entre as duas grandes guerras. Dilacerado por um conflito de excepcional violência e rara crueldade, o velho continente era um terreno fértil para a germinação de novas ideias, rompendo com o passado. A necessidade dum rotura fazia-se sentir com particular acuidade nas ciências físicas, em virtude das «velhas» teorias de Newton-Einstein e Maxwell se terem revelado de todo incapazes de explicar as propriedades dos sistemas atómicos, em particular a sua estabilidade e a emissão e absorção de luz pelos átomos. Era bem conhecido que os

átomos dum certo elemento químico emitem luz com frequências muito bem determinadas, as quais servem, por isso, para o identificar. Ora, de acordo com as leis da Mecânica e do Electromagnetismo Clássicos, um electrão posto a girar em torno dum núcleo atómico devia, seguindo uma órbita espiralada, emitir radiação com uma gama contínua de frequências, até que, perdida toda a energia inicial, acabaria por cair no núcleo. Para dar conta da realidade, Niels Bohr introduziu, em 1913, o conceito de quantificação das órbitas dos electrões atómicos. Bohr supôs que um electrão num átomo se movia numa órbita circular, centrada no núcleo, sob a influência da força electrostática de atracção entre o electrão e o núcleo. Os parâmetros da órbita seriam determinados pelas leis da Mecânica Clássica, mas, em vez da infinidade de órbitas possíveis de acordo com aquelas leis, o electrão só poderia ocupar, na realidade, aquelas em que possuísse um momento angular orbital igual a um múltiplo inteiro da constante de Plack, h , dividida por 2π . Enquanto ocupasse uma dessas órbitas, o electrão não emitiria radiação electromagnética, embora estivesse constantemente a ser acelerado. A emissão de luz só se daria quando o electrão, por qualquer razão, saltasse para uma órbita quantificada com energia inferior à da órbita inicial, sendo então emitido um fotão possuindo a energia excedente. Isto é, designado por E_i e E_f a energia total do electrão nas órbitas inicial e final, respectivamente, a frequência ν do fotão emitido viria dada por:

$$\nu = \frac{E_i - E_f}{h}$$

Inversamente, um fotão poderia ser absorvido por um átomo, desde que possuísse a energia exacta para fazer saltar um dos seus electrões para uma das órbitas quantificadas com energia superior à da órbita inicial.

As hipóteses de Bohr, cuja importância conceptual não é demais realçar, tiveram, de imediato, um enorme sucesso, porque permitiram tornar compreensível uma grande quantidade de dados experimentais acumulados ao longo de muitos anos de estudo dos espectros atómicos. A aceitação da teoria foi ainda reforçada quando Franck e Hertz mostraram, um ano apenas

após a formulação da mesma, que a quantificação da energia dos átomos podia evidenciar-se claramente pela simples medição duma corrente eléctrica, numa experiência de fácil execução técnica.

Contudo, e não obstante o sucesso inicial, cedo se tornou patente que as hipóteses de Bohr tinham sérias limitações. Na verdade, por um lado havia detalhes dos espectros atómicos que ficaram por explicar, mesmo após os aperfeiçoamentos introduzidos na teoria inicial por vários autores. Pelo outro, não era nada satisfatório contradizer as leis da Mecânica Clássica, ao postular que apenas algumas da infinidade de órbitas por elas previstas eram realizáveis na natureza, e, simultaneamente, usá-las para determinar os parâmetros das órbitas escolhidas. Além disso as regras de quantificação das órbitas e o mecanismo de emissão e absorção de radiação apareciam como hipóteses «ad hoc», sem o suporte duma teoria geral — a partir da qual fossem, naturalmente, obtidas. A solução para estes problemas passou por uma revisão total dos conceitos da Física Clássica e pela formulação da Mecânica Quântica.

A Mecânica Quântica começou a ser formulada em 1925 e ficou concluída, no seu essencial, no curto período de quatro anos. Surgiu, inicialmente, sob duas formas distintas: a Mecânica Quântica Matricial, de Heisenberg, e a Mecânica Ondulatória, de Schroedinger. Estas duas formas vieram a ser integradas numa teoria única, graças sobretudo aos trabalhos de Dirac, a quem se deve a formulação final. As formas iniciais correspondem a outras tantas propostas de ruptura com a Mecânica Clássica. Heisenberg pôs a tónica no carácter experimental da ciência física, defendendo que nas teorias se deviam usar apenas grandezas com um suporte experimental indiscutível. Esta atitude levou-o, posteriormente, a fazer uma análise muito crítica aos processos de observação, a qual culminou no enunciado do Princípio de Incerteza, que imortalizou o seu nome. Pelo seu lado, Schroedinger baseou-se nas propriedades ondulatórias do electrão, que tinham sido postuladas, um ano antes, por L. de Broglie, ao estender as ideias de Einstein sobre os fotões aos electrões, prótons, e demais partículas materiais.

Einstein admitiu que a luz, ordinariamente de natureza ondulatória, podia, em certas circunstâncias, manifestar propriedades corpusculares; de Broglie sugeriu que os electrões, ordinariamente corpúsculos, podiam também evidenciar propriedades ondulatórias. As propriedades ondulatórias das partículas materiais são hoje de aplicação corrente nos microscópios electrónicos, por exemplo. Todavia, na data em que foram postuladas constituíram uma autêntica revolução conceptual. Elas foram comprovadas experimentalmente, pela primeira vez, em 1927, quando Davisson e Germer fizeram incidir um feixe de electrões monoenergéticos sobre um cristal, observando um típico fenómeno de difracção no feixe reflectido. Contudo, mesmo antes desta verificação experimental, Schroedinger introduziu-as na sua nova mecânica. Com efeito, ele propôs que se devia descrever o electrão do átomo de hidrogénio, não pelo tradicional vector de posição, satisfazendo a usual equação de movimento de Newton-Einstein, mas por uma autêntica função de campo, a chama «função de onda», que devia evoluir no tempo de acordo com uma equação de campo, também por ele proposta e que passou a ser conhecida pelo seu nome. A equação de Schroedinger rapidamente ganhou juz a ser considerada das mais importantes da história da Física, pois tem servido de base a muitos dos espectaculares desenvolvimentos científicos e tecnológicos verificados no último meio século, entre os quais merecem lugar de destaque os relacionados com a ciência da vida.

Segundo a Mecânica Quântica, as partículas propagam-se livremente como ondas, e manifestam-se como partículas. Esta dualidade de comportamentos está incorporada na teoria através da interpretação probabilística da função de onda. Consideremos, para regressar ao exemplo da interferência da luz, um fóton que se propaga livremente no espaço. A sua função de onda obtem-se resolvendo a respectiva equação de ondas e obrigando a solução a satisfazer as condições que descrevem o seu estado inicial. Interpondo no seu trajecto uma chapa fotográfica, as regras de Mecânica Quântica permitem calcular as probabilidades relativas para que o fóton se manifeste nos vários pontos da chapa, mas não permitem prever qual destes vai ser, de facto, impressionado. Lancemos contra a chapa, um atrás

do outro, fótons em condições iniciais rigorosamente idênticas. Ao fim dum tempo suficientemente longo desenha-se na chapa uma representação da distribuição das probabilidades correspondentes aos respectivos pontos. Assim, embora não se possa prever o resultado dum acontecimento isolado, a Mecânica Quântica permite determinar o resultado dum número suficientemente grande de acontecimentos idênticos. Por esta razão, pode dizer-se que é ainda determinista, embora este termo tenha de ser entendido num sentido completamente diferente do da Mecânica Clássica, que tão caro era aos cientistas do século XIX. Note-se que o próprio Einstein nunca se conformou com a interpretação probabilística da Mecânica Quântica!

A função de onda duma partícula é uma função complexa das suas coordenadas e do tempo. O quadrado do seu módulo é interpretado como a densidade de probabilidade de presença da partícula que representa. Pode afirmar-se por isso que é impossível encontrar uma partícula num ponto onde a sua função de onda é nula. Uma maneira de anular a função de onda do fóton em algumas zonas da chapa fotográfica do exemplo atrás considerado consiste em separá-la, durante o trajecto, em duas componentes, deixando-as depois interferir entre si. É conveniente notar que esta separação não corresponde a partir o fóton em dois, mas simplesmente a alterar o seu estado de movimento, que passa a ser descrito por uma função de onda com duas componentes aditivas. Ao juntarem-se, estas interferem entre si. As zonas do alvo em que as ondas parcelares se anulam uma à outra permanecem às escuras. Elas podem, no entanto, começar a receber fótons se uma das componentes fôr eliminada!

Continua

JOSÉ URBANO

O POEMA É UMA CIDADE

1.

o poema é uma cidade

*passeemos nas suas avenidas
deitemo-nos sem horas
na relva verde dos parques*

*sejamos o rio que corre dentro dele
o viajante que passa e olha e esquece*

*a janela mais alta o recanto perdido
a brisa que gela o peito da memória*

*o poema é uma cidade
deixemos que suba os nossos braços*

*como um golpe de vento
ou uma rosa de cansaço*

2.

*o poema é um mapa
onde lemos a esperança
mesmo que lá tenham escrito
desespero*

3.

*acossado num cerco de emboscadas
nas muralhas do ódio prisioneiro*

*irredutível
irrazoável
o poema resiste*

4.

*o poema é este peso
na raiz dos nervos*

*lançado com raiva
para a noite*

5.

*poema é deserto
no centro da garganta
a aresta mais seca
no íntimo da sede*

*poema é esse olhar sem um limite
para além do segredo da última estrela
quando a aventura cansada de si própria
renasce a oriente dos sonhos e dos gritos*

*o poema senta-se por vezes entre nós
rodeia de amor as pequenas palavras
suavemente as envolve no seu hálito puro
suavemente as semeia repartidas e frágeis*

6.

oh secreta amendoa da esperança,

*imprecisa ainda
já subtil
sempre duvidosa*

tu és o coração da tempestade!

RUI NAMORADO

SÉRIES DE FOURIER

Resumo

A série de Fourier duma função periódica é apresentada como o desenvolvimento desta função segundo os elementos do sistema completo de funções próprias do operador hermitico $\hat{A} = -i\frac{\partial}{\partial x}$. As formas complexas e trigonométricas das séries de Fourier são consideradas e exemplificado o seu cálculo, bem como a determinação das soluções periódicas da equação de onda (a uma só dimensão). É também dada uma representação da função de Dirac.

1 - O operador $\hat{A} = -i\frac{\partial}{\partial x}$ e o seu espectro

Em geral uma função periódica que traduz um fenómeno natural pode ser representada por uma série de Fourier.

Consideremos então o conjunto $\{f(x)\}$ de funções periódicas de x , reais ou complexas (neste caso $f(x) = f_1(x) + if_2(x)$, $f_1(x)$ e $f_2(x)$ reais), de período 2ℓ e definidas no intervalo $-\ell \leq x \leq \ell$. Suponhamos ainda que $f(x)$ e df/dx são funções seccionalmente contínuas em $-\ell \leq x \leq \ell$ ⁽¹⁾ e que qualquer elemento de $\{f(x)\}$ satisfaz a condição de fronteira (periódica):

$$f(-\ell) = f(\ell) . \quad (1.1)$$

(1)

Uma função diz-se seccionalmente contínua num intervalo fechado quando só admite um número finito de descontinuidades finitas nesse intervalo. Se em x_0 a função tem uma descontinuidade o seu valor é, por definição,

$$f(x_0) = \frac{1}{2} [f(x_0 - 0) + f(x_0 + 0)]$$

onde, como é habitual, $f(x_0 - 0)$ e $f(x_0 + 0)$ representam respectivamente limites de $f(x)$ à esquerda e à direita de x_0 .

Na Fig. 1 está desenhado um elemento real de $\{f(x)\}$.

Os pontos A e B têm as mesmas ordenadas. Em C a função apresenta uma descontinuidade finita. O gráfico de $f(x)$ repete-se por períodos iguais a 2ℓ para a direita até $+\infty$ e para a esquerda até $-\infty$.

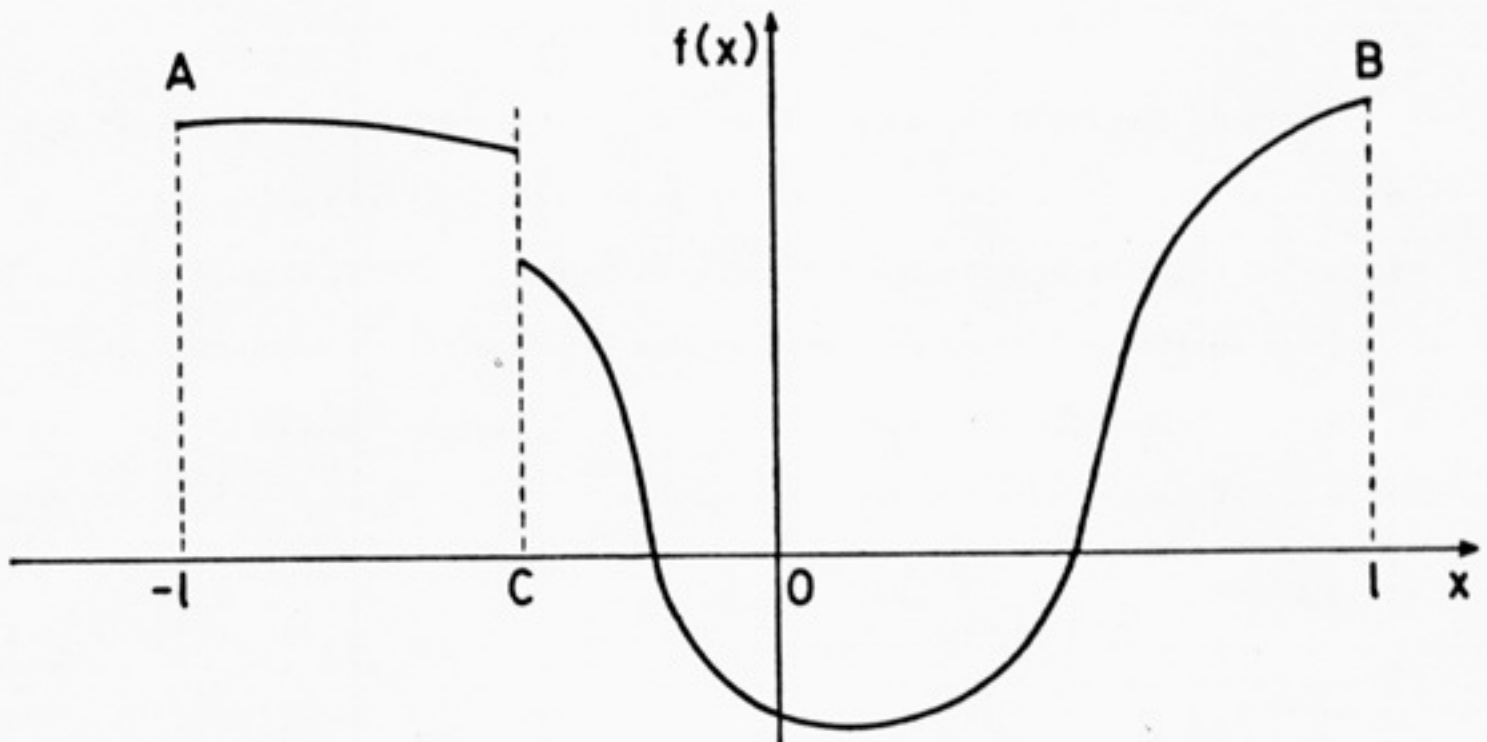


Fig. 1

Consideremos agora o operador $\hat{A} = -i \frac{\partial}{\partial x}$ (proporcional ao operador da quantidade de movimento $\hat{p}_x = -i\hbar \frac{\partial}{\partial x}$, onde \hbar é a constante de Planck) e provemos que \hat{A} , definido em $-\ell < x < \ell$ é hermítico em relação aos elementos de $\{f(x)\}$.

Para demonstrar este teorema precisamos de definir o produto interno (f, h) de dois elementos quaisquer, $f(x)$ e $h(x)$, deste conjunto:

$$(f, h) = \int_{-\ell}^{+\ell} f^*(x) h(x) dx, \quad (1.2)$$

onde $f^*(x)$ representa a função conjugada complexa de $f(x)$ que, evidentemente, também é elemento de $\{f(x)\}$.

Como é sabido, a hermeticidade de \hat{A} traduz-se agora por

$$(f, \hat{A} h) = (\hat{A} f, h). \quad (1.3)$$

Para provar a Eq. (1.3) basta integrar por partes $(f, \hat{A}h)$ atendendo a (1.2). Na verdade a parte integrada é nula,

$$-i [f^*(\ell) h(\ell) - f^*(-\ell) h(-\ell)] = 0 ,$$

em virtude da condição de fronteira (1.1), e o integral resultante é igual a $(\hat{A}f, h)$ (notar que $\hat{A}^* = -\hat{A}$).

As funções e valores próprios de \hat{A} , que representaremos respectivamente por $\{\phi_k(x)\}$ e $\{k\}$, satisfazem, por definição, a equação

$$\hat{A} \phi_k = k \phi_k , \quad (1.4)$$

ou seja (k é constante)

$$\phi_k = C e^{ikx} , \quad (1.5)$$

se integrarmos (1.4); C é arbitrário e independente de x .

Consideremos os elementos de $\{\phi_k(x)\}$ que pertencem a $\{f(x)\}$, isto é, que gozam da propriedade (1.1):

$$\phi_k(-\ell) = \phi_k(\ell) \rightarrow e^{2ik\ell} = 1 ,$$

ou seja $2k\ell = 2\pi n$, n inteiro e qualquer. Obtem-se assim o espectro de \hat{A} :

$$k_n = \frac{\pi}{\ell} n , \quad n = 0, \pm 1, \pm 2, \dots . \quad (1.6)$$

Como o espectro de qualquer operador hermitico, $\{k_n\}$ é real.

Representemos por $\phi_n(x)$ a função própria normalizada de \hat{A} associada a k_n :

$$\phi_n(x) = \frac{e^{ik_n x}}{\sqrt{2\ell}} , \quad \int_{-\ell}^{+\ell} \phi_n^*(x) \phi_n(x) dx = 1 . \quad (1.7)$$

De $(\phi_m, \hat{A}\phi_n) = k_n(\phi_m, \phi_n)$, $(\hat{A}\phi_m, \phi_n) = k_m(\phi_m, \phi_n)$, e de (1.3)

teremos, por ser $k_m \neq k_n$ para $m \neq n$,

$$(\phi_m, \phi_n) = \delta_{mn} , \quad (1.8)$$

onde δ_{mn} é o símbolo de Kronecker. Os $\{\phi_n(x)\}$ são, pois ortonormais.

$\{\phi_n(x)\}$ é um sub-conjunto de $\{f(x)\}$.

2 - Sistema completo dos $\{\phi_n(x)\}$ Séries complexas de Fourier

Os $\{\phi_n(x)\}$, sendo funções próprias dum operador hermitico, não fogem à regra geral das funções próprias de tais operadores constituírem um sistema completo de funções. Esta proposição (que não demonstraremos aqui para os $\{\phi_n(x)\}$) é equivalente a afirmar que " dada uma função qualquer do conjunto $\{f(x)\}$ é sempre possível representá-la como uma combinação linear dos $\{\phi_n(x)\}$ ":

$$f(x) = \sum_{n=-\infty}^{n=+\infty} c_n \phi_n(x) , \quad \phi_n(x) = \frac{e^{\frac{i\pi}{l}nx}}{\sqrt{2l}} , \quad (2.1)$$

onde

$$c_n = (\phi_n, f) . \quad (2.2)$$

Os $\{c_n\}$ são obtidos multiplicando (2.1) por $\phi_n^*(x)$ e integrando em $-l \leq x \leq l$; as relações de ortonormalidade (1.8) dão imediatamente (2.2).

Portanto, a série complexa de Fourier (2.1) converge em qualquer ponto de $-l \leq x \leq l$ e representa $f(x)$ nesse ponto, se esta função for elemento do conjunto $\{f(x)\}$ (ver Ref. [1; p. 447]).

Se x_0 é um ponto de descontinuidade duma função de $\{f(x)\}$, a série (2.1) tem o valor (ver Nota (1)):

$$f(x_0) = \frac{1}{2} [f(x_0 - 0) + f(x_0 + 0)] . \quad (2.3)$$

Para provar (2.3) substituamos $f(x)$ no intervalo $x_0 - \delta \leq x \leq x_0 + \delta$, $\delta > 0$, centrado em x_0 e suficientemente pequeno para que não contenha mais descontinuidades de $f(x)$, pelo segmento de recta AB, como mostra a Fig. 2.

O ponto M em que AB corta a ordenada que passa em x_0 é definido por $[x_0, \bar{f}(x_0)]$ onde $\bar{f}(x_0) = \frac{1}{2} [f(x_0 - \delta) + f(x_0 + \delta)]$. É evidente que a série (2.1) da função seccionalmente contínua constituída por $f(x)$ fora de $x_0 - \delta \leq x \leq x_0 + \delta$ e por AB dentro deste intervalo, dá a ordenada do

ponto M para $x = x_0$. E se fizermos tender δ para zero, obtemos em x_0 o valor (2.3).

Como $\phi_n(x) = \phi_n(x + 2m\ell)$ para n e $m = 0, \pm 1, 2, \dots$, de (2.1) vem
 $f(x) = f(x + 2m\ell)$.

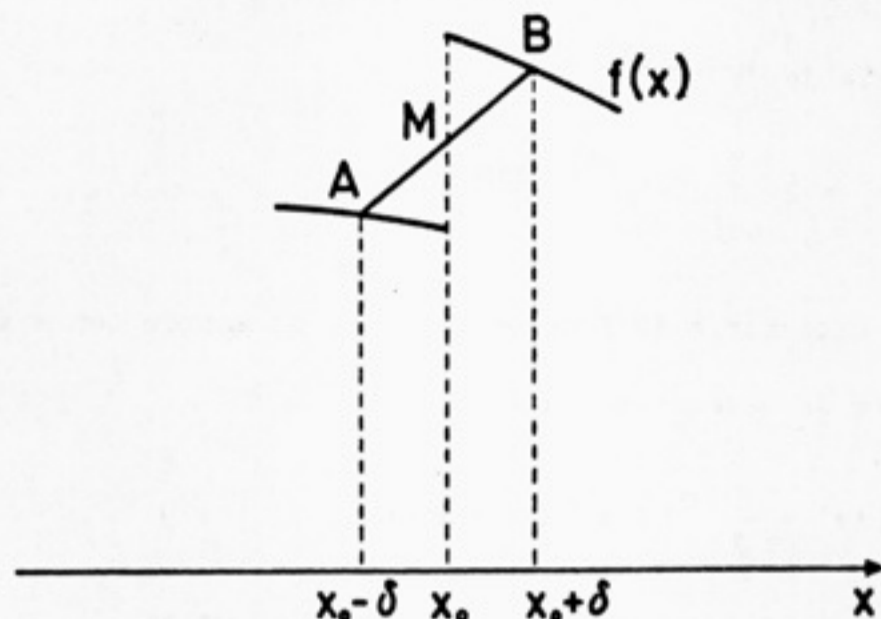


Fig. 2

Exemplo [1; p. 441]

Consideremos a função periódica de período 2π (Fig. 3). Como veremos, só na aparência esta função parece não respeitar a condição de fronteira (1.1): $f(-\pi) = f(\pi)$.

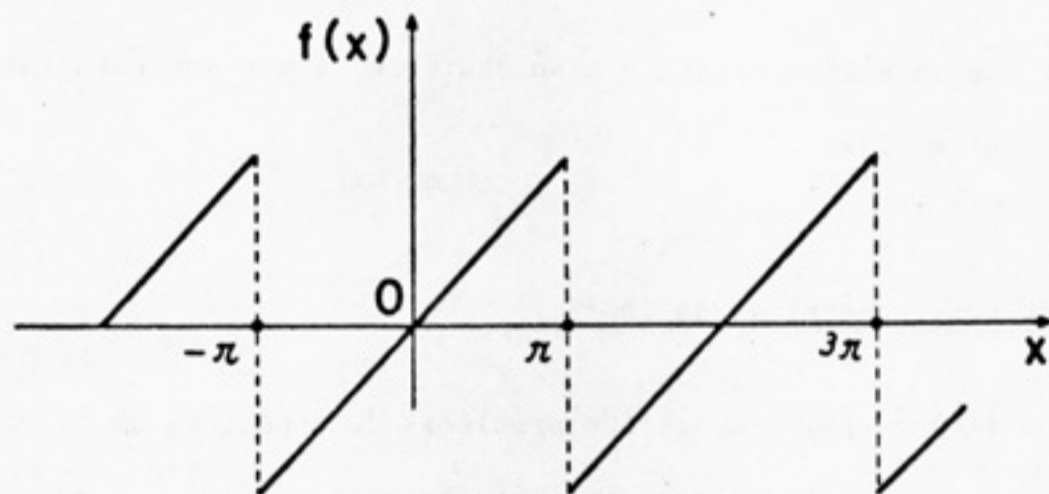


Fig. 3

Os $\{c_n\}$ definidos em (2.2) são neste caso ($\ell = \pi$):

$$c_n = \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \int_{-\pi}^{\pi} e^{-inx} x dx,$$

ou, integrando por partes,

$$c_0 = 0, \quad c_n = \frac{(-1)^{n+1} \sqrt{2\pi}}{in}, \quad n \neq 0.$$

Neste caso (2.1) dá,

$$f(x) = \sum_{n=1}^{\infty} \frac{(-1)^{n+1}}{in} (e^{inx} - e^{-inx})$$

ou, pela fórmula de Moivre⁽²⁾,

$$f(x) = 2 \sum_{n=1}^{\infty} (-1)^{n+1} \frac{\sin(nx)}{n}$$

Para $x = \pm \pi$ esta série de Fourier anula-se de acordo com o seu valor

(2.3) num ponto de descontinuidade:

$$f(\pm\pi) = \frac{1}{2} [f(\pm\pi - 0) + f(\pm\pi + 0)] = 0 .$$

Deste modo, as condições periódicas de fronteira (1.1) são, de facto, respeitadas.

Para $x = \frac{\pi}{2}$, isto é, $f(\frac{\pi}{2}) = \frac{\pi}{2}$, obtem-se a série de Gregory:

$$\frac{\pi}{4} = \sum_{p=0}^{\infty} \frac{(-1)^p}{2p+1} .$$

Notar que na série de $f(x) = x$ só aparecem senos por esta função ser impar: $f(-x) = -f(x)$.

3 - Séries trigonométricas de Fourier

Quando $f(x)$ é real e em certos problemas de condições de fronteira é mais adequado usar uma expansão trigonométrica para $f(x)$. O que não quer dizer que a série complexa (2.1) não se possa também usar nestes casos, como se viu no exemplo da secção 2.

Definamos, então, para $n = 0, 1, \dots$,

$$C_n(x) = \frac{\cos(\frac{\pi}{l} nx)}{\sqrt{l}} , \quad S_n(x) = \frac{\sin(\frac{\pi}{l} nx)}{\sqrt{l}} . \quad (3.1)$$

(2) $e^{i\theta} = \cos \theta + i \sin \theta$

$\{C_n(x)\}$ e $\{S_n(x)\}$ são sub-conjuntos de $\{f(x)\}$. As paridades das funções (3.1) em relação a n e a x são iguais: $C_n(x)$ é par e $S_n(x)$, ímpar ($S_0(x) \equiv 0$).

Aplicando a fórmula de Moivre (Nota (2)) a (1.7), vem

$$\phi_n(x) = \frac{1}{\sqrt{2}} [C_n(x) + i S_n(x)], \quad \phi_n^*(x) = \phi_{-n}(x), \quad (3.2)$$

e à série (2.1),

$$f(x) = \frac{a_0}{2} C_0(x) + \sum_{n=1}^{\infty} [a_n C_n(x) + b_n S_n(x)], \quad (3.3)$$

onde os novos coeficientes $\{a_n\}$ e $\{b_n\}$, que são combinações lineares dos antigos $\{c_n\}$, se podem determinar directamente de (3.3), usando as relações de ortonormalidade

$$(C_m, C_n) = (S_m, S_n) = \delta_{mn}, \quad m \geq 1 \quad \text{e} \quad n \geq 1, \quad (3.4)$$

$$(C_0, C_n) = 2\delta_{0n}, \quad (C_m, S_n) = 0, \quad m \geq 0 \quad \text{e} \quad n \geq 0.$$

Para tanto, bastará multiplicar ambos os membros de (3.3) por $C_n(x)$, ou por $S_n(x)$, e integrar o resultado em $-\ell \leq x \leq \ell$:

$$a_n = (C_n, f), \quad b_n = (S_n, f). \quad (3.5)$$

Para obter (3.4) substitui-se (3.2) em (1.8) e separa-se a parte real da imaginária:

$$(C_m, C_n) + (S_m, S_n) = 2\delta_{mn}, \quad (C_m, S_n) = (C_n, S_m).$$

Partindo de $m \geq 0$ e $n \geq 0$ e, mudando n em $-n$ nestas equações, chega-se imediatamente a (3.4), se atendermos à paridade de $C_n(x)$ e $S_n(x)$.

A expansão (3.3) é constituída só por cossenos, ou só por senos, conforme $f(x)$ é par ou ímpar.

4. Soluções periódicas da equação de onda

A descrição dos fenômenos físicos obedece, nuns casos, rigorosamente, noutros, com um grande grau de aproximação, à equação de onda (considera-se uma só dimensão)

$$\frac{\partial^2 u}{\partial x^2} = \frac{1}{c^2} \frac{\partial^2 u}{\partial t^2} \quad (4.1)$$

A Eq. (4.1) é linear. Ela admite como soluções periódicas⁽³⁾ as ondas planas ($k, \omega, a = |a| e^{i \arg(a)}, b = |b| e^{i \arg(b)}$ são constantes)

$$a e^{i(kx - \omega t)}, \quad b e^{i(kx + \omega t)}, \quad (4.2)$$

se, como um simples cálculo o prova,

$$\omega^2 = c^2 k^2 \quad (4.3)$$

As constantes ω e k são, respectivamente, a frequência (angular) e o número de onda de (4.2); $|a|$ e $|b|$, as suas amplitudes; $\arg(a)$ e $\arg(b)$, as suas diferenças de fase.

A superfície de onda de $a e^{i(kx - \omega t)}$ é o plano que se obtém pondo $kx - \omega t = A$, A constante, isto é,

$$x = \frac{\omega}{k} t + \frac{A}{k}.$$

Trata-se da equação dum plano perpendicular ao eixo dos x' s e que se move no sentido positivo desta direcção (x cresce com t) com a velocidade $\omega/k = c$ (ver (4.3)). De modo análogo a superfície de onda de $b e^{i(kx + \omega t)}$ propaga-se no sentido negativo do eixo dos x' s com a mesma velocidade.

(3) A Eq. (4.1) tem soluções não periódicas como, por exemplo,

$$e^{-(px + qt)}, \quad q^2 = c^2 p^2.$$

O comprimento de onda (período espacial) λ e o período temporal T das ondas planas (4.2) são dados por

$$\lambda = \frac{2\pi}{k}, \quad T = \frac{2\pi}{\omega}, \quad \lambda = cT. \quad (4.4)$$

Estas ondas podem combinar-se, reforçando-se, aniquilando-se, ou tornando-se estacionárias. Consideremos, então, o conjunto das funções do tipo (4.2), soluções de (4.1), que se obtêm fazendo k percorrer todo o espectro de \hat{A} (ver (1.6)). Definamos também o semi-período temporal

$$\tau = \ell / c. \quad (4.5)$$

Qualquer combinação linear dos elementos deste conjunto,

$$u(x,t) = \sum_n \phi_n(x) (a_n e^{i\omega_n t} + b_n e^{-i\omega_n t}), \quad (4.6)$$

$$\phi_n(x) = \frac{e^{ik_n x}}{\sqrt{2\ell}}, \quad k_n = \frac{\pi}{\ell} n, \quad \omega_n = \frac{\pi}{\tau} n,$$

devido à linearidade de (4.1), será uma das soluções periódicas desta Eq. (de período 2ℓ no espaço e 2τ no tempo), se o cálculo ulterior dos $\{a_n\}$ e $\{b_n\}$ (notar que estes coeficientes não são os definidos em (3.5)) conduzir a uma função bem comportada em $-\ell < x < \ell$, $-\tau < t < \tau$.

O valor de ℓ (e, portanto, o de τ , em virtude de (4.5)) determina-se em geral pelas condições de fronteira. Por exemplo, a anulação de $u(x,t)$, ou de $\frac{\partial u}{\partial t}$, em certos pontos do espaço, para t qualquer (ver problema sobre cordas vibrantes no fim desta secção).

A determinação dos $\{a_n\}$ e $\{b_n\}$ exige, porém, o conhecimento das condições iniciais do problema. Por exemplo, o perfil de $u(x,t)$ em dois instantes distintos, ou o seu perfil e o de $\frac{\partial u}{\partial t}$ no instante inicial.

Suponhamos que para $t = 0$ se tem em $-\ell < x < \ell$,

$$u(x,0) = f(x), \quad \left(\frac{\partial u}{\partial t}\right)_{t=0} = g(x). \quad (4.7)$$

De (4.6) e (4.7) vem

$$\begin{aligned} f(x) &= \sum_n \phi_n(x) (a_n + b_n) \\ g(x) &= \frac{i\pi}{\tau} \sum_n \phi_n(x) (a_n - b_n) \end{aligned} \quad (4.8)$$

ou, usando as relações (1.8),

$$\begin{aligned} a_n &= \frac{1}{2} \left[(\phi_n, f) - \frac{i\tau}{\pi_n} (\phi_n, g) \right] \\ b_n &= \frac{1}{2} \left[(\phi_n, f) + \frac{i\tau}{\pi_n} (\phi_n, g) \right] \end{aligned} \quad (4.9)$$

É claro que o desenvolvimento (4.6) se pode transformar, pela fórmula de de Moivre (Nota (2)), numa série de senos e cossenos de argumentos $k_n x$ e $\omega_n t$.

Exemplo

Consideremos um fio homogêneo, completamente elástico (corda vibrante) de tensão F constante e massa específica linear ρ constante, que na sua posição inicial se encontra ligeiramente tenso, preso a dois pontos fixos O e P (Fig. 4). O peso do fio é desprezível.

Seja $l = OP$. Afastemos o ponto médio M uma distância h ($h \ll l$) da sua posição de equilíbrio em OP : o perfil do fio será agora constituído pelos segmentos de recta OM e MP (traço a cheio na figura). Larguemos M no instante $t = 0$: o fio oscilará em torno da posição de equilíbrio OP , mantendo-se no plano inicial OMP porque as tensões entre os pequenos segmentos em que se pode decompor o fio são complanas.

Representemos por $u(x, t)$ a ordenada dum pequeno segmento do fio de abcissa x no instante t : a equação do movimento de $u(x, t)$ é, aproximadamente, a Eq. (4.1) com $c^2 = F/\rho$ (ver [2; p. 31]).

As condições de fronteira a que satisfaz $u(x, t)$ são, pois,

$$u(0, t) = u(l, t) = 0 \quad (a)$$

para t qualquer. As condições iniciais ($t = 0$) são o perfil do fio (ver Fig. 4),

$$u(x,0) = \frac{2h}{l} x \quad , \quad \text{se } 0 \leq x \leq \frac{l}{2}$$

$$u(x,0) = \frac{2h}{l} (l-x) \quad , \quad \text{se } \frac{l}{2} \leq x \leq l$$
(b)

e o perfil das velocidades das ordenadas,

$$\left(\frac{\partial u}{\partial t}\right)_{t=0} \equiv 0 \quad .$$
(c)

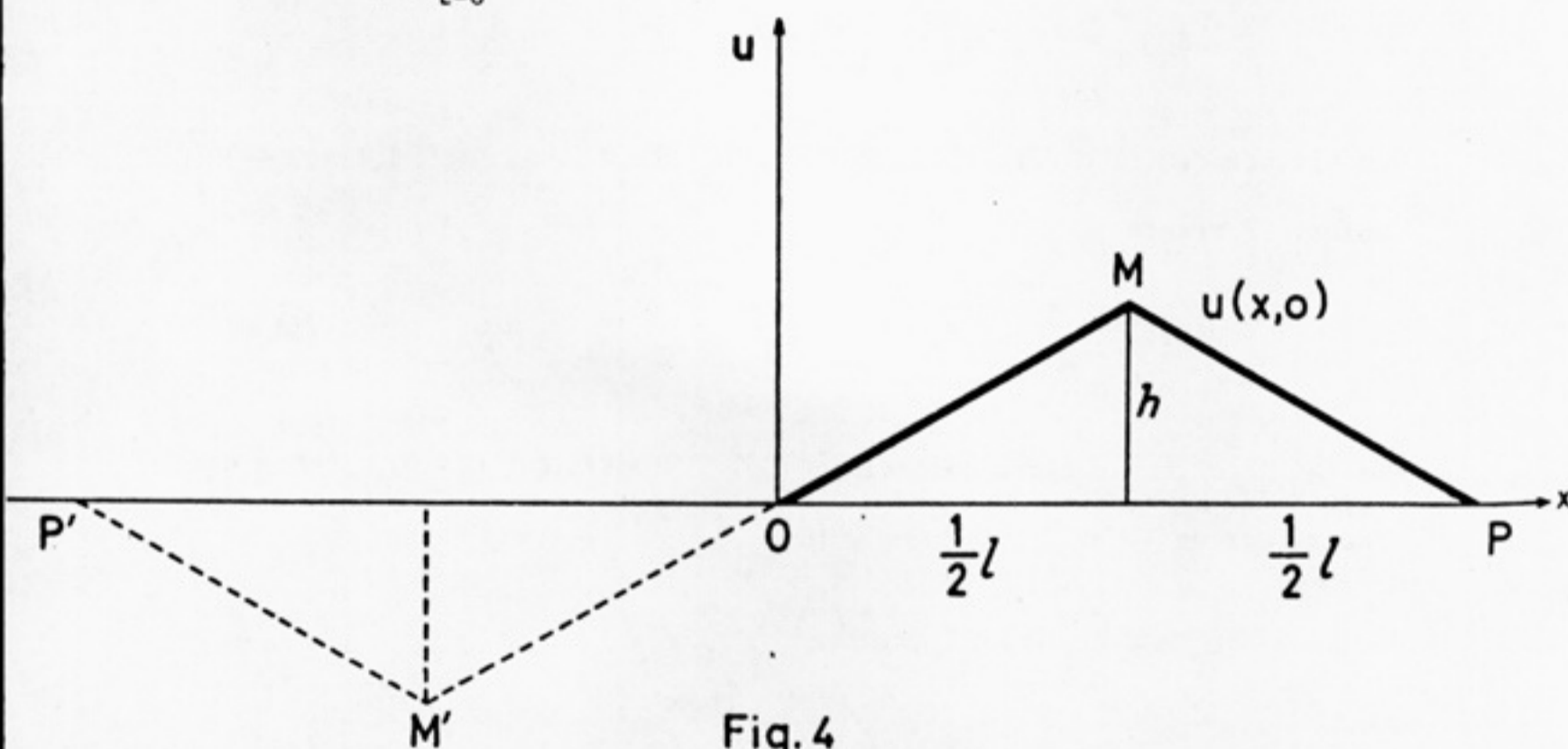


Fig. 4

Só a parte imaginária de $\phi_n(x)$ na série (4.6) satisfaz as condições de fronteira (a). Na verdade, para $x = 0$, é sempre $\cos(k_n x) = 1$. Portanto, a expansão (4.6) de $u(x,t)$ é, neste caso,

$$u(x,t) = \sum_{n=1}^{\infty} S_n(x) (\alpha_n \cos \omega_n t + \beta_n \sin \omega_n t) \quad ,$$
(d)

onde os $\{\alpha_n, \beta_n\}$ são novos coeficientes a determinar pelas condições (b) e (c). O período espacial de $u(x,t)$ é $2l$ e o temporal, $2l/c$ (ver (4.5)).

A Eq. (d) mostra que $u(x,t)$ e $\frac{\partial u}{\partial t}$ são funções ímpares de x :

$$u(-x,t) = -u(x,t) \quad , \quad \frac{\partial u(-x,t)}{\partial t} = -\frac{\partial u(x,t)}{\partial t} \quad .$$
(e)

O perfil de um período espacial completo de $u(x,0)$, compreendido entre $-l$ e $+l$ é constituído pelos segmentos $P'M'$, $M'O$, OM e MP da Fig. 4.

Para $t = 0$ obtem-se de (d)

$$\left(\frac{\partial u}{\partial t}\right)_{t=0} = - \sum_{n=0}^{\infty} \beta_n \omega_n S_n(x) ,$$

donde, usando as relações de ortonormalidade (3.4)

$$\beta_n \omega_n = - (S_n, \left(\frac{\partial u}{\partial t}\right)_{t=0}) = 0 ,$$

em virtude de (c) e (e). Como $\omega_n \neq 0$, $n = 1, 2, \dots$, os $\{\beta_n\}$ são todos nulos. Portanto

$$u(x,t) = \sum_{n=1}^{\infty} \alpha_n S_n(x) \cos \omega_n t . \quad (f)$$

Os $\{\alpha_n\}$ obtêm-se agora das relações (3.5) (notar que $u(x,0) S_n(x)$ é uma função par de x):

$$\alpha_n = 2 \int_0^l u(x,0) S_n(x) dx ,$$

ou seja

$$\alpha_n = \frac{8h \sqrt{l}}{\pi^2 n} \sin(n \frac{\pi}{2}) , \quad (g)$$

se atendermos às condições iniciais (b). No cálculo de (g) é conveniente substituir $S_n(x)$ por $e^{ik_n x} / \sqrt{l}$ e, uma vez feita a integração, considerar somente a parte imaginária da exponencial.

Os $\{\alpha_n\}$ são nulos quando n é par. Pondo $n = 2p+1$, $p = 0, 1, \dots$, vem para (f)

$$u(x,t) = \frac{8h}{\pi^2} \sum_{p=0}^{\infty} \frac{(-1)^p}{(2p+1)^2} \sin(k_{2p+1} x) \cos(\omega_{2p+1} t) \quad (h)$$

$$k_{2p+1} = \frac{\pi}{l} (2p+1) , \quad \omega_{2p+1} = c k_{2p+1} .$$

Esta expressão permite-nos calcular uma nova série para π . Das condições iniciais (b) ou da Fig. 4 tira-se $u(\frac{\ell}{2}, 0) = h$, ou seja

$$\frac{\pi^2}{8} = \sum_{p=0}^{\infty} \frac{1}{(2p+1)^2} .$$

5 - Uma Representação da Função de Dirac

Consideremos o integral de (2.2)

$$c_n = \int_{-\ell}^{+\ell} \phi_n(x') f(x') dx' .$$

Introduzindo esta forma explícita de c_n em (2.1) e supondo que é possível trocar a ordem dos sinais de soma e de integração, vem

$$f(x) = \sum_{n=-\infty}^{+\infty} f(x') \delta(x-x') dx' , \quad (5.1)$$

onde (notar que $\phi_n^*(x') \phi_n(x) = e^{ik_n(x-x')} / (2\ell)$),

$$\delta(x-x') = \sum_{n=-\infty}^{n=+\infty} \phi_n^*(x') \phi_n(x) , \quad (5.2)$$

é a função δ de Dirac⁽⁴⁾.

Qualquer sistema completo de funções ortonormais goza da propriedade (5.2). Portanto, (5.2) é uma das representações possíveis da função δ .

Entre as propriedades de δ , além de (5.1), destacaremos mais duas: é uma função par e o seu integral estendido ao domínio da definição do sistema completo de funções é igual à unidade,

$$\delta(x-x') = \delta(x'-x) , \quad \int_{-\ell}^{+\ell} \delta(x-x') dx' = \int_{-\ell}^{+\ell} \delta(x'-x) dx = 1 \quad (5.3)$$

É fácil provar formalmente as relações (5.3). Basta usar as relações (3.2) no caso da primeira e notar que $(\phi_m, 1) = \sqrt{2\ell} \delta_{0m}$,

(4) δ é, mais propriamente, uma distribuição (ver Ref. [3]).

$\phi_0 = 1/\sqrt{2l}$, no caso da segunda. O mesmo se pode dizer de (5.1): a simples substituição da série (5.2) em (5.1) conduz imediatamente ao desenvolvimento (2.1), como é de esperar, em virtude da definição de δ .

Estas considerações nada nos dizem sobre a convergência da série (5.2). Modificando ligeiramente os seus termos é, porém, possível transformar (5.2) na série de Fourier duma função periódica, $\Delta_\epsilon(x-x')$, $\epsilon > 0$, pertencente a $\{f(x)\}$ (secções 1 e 2), a qual, portanto, convergirá em qualquer ponto de $-\ell \leq x \leq \ell$. A série de $\Delta_\epsilon(x-x')$ goza, como veremos, das propriedades (5.3) de δ e a soma dos seus termos de ordens compreendidas entre $-m$ e $+m$, quando inserida em (5.1) no lugar de δ , reproduz a soma dos termos das mesmas ordens da série (2.1) para $f(x)$.

A função $\Delta_\epsilon(x-x')$ é nula em $-\ell \leq x \leq \ell$, excepto num pequeno intervalo, como se mostra na Fig. 5:

$$\Delta_\epsilon(x-x') = \begin{cases} 0, & \text{se } -\ell \leq x < x' - \frac{\epsilon}{2} \text{ ou } x' + \frac{\epsilon}{2} < x \leq \ell \\ \frac{1}{\epsilon}, & \text{se } x' - \frac{\epsilon}{2} < x < x' + \frac{\epsilon}{2} \\ \frac{1}{2\epsilon}, & \text{se } x = x' \pm \frac{\epsilon}{2} \end{cases}$$

O cálculo dos coeficientes (2.2) da sua série de Fourier conduz imediatamente às somas parciais desta série ($m > 0$),

$$\Delta_{\epsilon,m}(x-x') = \sum_{n=-m}^{n=+m} \frac{2 \sin(k_n \epsilon/2)}{k_n \epsilon} \phi_n^*(x') \phi_n(x), \quad (5.4)$$

donde

$$\Delta_\epsilon(x-x') = \lim_{m \rightarrow \infty} \Delta_{\epsilon,m}(x-x'). \quad (5.5)$$

Notar que o coeficiente de $\phi_0^*(x') \phi_0(x)$ é 1 porque $k_0 = 0$.

A demonstração das propriedades (5.3) para $\Delta_{\epsilon,m}$ e Δ_ϵ é análoga à que foi feita para δ . No caso de Δ_ϵ pode também ser obtida a partir da Fig. 5, trocando x' com x e notando que o pequeno rectângulo tem uma área igual à unidade.

Consideremos, finalmente, o integral (ver (2.2))

$$\int_{-\ell}^{+\ell} f(x') \Delta_{\epsilon,m}(x-x') dx' = \sum_{n=-m}^{n=+m} \frac{2 \sin(k_n \epsilon/2)}{k_n \epsilon} c_n \phi_n(x). \quad (5.6)$$

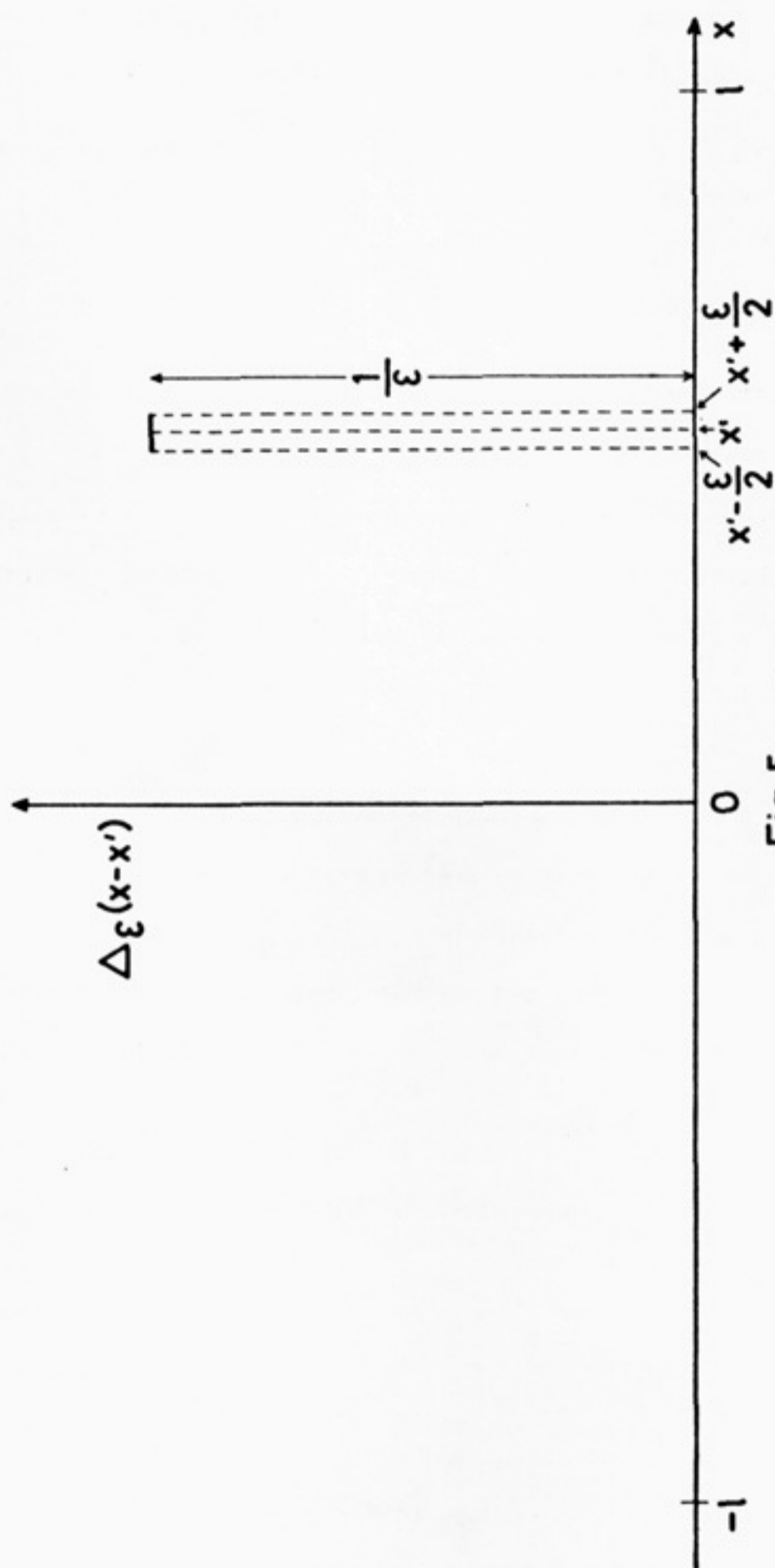


Fig.5

Para $m (>0)$ fixo, é sempre possível escolher ϵ de tal maneira que $k_m \epsilon / 2 \ll 1$. Nestas condições o coeficiente de $c_{\pm m} \phi_{\pm m}(x)$ é ~ 1 , o mesmo acontecendo com todos os outros coeficientes do integral (5.6), pois $|k_n| < k_m$ se $|n| < m$ (ver (1.6)).

Para tal valor de ϵ virá, portanto,

$$\int_{-l}^{+l} f(x') \Delta_{\epsilon, m}(x-x') dx' \approx f(x)$$

se m for convenientemente escolhido (não esquecer que a série (2.1) converge em qualquer ponto de $-l < x < l$).

Vê-se, pois, que δ é aproximada pelas funções $\Delta_{\epsilon, m}$, somas parciais da série de Fourier (convergente) de Δ_{ϵ} . Assim, quanto mais estreito e alongado for o rectângulo da Fig. 5, de modo a manter a sua área constante e igual à unidade, mais ele se avizinha de δ .

Notemos ainda a analogia formal entre as relações de ortonormalidade (1.8) e a representação (5.2) de $\delta(x-x')$: a primeira é um somatório de $\phi_m^*(x) \phi_n(x) dx$ sobre os valores da variável contínua x pertencentes a $-l < x < l$; a segunda, um somatório de $\phi_n^*(x') \phi_n(x)$ sobre os valores da variável inteira n em $-\infty < n < \infty$. Pode, pois, dizer-se que $\delta(x-x')$ é a extensão a variáveis contínuas do símbolo de Kronecker.

P. DE A. P. MARTINS

Departamento de Física da Universidade de Coimbra

Referências

- [1] R. Courant, "Differential and Integral Calculus", Vol. 1, 2nd ed., Blackie and Son Ltd, London, 1948.
- [2] C. A. Coulson, "Waves", Oliver and Boyd, London, 1944.
- [3] A. Messiah, "Quantum Mechanics", Vol. 1, Appendix A, North-Holland, Amsterdam, 1961.

ESCADAS DE QUEBRA COSTAS

Mia um gato diante dos meus olhos e arrima-se para debaixo de um carro. Sou eu que me aproximo. Guarda-se de mim e espia as minhas pernas. Começo a subir as Escadas de Quebra-Costas e conto as vezes que as subo, durante o dia. Perco-me nelas, desde há muito.

No patamar da velha casa, com janelas de vidro, do meu lado esquerdo, ei-lo, esse cão nababo apontando-me os dentes, rosnando, pesado. Lembra-me um porco de criação. Arregaço as mangas, acerto o passo (essa mania minha das passadas certeiras e rítmicas) e penso: cão estúpido. Na casa dos móveis, do lado direito, montra nova metalizada, espera uma garota os seus clientes. Passa o tempo agarrada às unhas, roendo-as (não gostava nada de ser unha... a trincarem-me daquele jeito!). Espreita-me. Eu finjo que não vejo, embora a espie pelo canto do meu olho direito. É mamuda e baixa. Ama um homem atravancado, sisudo e 'suicida' como ela (os suicidas gostam dos suicidas). Há seis anos que eu sei deles. Assisti-lhes ao namoro. Agora, contemplo-os no beijo rotineiro e resignado do dia a dia: beijo de cadáveres. Ela, por vezes, ainda possui um sorriso claro. O meu amigo alfaiate diz que é um riso uterino, sem macho. Por falar dele, ei-lo à janela, atirando-me:

- Então o básquete?
- Pingolinhas... — defendo-me.
- Moinices (dou-lhe razão).

A mulher dele ajuda também. Hoje, deve ter-se esquecido da dentadura e parece que está a aprender a falar:

— Olhe que ele é um malandro — saem-lhe as palavras embrulhadas.

Passa uma miúda. Afunda as nádegas e trá-las de novo à tona. Como um barco no alto mar.

— Pssss.... — um garoto mete-se com ela. Levanta a pasta do chão e ginga do mesmo jeito.

— Eu preciso tanto — roga o companheiro.

— Vou dizer à tua mãe.

— Ora, é da TV — ombreia o colega. E afrouxa na pedalada da subida. Apanha um papel do chão e mete-o no bolso. Na torre dos lentes, a 'cabra' cacareja.

— Olha a escola! — grita um dos garotos. E catrafilam-se em marcha acelerada. Curvam os dizeres. Mas eis que escuto um burburinho estranho. Volto-me e, no fundo da subida, à curva do Arco de Almedina, uma sarabanda de mulheres ensaia um arraial de galhetas. Uma senhora fina abanica-se em frente da boleira e esta chama-lhe:

— Sua cricalha.

Esbofeteiam-se. Empurram-se. Retrancam-se. Goelam-se. Puxam os cabelos uma da outra. Bem vistas as coisas, é uma teia de aranha que neles se desenha. Do cimo de Sobre-Ripas, eu assobio e miro a cena. Mestre alfaiate diz:

— Olhem a pouca vergonha que ali vai! — franzina o nariz.

A senhora da livraria, debaixo dos óculos de lentes grossas, chega-se também. Não fala e é difícil saber se ri ou se está séria.

— Liberdades — grunhe a rabuja dos galos na cabeça; é feia, velha e chata. Não aprendeu mais nada a não ser o comentário do costume: «liberdades». E di-lo como se fosse presidente do município.

A amiga reformada das bolachas, benfeitora de cães e de gatos, não podia faltar. Desce as escadas e quase resvala na esquina de uma, tal é a atenção prestada à pega das galdérias.

— Se alguma vez se viu coisa assim! — comenta.

De seguida, amaldiçoa as escadas (elas é que se não de importam com isso) e apressa-se ao mercado, a comprar carapaus para os gatos. Vem também a velhinha da porta em frente do

convento da Sé. É simpática e frenética. Bole os dedos das mãos, o queixo, os olhos, o pescoço. Todo o seu corpo é um delírio de nervoso miudinho. Mas todos nós gostamos dela. Outra coisa aparece: o cauteleiro. Traz água na fervura. E há-de ter morte macaca. Mói com pau de vassoura a miséria da mulher e não olha diretamente para ninguém. Saltita a roncar:

— Amanhem-se.

Enquanto o polícia, coitado, se afana para sossegar as barulhentas. Como ele sua! Por um momento, parece hesitar. Depois, entre elas e um carro mal estacionado, decide-se pelo carro e passa uma multa. Cumprimenta um Dr. que passa e este incha ao ser reconhecido. Entretanto, o vendedor de canetas lastima-se:

— Havia de ser logo nas minhas barbas. Santas mulheres, não me estraguem o negócio.

E eu (que faço eu?) traço o meu caminho. Subo mais cinco lances, pequenos e nodosos. Penso numas trouxinhas de carne. Como elas me ensalivam a boca, meu deus! A mulher de mestre alfaiate sorri, mas não mostra as gengivas. A mulher de mestre alfaiate é uma senhora simpática. E eu digo:

— Bom. Vou andando...

— Isso. Com Deus é que é o caminho.

As desentendidas afrouxam o burburinho. Tenho vontade de dizer uma coisa, mas não digo. O electricista descobre-me e trava o passo:

— Pescador da agrela!

— Felino — digo eu.

— A vida?, pergunta e coça o cabelo.

— Tristinha.

— Some-te.

É o que eu quero fazer. Aos poucos, difundo-me. Fico transparente. Mas se me perguntardes o que eu vi, dir-vos-ei que nada vi. Nem beliscadura, nem arranhão de gente. Não sou testemunha de nada. À minha frente, o velho das duas bengalas lesma-se ao descer as escadas e larga umas bufas.

— Velho porco — penso eu.

Está um miúdo ao cimo delas, a contar caricadas. Ouço-o muito bem. Dezanove, vinte, vinte e um, vinte e dois e...

— Larga! — puxa com violência — Essa é minha.

O amigo conta alternadamente. Se fosse eu, já me tinha enganado. Continua:

— ... vinte e três, vinte e quatro, vinte e cinco... — esconde os cromos no cós roto das calças. Tem as mãos sarapintadas de sujo e não vê a nuvem negra do lado do poente. Somos capazes de ter chuva, não tarda muito. No entanto, o resto do céu é azul e as escadas estão prenhes das marcas das solas dos nossos sapatos e das nossas botas e das cagadas dos cães e das pinturas políticas. No fundo das paredes, a ladearem-nas, verte-se um fedor a mijó e a baba de cão que faz cama nas calçadas. Mas quem vejo eu, agora? O Cardoso. Parece-me zangado e passeia um petromax nas mãos e chamam-lhe doido. Dele, mofam duas moças. O empregado do café da esquina, mofa também. E uma dona saindo da farmácia lamuria um rosário de queixas e tristezas. Ele não faz caso. Tresanda a vinho pelos calos dos dedos dos pés e está feliz. (É preciso que as coisas façam sentido para que se seja feliz? Ora aí tendes o que vos preocupa: a felicidade. Aquele doido é feliz. O basalto e o cimento das escadas não o preocupam. A Marisa e a Clara não o preocupam. Nem o João. Tu também não. Eu não o preocupo. E, no entanto, o cimento e o basalto das escadas têm sido gastos por quase todos nós. As suas esquinas estão polidas pelos arrastos da nossa importância. Bem sabes, a Marisa é muito importante. Tal como a Clara. E o João. Tu também és importante. Eu sou importante. Mas para ele, a nossa importância é chalaça).

Do lado do salão de jogos que eu já não atino daqui, a garotada diverte-se em cima de uma bugiganga e o safardana do cauteleiro aguça, de novo, a boca para desovar meia dúzia de palavras duras e broncas. É nero e rançoso. Quando o vejo guardar a motorizada no atriozinho da sua casa, reparo que poisa a máquina, devagar, e lambe-a como bicho, logo desatando nessa

brutidade de pancadaria e asneiras sobre a mulher. Ele é muito bera, todos o sabem.

Eu chego, finalmente, ao cimo das escadas. O sacristão da Sé, olha-me nequício e invejoso. Não o conheço. Nem frequento as suas paragens. Nem pertencço aos seus aposentos sagrados. O cónego está de saída e dizem que usa cilícios por baixo da batina, talvez para se mortificar. Olha-se para ele e vê-se logo que é lavrador da morte. Consta que fala dela em cada sermão. Deve ser uma coisa aborrecida e tétrica. Mestre alfaiate, que me veio na peugada, ainda me caçoa:

— Vai um copo?

— Nicles — digo eu.

E apresso-me todo importante.

Coimbra, Dezembro de 1979

FRANCISCO DUARTE AZEVEDO

Faint, illegible text, possibly bleed-through from the reverse side of the page.

CONVENTO DE SAN MARCOS

Isolado na paisagem que o circunda, o vetusto mosteiro hieronimita de S. Marcos situa-se na freguesia de S. Silvestre, a aproximadamente 13 Kms ONO de Coimbra, nas cercanias da EN n.º 111, Coimbra — Figueira da Foz.

Já estudado sob o aspecto artístico, é escassamente conhecido do ponto de vista histórico, situação paradoxal em face da vasta documentação que dele existe (1).

Este nosso despretencioso trabalho pretende ser somente uma introdução estética ao convento de S. Marcos e um introito a um projectado estudo ácerca da fundação, propriedades, títulos e demais aspectos que interessem a este cenóbio na sua vida contemplativa e no seu contacto com as povoações circundantes, que ele necessariamente influenciou.

Em situação privilegiada, das suas imediações disfrutam-se largos horizontes, de uma singular policromia. A nascente desenha-se, logo acima dos montes de Miranda, a Lousã; a poente os fugidios campos de Soure; a sul o cenário é ocupado pelos campos mondeguiños e pelas elevações do Espinhal. Era pois o lugar propício para João Gomes da Silva instituir a capela que, na doação de D. Brites de Menezes, se transforma em convento e onde, mais tarde, depois de passar por mãos particulares com a extinção das ordens religiosas, vem a erguer-se, na parte da adega e celeiro, o palácio (2) que serviu de residência aos descendentes do ramo

(1) Sobre este assunto ver ESTEVENS (Manuel Santos), *Index dos Títulos do Cartório do Mosteiro de S. Marcos*, Coimbra, 1950; e o «Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra» 1.º vol., Coimbra, 1973, pág. 121-2.

(2) Nestas obras cometeu-se um verdadeiro atentado contra o património artístico, pois além de se encurtarem as dimensões internas, adulteraram-se completamente as colunas de sustentação das arcadas da adega e celeiro.

miguelista da última dinastia portuguesa e que é hoje propriedade da Universidade de Coimbra.

Por decreto de 16-6-1910, o cruzeiro e a igreja de S. Marcos, compreendendo o túmulo dos Silvas, foram considerados monumentos nacionais.

Fundado o convento, nunca mais afrouxou a protecção real, bem como a dos Silvas, que nele erigiram o seu panteão (3).

Depois de em 1451 passarem para o património de S. Marcos os bens de Aires Gomes da Silva, não pára este mosteiro de receber doações.

Em 1464, o bispo de Coimbra, D. João Galvão, concede ao mosteiro o padroado da igreja de Vagos e em 1478 a esposa de Fernão Teles da Silva, D. Maria de Vilhena, doa-lhe, para satisfação das obrigações da sua capela, os bens de Condeixa-a-Nova.

Poucos anos antes, o sobrinho de D. Maria de Vilhena, Diogo Soares de Albergaria, e sua mulher D. Beatriz de Vilhena, tinham decidido a fundação em Santar de um mosteiro de frades jerónimos, obtendo em 1471 a licença do Bispo de Viseu e doando em 1472 os seus bens para esse fim. Durante a edificação desse mosteiro, que estava sob a invocação de Nossa Senhora da Piedade, o rei D. Afonso V promove a junção dele e dos seus bens ao mosteiro de S. Marcos, que, com o padroado da igreja de Santar, vem a receber em 1480 os bens de Santar e Sobral da Serra.

Em 1503 ocorre a última das grandes doações. D. Branca Coutinho e seu marido, João da Silva, legam ao mosteiro, para instituição de capela, os seus bens em Montemor-o-Velho, vindo o património de S. Marcos a ser ainda acrescido nesta vila com as doações de D. Maria da Silva em 1516.

A partir desta data, entra-se num período de menor afluência de doações, que só se voltam a materializar com os bens de

(3) Deste panteão, diz-nos Ramalho Ortigão o seguinte: «*O panteon dos Silvas, pelo seu incomparável conjunto, constitui o mais delicado especimen da plástica da Renascença em Portugal*».

Quimbres, cerca de 1600, deixados pela morte de Fr. Teotónio, monge da Ordem (4).

Os restantes bens que o mosteiro de S. Marcos veio adquirindo ao longo dos seus quase quatrocentos anos de existência, nunca atingiram o valor destas doações dos séculos XV e XVI.



Foto 1 — A igreja e minas do convento poucos anos antes da última reconstrução

A supressão do convento foi idêntica à de todos os outros. Depois do decreto de 30 de Maio de 1834, que extinguiu os conventos de frades, o Desembargador Corregedor de Coimbra, por ofício ao Juíz de fora de Tentúgal, Dr. António Correia Nobre, datado de Junho, ordenou a elaboração do inventário dos bens de raíz do mosteiro. O inventário iniciou-se a 20 do mesmo

(4) Para se fazer uma ideia da potencialidade económica deste mosteiro, basta lembrar que quando D. Sebastião o visitou e lá pernoitou pouco antes da partida para o trágico campo de Alcácer-Quibir, os monges de S. Marcos contribuíram para a expedição com 80.000 reis. Alguns anos atrás, no priorado de Fr. Amador Arruda, 1560 a 1566, o mosteiro pagava de quindénios a Roma 60.000 reis.

mês, na presença do fiscal da Fazenda Nacional, Dr. Miguel Caetano de Almeida Coutinho, ficando concluído em fins de Julho seguinte. A venda dos bens de S. Marcos começou a 27 de Julho, prolongando-se até 11 de Novembro de 1834, mas só posteriormente se fez a do edifício conventual e igreja.

Eis, em breve resenha, a história (que pensamos um dia explorar com mais largueza) do monumento que é objecto da exposição que vai seguir-se, restando-nos apenas, antes de entrarmos em matéria, o nosso público agradecimento a todos aqueles que de algum modo nos estimularam e apoiaram na elaboração deste estudo despretencioso. Muito em especial, deseja aqui agradecer-se:

ao Sr. Armando Carneiro da Silva, Director da Biblioteca Municipal de Coimbra, que nos deu as maiores facilidades de trabalho, chegando a ceder-nos um local de estudo no Gabinete de História da Cidade, e nos forneceu livros e dados do seu próprio arquivo;

ao funcionário Sr. António Gonçalves, que nos emprestou alguns livros de difícil procura, e a todos os outros funcionários, da biblioteca coimbrã, que sempre com a maior simpatia se collocaram ao nosso serviço;

ao Sr. Prof. Dr. António de Oliveira, que amavelmente nos corrigiu as entradas bibliográficas;

ao Sr. Arq.^o Amoroso Lopes, Director dos Serviços Regionais dos Monumentos do Centro, que, para além de nos acolher de forma tão gentil, cedeu para este trabalho as fotografias e a planta que o ilustram;

à Direcção do Instituto de Coimbra, aos Directores das respectivas classes de Artes e Letras, em cujo âmbito o nosso trabalho se insere, e à Comissão de Redacção da revista o INSTITUTO, que nos permitiram publicar este trabalho sob a sua chancela.

* * *

Em 1441, João Gomes da Silva fez instituição de uma missa quotidiana, por sua alma, na sua ermida de S. Marcos, legando para o efeito determinados bens.

Essa ermida fora fundada quando João Gomes da Silva se retirara para sua quinta também denominada de S. Marcos,

criando junto a suas casas um pequeno lugar cujos moradores eram seus foreiros (5). Grande parte destes homens era devota de S. Marcos (6), sendo de crer que nesta devoção teve a sua origem o nome da ermida.

O filho de João Gomes da Silva, Aires Gomes da Silva, partidário do Infante D. Pedro, depois de como o pai ter ocupado a alcaidaria de Montemor-o-Velho, recebeu pela primeira vez o cargo de *Regedor das Justiças*, que se tornou desde aí em honra tradicional dos Silvas (7). Partidário, como já dissemos, de D. Pedro, enfileirou nas suas hostes em Alfarrobeira (1449). Em resultado desta luta tipicamente medieval, o vencedor D. Afonso V confisca-lhe os bens, incluindo a ermida e os seus vínculos, entregando-os pouco depois à esposa, D. Beatriz de Menezes (8). Esta doou-os aos monges de S. Jerónimo a 28 de Julho de 1451, o que o rei confirma no dia 3 de Agosto. A 19 do mesmo mês, D. Beatriz mandou dar posse aos monges e, desejando a doadora que as obras se realizassem com a maior brevidade, deu todos os poderes a Fr. João Velho, monge do mosteiro do Mato (9).

Em Abril de 1452, iniciou-se, no local da pequena ermida, a construção da igreja e logo os monges começaram a celebrar os ofícios divinos, na medida em que o permitia a realização das obras, que se encontravam em grande actividade. Esta decaiu, contudo, após a morte da fundadora, ocorrida na quinta de S. Marcos, para onde se tinha retirado a conselho de Fr. João Velho, que era também o seu confessor.

Numa arrematação da quinta de S. Silvestre, a que ilegal-

(5) «O Conimbricense», n.º 5817, de 25 de Agosto de 1903.

(6) A título de informação, diga-se que S. Marcos, um dos evangelistas, recebera quando circunciso, o nome de João. Discípulo de S. Pedro e S. Paulo e colaborador deste último, viajou depois por Antioquia e ilha de Chipre, sendo, segundo a tradição, o fundador da Igreja de Alexandria.

(7) *Guia de Portugal*, 3.º vol., Lisboa, 1944, pág. 164.

(8) Da fundação de S. Marcos e da família dos Silvas, ocupar-nos-emos, como se disse, em estudo posterior, onde se fará a transcrição das doações e da confirmação régia, com outro epistolário coevo, referente ao mesmo convento.

(9) «O Conimbricense», n.º 5827, de 29 de Setembro de 1903.

mente se juntaram os bens da capela de S. Marcos, passaram estes para a posse da rainha D. Isabel, que ordenou, em 10 de Fevereiro de 1452, a sua restituição aos monges, sendo-lhes dada posse entre 15 e 24 de Maio do mesmo ano, confirmando o rei amplamente estas doações em 1453 (10).

As obras de que o mosteiro foi alvo situam-se em cinco períodos distintos: o primeiro na 2.^a metade do século xv; o segundo em 1510 e em 1522-23; o terceiro em 1559 e toda a década de 60; o quarto à volta de 1696; e o último em fins do século xviii (11).

O primeiro período de construção começou em 1452 sob a direcção do arquitecto do rei, Gil de Sousa, que, segundo o cronista da ordem hieronimita, teria já sido o construtor do mosteiro de Penha Longa. Durante doze anos as obras seguiram sob o seu olhar e foi aqui que a morte o surpreendeu, ficando a sua sepultura à entrada da igreja. Sucedeu-lhe um pedreiro morador na Zouparria, Nuno Gonçalves, privilegiado para servir nas obras do convento em 24 de Setembro de 1462.

Nada sabemos, porque nada restou, da ermida inicial. Das obras destes dois homens, Gil de Sousa e Nuno Gonçalves, ficaram o túmulo de Fernão Teles de Menezes, a arca de Aires Gomes da Silva, a estátua jacente de D. Brites de Menezes e a face de um túmulo encontrado nas obras do decénio de 40 do nosso século, no lado exterior da capela-mor, com dois escudos, Mouras e Coutinhos, entre silvedos esculpidos (12).

É ainda no período das primeiras obras que, por acordo entre os monges e a família dos Silvas, a igreja do convento se transforma em seu panteão.

A segunda fase dos trabalhos começa à volta de 1510, como testemunha a inscrição da porta principal do templo: «*Era demil V' X se fez este portal*». É neste período manuelino que se ergue o arco frontal do coro, parecendo ser também coevas as paredes, se não tiverem ainda partes quatrocentistas. Em

(10) Sobre as restantes doações, ver, *supra*, a resenha introdutória.

(11) *Inventário Artístico de Portugal*, 4.º vol. — Distrito de Coimbra, pág. 66.

(12) *Inventário*, pág. 67.

1522, Aires da Silva renova a capela-mor, de nervuras bem lançadas, rasga ao evangelho os três arcos tumulares e inicia-se o trabalho de esculpir o retábulo.

Em 1559, inicia-se o terceiro período, que Virgílio Correia e Nogueira Gonçalves chamam da renascença. Constroi-se o túmulo de João da Silva (2.º) (13), que manda igualmente fazer a sacristia e participa na construção do claustro e dos dormitórios. São também deste período as outras edificações que caracterizam a residência conventual: enfermaria, livraria, farmácia, refeitório e hospedaria.

Nos princípios de 60 e, portanto, ainda neste período, começa a construir-se a alva capela dos Reis Magos, datada por Teixeira de Carvalho entre 1566 e 1578.

Do quarto período — o de menores construções, mas com alguma importância para a visão do monumento — dá-nos testemunho o arco cruzeiro, que data de 1696. Neste final do século XVII os monges abobadaram a nave de tijolo.

A segunda metade do século XVIII marca o termo das construções monásticas, com a realização de obras complementares. É a renovação da fachada, com as janelas e portas travessas da igreja, a entrada do coro alto e a entrada do terreiro, com o cruzeiro que aparece datado de 1783.

É aqui que nos surge um erro que foi discutido e esclarecido pelos autores do *Inventário*. Frei Adriano Casimiro de St.^a Paula Pereira e Oliveira atribui a frontaria ao abadessado de Fr. João Rafael de Mendonça, coisa impossível pois este era já na altura bispo do Porto (14). O que não quer dizer que não tivesse protegido a obra, como geral dos Jerónimos e como bispo, embora isto não passe de conjectura, ainda que bastante provável (visto que Fr. João de Mendonça se cotou como grande construtor).

Já depois da sua extinção em 1834, devorou o mosteiro um gigantesco incêndio de que só se salvaram o corpo da igreja e

(13) Cf. a referência aos diversos Silvas de que se dá notícia, *infra*, no termo deste trabalho.

(14) Tomou posse da diocese nortenha em 1771. Foi geral da congregação no decénio de 60 e elevado em 1770 a bispo de Pinhel.

as partes baixas do dormitório, ficando em ruínas as restantes partes, que só se ergueram dos escombros aquando da construção do palácio da família dos Braganças.

* * *

Após esta curta apresentação das obras monásticas, vamos percorrer a igreja e as suas capelas, fazendo assim a abordagem de S. Marcos através daquilo que é sempre mais duradouro: a arte.

Quis a Providência que do incêndio de 1860 se salvasse a igreja, que neste aspecto é a obra de maior vulto.

Orientada de nascente a poente, à parte da epístola alargava-se o claustro; na sua ala norte-sul e prolongando-se para este ponto, ficava o dormitório, hoje o palácio. A norte da fachada da igreja apresenta-se a porta de carro, erguendo-se ao lado uma das mais antigas edificações: a muito alterada casa da botica.

O exterior do monumento oferece a fachada comum das igrejas barrocas, com um tom singelo e sóbrio. Tem por limiar, este templo hieronimita, uma galilé com três arcos que assentam em quatro colunas oitavadas, mirando o imponente rossio e o cruzeiro. Comporta ainda a fachada janelas que dão luz ao coro, tendo nos lados por cunhais dois botaréis, que rematam, amparando a igreja, em duas pirâmides. Surgindo em agudo das pilastras do templo, o remate do frontespício tem duas cimalthas de pedra que, reunindo-se nos meios, terminam numa cruz de dois braços.

A entrada, com portal datado de 1510, tem uma cimaltha gótica de meio círculo rendilhada e decorada de cairéis de folhagens e de colunelos, com capitéis também de folhagens e de bases compostas, tudo num manuelino flamejante-naturalista (15).

A igreja possui um altar-mor com sua banquetta, mas já sem o arco de entrada, que era de pedra de Ançã.

(15) *Inventário cit.*, pág. 68.

A abóbada, típico exemplar de estrutura polinervada, divide-se em dois tramos. Suas nervuras, em disposição estrelada, levantam-se de graciosas mísulas que são a base para teia do arte-soado. As nervuras possuem ligações decoradas com chaves discóides, vasadas e suspensas, existindo em duas o leão dos Silvas e possuindo ainda ornatos góticos e renascentistas.

Por comparação desta abóbada com a do sub-coro de Santa Cruz e a da igreja de Oliveira do Conde, pode dizer-se que foi Diogo de Castilho o seu autor, o que parece não levantar problemas. O mesmo já não se poderá dizer dos túmulos, pois Teixeira de Carvalho sustenta que são obra de Diogo Pires, o Velho, embora este tivesse como guia os desenhos de um mestre francês, certamente Nicolau Chanterene. Contrapõe-se a esta opinião o historiador de arte Reynaldo dos Santos, que atribui a Diogo Pires, o Velho, somente a realização do túmulo de Fernão Teles, atribuindo os túmulos manuelinos e renascentistas da capela-mor e capela dos Reis Magos a Diogo Pires, o Moço. Fundamenta Reynaldo dos Santos esta hipótese no facto de este *pedreyro* ter servido de testemunha no contrato pelo qual Aires da Silva obteve dos monges de S. Marcos licença para realizar os túmulos do pai e dele próprio (16).

Voltando ao altar, as janelas no seu tramo menor são de volta redonda e jorramento adornado.

Obliquamente inserem-se contrafortes nos cunhais extremos, outros na altura da divisão dos tramos e um outro, espesso e saliente, a meio do topo. Nas obras realizadas cerca de 1940 desobstruiu-se a abertura que escoava luz para o sacrário, tal como o descrevem os manuscritos de Fr. Adriano Casimiro, publicados em «O Conimbricense».

Aires da Silva dotou ainda a capela-mor com um magnífico retábulo e três arcos tumulares abertos na parede do evangelho.

Vale a pena descrever o retábulo (17), obra de Nicolau

(16) Ver o prefácio de Reynaldo dos Santos à obra *O Mosteiro de S. Marcos, segundo os ms. de Fr. Adriano Casimiro Pereira e Oliveira*, de J. M. Teixeira de CARVALHO.

(17) Acerca deste retábulo, existe uma nota curiosa numa carta do Dr. Augusto Mendes Simões de Castro, datada de 14 de Dezembro de 1876,

Chanterene, como indicam o estilo e o cronista. Trabalho «muito delicado», feito em calcário de Ançã, compõe-se de uma zona alta, muito desenvolvida, de uma baixa, que possui o sacrário e faz efeito de plinto, e de uma pequena bancada. A mesa é do século XVIII.

A zona alta recorta-se dum arco central com alto relevo que descreve a cena fundamental do retábulo: a dramática descida de Cristo da cruz, a que assiste uma grande multidão espectacularmente agitada e tendo em primeiro plano um conjunto de cavaleiros. Ladeando este monumental cenário, em dois nichos, aparecem ajoelhados os doadores: à epístola, Aires da Silva, *Regedor de Justiças*, que é apresentado por S. Jerónimo, e, ao evangelho, D. Guiomar de Castro, que é apresentada por S. Marcos. Estas figuras são perfeitamente similares às realizadas por Chanterene no mosteiro de Belém e que representam D. Manuel e a Rainha.

As pilastras, adornadas, às quais se antepõem colunelos, dão-nos a orgânica construtiva. Fontões dominam estes três corpos, com o Padre Eterno no central, rematando esta grandiosa composição, embora com certo custo, em virtude das limitações impostas pela abóbada, pouco elevada, da capela.

O corpo inferior contém o sacrário e quatro nichos, com altos relevos, correspondendo um a cada corpo lateral e dois, além do sacrário, ao médio.

Representam-se ali diversas cenas da vida do Patriarca hieronimita. Seguindo uma leitura a partir do nicho esquerdo, que tem um admirável fundo, como aliás todos os outros, encontramos S. Jerónimo com o leão, para, junto ao sacrário, vemos

para o arqueólogo Possidónio da Silva, dizendo o seguinte: «Este retábulo merecia ser photographado para o *Boletim dos Architectos*».

Ainda nesta carta existe mais um dado interessante. Antes de a igreja de S. Marcos ser pertença do bacharel Manoel Cabral de Moura Coutinho de Vilhena, o Instituto de Coimbra tentou adquirir algumas esculturas para serem conservadas na sua colecção de arqueologia.

A carta, de que transcrevemos alguns passos e onde colhemos estas informações, vem publicada em *Coimbra*, colectânea de estudos organizada pelo Instituto de Coimbra, em memória do Dr. A. M. Simões de Castro, pág. 365-6

o santo a falar aos mercadores; na parte direita, aparece-nos S. Jerónimo penitente e, por fim, a cena da sua morte.

O sacrário inicia o tipo lanterinas, que há-de prolongar-se pelo século XVII, e as pilastras divisórias, à excepção das duas menores do sacrário, mostram-nos, também da esquerda para a direita, S. Gregório, S. Sebastião, S. João Baptista e um santo bispo. Final-



Foto 2 — Os Túmulos que constituem um verdadeiro tratado de sepulcrologia: D. Bastos de Menezes, João da Silva e Aires da Siiva.

mente, rente ao altar, um friso contém medalhões e figuras de fábula, segurando escudetes que alternam com o símbolo leonino, distintivo dos Silvas. Sob os doadores aparecem os respectivos escudos: o inteiro, dos Silvas, e o partido, dos Silvas e Castros.

Formando duas composições, aparecem-nos o túmulo de D. Brites de Menezes e os túmulos do reformador Aires da Silva e de seu pai, João da Silva, que constituem «*um verdadeiro tratado de sepulcrologia desde o séc. XV ao séc. XVII, documentando as fases do imaginário que vão do flamígero ao barroco*» (18). Encontra-se o primeiro no tramo menor e os dois últimos no maior.

(18) *Coimbra e arredores*, pág. 95.

No tramo menor, da parte do evangelho, o túmulo da fundadora, D. Brites de Menezes, é uma obra manuelina, mandada fazer pelo reformador, seu neto, Aires da Silva.

A tampa tumular, com estátua jacente de D. Brites de Menezes, é, porém, da segunda metade do século xv, representando-a vestida de nona ou monja. O arco é simples, de dois colunelos, de cardinas e alfiz. O fundo é liso. A arca contém um largo pergaminho, com letreiro em capitais romanas, entre dois escudos partidos com o leão dos Silvas e campo de ouro dos Menezes. A transcrição do letreiro é a seguinte:

AQVI IAZ:DONA BRITIZ.DE MENESES.MO/LHER. DAIRES GOMEZ
DA SILVA. GOVERNADOR / QVE FOI.DE LIXBOA.AYA.DA ESCLA-
RECIDA. / RAINHA.DONA ISABEL. MOLHER.DELREI. DOM / AFONSO.
O QVI (N)TO.E DEPOIS.O FOY. TANBEM. / DE SVES FILHOS.ATE.
QVE.SE.RECOLHEO. / A ESTE MOESTEIRO DE SA(M) M(AR)COS.
ONDE A MOR / PARTE.DELE FEZ. E ASI.DAS RENDAS.DOTOV.

Os outros dois túmulos, com idêntica composição, são dois arcos redondos, que contrafortes agrupam em composição única. Góticos na arquitectura, são renascentistas na decoração e na concepção geral da mesma arquitectura.

Os arcos que abrigam a arca tumular de Aires da Silva têm cairéis, ou faixas circundantes, com brutescos. Na tampa repousa, armado, o jacente, de mãos postas, cabeça descoberta e leão aos pés. No frontal do centro duas crianças sustentam a tabela inscricional. No fundo do arco um nicho acolhe a escultura do Salvador e da junção dos frontais circulares pende o escudo com o leão. Os contrafortes de três faces mostram nichos vazios, com data de 1522, faltando as dez esculturas projectadas para eles.

A arca alberga o reformador Aires da Silva, falecido em 1530, quinto senhor de Vagos, e sua esposa D. Guiomar de Castro. Não existe letreiro, presumindo-se que tenha sido pintado o que lá leu Frei Adriano Casimiro, que o transcreve da seguinte forma:

«AQUI JAZ AYRES DA SILVA FILHO DE JOÃO DA SILVA, E DE
D. BRANCA COUTINHO, O QUAL FOI CAMAREIRO MOR DO MUI

ESCLARECIDO REY D. JOÃO O 2.º DESDE PRINCEPE ATEQ̃ FALLECEO, E DO SEU CONSELHO, E NESTE TEMPO SERVIO SEMPRE MUI LEALMENTE, ASSIM NA PAZ, COMO NA GUERRA, E POR SEU MANDADO FOI P.º CAPITÃO GENERAL DA ARMADA, Q̃ SOCORREO A GRACIOZA. E DEPOIS EM VIDA DO MUY ALTO REY D. MANOEL FOI REGEDOR DAS JUSTIÇAS DESTE REINO, E CASA DA SUPPLICAÇÃO. FALLECEO EM DIA DE NOSSA SENHORA DE MARÇO ERA DE 1530, E ASSIM JAZ AQUI COM ELLE A MAGNIFICA D. GUIOMAR DE CASTRO SO SUA MULHER.» (19)

A estátua jacente de Aires da Silva dá-nos uma ideia de longevidade, tendo algumas semelhanças, embora inferior na traça, com a de D. Afonso Henriques, em Santa Cruz de Coimbra.

O outro túmulo é o do pai de Aires da Silva, João da Silva, quarto senhor de Vagos. Nele existe em minúsculas góticas um grande letreiro:

PER. ESTA. LETRA. SABERES.QUE. FIDALGUIA.SABER.ANYMO ESFORCADO FIZERÃ. ESTE CUJOS.OSOS / ESTA.TAM.PEQUENA.PEDRA. COBRE.DINO.DE PERPETUA.MEMORIA.FILHO.FOY.DO.MUY.NOBRE. E PRUDENTE / AYREZ.GOMEZ.DA SILUA GOUERNADOR. DE LIXBOA E DA MUITO UERTUOSA E DYSCRETA DONA / BRITIS. DE MENESES.JOAM DA SILUA FOY SEO NOME CAUALEIRO MUY ESTIMADO. LINHA / JEM. DOS PRINCEPES. ROMAOS. SEUS MERECIMENTOS O FEZERÃ EM MUYTAS ACES / AS.BATALHAS.CAPITAM.FOY.JERALL. DELLREY DOM PEDRO. NAS GUERAS DARA / GAM.E DESPOJS. CAMAREIRO MOR. E DO CONSELHO DELREY.DOM JOAM O SEGUNDO E DELE MUJTO AMADO. E PREZADO / ESTAMDO NA FRONTARIA DODIANA POR CAPITAM POR OMRA DE SEU REY E DEFEMSAM DA PATRIA E UIDA. OFERECEO / A FORTUNA DAQUELES GRAMDES DOUS CAPITAES DE ROMA MARCO BRUTO E ARUMCE ABRACOU A ELLE E A / DOM MARTIM GALIMDO EMLEITO MESTRE DALCANTARA EM OUGUELA JMDO AMBOS DE NOITE NAS DIAMTEIRAS DE SU / AS JEMTES RECONHECERÃSE HU(M) AO OUTRO E SE

(19) CARVALHO (J. M. Teixeira), *O Mosteiro de S. Marcos*, pág. 41.

ENCONTRARÃ DE MANEIRA QUE HO EM / LEITO MESTRE LOGO
NO QUAMPO FICOU MORTO E ELLE XXI. DIAS UIUEO E DESTA TAM
UAM/UIDA PARTIO CASO FOY A PRIMCEPES E A CAPITAES TAM
POUCAS UEZES ACÕTECIDO UOS / QUE DELE DECEMDES LEM-
BRAIUOS E PREZAIUOS DE PAY DE TAES DOTES POLLOS ACRE-
CEM / TAR E COMSERUAR TRABALHANDO POR SUA ALMA A
DEOS ROGUAE.

Este túmulo tem uma particularidade curiosa: o apresentar de braços erguidos o herói de Ouguela, como se a morte mesmo assim não lhos conseguisse quebrar.

Ao lado da epístola da capela-mor, encontra-se a sepultura do regedor João da Silva (2.º), feita ainda em vida deste, e logo à frente a porta da sacristia, em cujo remate se lê: R. IOAM / DA SILVA, atestando assim quem ordenou a sua construção. Existe ainda no plano do altar um arco funerário do século XVIII.

O sarcófago deste João da Silva data de 1559. De composição clássica, é talvez o mais rico de escultura, ostentando múltiplos relevos. Duas pilastras coríntias sustentam o entabelamento, havendo acima deste um templete também de pilastras, com o escudo dos Silvas. Estas pilastras apoiam-se na própria arca sepulcral, que serve de ligação ao plinto do arco, suportado por colunas de pequeno nódulo.

A estátua jacente deste cavaleiro apresenta-o de mãos postas. No topo do vão, logo acima da estátua, uma armação arquitectónica mostra um baixo relevo da Assunção, ladeada por S. Pedro e S. Paulo. As superfícies ornamentam-se com os temas próprios do momento artístico que então se vivia em Coimbra. Dois nichos deixam apreciar dois profetas e enquadram-se perfeitamente nas grandes pilastras.

Dois anjos seguram, na frente da arca, uma tabela, gravada já depois do falecimento da esposa, a qual diz em capitais romanas:

SE.DE.FEE. VIRTUDE. E PRVDENCIA.NA.PAZ.E NA GVERA.QVISERE
OS / VIVOS. IMITAÇÃ.TEM.AQVI.HV.CLARO.ESPELHO.EM.IOÃ DA
SILVA.FILHO.DE AIRES / DA SILVA. E DE DONA GVIOMAR.DE.
CASTRO.SVA MOLHER.QVE NO CERCO.SEGV / DO.DARZILA.NA TO-

MADA.DAZAMOR.E.NA BATALHA. DE SESTA FEIRA.DENDOE / CAS.
FEZ.NOTAVEIS.COVSAS.E NELAS MOSTROV.SER.O CHEFRE.DA NOBRE
/ ANTIGVA.E.ESFORCADA.GERACÃ.DOS SILVAS FOI.REGEDOR.DAS.
IVSTICAS / DESTES.REINOS.QVARETA.ANNOS.MVITO. A SIRVICO.
DE DS. E CÕTENTAMETO / DE TRES.REIS.E.DO POVO. FALECEO.
EM LISBOA.CÕ.MVI.CERTOS.SINAE.S.DE SVA / SALVACÃ. DE IDADE.

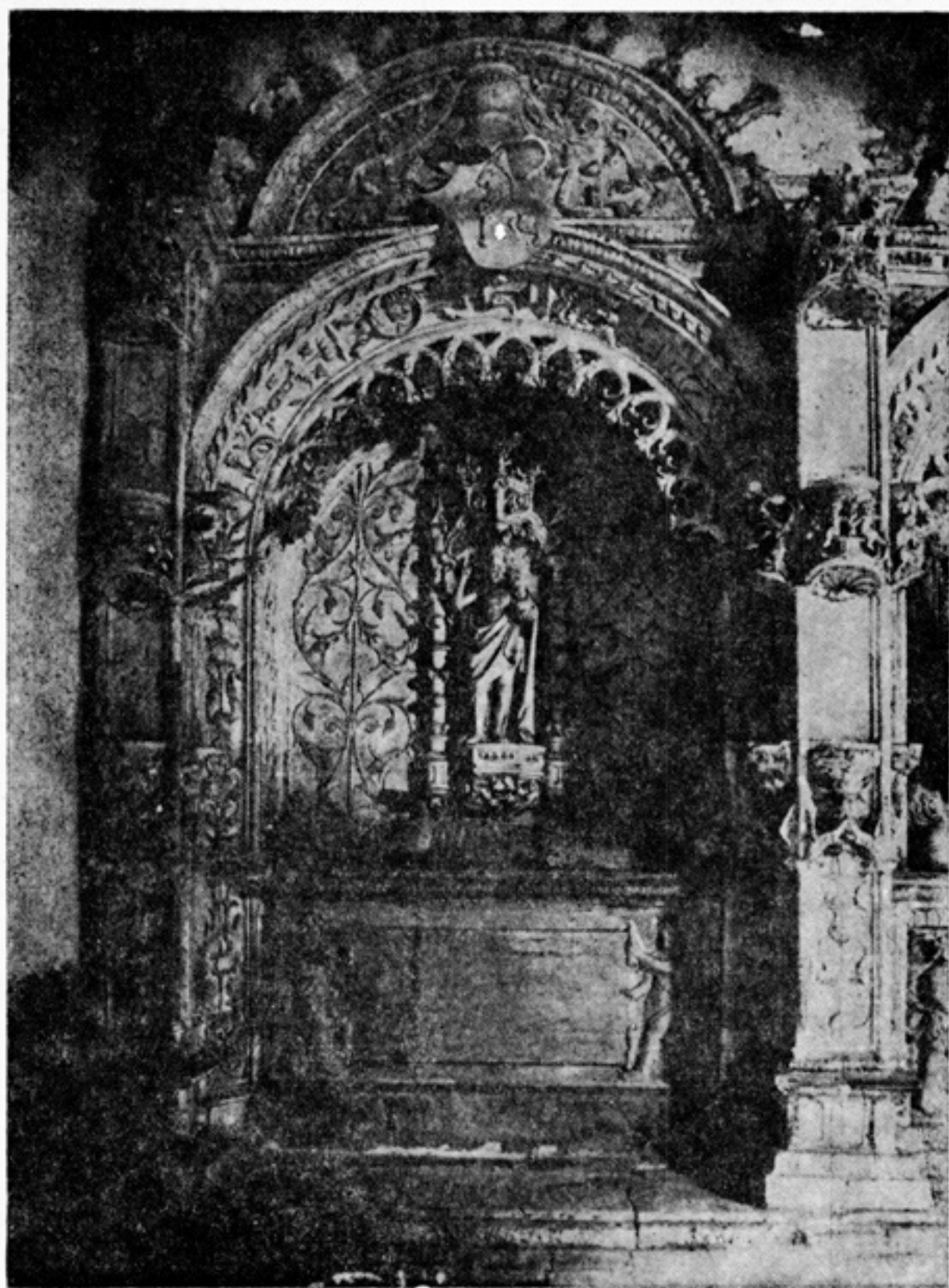


Foto 3 — Tumúlo do reformador Aires da Silva.

DE.75.ANOS.AOS.11.DIAS.DAGVOSTO.DE.1557.E ASSI IAZ / CÕ ELE.
DONA IOANA.DE CASTRO.SVA VNICA.MOLHER FILHA.DO SEGVNDO /
CONDE.DA FEIRA.HVA.DAS MAIS.HONRADAS.E VALEROSAS. S(ENHO)
RAS.DE SEV TENPO.

A sacristia, que se situa ao lado deste túmulo, tem abóbada de pedra, em uso nesta época.

O arco junto ao altar foi levantado em 1692 (20) e destinava-se a Luís da Silva Teles.

Este túmulo tem uma denunciada pobreza artística, quando comparado com os outros aqui existentes. Ornado somente de florões, possui ainda o leão dos Silvas e coroa aberta no fecho. Sem tampa, lê-se em letras capitais:

AQVI IAZEM OS OSSOS DE LVIS DA SILVA TELLO REGEDOR / DAS
IVSTISSAS CONDE DE AVEIRAS SNOR. DE VAGOS ALCAIDE MOR /
DA CIDADE DE LAGOS GENTILHOME DA CAMARA DE SVA MAG-
(ESTA)DE / EL REI D. PEDRO O 2.º E OS DE SVA MOLHER D. JOANNA
DE PORTV/GAL OS QVAIS SE TRESLADARÃO DO PAVIMENTO
DESTA / CAPELLA MOR EM Q FORÃO SEPOLTADOS PERA ESTE
LV/GAR A Q. SEV FILHO O CONDE DE AVEIRAS JOÃO DA SIL/VA
OS COLLOCOV NO ANO DE 1692.

O corpo da igreja, que, como já referimos, possui certamente restos de paredes quatrocentistas, foi reformado nos primeiros lustros de quinhentos.

No dizer do já muito citado cronista Fr. Adriano Casimiro Pereira de Oliveira, a igreja tem vinte passos de comprimento e doze de largura. Sobe-se ao altar-mor por quatro degraus, tendo este altar de comprimento dezasseis palmos. Estas medidas de extensão equivalem a vinte e dois centímetros cada palmo e oitenta e dois centímetros cada passo.

(20) Priorado de Fr. Manuel de Vasconcelos, que o ocupou entre 1689 e 1692. Além de no seu tempo se trasladarem para esse túmulo os ossos de Luis da Silva Teles, Fr. Manuel mandou fazer o tombo e demarcação de todas as fazendas que este mosteiro de S. Marcos possuía em Condeixa, com o que bastante se lucrou, segundo reza Fr. Adriano Casimiro.

O templo possui ainda o abobadamento do século xvii e o arco cruzeiro. Este está datado de 1696 (priorado de Fr. José de São Tomás), decorando-lhe a face interna rectângulos, em moldura, com lobulados diversos.

Do lado do evangelho, admiram-se a capela dos Reis Magos e o púlpito; à direita, o monumental túmulo de Fernão Teles de Menezes e a arca de Aires Gomes da Silva, ambos do século xv, além do túmulo de Gonçalo Gomes da Silva, que data do século posterior.

Sabemos, através de J. M. Teixeira de Carvalho, e confirmam-no Virgílio Correia e A. Nogueira Gonçalves, que o túmulo de Fernão Teles de Menezes não deve ser anterior a 1481, mas sim do último decénio do século. Atribuído a Diogo Pires, o Velho, e cada vez mais fundamentadamente, como já tivemos ocasião de dizer, foi sua edificadora D. Maria de Vilhena, esposa de Fernão Teles de Menezes.

Singularmente belo e sumptuoso, é o único exemplar neste panteão de características vincadamente góticas. Compõe-se de alto arco ogival, não equilátero, de cairéis, sem nenhuma decoração no extradorso e só dominado por escudo esquartelado das armas paternas (Silva) e maternas (Menezes), como filho segundo que era Fernão Teles.

Parte do alto do arco um cortinado em pedra de Ançã com a forma de tenda, cujos panos são levantados por dois pequenos selvagens. Para Jaime Cortesão, este desenho sugere vagamente um leito nupcial e não devemos esquecer que este cavaleiro morreu prematuramente, dizendo mesmo a própria inscrição: «*sua molher o mandou sopultar pera iazerem os ossos tam iuntos como forom as uontades*».

O frontal da arca, onde o fidalgo jaz armado, de mãos postas e cabeça descoberta, é ocupado por três escudos e por uma larga filatéria estendida no alto. Ainda voltando à face da arca tumular, existe um largo epitáfio em caracteres góticos, acabando ao lado da cabeceira. Dos escudos, o dos pés é o de sua mulher e esquartela-se de Silvas e Vilhenas; o do centro parte-se de umas e de outras armas; o da cabeceira é novamente da esposa e tem a particularidade de estar à direita heráldica.

Creemos que Diogo Pires, o Velho, se inspirou no túmulo de Diogo de Azambuja, na igreja de Nossa Senhora dos Anjos, em Montemor-o-Velho, para traçar esta composição de impressionante beleza.

Diz o epitáfio:

/ AQUI REPOUSA O CORPO DO MUY HOMRRADO E MUY NOBRE
FIDALGO E CAUALEIRO FERNAM TELEZ DE MENESES FILHO DE
AYRES GOMEZ DA SILUA E DE DONA BRIATRIZ / DE MENESES
MOORDOMO MOOR E GOVERNADOR DA MUY ESCLARECIDA
S(E)N(HO)RA DONA LYANOR ESTONCES PRINCESA E AGORA
RAINHA DE PORTUGAL O / QUAL ASY EM AFRICA COMO EM
CASTELA PER TERRA E PER MAR TAAES SERUIÇOS E FEYTOS NA
PAZ E NA GUERRA FEZ QUE OUUE A MORTE ENVEIA DE SEU /
CRECIMENTO POIS NO MILHOR DA UIDA O LEUOU UIUEO XXXV
ANNOS E MEO E FALECEO NA ERA DE MIL E CCCC E LXX E VII
PERMERO DIA DA / BRIL DONA MARIA DE UILHENA FILHA DE
MARTIM AFÕM DE MELO E DE DONA MARGARIDA DE UILHENA
AYA DA MEESMA S(E)N(HO)RA RAINHA TAM NOBRE PER UER /
TUDES COMO PER REAL LINHAGEM HUU(MA) SOO SUA MOLHER
O MANDOU FAZER EM UIDA E AQUI SE MANDOU SOPULTAR
PERA IAZEREM OS OSSOS TAM IUNTOS COMO / FOROM AS
UONTADES UIUEU

Segue-se o túmulo de Aires Gomes da Silva, marido da fundadora do cenóbio, falecido em 1454. Neste túmulo, encravado na parede, só se pode apreciar o frontal da arca.

Mostra três escarcelas abertas e a divisa em caracteres góticos: LARDANT DESIR.

Na face da tampa, este túmulo quatrocentista apresenta uma gravação do século XVI em caracteres romanos:

AQVI.IAZ. O MVI.NOBRE. E VIRTVOSO.BARÃ.AIRES.GOMEZ. DA
SILVA. GOVERNA/DOR.QVE FOI. DE LIXBOA. FALECEO.EM.IDADE.
DE.55. ANOS.AOS 25.DE MAIO. DE 1454.

Imediatamente a seguir a este, fica o túmulo de Gonçalo Gomes da Silva, formando pequeno arco do século XVI, que

alberga uma caixa que se apoia num frontal. No fundo do arco, repousa o brasão dos Silvas. Lê-se no frontal:

AQVI IAS O BOM CAVALEIRO GONÇALO GOMES DA SILVA / LEAL
SERVIDOR E VASALLO DO MVI NOBRE REI DO(M) / IOHAO O Iº O
QVAL POR HONRA E PROL DESTES REI / NOS SERVINDO EM MAN-
DADO DE SEV S(E)N(H)OR / FOI A ROMA EM MESAIEM E TOR-
NANDO DALO / DADA SVA REPOSTA ACABOV SEVS DIAS EM /
EVORA.X.DIAS DE DEZEMBRO ERA 1424 / ANNOS CVIVS OSSOS
MANDOV AQVI / TRESLADAR O REGEDOR L(OUREN)CO DA SILVA /
SEV SEXTO NETO NO ANO DE 1572

Perto do meio do flanco do evangelho, sobressai o púlpito, obra renascentista datada em romano de 1522, embora na base tivesse sofrido reformas setecentistas. Com elegante forma de cálice, possui esquinas em cordões e as faces decoradas. O acesso é feito por porta rectangular de cornija e frontão.

Nos ombros do evangelho, rasga-se a pequena mas soberba obra-prima desta igreja: a capela dos Reis Magos.

Mandada construir por D. Antónia de Vilhena, é um valioso documento arquitectónico, mesmo depois de desaparecidos o retábulo principal e os dois outros, mais pequenos, sobranceiros aos túmulos.

A part externa da capela, de boa cantaria em aparelho regular, possui ainda larga cornija de fortes modilhões, «*motivo bramantino mal compreendido*», como dizem os autores do *Inventário*.

O portal, de composições sobrepostas, teve largo favor e variadas integrações regionais até ao penúltimo quartel do século XVII. A composição é aqui de pilastras na zona dos pés direitos, colunelos na do arco, colunas angulares nas ombreiras, medalhões nas cantarias, acabando em decorações típicas da arte coimbrã da segunda renascença.

As paredes internas da capela dos Reis Magos possuem, recortando-as, arcos de concepção semelhante aos da entrada.

A cúpula assenta directamente numa cornija circular, suportada por triângulos esféricos inferiores. Divide-se em quartelas

separadas por fortes nervuras, decoradas de pendurados e grinaldas com rótulas.

No topo encontrava-se o retábulo da Adoração dos Magos, de que hoje só resta a banquetta com meias figuras de Apóstolos. Supõe-se que foi retirado para se construir o retábulo do Sacramento. Nas outras duas faces, acolhem-se túmulos também com estátuas jacentes de cavaleiros armados. Acima deles só restam



FOTO 4 — O celeiro — construção do séc. XVI (anos de 1559).

ornatos das tarjas que envolviam os relevos figurativos, havendo, no lugar que então estes ocupavam, janelas setecentistas. O relevo da esquerda continha a Flagelação e o da direita o Calvário.

O túmulo da direita, à epístola, ficou vazio, vindo a colocar-se aí, bastante mais tarde, a ossada do fundador da primitiva ermida de S. Marcos, João Gomes da Silva, falecido em 1445, quando foi destruído o seu sarcófago medieval, em que se lia a divisa: OBLIE. Na arca encontram-se as armas das famílias dos Silvas e dos Castros.

No túmulo do evangelho repousa a fundadora da capela, D. Antónia de Vilhena, falecida em 1566, juntamente com o

marido, Diogo da Silva. Ostenta o frontal, para além das armas dos Silvas e Vilhenas, o letreiro:

AQVI. IAZ.DIOGO.DA SILVA.FILHO.MAIS.VELHO.DO REGEDOR. /
 IOÃO.DA SILVA.E. DE DONA.IOANA.DE.CASTRO.SVA.MOLHER.DO. /
 CO(N)SELHO.DELREI.DO(M) IOAM.O TERCEIRO. E.Q.POR.SEV MA(N)-
 DADO.FOI. / POR EMBAIXADOR.AO.CO(N)CILIO.TRIDENTINO.O.
 QVAL.TEDO.O OFFI/CIO.DE.SEV.PAI.FALECEO.E.SVA.VIDA.NA CIDA-
 DE.DE LAGOS.QVESTA / VA FORTIFICAMDO. POR.MA(N)DADO.DO
 DITO.REI.EM.IDADE.DE.49. / ANOS.A.26.DE.SETEBRO.DE.1556.E.
 ASI.IAZ.CO ELE. DONA.ANTÓNIA. / DE. VILHENA.SVA VNICA.
 MOLHER.FILHA.DE.DO(M). DIOGO.LOBO.BARÃO / DALVITO.E. DE.
 DONA.LIANOR.DE.VILHENA.A.QVAL.PERA. AMBOS MA(N)/DOV.FA-
 ZER.ESTA.SEPVLTVRA.E. FALECEO.

Para além destas duas campas, existem ainda mais duas, do século XVIII, que se encontram na parte do cruzeiro. Pertencem a Manuel José Soares de Britto e a D. Ana Isabel Mexia de Ávila Abreu.

Em letras de bronze e sob armas esquarteladas, lê-se na de Soares de Britto:

HIC.JACET.EM.MANU / EL. JOSEPHUS. SOARES.DE. / BRITTO.EQUES.
 JUSTUS / PERFECTUS.CUI MOER / ENTES.CONJUX.AC.LI/BERI
 SEPULCRUM.HOC. / ELEGERUNT.ATQ(UE).ILLUD. / SIBI.AD. SUI.
 LUCTUS / SOLATIUM.PIE.ACQUISI / ERUNT.OB(IIT).II.MAI I/ A.
 D(OMI)NI M.DCCLX. / R.I.P.

Na de D. Isabel de Ávila Abreu e também em letras semelhantes, aparece gravado:

ANNA ELISA / BETHA MEXIA DE / AVILA ABREV / H. S. E. / MATRI
 OPTIMAE / ATQVE DE SE BE/NEMERENTI LI/BERI CVM / LACRI-
 MIS / POSVERE. / OB DIE XIX DEC A DNI / MDCCLXXXVI

Ainda na capela-mor e sob o coro, podem observar-se azulejos, de rosetas entre entrefaces quadrifoliadas, só a azul, das fábricas de Lisboa do período de seiscentos.

* * *

Vimos assim, em pinceladas fugazes, a obra architectónica e escultórica do antigo mosteiro de S. Marcos. Antes, porém, de terminarmos este nosso limitado estudo de uma obra que, no dizer de Bertaux, é «*um museu único para Portugal, da escultura do séc. XV (gótico um pouco vegetal) e do séc. XVI (Renascença em estilo francês)*» (21), gostaríamos, também fugazmente, de passar em revista o que seriam o claustro, os dormitórios e a hospedaria deste convento de Jerónimos, lançando um derradeiro olhar sobre todo o conjunto exterior.

Do claustro temos uma informação preciosa que não hesitamos em transcrever, pois contribui para se formar uma mais lúcida e real ideia desta construção de meados de quinhentos, que o incêndio e o subsequente abandono destruíram por completo.

«*É o claustro d'obra Jonica, o tecto é de laçaria: consta de 8 botareos, dois em cada lanço, que rematam nos cantos em 4 cunhaes, divididos por cada lanço em 9 columnas, que formam 6 arcos com seus capiteis, e pavimento.*

É todo o claustro lageado em xadrez, com uma cisterna no meio, cuberta de um zimborio, que descança em 4 columnas de pedra da mesma obra.

Tem cada lanço de comprido mais de 30 passos, e no meio em cada lanço tem uma só sepultura.

Em um d'estes lanços fica uma porta para a egreja no cruzeiro, outra para a sachristia em outro lanço e nos mais lanços tem uma para o claustro de fora, e outra para a adega, e em um d'estes lanços fica a porta da casa do capitulo, a qual é de obra Corinthia, e terá de comprido 12 passos, e 10 de largo, com seus assentos de pedra. O tecto é de pedraria lavrada (22).»

Como se pode deduzir daqui, este claustro, edificado no priorado de Fr. Brás de Olivença (23), era do tipo coimbrão.

(21) Cit. em *Guia de Portugal*, p. 161.

(22) «O Conimbricense», n.º 5097, de 4 de Agosto de 1896.

(23) Fr. Braz de Olivença foi noviço no Mosteiro da Pena e ocupou o priorado de S. Marcos de 1554 a 1556. Para a construção do claustro, conseguiu que o Regedor João da Silva oferecesse toda a pedra necessária. Diz

De cada lado dividiam-no grandes contrafortes em três secções, com dois arcos cada, levantados em colunas. Foi este claustro terminado no priorado de Fr. João Moniz (24).

Virgílio Correia e Nogueira Gonçalves falam ainda dos restos da casa do capítulo, que, situada a nascente do claustro, era de abertura rectangular entre colunas, com abóbada de quartelas. Há vestígios do antigo retábulo pétreo, faltando nele a Piedade, que se sabe ter lá existido. No cimo do nicho, vê-se a data de 1564, priorado de Frei Amador Arruda (25). Ao lado desta casa abre-se o portal manuelino da sacristia.

Na face poente, estavam as capelas do Nascimento e da Visitação, inteiramente desnaturadas. Existia aí uma campa que os autores do *Inventário* viram sob o entulho, deixando-nos a transcrição:

ESTA CAPELLA HE DE GARCIA DE PINHO / PRIOR Q(VE) FOI
DE SAM SILVESTRE / FALECEO A 15 DE MARCO de 1568.

No lanço sul ficava o refeitório, de que nada resta hoje como também nada ficou do claustro de fora.

Sobre o dormitório, existe breve notícia em «O Conimbricense» (26).

Fr. Adriano Casimiro que este prior era muito zeloso e grande impulsionador de tudo o que redundasse em proveito do mosteiro.

(24) Natural de Tentúgal, Fr. João Moniz foi prior deste convento de 1556 a 1560, sucedendo a Fr. Braz de Olivença.

No primeiro biénio, pois foi reeleito, acabaram-se as obras do claustro, com a construção das varandas, o lajeamento do vão e bocal da cisterna, com a cobertura que durou até 1834. Foi no priorado de Fr. João Moniz (1557) que o mosteiro de S. Marcos foi amputado da igreja de Avelosa, Bispado da Guarda.

(25) Vigésimo quarto prior de S. Marcos, Fr. Amador Arruda foi noviço na mesma casa. Ocupou o priorado de 1560 a 1565. Na sua reeleição acabou-se a casa do capítulo e mandou-se trasladar para lá a ossada de Diogo Soares de Albergaria.

Para além da casa do capítulo, Fr. A. Arruda edificou e fez acabar a cozinha do convento, a dispensa do refeitório, o refeitório dos criados e familiares do mosteiro, o passadiço e parte da enfermaria. A ele se atribui também a maior parte dos prazos de Condeixa, como consta do primeiro livro dos mesmos prazos.

(26) «O Conimbricense», n.º 5099, de 11 de Agosto de 1896.

Tinha cem passos de comprimento e quinze de largura, sendo o meio de seis passos. O tecto era de castanho abaulado e possuía ao centro as armas de S. Jerónimo. As janelas eram duas, de lanços espaldares.

Antes do dormitório ficava a livraria, vindo a rematar o conjunto um eirado todo lajeado, com pilastras de pedra em redondo que formavam uma grade.

O celeiro, no plano térreo do dormitório, era uma construção do século XVI, com três naves assentes em colunas dóricas, abobadadas de nervuras quadradas, em tijolo, constituindo a derradeira fase do abobadamento do gótico regional (27).

Visto do grande rossio, que se estende da fachada ao cruzeiro, fica-nos a emoção de harmonia e beleza de todo o ex-cenóbio.

Do alto do cruzeiro setecentista, de plinto octogonal, abarca-se a fachada, de reconstrução também setecentista, equilibrada entre a torre, à esquerda, cujos sinos estão na igreja de S. Bartolomeu de Coimbra, e o palácio, à direita. A seguir, vemos na zona baixa os três arcos do peristilo, com janela e nichos, onde faltam as esculturas (que, segundo parece foram compradas para o Rio de Janeiro), de altas e elegantes cabeceiras. Na empena, de traçado mistilíneo, o escudo de S. Jerónimo.

Da frontaria os nossos olhos vagueiam pela esquerda, onde se rasga a porta de carro, com os seus nichos e as suas esculturas quinhentistas, e se ergue a casa da botica, reformada a quando da frontaria, com o seu alpendre de colunas dóricas do século XVI, e que serviu, depois de 1834, de residência aos proprietários de S. Marcos. À direita vemos o jardim com a sua fonte circular e ainda parte da cerca, que imaginamos, no tempo dos monges, coberta de vinhas, pomares, árvores silvestres e hortas, acabando nos pilares que decoram os muros.

Do interior, ficam-nos na memória a imponência dos túmulos e a família dos Silvas, desde o alcaide de Montemor-o-Velho, Gonçalo Gomes da Silva, que saiu ao encontro do Mestre de Aviz a prestar-lhe vassalagem; ao combatente de Aljubarrota,

(27) Sobre estas belas colunas góticas, veja-se o que escrevemos na nota 2 da *Introdução*.

João Gomes da Silva; ao primeiro Regedor das Justiças e partidário de D. Pedro em Alfarrobeira, Aires Gomes da Silva; a Fernão Teles de Menezes, esposo adorado e combatente em Tânger, Ceuta e Alcácer-Ceguer; a João da Silva, que pelos seus feitos na Catalunha teve o título de General de Alpurdan; a Aires da Silva, que nas suas mãos recebeu de D. João II o testamento a indicar D. Manuel seu sucessor; a João da Silva, combatente em África e durante trinta e cinco anos magistrado judicial; a Diogo da Silva, primeiro embaixador no concílio de Trento; etc. Por último — *last but not the least* — fica-nos a imagem da alva capela dos Reis Magos, que o historiador de arte Joaquim de Vasconcelos disse ser talvez a mais formosa capela de puro estilo renascença existente em Portugal.

Coimbra, Janeiro de 1978.

JOSÉ PEDRO ADELINO ESTEVES

BIBLIOGRAFIA

I — MANUSCRITA

(Arquivo Nacional da Torre do Tombo)

CASTRO (Fr. Manuel Baptista) — Chronica do máximo doutor e principe dos Patriarcas São Jerónimo, 1746. Manus. n.º 729.

II — OBRAS IMPRESSAS

BARATA (António Francisco) — Breve memória discriptiva do Convento de S. Marcos a duas legoas de Coimbra. In *Miscelanea historico-romantica*. Barcelos, 1877.

CARVALHO (J. M. Teixeira de) — O Mosteiro de S. Marcos, segundo os ms. de Fr. Adriano Casimiro Pereira e Oliveira. Coimbra, 1922.

Catálogo dos Imóveis Classificados. Lisboa, 1975.

Coimbra. Colectânea de Estudos Organizada pelo Instituto de Coimbra à Memória do seu Consócio Honorário, Dr. Augusto Mendes Simões de Castro. Coimbra, 1943.

Conimbricense (O).

CORREIA (Virgílio) — Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Coimbra, vol. 4.º. Lisboa, 1952.

Ver GIRÃO (A. Amorim).

CORTESÃO (Jaime) — Daquém e dalém morte, 1913.

ESTEVENS (Manuel Santos) — Index dos Títulos do Cartório do Mosteiro de S. Marcos. Coimbra, 1950.

FREIRE (Anselmo Braamcamp) — Brazões da Sala de Cintra, 2.º vol. Coimbra, 1927.

San Marcos apar de Coimbra. In *Jornal do Comercio*, 1903.

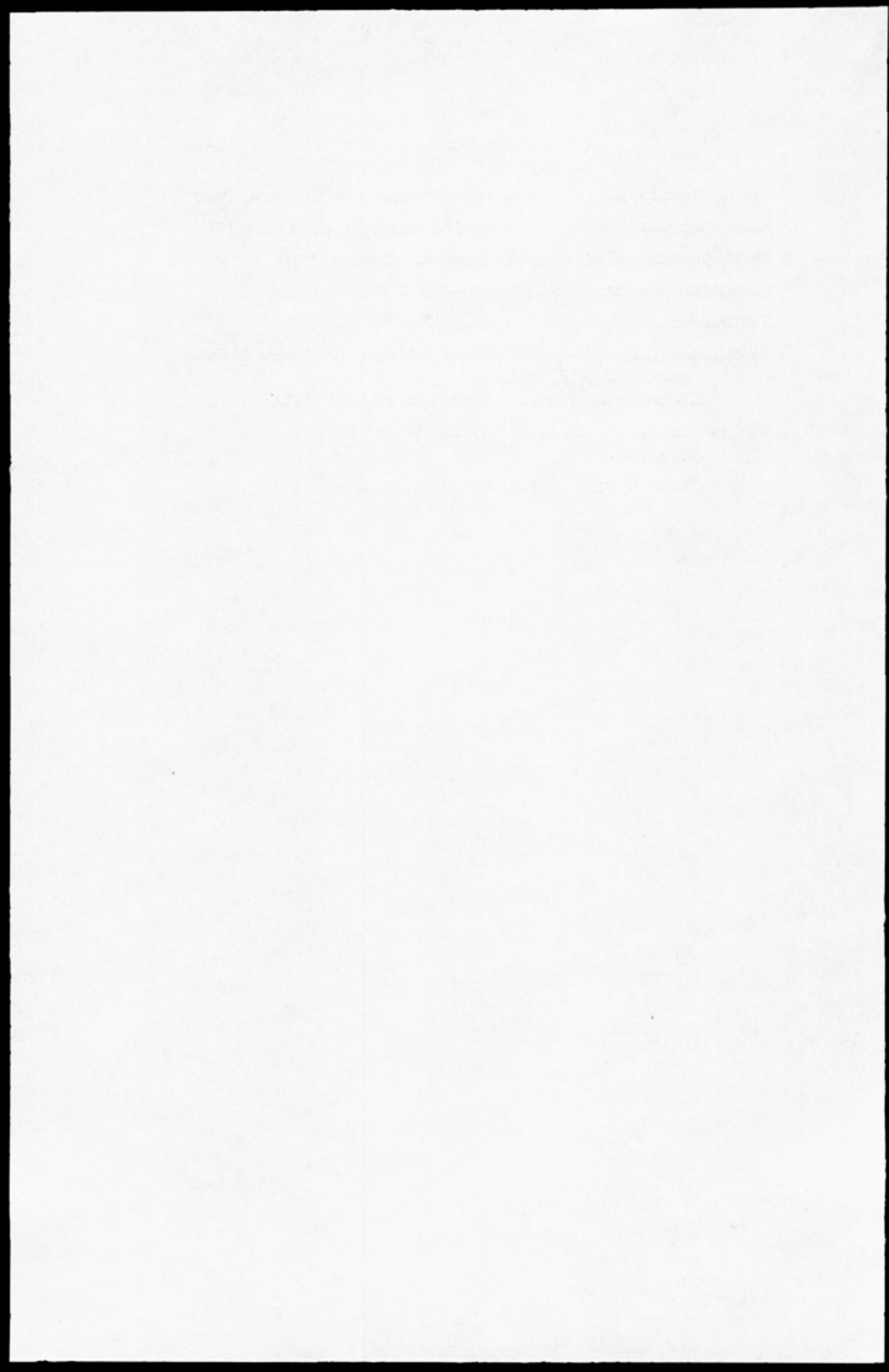
GAIO (Manuel da Silva) — O Pantheon dos Silvas. In *Ilustração Portuguesa*, 1906.

GIRÃO (A. Amorim) — Coimbra e arredores. Coimbra, 1939.

GONÇALVES (A. Nogueira) — Ver CORREIA (Virgílio).

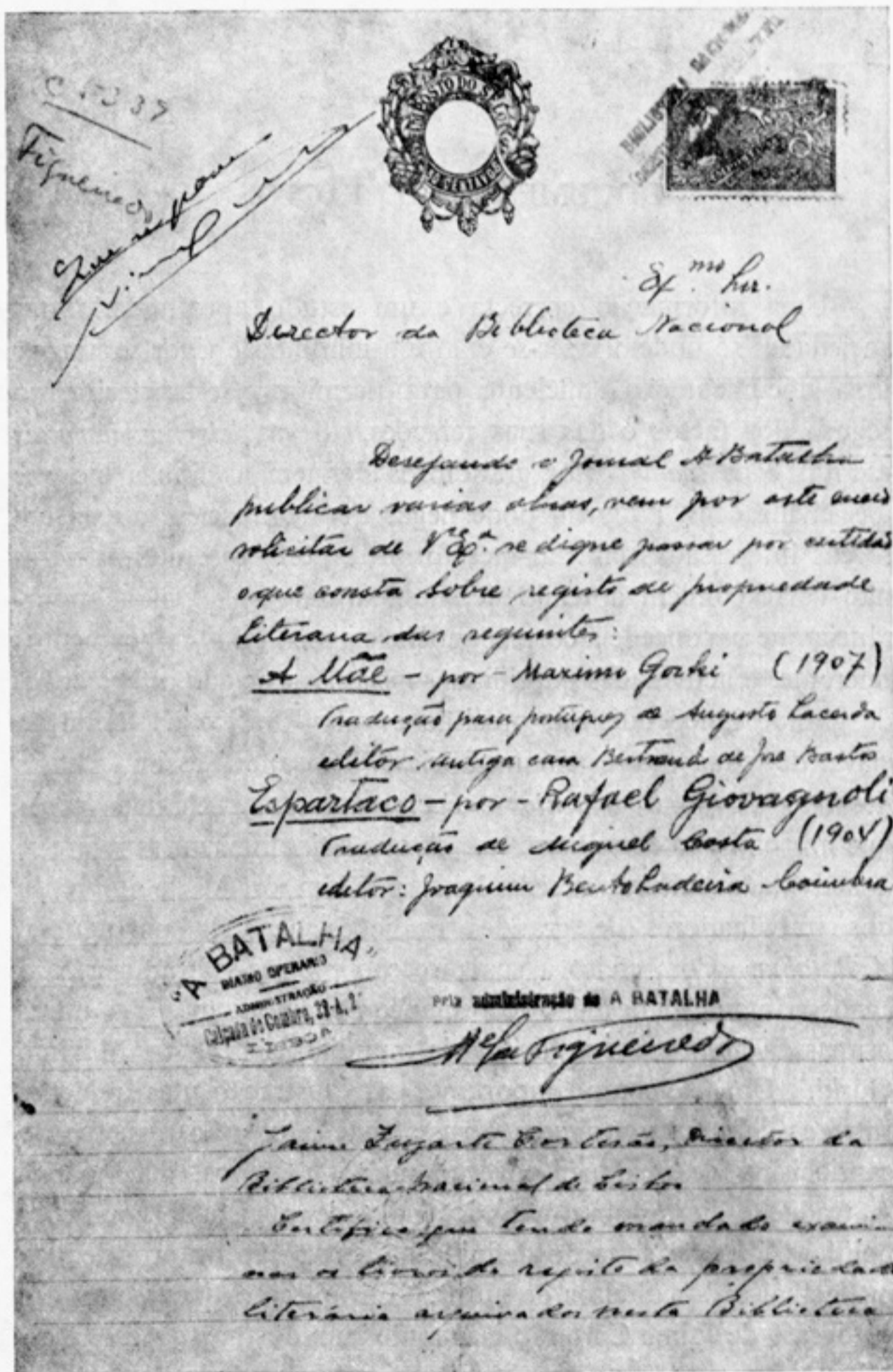
PIMENTEL (José Freire de Serpa) — Uma viagem a S. Marcos em Maio de 1843. In *Rev. Univ. Lisbonense*.

- SANTOS (Reynaldo dos) — *A Escultura em Portugal*, 2 vols. Lisboa, 1948.
- SERRÃO (Joaquim Veríssimo) — *História de Portugal*, 3.º vol. Lisboa, 1978.
- SIMÕES (Augusto Felipe) — *Esriptos Diversos*. Coimbra, 1888.
- SOARES (Torquato Brochado de Sousa) — Ver GIRÃO (A. Amorim).
Tesouros Artísticos de Portugal. Lisboa, 1976.
- VASCONCELOS (Joaquim) — O Convento de S. Marcos. In *Revista de Guimarães*. Vol. XIV, 1897.
S. Marcos. In *A Arte e a Natureza em Portugal*, 1902.
- VITERBO (Sousa) — O convento de S. Marcos. In *Rev. Branco e Negro*, 1896.
- WATSON (Walter Crum) — *Portuguese Architecture*, 1906.



DOCUMENTOS E FACTOS

Uma informação correcta e um estudo aprofundado das sociedades só podem fazer-se com um mínimo de rigor se houver uma documentação suficiente para permitir o estabelecimento seguro dos factos e das suas relações. Se as *leis fundamentais* escritas e os *monumentos* grandiosos definem as linhas mestras das civilizações, ninguém pode negar que sobre eles se exercem forças interessadas em dar-lhes forma e perfil que muitas vezes não correspondem à realidade, desfigurando-as. Daí a importância que se concede a correspondências, memórias e documentos referentes a actividades quotidianas *menores*, que dão informações de grande independência, precisão e valor prático na definição clara de situações e circunstâncias. Pensando assim, vamos nesta secção de *Documentos e Factos* apresentar algumas peças que nos parecem com interesse. A que hoje divulgamos refere-se à actividade cultural desenvolvida por um órgão de imprensa dos trabalhadores de grandes tradições na vida portuguesa, *A Batalha*. Com efeito a sua direcção propõe-se traduzir para a nossa língua, para além do romance *Spartacus*, uma das obras primas da literatura revolucionária mundial, *A Mãe*, de Máximo Gorki. Um elemento importante na ilustração das relações entre as culturas portuguesa e russa, que não estão à mercê do caprichismo de qualquer governo mais ou menos, reacionário. A tradução desta obra não dependia de quaisquer condições políticas, mas da situação definida na repartição da propriedade intelectual e dos direitos de autor. Enriquece o documento um autógrafo de Jaime Cortesão e aí vemos um dos portugueses mais cultos do nosso tempo, um dos investigadores a sério no domínio da nossa história, *gastar-se* a dar despachos que bem cabiam a qualquer burocrata



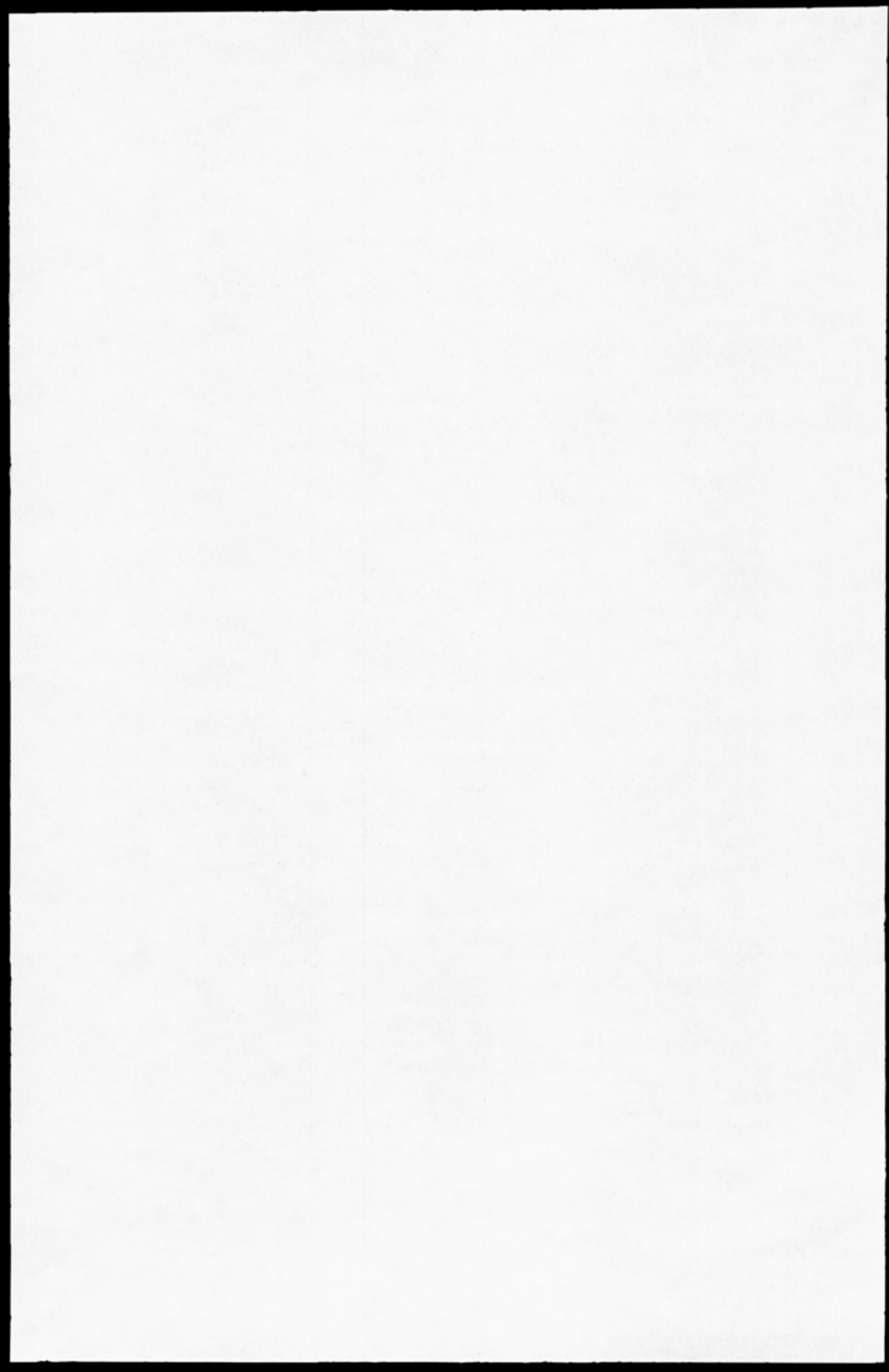
Acresca do que lhe é pedido, digo, que
 é perdido no recenseamento supra, foi
 encontrada a filha do dito, digo, a folha
de conta e com do livro número 10 e
sob o número Triginta e quatro
 com o repto da obra denominada "O
partido", de autoria de Rafael Jicoan
gnoli, impressa em Coimbra na Tipogra-
fia "Minerva Central" no ano de 1904 e
 apresentada a repto por Joaquim Bento
Ladeira, na qualidade de editor.

Outrosim certifico que em alguns
livros de repto da propriedade lito-
rária mais foi encontrado sobre a
obra "O Mão", de autoria de Maxim ferdi,
mencionada nos mesmos requisitos. Por ser ca-
da e me se perdiu, mandei passar a presente
certidão, em um assinada e devidamente
autenticada com o selo branco dente Bibliotecas.
Bibliotecas Nacionais de Lisboa, em 26 Julho de 1903.



Quilts:	
Deites	8,00
Buroas	30,00
Selo	150
Assinatura	4,00
	<u>47,50</u>

Importante esta certidão em juarante o repto de certidão



VIDA DO INSTITUTO

A 30 de Julho de 1975, sob a presidência do Prof. Doutor Guilherme Braga da Cruz, Vice-Presidente da Direcção, que para o efeito fora mandatado pelo Presidente, Prof. Doutor Diogo Pacheco de Amorim, na altura ausente de Coimbra, reuniu a «Assembleia dos Sócios» do Instituto, para se proceder à eleição da Direcção para o triénio de 1975 a 1978. Proposta uma única lista, subscrita por quinze sócios, foi eleito por unanimidade o seguinte elenco directivo:

- Presidente* — Doutor Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e então Governador Civil do Distrito;
- Vice-Presidente* — Dr. Joaquim Vitorino Namorado, licenciado em Matemática, escritor e equiparado a professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;
- Secretário* — Armando Carneiro da Silva, Director da Biblioteca Municipal de Coimbra;
- Tesoureiro* — Dr. Jaime Alberto do Couto Ferreira, licenciado em História e assistente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra;
- Vogais* — Dr. Fernando de Almeida Catroga, licenciado em História e assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e Dr. Luís Cristóvão Dias de Aguiar, licenciado em Filologia Germânica, escritor e tradutor correspondente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Para Directores das Classes foram designados e ratificados os seguintes sócios:

- Ciências* — Doutor José Nuno Pires Dias Urbano, professor extraordinário da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;
- Letras* — Doutor Orlando Alves Pereira de Carvalho, professor auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;
- Artes* — Doutor Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva, professor auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

O Prof. Doutor Guilherme Braga da Cruz «saudou a nova Direcção, que considerou automaticamente empossada, tendo palavras de particular apreço e consideração para com o novo Presidente do Instituto, Prof. Doutor Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque; e disse estar certo de que, sob a chefia de um tão prestimoso e qualificado professor universitário, a nova Direcção iria dar o seu melhor para garantir a continuação e o revigoração do prestígio desta velha agremiação cultural, de tão fundas e honrosas tradições, que é o Instituto de Coimbra. O novo Presidente, depois de palavras de apreço pessoal pelo Prof. Doutor Guilherme Braga da Cruz, declarou que o propósito da nova Direcção era justamente o de, revitalizando e animando o Instituto de Coimbra, defender firmemente o seu prestígio e projecção, dentro das tradições de independência que o têm norteado. Também a sócia efectiva Dr.^a Dona Dionísia Camões de Mendonça pediu a palavra para prestar as suas homenagens à Direcção cessante e exprimir aos respectivos membros o reconhecimento dos sócios mais antigos pela dedicação com que serviram os seus cargos» (transcrição da acta).

Apesar dos graves problemas de instalação com que se defrontou e para que o Presidente chamou repetidamente a atenção nos sucessivos relatórios das actividades do Instituto de Coimbra que remeteu às instâncias competentes — o estado deplorável da cobertura do edifício e da instalação eléctrica, além da falta de um sistema de aquecimento e de desumidificação

que obste à deterioração das traseiras do prédio, situadas abaixo do solo, com perigo iminente para o respectivo recheio, designadamente os depósitos de livros e revistas —, a nova Direcção procurou, ao longo do triénio, não só consolidar o Instituto, alargando o número de sócios efectivos, como abri-lo ao mundo exterior, alargando o número de sócios correspondentes e organizando iniciativas culturais com projecção na cidade e fora dela. Eis, em síntese os mais salientes desses passos:

1975

A 14 de Outubro de 1975, reuniu de novo a «Assembleia dos Sócios», sob a presidência do Prof. Doutor Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque, Presidente da Direcção, que, em nome desta e nos termos dos arts. 6.º, n.º 3, e 8.º, n.º 2, dos Estatutos, propôs para sócios efectivos as seguintes individualidades: Dr. Abílio Hernandez Ventura Cardoso, licenciado em Filologia Germânica e assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Dr. Alberto Severo da Silva Antunes Melo, licenciado em História e professor do Ensino Secundário; Dr. Alfredo José Braga de Soveral Martins, licenciado em Direito e assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Dr.^a Ana Maria dos Santos Silva Delgado, licenciada em Filologia Germânica e assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Dr. António Augusto Soares de Andrade, licenciado em Geologia e assistente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; Dr. António José Avelãs Nunes, licenciado em Direito, investigador e ex-Secretário de Estado do Ensino Superior e da Investigação Científica; Dr. Carlos José de Sousa Guimarães, licenciado em Filologia Germânica e assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Dr. Carlos António Regêncio de Macedo, licenciado em Geologia e assistente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; Dr. Eduardo Maia Costa, licenciado em Direito e Agente do Ministério Público; Dr. Fernando Alberto de Moura Teixeira, licenciado em Direito e secretário da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra; Doutor Fernando

Manuel da Silva Rebelo, professor auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Dr. Francisco Eduardo Allen Barreto Gomes, licenciado em Medicina e assistente da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra; Doutor Henrique João Carmona da Mota, professor auxiliar da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra; Dr. José Joaquim de Abreu Barbosa, licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas e bibliotecário da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; Dr. José Manuel Correia Pinto, licenciado em Direito, ex-Subsecretário de Estado da Presidência do Conselho; Dr. José Ribeiro Ferreira, licenciado em Filologia Clássica e assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Dr. Manuel Lousã Henriques, licenciado em Medicina, médico-psiquiatra e assistente da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra; Dr.^a Maria de Lurdes Baptista da Costa, licenciada em Farmácia e assistente da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra; Eng. Mário António Figueiredo Neto, licenciado em Engenharia Mecânica e equiparado a assistente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; Doutor Orlando Pinheiro Rafael Pinto, professor auxiliar da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra e Vice-Reitor da mesma Universidade; e Dr. Vital Martins Moreira, licenciado em Direito, assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e deputado à Assembleia Constituinte. A proposta foi aprovada por unanimidade.

A 15 de Outubro do mesmo ano, o Prof. Doutor Orlando de Carvalho, Director da Classe de Letras, proferiu uma palestra sobre *Cuba — uma revolução do nosso tempo*, fruto de uma recente visita àquele país das Caraíbas, à qual se seguiu um colóquio com ampla participação.

A 1 de Novembro, reuniu novamente a «Assembleia dos Sócios», sob a presidência do Dr. Joaquim Vitorino Namorado, Vice-Presidente da Direcção, mandatado para o efeito pelo respectivo Presidente, Prof. Doutor Luís de Albuquerque, momentaneamente impedido. Em nome da Direcção do Instituto de Coimbra e nos termos do art. 7.^o, n.^{os} 1 e 2, dos Estatutos, o Presidente da Assembleia propôs para sócia correspondente a professora de língua e cultura portuguesa da Universidade de

Moscovo, Elena Wolf, Doutora em Filologia e colaboradora do Instituto de Línguas da Academia das Ciências da U.R.S.S., com diversos trabalhos publicados sobre aquelas matérias. Além disso, e também em nome da Direcção e nos pertinentes termos estatutários, propôs para sócios efectivos os seguintes senhores: Dr. Alfredo Rodrigues Marques, licenciado em Economia e equiparado a assistente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; e Dr. Mário Mendes Vale Lima, licenciado em Medicina e assistente da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. As propostas foram aprovadas por unanimidade.

A 4 de Novembro, a Prof.^a Doutora Elena Wolf proferiu uma conferência sobre *O interesse na U.R.S.S. pela língua portuguesa*, seguida de entrega do diploma e colar à nova sócia correspondente.

A 21 de Novembro, conferência por Axel Hesse, musicólogo da República Democrática Alemã.

1976

A 31 de Janeiro de 1976 reuniu uma vez mais a «Assembleia dos Sócios», sob a presidência do Dr. Joaquim Vitorino Namorado, Vice-Presidente da Direcção, em nome e no impedimento do respectivo Presidente, Prof. Doutor Luís de Albuquerque. Por mandato da Direcção e nos termos estatutários, propôs para sócio correspondente o Prof. Paul Dessau, Director do Instituto Latino-Americano da Universidade de Rostock, e para sócios efectivos os senhores: Dr. Carlos Alberto Santana Maia, licenciado em Medicina e médico especialista; Doutor Graciano Neves de Oliveira, equiparado a professor extraordinário da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; Doutor Jorge dos Santos Veiga, professor extraordinário da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra; Doutor José Gouveia Monteiro, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e antigo Reitor da mesma Universidade; e Dr. José Teixeira Martins, licenciado em Direito e assistente da Faculdade de Direito da Universidade

de Coimbra. As propostas foram aprovadas por unanimidade.

A 2 de Fevereiro, o Prof. Dessau, que proferira nesse dia uma conferência na Faculdade de Letras a convite do Instituto de Estudos Alemães, foi recebido no Instituto de Coimbra pelos directores das três classes, procedendo o Director da Classe de Letras, Prof. Doutor Orlando de Carvalho, em nome do Presidente da Direcção e no seu impedimento por doença (como no impedimento por doença do Vice-Presidente, Dr. Joaquim Namorado), à entrega do diploma e do colar ao novo sócio correspondente. Assistiu à cerimónia, em representação do Reitor da Universidade, Prof. Doutor José Joaquim Teixeira Ribeiro, o Vice-Reitor Dr. José Joaquim Gomes Canotilho.

A 14 de Julho do mesmo ano, visitou o Instituto o Vice-Presidente da Associação de Amizade RDA — Portugal.

A 12 de Novembro, colóquio com três especialistas de português da União Soviética: uma filóloga, uma professora e uma tradutora-editora. Presente o Adido Cultural da Embaixada da U.R.S.S..

1977

Em contraste com o ano anterior, em que as actividades do Instituto foram naturalmente prejudicadas pelos sucessivos actos eleitorais que se verificaram no País — eleição para a Assembleia da República, eleição do Presidente da República e eleições para as autarquias —, o ano de 1977 foi particularmente rico de iniciativas, com especial destaque para o ciclo de conferências sobre o século XIX.

Iniciou-se esse ciclo com a conferência proferida, a 3 de Fevereiro, pelo Prof. Dr. Armando de Castro, da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, sobre *A formação do sistema económico contemporâneo no século XIX*, com a presença do então Governador Civil do Distrito, Dr. Fernando Vale, e da Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Dr.^a Dona Maria Judite Mendes de Abreu. Seguiram-se, ainda em Fevereiro, as conferências do Dr. Fernando Ferreira da Costa sobre *Primórdios do Cooperativismo em Portugal*, e do

Prof. Dr. Joel Serrão, da Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, sobre *A ideia de progresso em Portugal no século XIX*. O ciclo prosseguiu em Março, Abril e Maio, com as conferências do Prof. Doutor Victor de Sá, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sobre *Do associativismo ao sindicalismo em Portugal*, do Eng. Luís Elias Casanovas, ex-Secretário de Estado da Juventude e Desportos, sobre *O desporto em Portugal no século XIX*, do Dr. Rogério Fernandes, investigador e ex-Director Geral do Ensino Básico, sobre *Tendências da educação em Portugal no século XIX*, do Prof. Doutor João Medina, da Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, sobre *Uma leitura política de «Os Maias»*, do Dr. António Hespanha, da Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, sobre *O Constitucionalismo em Portugal no século XIX*, e do Dr. Fernando Catroga, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e membro da Direcção do Instituto de Coimbra, sobre *A ideologia republicana e os primórdios do positivismo*. Sempre com tão largo número de ouvintes que se teve de montar uma instalação sonora para as conferências poderem ser escutadas na sala de leitura do rés-do-chão do edifício, o ciclo terminou a 26 de Maio com a conferência do Dr. Manuel Lousã Henriques, da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e sócio do Instituto, sobre *Os materialismos positivista, monista e evolucionista na psiquiatria portuguesa*.

Além desta iniciativa, de ampla repercussão cultural e que foi apoiada por uma exposição sobre a vida política portuguesa no século XIX, patente ao público enquanto o ciclo decorreu, há ainda a assinalar o facto de a Direcção do Instituto de Coimbra ter resolvido franquear ao público leitor a sua biblioteca, assegurando um serviço de leitura, aberto, nos dias úteis, durante três horas. Em comemoração do 1.º centenário da morte de Alexandre Herculano, a celebrar em 1978, resolveu-se também editar uma pequena brochura com a transcrição das cartas do grande historiador já publicadas em O INSTITUTO.

1978

Mau grado as dificuldades de acesso ao edifício, em virtude das obras a que os Serviços Municipalizados de Coimbra procederam na Rua da Ilha e que impediram, durante grande parte do ano, a realização de colóquios e conferências, a actividade do Instituto teve momentos que são dignos de registo.

A 20 de Abril, houve um colóquio com religiosos da U.R.S.S., de visita a Portugal — um bispo da Igreja Ortodoxa Russa, um padre arménio, um padre católico lituano e um pastor baptista —, o qual teve uma ampla participação e contou com a presença do Dr. Urbano Duarte, Cónego do Cabido da Sé de Coimbra.

A 4 de Maio, realizou-se uma sessão com a sócia correspondente Elena Wolf e a presença de dois poetas soviéticos, entre os quais o poeta Michail Dunin, deputado ao Soviete Supremo e Presidente do Conselho da Paz de Leninegrado. Além de uma exposição de Elena Wolf sobre as relações culturais russo-portuguesas e da leitura de traduções de poemas dos dois autores visitantes, intervieram não só estes como o Presidente da Direcção, Prof. Doutor Luís de Albuquerque, o Vice-Presidente, poeta Joaquim Namorado, e o Director da Classe de Letras, Prof. Doutor Orlando de Carvalho. Em Maio ainda, celebrou-se o 4.º centenário da morte de Pedro Nunes, com uma conferência proferida pelo Prof. Doutor Luís de Albuquerque, Presidente da Direcção, seguida de colóquio.

A 10 de Novembro, com o apoio do Centro de Física Teórica da Universidade de Coimbra e o patrocínio do «British Council» e da Fundação Calouste Gulbenkian, o eminente físico inglês, Sir Rudolf Peierls, proferiu uma conferência sobre *Reminiscences of the early days of Quantum Mechanics*.

A 12 de Dezembro, reuniu a «Assembleia dos Sócios», sob a presidência do Presidente da Direcção, Prof. Doutor Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque, que, em nome da Direcção e nos termos estatutários, propôs para sócios efectivos o Doutor José Lourenço Vitória, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, e o Dr. Carlos Manuel Laranjeiro Silva, licenciado em Direito e

assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, e para sócios correspondentes: o Dr. Corsino Fortes, poeta e Embaixador da República de Cabo-Verde em Portugal; o Prof. Doutor Jan O. Fisher, da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Carolina de Praga, onde é Director do Departamento de Línguas e Literaturas Românicas, autor de uma monumental História da Literatura Francesa e de múltiplos estudos sobre a obra dos mais representativos nomes do realismo do século XIX, designadamente a de Eça de Queiroz; o Prof. Doutor Michael Metzeltin, especialista de línguas românicas da Universidade de Groning (Holanda) e antigo professor visitante da Universidade de Coimbra; a Doutora Pavla Lidmilová, do Instituto de Literaturas Checa e Mundial da Academia Checoslovaca de Ciências de Praga e à qual se deve a preparação e tradução da antologia da lírica de Camões publicada na Checoslováquia em 1974; o Prof. Doutor Reyer Hooykaas, professor emérito da Universidade de Utrecht, químico e especialista em História da Ciência, doutor «honoris causa» pela Universidade de Coimbra; e o Prof. Doutor Zdenek Hampl, da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Carolina de Praga, especialista de língua e literatura portuguesa e autor de notáveis estudos sobre a lírica e a épica de Camões. As propostas foram aprovadas por unanimidade.

Acrescenta-se que o Instituto manteve o serviço da biblioteca, que se encontrou aberta todas as tardes, das 16 às 20 horas, com excepção dos sábados e domingos. Além disso, instalou no rés-do-chão do edifício uma sala permanente de exposições, onde se efectuaram as exposições seguintes: a) Desenhos de artistas portugueses contemporâneos; b) Litografias de «Os pontos nos ii», de Rafael Bordalo Pinheiro; c) Caricaturas de Leal da Câmara; d) Caricaturas políticas de Rafael Bordalo Pinheiro. Realizaram-se também sessões de diapositivos sobre vários temas, nomeadamente: a) Arte portuguesa: arquitectura; b) Ilustrações a *Os Lusíadas*; c) Barcos; d) Salinas; e) Uma retrospectiva da obra da Picasso; f) Um conjunto de diapositivos para ilustração das exposições de Rafael Bordalo Pinheiro e de Leal da Câmara; g) Uma retrospectiva da obra de Manuel Ribeiro de Pavia. Refira-se ainda o apoio que, tal como nos anos

precedentes, o Instituto vem prestando a professores, assistentes e investigadores da Universidade de Coimbra que preparam estudos ou teses, permitindo-lhes a consulta das suas espécies bibliográficas e abrindo-lhes, na medida do possível, as páginas da revista. No mesmo espírito, continuou-se com a realização de sessões de cinema, em coordenação com as Embaixadas da França e do Canadá e com o apoio técnico dos Grupos de Acção Cultural «Vértice», que, para o efeito, nos cederam gentilmente os projectores de 16 mm. Tiveram essas sessões como principal objectivo dar a conhecer determinados aspectos das ciências físicas e humanas e bem assim a ilustração de algumas aulas do departamento de História de Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Por último, saliente-se, no decurso deste ano, a publicação dos volumes 137.º e 138.º de O INSTITUTO, o primeiro ainda da responsabilidade da Direcção anterior, encontrando-se no prelo quando a nova Direcção lhe sucedeu, o segundo já da nova Direcção e contendo algumas das conferências do ciclo sobre o século XIX.

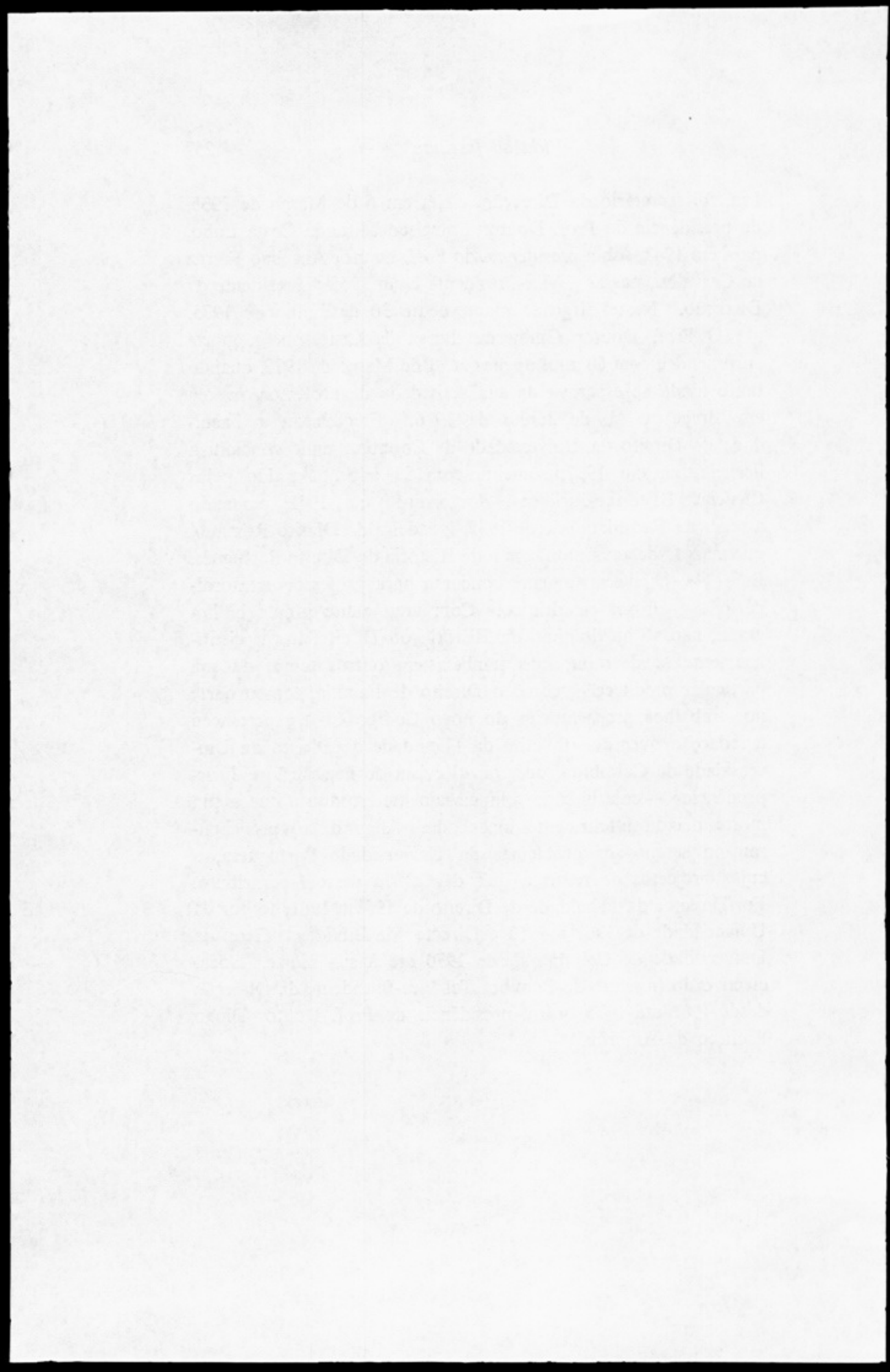
* * *

No triénio que abrange esta «Vida do Instituto» faleceram prestigiosos sócios do Instituto de Coimbra, dois dos quais membros de anteriores Direcções e que à nossa Academia deram o melhor do seu esforço.

O Prof. Doutor Diogo Pacheco de Amorim, falecido em Fevereiro de 1976, era natural de Monção, onde nasceu a 7 de Novembro de 1888. Frequentou os Preparatórios Militares e, finalmente, o curso de Ciências Matemáticas na Universidade de Coimbra, em cuja Faculdade de Ciências desempenhou funções docentes desde 1912, passando a professor titular em 1919. Regeu as cadeiras de Mecânica Racional e de Cálculo das Probabilidades, utilizando um método de ensino baseado em investigações que pessoalmente empreendeu. Com larga bibliografia nesses e noutros domínios, interessou-se particularmente, fora das Ciências Matemáticas, pelos problemas económicos, tendo mesmo regido, na Faculdade de Direito, a cadeira de Economia Política entre 1936 e 1938. Sócio efectivo do Instituto de Coim-

bra, foi secretário da Direcção, eleita em 6 de Março de 1935, da presidência do Prof. Doutor Francisco Miranda Costa Lobo, para em 1947, sob a presidência do Prof. Doutor Anselmo Ferraz de Carvalho, passar a Vice-Presidente e em 1955 a Presidente da Direcção. Neste cargo se manteve até 30 de Junho de 1975.

O Prof. Doutor Guilherme Braga da Cruz, que a morte surpreendeu com 60 anos apenas, a 11 de Março de 1977, quando tanto ainda se esperava da sua actividade de professor, nasceu em Braga a 11 de Junho de 1916. Frequentou a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde concluiu a licenciatura, em 1937, somente com 21 anos. Atraído pelas Ciências Histórico-Jurídicas, doutorou-se em 1941, passando a reger na Faculdade, desde 1942, a cadeira de Direito Romano, que mais tarde acumulou com a de História do Direito Português. Em 1948 fez sucessivamente concurso para professor extraordinário e professor catedrático. Com uma muito ampla bibliografia, não só no domínio da História do Direito, a que cientificamente se devotou, mas também em outros temas da sua particular predilecção, como o Direito de Família, tomou parte nos trabalhos preparatórios do novo Código Civil e pertenceu à redacção quer do «Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra», quer da «Revista de Legislação e Jurisprudência» — cuja história minuciosamente estudou e que a sua morte deixou infelizmente inacabada. Além disso, preocuparam-no sempre os problemas da Universidade Portuguesa, a cujos projectos de reforma quis dar o seu pessoal contributo. Foi Director da Faculdade de Direito de 1958 a 1961, Reitor da Universidade de 1961 a 1963 e Director da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra desde 1970 até à sua morte. Sócio efectivo do Instituto de Coimbra, foi Vice-Presidente da Direcção desde 1962 até 1975, sob a presidência do Prof. Doutor Diogo Pacheco de Amorim.



COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS
DA «IMPRESA DE COIMBRA, LIMITADA»
LARGO DE S. SALVADOR, 1-3 — COIMBRA

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

Colaboraram neste número:

- (AZEVEDO) FRANCISCO CARLOS DUARTE — *Licenciado em Filosofia.*
- (CAMPOS) BERNARDO JOSÉ GOUVEIA DE — *Licenciado em Economia. Assistente da Faculdade de Economia (U.C.).*
- (CARVALHO) ORLANDO ALVES PEREIRA DE — *Doutor em Direito. Prof. Catedrático da Faculdade de Direito (U.C.). Do Instituto de Coimbra.*
- (ESTEVES) JOSÉ PEDRO ADELINO — *Estudante de História.*
- (FERREIRA) JAIME ALBERTO DO COUTO — *Licenciado em História. Assistente da Faculdade de Economia (U.C.). Do Instituto de Coimbra.*
- (MARTINS) PEDRO DE AZEVEDO — *Doutor em Física. Investigador da Faculdade de Ciências e Tecnologia (U.C.). Do Instituto de Coimbra.*
- (MENDES) JOSÉ MARIA AMADO — *Licenciado em História. Assistente da Faculdade de Letras (U.C.).*
- (NAMORADO) RUI MANUEL DOS SANTOS — *Licenciado em Direito. Assistente da Faculdade de Economia (U.C.). Do Instituto de Coimbra.*
- (OLIVEIRA) ANTÓNIO DE — *Doutor em História. Professor Catedrático da Faculdade de Letras (U.C.). Do Instituto de Coimbra.*
- (PEREIRA) ÁLVARO RAMOS — *Consultor Económico no Banco de Portugal e Prof. na Universidade Livre (Lisboa).*
- (URBANO) JOSÉ NUNO PIRES DIAS — *D. Phil.. Doutor em Física. Prof. Catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia (U.C.). Do Instituto de Coimbra.*

Propriedade
do
INSTITUTO DE COIMBRA
ACADEMIA CIENTÍFICA E LITERÁRIA
Fundada em 1851
Rua da Ilha n.º 1
3.000 COIMBRA — PORTUGAL

Preço 300\$00